

Maria Goretti Vieira Vulcão

**A construção do discurso de criação  
do “Curso -Tronco” de Arquitetura e Urbanismo  
na Universidade de Brasília.  
(1962-1963)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Arte, à comissão Julgadora da UnB (Universidade de Brasília), sob a orientação da Profa Dra.Elisa de Souza Martinez

**Brasília  
2008**

## **Termo de aprovação**

Maria Goretti Vieira Vulcão

### **A construção do discurso de criação do “Curso –Tronco” de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (1962-1963)**

**Requisito parcial para obtenção do grau de mestre em arte no curso de Pós-graduação em Arte, na Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:**

**Orientadora: Profa Dra Elisa de Souza Martinez. Departamento de Arte, UnB.**

**Prof. Dr. Grace Maria Machado de Freitas**

**Prof. Dr. Vera Beatriz Siqueira**

**Brasília  
2008**

A *Maria José*, minha mãe  
pelo carinho e pelas lições  
de perseverança.

Ao *Bernardo* e a *Lisa*  
pelo amor, compreensão  
e paciência.

## Agradecimentos

Agradeço a professora e orientadora Elisa de Souza Martinez, pelo acompanhamento e revisão do estudo, e a professora Maria de Fátima Burgos, pelas críticas necessárias e amizade incondicional.

Meu especial agradecimento a todos os colegas do Centro de Documentação da Universidade de Brasília.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – Plano Orientador da Universidade de Brasília	07
1.1. Atomicidade e Integralidade. A criação de uma nova Universidade	07
1.2. Aspectos do nível narrativo	14
1.3. Aspectos do nível discursivo	16
1.3.1. A equipe de cientistas – O destinador	19
1.3.2. A missão da Universidade de Brasília	23
1.3.3. Atmosfera simbólica de Brasília	26
1.3.4. Uma crítica ao ensino superior brasileiro	32
1.3.5. Uma Universidade de Utopia – 1962	36
1.3.6. Dependência e Autonomia Universitária	50
1.3.7. Estrutura da Universidade de Brasília	56
1.3.8. Vantagens do Sistema duplo e integrado	58
CAPÍTULO II – Instituto Central de Artes	66
2.1. Negando o modelo academicista atomizado	67
2.1.1. Instituto Central de Artes	67
2.1.2. Curso Tronco de Arquitetura e Urbanismo	76
2.1.3. Primeiro programa de aulas do curso-tronco	82
CAPÍTULO III - Sobre o “Curso-Trono” de Arquitetura e Urbanismo da UnB - Edgard GRAEFF	87
3.1. Aspectos do Nível Narrativo	88
3.1.1. Um segundo contrato	91
3.2. Aspectos do Nível Discursivo	93
3.2.1 Divórcio entre Arte e Técnica	96
3.2.2. Intertextualidade com Lúcio Costa	98
3.2.3. Interdiscursividade com a Bauhaus	102
3.2.4. Interdiscursividade com a arquitetura de Brasília	106
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
BIBLIOGRAFIA	114

ANEXO I	117
ANEXO II	169
ANEXO III	171
ANEXO IV	173
ANEXO V	175

## Lista de documentos

Discurso proferido por Alcides da Rocha Miranda durante a Aula inaugural do novo Instituto de Artes – IdA/UnB em 1991

Estatutos da Universidade de Brasília. Brasília, 1962

Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília: Ed. Univ. Brasília, 1962.

Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Edgard Graeff, 1963.

Programa de Aulas - 2º semestre de 1962 - Secretaria do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, s/d

## Lista de Siglas

ABC - Academia Brasileira de Ciências  
ABE - Associação Brasileira de Educação  
AIBA - Academia Imperial de Belas Artes  
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
CEDOC - Centro de Documentação da Universidade de Brasília  
DAA - Diretoria de Assuntos Acadêmicos  
ENBA – Academia nacional de belas Artes  
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
FUB - Fundação Universidade de Brasília  
ICA – Instituto Central de Artes  
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
JK - Juscelino Kubitschek  
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
SAA - Secretaria de Administração Acadêmica  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
UB – Universidade do Brasil  
UnB – Universidade de Brasília  
UDF - Universidade do Distrito Federal  
URJ - Universidade do Rio de Janeiro



## Resumo

Este trabalho tem o objetivo de desenvolver uma análise crítica das estratégias de construção do discurso do Plano Orientador da Universidade de Brasília, dando destaque à criação do Instituto Central de Artes e do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, utilizando nesta análise, instrumentos desenvolvidos pela Semiótica Discursiva elaborada por Algirdas Julien Greimas. Esses instrumentos e conceitos foram aplicados em três documentos datados de 1962, o Plano Orientador da UnB, o Programa de Aulas - 2º semestre de 1962 e o texto Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB de Edgard Graeff. Os textos selecionados reúnem os principais elementos usados pelo enunciador em suas estratégias de convencimento do enunciatário.

## Résumé

Ce travail a l'objectif de développer une analyse critique des stratégies de construction du discours du Plan Orienté de l'Université de Brasília, donnant a détaché à la création de l'Institut Central d'Arts et de du Curso-Tronco de Arquitetura et Urbanismo, utilisant dans cette analyse, instruments développés par la Sémiotique Discursiva élaboré par Algirdas Julien Greimas. Ces instruments et concepts ont été appliqués dans trois documents datés de 1962, le Plano Orientador da UnB, le Programa de Aulas - 2º semestre de 1962 et le document, "Sobre o 'Curso-Trono' de Arquitetura e Urbanismo da UnB" de Edgard Graeff. Les documents selecioné reuni les principaux éléments utilisés par l'enunciador dans leurs stratégies de conviction de l'enunciatório.

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo estudo das propostas político-pedagógicas que alicerçaram a criação do curso tronco de arquitetura e urbanismo se deve, principalmente, ao trabalho que venho desenvolvendo, desde 1997, no Centro de Documentação da Universidade de Brasília (UnB). Em minhas atividades cotidianas, na Coordenadoria de Pesquisa Histórica do Centro de Documentação Da Universidade de Brasília (CEDOC), tenho a oportunidade de “conhecer” muitos dos personagens que participaram da história de criação da Universidade, colocando-me em contato direto com fragmentos de memórias (sejam eles orais ou textuais) que constituíram, e ainda constituem, o contexto de atuação da Universidade de Brasília.

A facilidade de acesso ao farto material inerente às propostas de criação e a necessidade de aprofundar um discurso ideológico sintonizado, aparentemente, com um contexto inovador, estimulou a possibilidade de um tipo de abordagem alternativa; uma leitura textual que, praticada nas entrelinhas, pudesse revelar outras possibilidades de discurso e sentidos. Nesse contexto a adoção da semiótica como possibilidade investigativa, demonstrou-se um caminho eficaz e revelador no processo de análise e de compreensão dos textos estudados.

A abordagem semiótica busca descrever e analisar o componente narrativo do discurso. Atuando como mediador da enunciação, o modelo elaborado pela semiótica analisa as possíveis articulações simbólicas do discurso, ligando-as às suas condições de produção. A semiótica torna-se, portanto, um válido instrumento de descobrimento que navega níveis de profundidades diferentes que se articulam a partir de um contexto definido.

O que se pretende, nessa dissertação, é elaborar uma análise do discurso de criação do Instituto Central de Arte (ICA), inserido no contexto de criação da universidade de Brasília, utilizando alguns conceitos básicos da semiótica discursiva de Algirdas Julien Greimas.

A semiótica greimasiana, além de propor uma análise destinada a níveis de abordagens diferenciadas (fundamental, narrativa e discursiva), se propõe a trabalhar com as oposições semânticas presentes no discurso revelando, nas entrelinhas, a intenção do autor e as influências do contexto. Para realizar essa dissertação, fruto de um tipo de análise semiótica, foram utilizados três documentos referentes à implantação do curso de arquitetura e urbanismo da UnB, procurando visualizar a construção discursiva elaborada na implantação do projeto, seus contextos e a identificação dos sujeitos que determinaram sua construção, para depois discutir suas contradições, pertinência e aplicabilidade. A análise proposta se deteve, sobretudo, do nível fundamental, onde se investigou o par de contrários inscritos nos documentos, para o nível discursivo, onde as articulações semânticas “significam”.

A Universidade de Brasília é uma instituição ainda muito jovem. Apesar da juventude, goza de reconhecido prestígio e está entre as melhores universidades brasileiras, tanto pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, quanto pelo alto padrão de sua produção científica.

Parte do vigor e do espírito de inquietude presentes nesta instituição está ligada à atmosfera construída em torno de sua criação e ao papel que ela exerceu, e ainda exerce, na história recente da educação brasileira. O modelo de educação integralizado, isto é, com um ciclo básico comum para todos os cursos, criado em 1962, influenciou diretamente a Reforma Universitária de 1968. Apesar das interferências políticas, esse novo modelo apresentou para o país um projeto conceitual de organização acadêmica possível de ser implantado, o que efetivamente promoveu um salto qualitativo no padrão de ensino superior do país nas décadas de 60 e 70.

O modelo de universidade apresentado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, em 1962, não foi um projeto individual ou de um pequeno grupo, mas um projeto construído coletivamente, que tinha como objetivo despertar a curiosidade e o espírito criador dos estudantes, estimulando o desenvolvimento de uma cultura nacional de base científica, que tivesse como parâmetros os problemas nacionais. Mas, acima de tudo, era um projeto de implantação de uma Universidade *Integral*,

onde as diferentes unidades acadêmicas se relacionassem de forma harmônica e interdisciplinar, e não como a reunião administrativa de escolas isoladas. Seus criadores queriam uma entidade formadora de cidadãos capazes de reformular, criar e difundir a cultura nacional.

Com a inauguração oficial de Brasília, em abril de 1960, estabeleceram-se, entre a nova capital e a arquitetura moderna, laços que favoreceriam a assimilação de um espírito criador e desenvolvimentista, que se disseminava rapidamente nos diversos grupos da intelectualidade brasileira nesse período. Acreditava-se que as Instituições de Ensino Superior deveriam estar equipadas em todos os sentidos, para construir um novo paradigma educacional.

A arquitetura moderna de Brasília deu à cidade esse sentido de síntese, resultante das reflexões sobre os problemas da civilização moderna. Questões como o crescimento desordenado das cidades, os desequilíbrios sociais ou os problemas ambientais, tornaram-se desafios urgentes, resolvidos a partir do desenvolvimento de uma cultura artística e científica que procurava adaptar-se às diferentes necessidades exigidas em cada situação. É exatamente na organização e no direcionamento desse processo de reflexão e construção que deveriam atuar as Universidades.

Se na área educacional a criação da UnB buscava um novo modelo de ensino superior para o país, nas artes essa ruptura se daria de forma muito mais brusca, pois, de forma geral, os ensinamentos de arte e arquitetura no Brasil ainda apresentavam grande influência introduzida pela Missão Francesa, cujo modelo academicista só seria questionado quase cem anos depois de sua chegada, pelo movimento modernista.

O modelo de academia de arte transplantada para o Brasil pelos franceses estava interessado em garantir a possibilidade de ensino de todo e qualquer aspecto da criação artística, por meio de regras comunicáveis e controláveis, para um público seletivo e freqüentemente elitizado. Apesar disso, as academias de belas artes foram responsáveis pela organização de exposições, concursos, distribuição de prêmios e periódicos — e, sobretudo, pela conservação de patrimônio,

pinacotecas e coleções — mantendo a hierarquização e o controle da atividade artística, além da fixação rígida de um determinado padrão de gosto.

Progressivamente, a partir do século XIX, as escolas de arte por todo o mundo foram buscando novos métodos e abordagens para o fazer artístico, impulsionadas pelo acelerado ritmo dos avanços tecnológicos produzidos a partir da Revolução Industrial. A rapidez e o vigor das mudanças trazidas pelos novos materiais e técnicas, além das diversas mudanças conceituais da arte, fizeram com que mesmo as escolas mais retrógradas acabassem abrindo suas portas à técnica científica e à produção industrial em larga escala, que vinham substituir o empirismo dominante até então.

A experiência de Brasília, em 1962, é certamente uma nova etapa desse redirecionamento do ensino e da criação de um novo perfil na formação profissional, mais e melhor conectado com seu tempo. Os significados e articulações presentes na construção do discurso de sua criação surpreendem, tanto pela determinação e idealismo, que trouxeram para uma cidade semi-acabada tantos intelectuais importantes, quanto pela lentidão com que sempre foram assimiladas no Brasil as iniciativas da área de educação.

Nos últimos anos, muitas propostas de reestruturação e redirecionamento da arquitetura acadêmico-curricular da UnB têm sido apresentadas, visando criar uma estrutura mais flexível e modular, que promova uma formação de base humanística, impulsionada pelo convívio entre estudantes de várias áreas e perfis. Nessas propostas, o documento norteador da discussão é justamente o *Plano Orientador da UnB*, que volta ao cenário por professores e estudantes, fazendo com que o discurso de intelectuais e educadores, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, esteja novamente em pauta pela viabilidade da estrutura do antigo projeto.

É, portanto, reconhecendo a importância de reavaliar o passado no processo de construção do presente, que foi elaborada a presente dissertação. O que hoje aparenta ser uma ação político-pedagógica inovadora encontra suas raízes no pensamento que impulsionou a criação da Universidade de Brasília nos anos sessenta, revelando um movimento interno de mudança comum em diferentes momentos históricos. Nesse contexto, os documentos propostos e analisados na dissertação tornam-se instrumento e estratégia desse processo mutante, materialização de um discurso aparentemente inovador e passível de investigação acadêmica.

Essa dissertação está composta de três capítulos, o primeiro está voltado para a análise do documento de apresentação do projeto, o Plano Orientador da UnB, publicado em 1962, que introduz oficialmente, e em edição de luxo, as bases da concepção da nova Universidade

na comunidade universitária e na sociedade brasileira de forma geral. O documento é extenso e funciona como uma compilação de diversos outros documentos que, de certa forma, exprimem as várias vozes criadoras do projeto.

No segundo capítulo, foi considerada mais atentamente a criação do Instituto Central de Artes. Aqui o foco está voltado para o ensino de arte e arquitetura na UnB, buscando relacionar o discurso enunciado nessa unidade com outros dois documentos: a proposta para o Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, contida no Plano Orientador e o Primeiro Programa de Aulas do Curso-Tronco. Esse diálogo nos possibilitou considerar novos aspectos na construção do discurso de criação da universidade. Partindo da análise discursiva do projeto institucional teórico do Plano Orientador, encontramos as linhas de significação que revelam as possíveis ligações simbólicas entre os diferentes textos analisados nesta pesquisa.

O último capítulo foi dedicado à análise de um documento sem data, produzido pela secretaria do curso-tronco citado anteriormente, encontrado no acervo da antiga Diretoria de Assuntos Acadêmicos/DAA, hoje Secretaria de Administração Acadêmica/SAA. Esse acervo chegou ao CEDOC/UnB na década de noventa, sem inventário, por isso não consta na lista de documentos arquivados no Centro. Trata-se de um texto intitulado — *Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB* —, escrito, no final do primeiro ano de funcionamento do Curso-Tronco<sup>1</sup>, pelo professor Edgard A. Graeff. Nele pudemos novamente atualizar o discurso do Plano Orientador, agregando elementos de performance ao discurso de implantação do Instituto Central de Artes, partindo de dilemas e questões práticas que permeavam o pensamento e a aprendizagem de alunos e professores do ICA/FAU no seu primeiro ano de funcionamento.

A hipótese considerada nessa dissertação é que a análise discursiva desses documentos nos permita identificar os principais elementos de construção do discurso de criação do ICA e como esses elementos foram sendo assimilados por professores e alunos durante a implantação prática do curso. Essa articulação entre o discurso, a prática e os grandes temas em voga no contexto da criação da UnB, possibilitará uma análise mais consistente dos caminhos que determinaram as mudanças na estrutura pedagógica do ensino universitário brasileiro a partir da década de sessenta.

É possível assim, discutir o modelo de profissional que essa nova Universidade buscava formar e os mecanismos de comunicação criados por seus coordenadores e professores para possibilitar a ampla assimilação do discurso construído em 1962 no Plano Orientador. Um discurso que só foi abandonado com a demissão de quase a totalidade dos professores convocados por Darcy Ribeiro em 1965.

Nos últimos quarenta e cinco anos, outros projetos foram sendo agregados ao primeiro projeto fundador da Universidade de Brasília, sucessivamente atualizados e viabilizados em função dos momentos de estabilidade e dos horizontes tensivos que fizeram parte da construção de seu percurso histórico.

---

<sup>1</sup> Cursos-Tronco – Denominação dada aos três cursos iniciados em 1962 na UnB: a) Letras Brasileiras; b) Economia-Administração-Direito e c) Arquitetura e Urbanismo.

A análise dos elementos que constituíram o discurso de criação do ICA/FAU possibilitará uma reflexão mais cuidadosa do lançamento dessa proposta pedagógica e as inovações trazidas por esse projeto utópico de modernização do ensino superior do país. Os elementos trazidos pelo contexto de criação do ICA/FAU também nos permitirão visualizar melhor as diversas influências que determinaram características importantes do ensino de arte no Brasil, questionando permanentemente as propostas da Universidade face à arte, seus conceitos e objetivos, sua estrutura de ensino e pesquisa, suas metodologias e mercado de trabalho.

## **CAPÍTULO I**

### **1.1 - Atomicidade e Integralidade – A criação de uma nova Universidade.**

Neste primeiro capítulo, analisaremos o Plano Orientador<sup>2</sup> (ANEXO I) da Universidade de Brasília, documento de lançamento oficial do projeto da Universidade, lançado em 1962. A publicação recebeu um tratamento de luxo para os padrões de editoração gráfica da época, configurando-se na primeira publicação da Editora da Universidade.

Para ajudar na análise desses documentos, utilizaremos a teoria da significação de Algirdas Julien Greimas. A semiótica greimasiana oferece instrumentos para que possamos “determinar as condições em que um objeto se torna objeto significativo para o homem”, e mais, “não toma a linguagem como sistema de signos e sim como sistema de significações, ou melhor, de relações, pois a significação decorre da relação” e não de um termo isolado [BARROS, 2002:13].

A abordagem semiótica busca descrever e analisar o componente narrativo do discurso. Atuando como mediador da enunciação, o modelo elaborado pela semiótica analisa as possíveis articulações simbólicas do discurso, ligando-as às suas condições de produção. Para Diana de Barros,

Ao conceber um sistema de regras capaz de explicar, com os mesmos princípios epistemo-metodológicos, tanto as estruturas narrativas, quanto as discursivas, a semiótica deu já os primeiros passos para a construção de um

---

<sup>2</sup> Todas as citações que aparecem neste capítulo entre aspas e sem referência bibliográfica, são citações oriundas do Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962.



modelo que, sem abandonar a análise do texto, examine também sua inserção no contexto [Op.cit.: 13].

Para Greimas, os domínios da semiótica são definidos no plano do conteúdo, ou seja, o sentido de um texto está no seu plano de conteúdo e, para explicá-lo, devemos despojá-lo de seus efeitos de sentido mais aparentes, buscando a imanência do discurso.

O discurso é encarado pela semiótica como uma superposição de níveis de profundidade diferentes, que se articulam segundo um percurso que vai do mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto [GREIMAS & COURTÈS, s.d.: 206]. No entanto, aqui, analisaremos, sobretudo, as articulações do nível discursivo e as relações contextuais determinadas pela amplitude do texto.

O Plano Orientador é um texto institucional, elaborado como um relatório final de um projeto universitário criado para ser divisor de águas na história do Brasil. Nele, uma equipe de intelectuais, educadores e cientistas, que se caracteriza em nossa análise como destinador-manipulador<sup>3</sup> do discurso, elaborou cuidadosamente um discurso de ruptura conceitual e simbólica com país conservador, elitista, de economia agrária, criando um modelo de estrutura progressista, moderna, desenvolvimentista e democrática, que deveria ser assumido por toda a sociedade brasileira para se tornar real e possível.

Antes, porém, que se possa falar da realidade e seus desdobramentos, é necessário analisar os valores introduzidos no discurso pelo destinador e os sistemas de significações que poderemos destacar em nossa análise. O destinador é a fonte dos valores introduzidos no discurso, ou seja, os cientistas e intelectuais responsáveis pelo projeto da Universidade de Brasília executam um programa de doação de competência semântica e modal ao destinatário, que será o sujeito do fazer.

O destinador e o destinatário designam, em sua acepção mais geral na teoria semiótica, os dois actantes da comunicação [GREIMAS & COURTÈS, 1979:114]. Tratado como receptor, leitor, o destinatário é considerado, nessa análise, em duas categorias diferentes. O destinatário sociedade brasileira, que deve assumir os valores semânticos do projeto e possibilitar a assimilação de uma nova fase para a educação brasileira, aliada ao projeto de mudança da nova capital, e o destinatário equipe de professores da UnB, com o qual vamos de fato trabalhar. A equipe é formada por professores previamente selecionados, que, em muitos casos, já possuíam afinidades anteriores com o projeto.

As estratégias de construção do discurso estão articuladas em torno da apresentação geral da nova estrutura da Universidade, relacionando-a ao discurso de criação da própria cidade como pólo de desenvolvimento e irradiação econômica e cultural, além de uma análise crítica do ensino superior no Brasil, que convoca o leitor a assumir seu papel dentro do projeto de uma elite intelectual que acreditava no desenvolvimento econômico como a grande solução para a democratização do ensino no país.

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das

---

<sup>3</sup> O destinador-manipulador é o actante funcional que engloba vários papéis actanciais, entre os quais se encontra necessariamente o de sujeito doador de valores modais. É ele, na narrativa, a fonte de valores do sujeito, seu destinatário: tanto determina que valores serão visados pelo sujeito quanto dota o sujeito dos valores modais necessários à execução da ação [BARROS, 2003:28].

oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os estados da Federação. E que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. [Plano Orientador da UnB – Palavras do Presidente da República ao sancionar a Lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília, 1962:s/p]

Ao publicar esse trecho do discurso, o destinador procura, com sua estratégia discursiva, persuadir seu destinatário a assumir o seu discurso para atingir um determinado objetivo. Essa estratégia produz efeitos de sentido que buscam convencer o destinatário de sua própria verdade.

A estrutura da publicação é composta de diferentes textos, de autores distintos, intercalados por fotografias, croquis e mapas, cuidadosamente seqüenciados para dar sentido e direcionar o leitor. De forma geral, a estrutura da publicação sugere a estrutura discursiva do texto, mas, em alguns momentos, precisamos redefinir o posicionamento desses textos para facilitar a interpretação de seu sistema de significações.

Examinando os sentidos e as possíveis linhas de significações do Plano Orientador, identificamos, primeiramente, nos diversos textos que o compõem, os procedimentos discursivos, para, em seguida, estruturá-lo, dividindo sua estratégia discursiva geral em três temas: *a) A construção da idéia de Brasília, b) Uma crítica ao ensino superior brasileiro e c) Universidade de Utopia.*

O primeiro tema identificado em nossa análise foi denominado: *A construção da idéia de Brasília*. Será constituído pela reprodução integral do relatório de Lúcio Costa, que se converteu no Plano Piloto de Brasília, ao qual associaremos um pequeno texto intitulado *Brasília Hoje*.

O segundo tema foi intitulado: *Uma crítica ao ensino superior brasileiro*, e será constituído por breves textos que oferecem um diagnóstico do ensino superior no Brasil, por que criar uma universidade em Brasília e as relações entre a Universidade e o desenvolvimento.

O terceiro tema, *Universidade de Utopia*, dará destaque aos aspectos mais importantes da estrutura da Universidade de Brasília, apresentando desde a estrutura pedagógica até o funcionamento provisório dos cursos-troncos que entraram em funcionamento no primeiro semestre de 1962.

No caso do Plano Orientador da Universidade de Brasília, em um nível mais abstrato, podemos afirmar tratar-se de uma narrativa orientada por uma oposição de categoria semântica<sup>4</sup> de atomicidade *versus* integralidade. É sobre essa oposição semântica que o discurso de criação da UnB vai ser construído.

---

<sup>4</sup> José Luiz Fiorin [2005:21] afirma que “Uma categoria semântica fundamenta-se numa diferença, numa oposição” No entanto, para que possamos utilizar em nossa análise os termos opostos é preciso que eles pertençam a uma mesma categoria semântica. Os dois termos, chamados elementos de categoria semântica de base, mantém entre si relação de contrariedade sob a qual nossa análise vai se pautar.

Esses significados vão ser retomados nos outros dois documentos selecionados nesta pesquisa. O diálogo entre eles nos permitirá interpretar tanto a elaboração do discurso de criação em seu texto institucional inicial, quando as linhas de significação que vão se desdobrar e permanecer ligadas a outros dois documentos relacionados ao primeiro ano de funcionamento de uma Universidade em 1963. O conceito de integralidade inovadora, inspirada “pelo mais puro idealismo e concebida em termos didáticos e jurídicos inatacáveis<sup>5</sup>”, construída euforicamente como valor positivo no Plano Orientador estará presente em todos os documentos selecionados em nossa pesquisa.

O significado do conceito de integralidade presente no projeto da UnB, reunindo, em uma estrutura universitária ampla, estudantes de diversos cursos, freqüentando por dois anos aulas do curso básico comum, promovendo um diálogo envolvendo várias áreas do conhecimento humano, se oporia fundamentalmente ao padrão de escolas superiores encontradas no país naquele período. Essas instituições funcionavam isoladas e engessadas pela vitaliciedade das cátedras<sup>6</sup>, oferecendo um ensino atomizado, excessivamente especializado, profissionalizante, de qualidade regular, mas que não considerava o conhecimento de outras áreas do saber que poderiam redimensionar e acrescentar novos elementos à formação profissional dos estudantes que passariam a atuar de forma mais integrada e interdisciplinar.

Além de nos dedicarmos à análise da construção de sentido das oposições de base visíveis no nível fundamental (atomicidade vs. Integralidade), gostaríamos de lembrar que uma das bases na qual se desenvolve a análise semiótica é a definição permanente dos fatores que determinam a criação e a interpretação dos significados, além do desenvolvimento de instrumentos e conceitos que podem influir na compreensão deste processo. É importante destacar que é uma teoria transdisciplinar que se utiliza de várias áreas do conhecimento humano, inclusive daquelas voltadas para as artes.

Apossando-se de todos esses múltiplos elementos, a semiótica tem desafiado “a visão positivista do conhecimento e é este desafio que, sem dúvida, apresenta as maiores dificuldades às práticas da história da arte como uma disciplina”. [BAL & BRYSON, 1991:174]. Assumindo as ambigüidades dos “fatos”, oferece uma visão interpretativa da história da arte, deixando suas conclusões abertas ao debate.

Instigando o debate e considerando o contexto como um texto em si, composto ele também por signos que requerem interpretação, a semiótica propõe uma escolha interpretativa, de conclusões em aberto, onde o historiador também está presente na construção do que foi produzido. Segundo Jonathan CULLER,

(...) o contexto não é dado, mas é produzido; o que pertence a um contexto é determinado por estratégias interpretativas; os contextos necessitam de tanta

---

<sup>5</sup> Edson Nery da Fonseca e Anísio Teixeira [1972:5] ex-professor da UnB que permaneceu no quadro da Universidade após a demissão Coletiva de 1965

<sup>6</sup> Luiz Antônio Cunha [1983:15] Cátedra – A faculdade era composta de cátedras, cada qual correspondendo a uma certa área do saber. A reunião de certas cátedras compunha a série e a seqüência destas, o curso. A cátedra tinha no professor catedrático o titular vitalício, somente substituído por morte, afastamento ou jubilação (aposentadoria). Ao catedrático estavam vinculados os professores assistentes, livres-docentes e auxiliares, aos quais estavam atribuídas as tarefas docentes das disciplinas ou das turmas que resultavam da subdivisão da cátedra. Os auxiliares de ensino eram indicados pelo próprio catedrático, pois deveriam ser pessoas de sua confiança.

elucidação quanto os eventos; e o significado de um contexto é determinado por eventos. Tradução da autora [Apud BAL&BRYSON, 1991:175]

Ao examinarmos os contextos explícitos e implícitos dos textos analisados, ou seja, os fatores sociais que enquadram, que emolduram os signos de um discurso, possibilitaremos a análise simultânea das práticas do passado e a nossa interação com elas. Além desta perspectiva, acrescenta-se outra característica, o princípio de interminabilidade. A semiótica argumenta que, mesmo tendo o historiador da arte composto e emoldurado de fatos o contexto do discurso, ele deve estar ciente de que novos fatos podem ser acrescentados e o contexto pode e deve estar em permanente construção.

Para AUSTIN, “Nenhum significado pode ser determinado fora do contexto, mas nenhum contexto permite saturação” [Apud, BAL&BRYSON,1991:178]. O historiador da arte trabalha partindo sempre do texto em direção à história contida nos diversos sítios sociais que ele suscita, para tentar descobrir suas especificidades e determinações históricas, formando a insaturável fórmula do contexto. Essa articulação foi especialmente explorada nos três textos analisados neste trabalho.

Os signos disponíveis em um determinado texto são acessíveis em diversos contextos. Eles são constituídos por observadores de diferentes maneiras, em diferentes tempos e lugares:

A produção de signos implica num corte fundamental entre enunciação e enunciado: não somente entre a pessoa, o sujeito da enunciação e o que é enunciado; mas, entre as circunstâncias da enunciação e o que é enunciado, que nunca podem coincidir” [BAL&BRYSON, 1991:179].

Uma vez enunciado, o texto abre linhas de significação, numa permanente difração da recepção. Vemos, assim, que as linhas de significação elaboradas no discurso lançado em 1962 pelo projeto da Universidade de Brasília são diferentes das do discurso relançado em 2007, como a base da construção da Universidade Nova, e devem ser recebidas com o acréscimo de novos significados, elaborados em novos contextos.

A idéia de contexto para a semiótica “aponta de um lado, para a irrepreensível mobilidade do significante, e de outro, que a construção de uma obra de arte se dá sempre em contextos específicos de observação” [Idem,1991:180]. À medida que vamos desvendando as linhas de significação do texto, vamos construindo nossa visão interpretativa da história e de seus discursos.

## 1.2 - Aspectos do nível narrativo

Na análise semiótica do texto, procuramos interpretar o programa narrativo do Plano Orientador da Universidade de Brasília, analisando as marcas da recorrência ao discurso de um novo modelo educacional para o Brasil, baseado nas necessidades de desenvolvimento econômico, social e político implementado no país a partir da década de cinquenta.

Em nossa análise, consideramos apenas os textos escritos no Plano Orientador e não os elementos visuais e ilustrativos utilizados pelo destinador na construção de seu discurso. O recorte considerado está entre o início das aulas em fevereiro de 1962 e o lançamento do projeto por meio do Plano Orientador, no segundo semestre do mesmo ano, traz no plano narrativo o percurso de construção do objeto de valor (novo modelo de universidade) na celebração de contrato entre o sujeito-destinador, equipe de intelectuais criadores do projeto da Universidade de Brasília e o sujeito-destinatário, professores que vieram para Brasília trabalhar na Universidade em 1962.

Ora, se a narratividade é uma abstração daquilo que acontece manifestado textualmente e representa, por meio de modelos e variantes, o fazer do homem sobre as coisas e sobre os outros homens, a equipe de professores que elaborou o Plano Orientador e que estava na linha de frente na criação do projeto da UnB, age na busca de um novo paradigma para o ensino superior brasileiro. Um curso de Arquitetura e Arte, construído simbolicamente no discurso como “ruptura com o ensino acadêmico”, “integralizado” e “revolucionário”.

A sociedade brasileira e grande parte dos professores, que embora tenham vindo para Brasília trabalhar na nova Universidade, não conheciam a extensão desse projeto, passam de um estado de inicial de não saber a um estado final de um saber adquirido a partir do ponto de vista da equipe criadora da UnB.

Considerando a transformação sugerida no texto do Plano Orientador, como a ação de um sujeito sobre o outro, para fazer com que este entre em conjunção com o objeto-valor (Universidade integral), tem se representado o seguinte programa narrativo de base:

$S1 > S2 > Ov$

S1 – Intelectuais criadores da UnB

S2 – Sociedade Brasileira

Ov – Universidade Integral

No Programa Narrativo do Plano Orientador, o sujeito S1, sujeito de fazer, leva S2, sujeito de estado, a entrar em conjunção com um objeto revestido de valor semântico. Os intelectuais que arquitetaram o projeto de uma Universidade integral manipulam um sujeito de estado, a sociedade brasileira. O sujeito sociedade brasileira quer cumprir o acordo de lançar-se na construção de um ensino de qualidade que leve o país à modernidade, para manter os valores que já possui: espírito desenvolvimentista, uma nova e moderna capital, reconhecida como “moderna” e “revolucionária”.

O destinador (equipe de intelectuais criadores da UnB) dirige sua mensagem ao destinatário, à sociedade brasileira que vivenciava um ambiente de grande otimismo desenvolvimentista, com a entrada do capital estrangeiro, de empresas multinacionais e a proliferação de produtos que facilitaram tarefas simples do cotidiano, mas de grande impacto na construção simbólica e conceitual de modernidade disseminada a partir da década de cinquenta.

A análise semiótica desenvolvida nesta dissertação está quase que integralmente dedicada à fase de manipulação do destinador que se utiliza de diversas construções semânticas para convencer o destinatário. Em sua estratégia de manipulação, o destinador manifesta juízo positivo sobre a competência do destinatário, que se tornará capaz de entender as questões propostas no discurso.

## **1.2 - Aspectos do nível discursivo**

No nível discursivo, as estruturas se apresentam mais complexas e semanticamente mais elaboradas do que as estruturas dos níveis fundamental e narrativo. Nesse nível, “as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação” [BARROS, 2003:53]. O sujeito da enunciação faz escolhas referentes a pessoas, espaço, tempo, figuras, transformando a narrativa em discurso.

O discurso corresponde ao plano de conteúdo, onde permanecemos no subsolo do sentido. Somente quando nos debruçamos sobre o conteúdo que se manifesta no plano da expressão é que encontramos o texto. Trataremos neste capítulo, pois, da instância da enunciação do discurso de criação da Universidade de Brasília.

O texto do Plano Orientador é o resultado de um ato de produção de um discurso. A enunciação é o ato de produção desse discurso, é uma “instância lingüística, logicamente pressuposta pela existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)”. É a instância de um eu-aqui-agora. “Com efeito, o sujeito da enunciação é sempre um eu, que opera, ao realizar a produção discursiva, no espaço do aqui e no tempo do agora” [FIORIN, 2005:56].

O sujeito da enunciação, chamado de enunciador, é um eu destinador que se dirige ao outro sujeito que também faz parte da enunciação, o enunciatário, um tu destinatário. São sujeitos implícitos e logicamente pressupostos pelo enunciado, podem ser definidos, enfim, como as “vozes” construídas pelo próprio texto ou como instâncias que substituem simbolicamente no texto seu autor e leitor reais.

O enunciador do texto do Plano Orientador, definido na apresentação do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, pela citação de seus membros efetivos, suplentes e coordenadores de curso, caracteriza a elite intelectual interessada em modernizar o ensino

superior brasileiro, adequando-o ao espírito desenvolvimentista da década de sessenta. O enunciatário, segundo papel do sujeito da enunciação, é formado pela sociedade brasileira, figurativizado pelo grupo de professores e alunos da UnB.

Analisando as marcas deixadas pelo sujeito da enunciação no enunciado, podemos reconstruir a enunciação, criar linhas de interpretação sobre as relações com o texto produzido, identificando os mecanismos de persuasão utilizados pelo enunciador para convencer o enunciatário, esclarecendo o que o instante da enunciação oculta. Para facilitar nossa análise, a semiótica oferece uma operação denominada *debreagem*, onde são consideradas as categorias de pessoa, espaço e tempo projetadas no discurso no momento da enunciação,

A enunciação projeta, para fora de si, os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso, que não se confundem com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. (...) Em outras palavras, o sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. [Idem, 2003:54]

Descrevendo, portanto, os procedimentos discursivos que estruturam os textos, visualizaremos mais claramente caminhos para interpretar os sentidos neles apresentados. Todo discurso busca persuadir seu destinatário a atingir um determinado fim. Os diversos mecanismos que organizam um texto produzem efeitos para copiar o real e convencer o destinatário da sua própria verdade. Greimas & Courtés, no *Dicionário de Semiótica* [Idem, 1979:136], chama essa produção de sentido de “impressão de ‘realidade’ produzida pelos nossos sentidos, quando entram em contato com o sentido”.

O enunciador constrói discursos que criam efeitos de sentido de “verdade”, que parecem verdadeiros, mas esse parecer verdadeiro é interpretado como ser verdadeiro, a partir do contrato de veridicção estabelecido entre enunciador e enunciatário. Esse contrato determina as condições em que o enunciatário vai interpretar o discurso, considerando-o verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto. Com uma confiança anteriormente estabelecida entre os sujeitos da enunciação, a interpretação do discurso se dá, sobretudo, pela persuasão do enunciador para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção e as compare com seus conhecimentos e convicções, assumindo, então, o que é formulado no discurso.

No Plano Orientador, o discurso é manifestado pelo texto verbal, escrito em uma editoração muito bem cuidada, de capa dura, edição de luxo, composta em um formato (30X25 cm), maior do que as publicações comuns da época. A publicação não possui numeração de páginas, detalhe marcante que sugere e reforça a idéia de unidade, de integralidade.

O projeto em forma de livro está muito bem ilustrado com fotos coloridas e em preto o branco. Há também os croquis utilizados pelo arquiteto Lúcio Costa no projeto urbanístico de Brasília, que foram reproduzidos integralmente no Plano. O croqui colorido do primeiro Plano Piloto da Universidade, também desenhado por Lúcio Costa, ocupa as duas páginas de meio da publicação e está em absoluto destaque, bem como os croquis coloridos da Praça Maior, desenhados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O desenho da Praça Maior mereceu destaque em uma página de extensão dobrável sob o título: “Riscos de Oscar Niemeyer para a Praça Maior da Universidade de Brasília”. Essa editoração diferenciada confere à publicação um destaque que intensifica o impacto de sua projeção signica e visual.

A linguagem verbal-escrita, formal e quase jornalística, serve para assinalar distanciamento, dar autoridade e credibilidade ao discurso que em diversos momentos se apropria de outros textos que, compilados, compõem o discurso geral do Plano Orientador, unificando a idéia geral do projeto da Universidade, associando-o, como veremos adiante, à modernidade do país, da nova capital e a um novo contexto de ensino. Apesar do texto se referir ao ambiente acadêmico, científico, o uso da linguagem jornalística amplia o alcance do discurso, além de dar-lhe mais dinâmica e objetividade.

No programa em análise, apontaremos, primeiramente, no decorrer desse capítulo, os efeitos de sentido que se repetem ao longo da estrutura do discurso e que fazem com que o enunciatório interprete o discurso como verdadeiro. Partindo, portanto, do texto verbal, e considerando os diversos sujeitos presentes na enunciação, dividiremos nossa análise em quatro temas, que reúnem os diferentes textos do Plano Orientador que foram associados simbolicamente em nossa análise e, juntos, revelam a estrutura discursiva do Plano Orientador da Universidade de Brasília.

### **1.3.1 - A equipe de cientistas – O destinador**

O discurso é social, ele é o lugar onde ocorrem as coerções sociais, onde coabitam diversas vozes, e esse aspecto está muito aparente no Texto do Plano Orientador. A maioria dessas vozes utiliza uma linguagem sintética, clara e direta. O primeiro texto do Plano Orientador faz a apresentação oficial da equipe de professores, acompanhados de seus títulos e cargos dentro da estrutura da Universidade.

Tanto em uma coluna do lado esquerdo, quanto na página do lado direito do texto de apresentação do Conselho Diretor, dos Coordenadores de Institutos, da Editora e dos Coordenadores dos Cursos-Troncos, está em destaque a referência à Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que cria a Fundação Universidade de Brasília. O destaque produz um efeito de “verdade”, dando credibilidade ao discurso.

A apresentação feita na terceira pessoa, projetada na enunciação, reitera o efeito de “verdade”, estabelecendo um afastamento do que é dito, necessário para dar ao discurso credibilidade acadêmica. Esse efeito de objetividade é utilizado para apresentar um dos pilares mais importantes do novo conceito de academia proposto no projeto da UnB, o sistema de fundação que asseguraria o caráter autônomo, não governamental, da instituição.

O grupo de especialistas que discutiu o projeto de criação da Universidade de Brasília misturava tendências sobre o papel do Estado na sociedade, mas a maioria concordava com a idéia de que o ensino universitário deveria ser autônomo, dinâmico, com uma visão progressista, e desenvolvesse modelos alternativos que possibilitassem a inserção de um profissional com novo perfil no mercado. Um profissional que se adaptasse às suas diversidades, trabalhando de forma coletiva e agregadora, que sustentasse e desse ritmo ao crescimento e modernização do país.

A criação do curso de Artes e Arquitetura da UnB, em 1962, foi cuidadosamente articulada como marco simbólico de ruptura, uma vez que parte da elite brasileira, representada por “partidos políticos e ideológicos que tinham nas classes trabalhadoras sua referência política principal” [CUNHA, 1983: 51], [adotou] “estratégias que procuravam expressar a solidariedade dos interesses de todo o povo, de toda a nação, inclusive de setores da burguesia industrial”. [Idem, 1983: 51]. Esses partidos tinham como plataforma comum as



reformas de base, dentre as quais se destacava a Reforma Universitária, que promoveria a modernização do ensino superior em função dos interesses populares e das enormes necessidades da indústria brasileira, que carecia de técnicos especializados nas mais diversas áreas.

Além das questões partidárias e seus projetos políticos, um novo projeto de ensino universitário reunia diferentes gerações de educadores e cientistas que viam a educação como a solução possível para a evolução econômica, cultural e política do país. O Plano Orientador da UnB lançado enquanto o primeiro anteprojeto aprovado pelo Congresso Nacional já estava em funcionamento efetivo há quase cinco meses, apresenta-se como a construção simbólica dessa mentalidade.

De toda a equipe que participou da criação da UnB citada na contra-capa do Plano Orientador, merece destaque especial uma personalidade que representou de forma integral e decisiva, o ideal de elaboração do projeto universitário para o Brasil, o educador e membro do primeiro Conselho Diretor da UnB, Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira pertencia a uma geração de intelectuais que se deixou contagiar pela onda progressista que atingiu o país após a Revolução de 30 e que acreditava ter chegado o momento de reconstruir a educação no Brasil. Esses educadores eram defensores incondicionais da escola pública, integralizadora e democrática, e sofriam forte oposição dos pensadores católicos, que defendiam o ensino religioso e a escola privada e atomizada.

Teixeira foi um dos signatários do manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), considerado um divisor de águas entre educadores progressistas e conservadores. A política educacional dos primeiros anos do Estado Novo expressava essa oposição. Teixeira fez parte da equipe inicial do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado pelo Estado Novo, integrando a comissão encarregada dos estudos relativos à reorganização do Ensino Secundário. Como Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, Rio de Janeiro, criou um verdadeiro sistema de educação integrado às condições da antiga capital, que compreendia desde a pré-escola, os jardins de infância até a universidade.

No ensino superior, Anísio Teixeira coordenou a equipe de criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em abril de 1935. Essa instituição funcionou somente por quatro anos, tendo sido incorporada, em 1939, à Universidade do Brasil (UB), mas marcou a história da universidade brasileira. Há muito em comum entre esses dois projetos, sobretudo pela ruptura promovida no ensino das artes, por professores identificados com o movimento modernista brasileiro.

A UDF foi uma instituição que encarnou as ambigüidades das instituições e do pensamento dos intelectuais de sua época. A tentativa de construção de um campo cultural através dessa universidade trazia duas marcas fundamentais: já era politizada antes mesmo de se estruturar e já era concebida mais como instrumento político do que como lugar de produção científica. [MARTINS, 1987: 81].

O governo revolucionário elaborou seu projeto universitário tomando medidas que se estenderam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, até a criação da Universidade do Brasil, em 1937. Em 11 de abril de 1931, foi sancionado o projeto de Reforma do Ensino Superior, conhecida como Reforma Francisco Campos, que regulamentava a universidade em praticamente todos os seus aspectos. Essa reforma era fruto

do pensamento autoritário da nova composição das elites brasileiras e apresentava um caráter coercitivo e centralizador. A UDF de Teixeira era uma instituição surgida dentro do Estado, mas que pretendia ser autônoma em relação a ele. [Idem, 1987:81]

Para o educador, a liberdade de pensamento e de crítica era uma conquista a ser realizada pela imaginação, pela atmosfera de saber que reuniria todos os empenhados na tarefa de formular intelectualmente a cultura humana. É fácil perceber as similaridades entre a proposta da Universidade de Brasília (1962) e a da UDF (1935), e entender a forte reação das elites contra os dois projetos.

Como a Universidade de Brasília, a UDF foi criada em torno de uma escola de educação, uma escola de ciências, uma escola de filosofia e letras, uma escola de economia e direito e um instituto de artes. Por não ter o aval e a oficialidade do Governo Federal, como a UnB, a instituição não tinha sede própria. Utilizava o espaço físico de outras instituições, como a Escola Politécnica, as escolas primárias municipais José de Alencar e Rodrigues Alves e o Instituto de Educação, onde funcionou temporariamente a Reitoria. No entanto, nenhum problema de acomodação física suplantava a idéia de estar participando de uma experiência revolucionária dentro da história da educação universitária brasileira. Sobre esse ambiente, Clarice Nunes afirma:

A UDF estava grávida de possibilidades. Seu caráter de rebeldia em relação às instituições universitárias existentes era dado pelos seus cursos, ditados pela experiência de cada docente em suas áreas específicas. O curso de pintura mural e cavalete, para citar um exemplo, em tudo se contrapunha ao que já vinha sendo desenvolvido na Escola de Belas Artes. O academicismo aí hegemônico não tinha vez na UDF. Portinari, segundo depoimento de seus alunos, ensinava a trabalhar com todos os materiais, quer fosse tinta francesa, tinta nacional e até pigmentos. Do pincel redondo até a bucha de pano, o dedo e a escova de dente. A imaginação viajava no material, no desenho e na cor. [NUNES, 2000:318]

A democratização do ensino e a arte moderna eram lemas que andavam juntos, e o Instituto de Artes da UDF, que reunia entre outros, Mário de Andrade, Villa Lobos, Gilberto Freyre, Andrade Muriry, Lúcio Costa, Carlos Leão, Lorenzo Fernandes, Celso Antônio, Guignard e Portinari, era um grito que incomodava o conservadorismo em muitos aspectos.

Criou-se um instituto onde coexistiam todas as artes, visando uma criação unitária, abrangendo a arquitetura, o urbanismo, a escultura, a música. O novo Instituto, além do atelier de pintura confiado à Portinari, nos moldes de uma oficina renascentista, teve ainda uma unidade de ensino voltada para as artes industriais, em particular as gráficas e de indumentária. Música e arquitetura eram aí lecionadas em nível de pós-graduação. Além disso, buscava-se estender os novos conhecimentos a maiores camadas da população, através de cursos de extensão universitária. [FROTA,1993:19]

Na instância da enunciação do discurso do Plano Orientador, o enunciador (equipe de criação apresentada em contracapa) espera que o enunciatário identifique, em seu discurso, a voz de um dos ícones da história da educação brasileira, figura que funciona como catalisador dos significados da primeira experiência de um novo modelo de universidade para o Brasil, desarticulada, em 1939, pela pressão, sobretudo da Igreja católica, e pelo autoritarismo do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema. Esse recurso semântico é chamado de ancoragem:

Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou existentes”, pelo procedimento semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso, preenchendo-os com traços sensoriais que os “iconizam”, os fazem “cópias da realidade” [BARROS,2003:60]

Na análise do Plano Orientador, a caracterização clara e ampla do destinador é importante, pois o destinatário — intelectuais, educadores, professores, auxiliares de ensino, alunos e a sociedade brasileira de modo geral — poderá se identificar com o projeto e assumir seus novos paradigmas, vislumbrando um novo momento de modernização e crescimento para o ensino superior brasileiro, dando a Universidade de Brasília a nobre missão de ser a precursora desse novo momento.

Definidos os principais agentes de nossa análise, passaremos então ao estudo das associações temáticas nelas desenvolvidas, para que possamos visualizar os procedimentos argumentativos construídos no discurso.

### **1.3.2 - A missão da Universidade de Brasília**

A identificação simbólica da UnB com a missão transformadora e precursora de um novo momento no ensino universitário brasileiro é assumido, no Plano Orientador, em um texto estrategicamente posicionado, imediatamente após a apresentação dos membros do Conselho Diretor da Universidade, intitulado “A Missão da Universidade de Brasília”, já mencionado nesta pesquisa.

O enunciador equipe de elaboração do Plano Orientador, nesse momento do discurso, delega voz a interlocutores, também sujeitos da enunciação. Esse mecanismo de ancoragem de pessoas, espaços e tempos, no discurso, cria o efeito de sentido de realidade, pela simulação de diálogo entre os vários intelectuais co-participantes no projeto.

Quando, no interior do texto, cede-se a palavra aos interlocutores, em discurso direto, constrói-se uma cena que serve de referente ao texto, cria-se a ilusão de situação “real” de diálogo. [BARROS, 2003:59]

O Presidente da República João Goulart, no dia 15 de dezembro de 1961, sancionou a Lei 3.998 e proferiu o seguinte discurso:

Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçarmos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e os estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para todas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fosse capaz de assegurar a Capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do País. [Plano Orientador – A Missão da Universidade de Brasília, 1962].

O efeito inicial de subjetividade, provocado pela projeção da primeira pessoa na enunciação, não compromete a credibilidade do sujeito, que busca ancorar o texto na história por meio de especificações de pessoas, tempo e espaço. A autoridade da assinatura do Presidente da República possibilita menção ao sentimento nacionalista, desenvolvimentista e ufanista, muito presente na política brasileira a partir do Estado Novo, artifício discursivo

indispensável e necessário, que sustentou a rápida transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central.

Nos três parágrafos seguintes, o interlocutor Presidente retoma o discurso em terceira pessoa, operando uma debreagem enunciativa que produz um efeito de objetividade e afasta o Presidente da enunciação. Essa linguagem formal e “jornalística” ressalta o significado do desafio diante do qual o destinatário se encontrava, manipulando-o em torno de uma sedução, lançando-lhe um desafio:

Esta universidade que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo. [Plano Orientador – A Missão da Universidade de Brasília, 1962].

O interlocutor Presidente destaca o papel da Universidade diante das necessidades do Estado, reafirmando sua “tendência natural” em assessorar os poderes públicos na procura de soluções para os problemas mais graves que comprometiam “a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo”. Apesar da utilização do pronome na primeira pessoa do plural no final do parágrafo, toda sua estrutura, neste momento, está marcada pela objetividade quase que jornalística do discurso. A Universidade idealizada pelos mais renomados cientistas, “luz da experiência nacional e internacional”, tem os instrumentos para assessorar os poderes públicos. Basta que o corpo docente encare o novo desafio. Em seguida, com a autoridade que lhe conferia a Presidência, buscou assegurar:

(...) os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída em forma de uma Fundação para ter a autonomia e ser capaz da responsabilidade indispensáveis a uma instituição universitária realmente livre. [Plano Orientador – A Missão da Universidade de Brasília, 1962].

No último parágrafo, o Presidente João Goulart retoma seu discurso em primeira pessoa. Essa projeção na enunciação reaproxima o Presidente do discurso de criação da Universidade, um efeito de subjetividade que enfatiza a manipulação, seduzindo o destinatário, lançando um desafio final à sua capacidade, seu empenho e seu comprometimento com o novo projeto:

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação assegurada à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram o seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional. [Plano Orientador – Discurso do Presidente João Goulart por ocasião da sanção da Lei de criação da FUB/Fundação Universidade de Brasília, 1962].

Nesta passagem do texto, verificamos que, além de articular a manipulação do destinatário, o destinador, por meio de seu excelentíssimo interlocutor, volta a associar a criação da UnB à constituição de Brasília como centro de irradiação cultural, assunto que seria aprofundado mais adiante, com a entrada, em cena, de outro interlocutor, cujo discurso seria incorporado integralmente ao Plano Orientador.

### **1.3.3 - Atmosfera simbólica de Brasília**

Como se poderia imaginar, a construção de Brasília foi um acontecimento facilitado pelo contexto histórico brasileiro da década de cinquenta. O programa desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) atraiu para o país grande quantidade de capital estrangeiro, provocando forte impacto sobre a economia brasileira, promovendo avanços na área de produção de energia, crescimento industrial e enorme migração para os centros urbanos. A nova capital fazia parte desse projeto desenvolvimentista em direção ao interior do país.

A construção de Brasília é mais um episódio da recorrente tradição brasileira de patrocínio estatal da arte. Segundo a socióloga Angélica Madeira, é importante ressaltar a influência precursora da arquitetura e o alinhamento da arte com o projeto político do governo de Juscelino Kubitschek, que buscava, nas obras de diversos artistas, imprimir a idéia de construção de um marco estético.

A escultura, a pintura, a gravura buscaram modos de tornarem-se mais arquitetônicas, moduladas, seriadas, encaixadas, em suma, mais construtivas. A cidade-capital poderia se considerar a síntese e o cume de um projeto e um processo de modernização e de urbanização bem afinados com os valores internacionais da arte e da política” [MADEIRA, 2002: 189]

O ambiente de modernização introduzido no Brasil pelas máquinas e utensílios domésticos importados de outros países teve um forte e contraditório efeito sobre o cidadão comum. A discussão de temas como o acelerado crescimento das cidades, a ocupação desordenada dos espaços urbanos, até mesmo a disseminação de um certo pendor nostálgico por um tempo mais tranqüilo e seguro, a frustração causada pela desarticulação entre a produção dos artistas modernos e seu público, são um prenúncio das novas relações que se estabeleceriam na sociedade. É certo que esse público, ainda que heterogêneo, refletia as enormes

desigualdades sociais existentes no país.

A relação entre o projeto da UnB e o projeto da cidade é uma das linhas de significação importantes na construção do discurso de criação da nova Universidade. Após o texto do Presidente, o discurso passa a desenvolver sua argumentação em busca do convencimento do destinatário, dando voz a outro importante interlocutor, Juscelino Kubitschek. Esse interlocutor traz sua imagem vigorosamente impressa, tanto no projeto de desenvolvimento econômico do país, quanto na transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, dois anos antes da Lei de criação da UnB. O texto abaixo está em destaque, em uma página inteira, posicionado acima de uma fotografia do Congresso Nacional.

Deste planalto central,  
desta solidão que em breve se transformará  
em cérebro das altas decisões nacionais,  
lanço os olhos mais uma vez  
sobre o amanhã do meu país e antevejo  
esta alvorada com fé inquebrantável  
e uma confiança sem limites  
no seu grande destino.  
[Plano Orientador da UnB - Juscelino Kubitschek de Oliveira  
Brasília, 2 de outubro de 1956]

O discurso delega voz ao grande criador do “eldorado” brasileiro, Juscelino Kubitschek, em forma de poesia. Essa operação produz efeitos de “realidade”, quando em discurso direto, “constrói-se uma cena que serve de referência ao texto, cria-se uma ilusão de situação ‘real’ de diálogo”. [Idem,2003:59]

No texto de JK acima citado, podemos destacar a ancoragem actancial, temporal e espacial, procedimento de obtenção de ilusão, onde o leitor reconhece como reais a data (2 de outubro de 1956), o local (Brasília) e a pessoa Presidente Juscelino Kubitschek. Esses elementos especificam e concretizam o tempo, o espaço e os atores do discurso. Essa ancoragem do texto na história cria a ilusão de referente que estabelece o fato como verdadeiro.

A projeção, na enunciação, da primeira pessoa estabelece uma relação repleta de subjetividade, reforçada pelo formato poético do texto, o que reforça um efeito de sentido de contemporaneidade, presente numa associação implícita entre

projeto de Brasília, ruptura com o atraso e o subdesenvolvimento do passado — e o projeto da Universidade de Brasília — ruptura com o elitismo e o conservadorismo.

Esse efeito de sentido de contemporaneidade implícito aparece pela composição seqüencial da estrutura discursiva do texto e leva o destinatário a relacionar os dois eventos que passam a fazer parte de um mesmo projeto em sua argumentação. É como se os dois acontecimentos, o de 1956 e o de 1962, conservassem uma certa lógica cronológica.

Como já mencionamos, não temos a intenção aqui de desenvolver uma análise mais aprofundada das imagens dispostas no Plano Orientador, mas as palavras de JK, que estão em destaque em uma página inteira<sup>7</sup> e exclusiva, estão acompanhadas por uma fotografia onde estão expostos os cinco blocos que compõem o Congresso Nacional, símbolo monumental de maior identificação simbólica com Brasília, com a democracia e com a marca pessoal do ex-presidente. A composição simbólica, construída entre o texto e a fotografia, produz um efeito de “síntese”, que reúne a imagem construída em torno do Presidente, o poder político, personificado na imagem do prédio do Congresso Nacional e a cidade símbolo desse poder. Essa articulação reforça a credibilidade do texto do Presidente Kubitscheck.

Em seguida, dedicando-se ainda à construção dos vínculos simbólicos entre a UnB e a capital recém inaugurada, o discurso dá voz a outro importante interlocutor, o urbanista e arquiteto Lúcio Costa, reproduzindo, na íntegra, o texto de seu relatório contido no Plano Piloto de Brasília. Mais uma vez o efeito de realidade decorre quando, no interior do texto, cede-se a palavra a esse novo interlocutor, que constrói uma cena que serve de base ao texto.

Nesse relatório, o vencedor do concurso do projeto urbanístico da nova capital indica, em 23 itens e 15 croquis, as linhas de planejamento urbano de Brasília, em um discurso proferido na primeira pessoa do singular, repleto de subjetividade, produto de uma debreagem enunciativa. O discurso conecta-se à gênese da cidade, à concepção original de seu traço urbanístico, desde os “dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, [Plano Orientador – Relatório de Lúcio Costa – Plano Piloto de Brasília] até a fácil execução e simplicidade do risco como sugere o texto a seguir:

E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro,

---

<sup>7</sup> O Plano Orientador da UnB não apresenta numeração de páginas, portanto, o texto poético de Juscelino Kubitschek aparece logo em seguida ao texto do Presidente João Goulart.

rodovia que poderá ser construída por partes — primeiro as faixas centrais com um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. [Plano Orientador – Relatório de Lúcio Costa – Plano Piloto de Brasília]

O traço moderno simples, programado para dar rapidamente monumentabilidade à cidade capital, explicita as duas fases desse novo paradigma moderno. A construção deste mecanismo de manipulação discursiva reforça o efeito de contemporaneidade, sugerido anteriormente pelo Presidente JK, em sua fala, pois, segundo Fiorin:

Os valores temporais é que constituem, de fato, o tempo, que é a categoria pela qual se indica se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior em relação a um momento de referência presente, pretérito ou futuro, ordenado em relação ao momento da enunciação [Op. Cit.: 61].

Lúcio Costa, planejador oficial da capital, cumpre seu papel na manipulação do destinatário, realçando os atributos inerentes a uma capital com o que ele chama de “uma certa dignidade e nobreza de *intenção*”, buscando amenizar o seu caráter monumental, muito criticado na época, transferindo o significado de monumentabilidade para sua função de irradiadora cultural, que seus criadores gostariam que ela assumisse. Essa intenção fica clara na seguinte passagem do relatório de Lúcio Costa:

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e agradável, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. [Plano Orientador da UnB, 1962].

A argumentação elaborada em torno da associação da idéia de Brasília e a criação da UnB será finalizada na seqüência do Plano Orientador, em um texto intitulado: *Brasília Hoje*. O texto não apresenta explicitamente o autor, por isso deverá ser atribuído à equipe de professores executores do Plano Orientador da UnB. *Brasília Hoje* ocupa meia página do livro e está acompanhado por uma fotografia aérea, que mostra a imagem de quadras residenciais de Brasília. A imagem das quadras residenciais revela o espaço mais íntimo da cidade, aproximando seu projeto original da realidade de seus habitantes.

O enunciador produz efeito de realidade e contemporaneidade, ancorando temporalmente e espacialmente o discurso. Esse procedimento semântico de concretizar os espaços, o tempo e os atores cria a ilusão de fato verídico, de notícia verdadeira, como uma cobertura jornalística sobre as relações simbólicas implícitas entre a Universidade e a Cidade.

O enunciador produz seu discurso em terceira pessoa, conduzindo com ilusória objetividade um discurso onde Brasília será primeiramente localizada geograficamente. Suas características revelam um ecossistema claro e um passado despovoado. Na segunda parte do texto, Brasília é caracterizada temporalmente como uma etapa em andamento de um grande projeto de desenvolvimento para o país. O texto é reforçado pela imagem das quadras residenciais, pois o enunciador espera que o enunciatário reconheça a cidade moderna que já possui espaços vivenciais e um passado.

A relação de atualidade é construída em uma seqüência que vai desde o “antes” — caracterizado pela localização geográfica da cidade, com suas características climáticas e



demográficas anteriores a sua inauguração — até o “agora” com a estrutura existente após dois anos de construção oficial. Esse efeito de sentido demonstra o quanto o projeto de criação da cidade é dinâmico e permite que ela rapidamente floresça com visível atualidade.

Identificamos que o espaço do nosso enunciado é o “lá”, construído pelo recurso da metonímia, em que parte ou o detalhe são articulados para sugerir o todo que está sendo composto pelas informações geográficas, hidrográficas, climáticas e demográficas. O aumento demográfico após a inauguração oficial da cidade, conduz ao aqui e ao agora, onde estão concluídos,

os palácios, os ministérios e a maior parte das sedes dos órgãos públicos, moldados pela linha bela, audaciosa e inconfundível de Oscar Niemeyer.

Ao longo das duas asas distribuem-se milhares de apartamentos e casas, ordenados não nos arruamentos tradicionais das cidades que até agora se conhecem, mas na composição infinitamente mais rica das Super-Quadras planejadas por Lúcio Costa e que constituem, seguramente, uma das criações mais originais do plano urbanístico de Brasília. [Plano Orientador – Brasília Hoje, 1962].

A cidade está pronta para receber sua população. O cenário está montado no centro do país, acessível no “aqui” do enunciado, que remete ao ato da enunciação. Há uma diversidade cultural oriunda de todo o país. Essa argumentação, presente no último parágrafo do texto Brasília Hoje, cria um efeito de sentido que identifica simbolicamente o enunciatário com essa diversidade. Essa identificação não é explícita, mas, assim como na cidade, a Universidade recebeu pessoas de todo o país e essa associação aproxima ainda mais o enunciatário do discurso do enunciador:

Colocada no centro do país, Brasília se comunica com as capitais de todos os Estados em 2 e no máximo 3 horas de vôo, e com todos os Estados da Federação, por meio de estradas rodoviárias, algumas asfaltadas. [Plano Orientador – Brasília Hoje, 1962].

Os procedimentos discursivos em relação à pessoa, ao tempo e ao espaço constroem um discurso objetivo de “desenvolvimento” e “identificação”, tanto pela diversidade cultural, facilitada pelo posicionamento geográfico da nova capital, quanto pelo início de mais uma etapa de construção dessa diversidade cultural, promovido pela criação da Universidade de Brasília.

Esses mecanismos discursivos são utilizados pelo enunciador para convencer o enunciatário de que, se ele aceitar o que está articulado no discurso, ele também fará parte desse projeto de construção cultural e desenvolvimentista. Portanto, em nossa análise, os efeitos de sentido instalados pelo enunciador no discurso têm a intenção de levar o enunciatário a interpretar o discurso do Plano Orientador como verdadeiro, real, atual, contemporâneo e presente.

#### **1.3.4 - Uma crítica ao ensino superior brasileiro**

Após finalizar a estruturação dos vínculos do projeto da UnB com o projeto de construção cultural da nova capital, no texto *Brasília Hoje*, nossa análise se dedicará à investigação de outro importante tema da construção discursiva do texto do Plano Orientador: a crítica ao sistema educacional brasileiro. O texto base nesta análise está inserido após a apresentação da Lei de criação e é apresentado com o título: *O Plano Orientador em*

*Desenvolvimento*, acompanhado de um subtítulo: *Diagnóstico do ensino superior no Brasil*. Abaixo do subtítulo, em uma formatação diferenciada, típica de textos de apresentação, encontra-se um pequeno texto, em itálico, que esclarece a origem e dá referências sobre o texto:

Ao apreciar a Mensagem que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira encaminhou do Congresso Nacional, no dia da inauguração de Brasília, solicitando autorização para instituir a Universidade de Brasília, o senador Jarbas Maranhão procedeu uma análise acurada da situação do ensino superior no Brasil, da qual reproduzimos alguns tópicos. [Plano Orientador da Universidade de Brasília – O Plano Orientador em Desenvolvimento, 1962]

Introduzindo fragmentos do discurso do Senador Jarbas Maranhão, proferido por ocasião da assinatura da lei de criação da UnB no texto do Plano Orientador, o enunciador busca construir um discurso de ruptura, visto que as primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil, apesar das peculiaridades, não se diferenciavam muito do modelo atomizado adotado em toda a América Latina, onde não havia um projeto de desenvolvimento anteriormente elaborado ou sequer um modelo próprio adequado à realidade do país. Essa é uma cultura que só será incorporada à sociedade brasileira na segunda metade do século XX. [Plano Orientador da Universidade de Brasília – O Plano Orientador em Desenvolvimento, 1962].

Esse recurso é recorrente no Plano Orientador, o enunciador introduz mais um interlocutor na construção de seu discurso, operando uma debreagem interna, construindo uma cena, um simulacro que cria a ilusão de diálogo real. Esse efeito de realidade é reforçado pela ancoragem actancial, temporal e espacial do texto que reforçam tal ilusão. O Senador Jarbas Maranhão pronunciou seu discurso, após apreciação da Mensagem nº 128 de 1960, enviada pelo então presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional, no dia da inauguração de Brasília, em uma Mensagem que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília – FUB.

O enunciador dá voz ao interlocutor Senador, que profere seu discurso na primeira pessoa do plural, criando, artificialmente, um efeito de subjetividade, que o aproxima do discurso do enunciador. Ao usar “contamos”, ele assume o discurso do Plano Orientador, apresentando ao leitor (enunciatário) a proposta de diagnóstico do enunciador.

Esse mecanismo de convencimento ainda é reforçado por citações detalhadas que dão veracidade ao discurso do enunciador. Por exemplo, ao “diagnosticar” o ensino superior no Brasil, são citados números, estatísticas, para dar amplitude ao problema da carência de instituições que ofereçam oportunidade de boa formação aos estudantes universitários brasileiros. O enunciador afirma que, se comparado à população de estudantes universitários de outros países, no Brasil a população é “quadro vezes menor que na Argentina e 20 vezes menor que nos Estados Unidos da América do Norte”. Esse procedimento da semântica discursiva de ancorar o tempo e o espaço dá credibilidade ao que é dito.

Começa aqui a ser articulado um aspecto importante do discurso do destinador, que vincula a expansão da estrutura de ensino superior no Brasil às necessidades de crescimento das atividades produtivas e de serviço, ligadas ao crescimento industrial:

A expansão das matrículas no ensino superior na última década fez-se, principalmente, pelo crescimento do número de estudantes de carreiras acadêmicas,

quando, no mesmo período, os progressos alcançados no processo de industrialização, impondo uma técnica crescente das atividades produtivas e dos serviços, passaram a exigir contingentes cada vez maiores de técnicos altamente qualificados, estabelecendo-se, deste modo, uma grave defasagem entre os requisitos básicos do desenvolvimento e a organização do ensino superior. [Plano Orientador da UnB, 1962]

Esse aspecto do discurso é curioso, pois, durante pelo menos cinco, dos seis itens relacionados no texto pelo enunciador Senador Jarbas Maranhão, há uma ênfase muito acentuada no aspecto quantitativo do crescimento de escolas, é o que podemos verificar no trecho a seguir:

Provavelmente, ainda mais grave é o caso da Engenharia que, graduando anualmente menos de 2.000 profissionais das várias especializações tecnológicas, está ameaçando de levar a um colapso o processo de industrialização, por falta de técnicos capazes de manter o ritmo de expansão alcançado por nosso parque fabril e de promover a exploração dos recursos naturais do país, de modo a oferecer mais amplas oportunidades de emprego e de renda à população. [Plano Orientador da UnB, Plano Orientador em desenvolvimento, 1962]

As oposições do nível fundamental (Atomicidade vs. Integralidade) são apenas insinuadas no final do texto do Senador Maranhão, quando o enunciador aponta o duplo malogro que caracteriza a crise do sistema de ensino superior brasileiro, referindo-se não só à quantidade de profissionais oriundos do sistema, mas, também, à qualidade da sua formação, ressaltando a necessidade de reforma “da nossa organização universitária reconhecidamente obsoleta; de libertar o ensino superior das peias burocráticas que tolhem seu desenvolvimento”.

Essa ênfase à quantidade deficitária de instituições revela marcas da falta de comprometimento da elite política brasileira com as questões pedagógicas contidas no projeto da Universidade de Brasília ou, pelo menos, uma tendência em considerar, sobretudo, a deficiência quantitativa de quadros especializados do país:

Para uma população de 70 milhões de habitantes, que cresce no ritmo de 3,1% ao ano, estamos formando, anualmente, cerca de 1.500 médicos. (...) entregue a charlatães e curandeiros, em virtude da disparidade gritante entre o número de médicos disponíveis e a multidão de clientes carecentes de seus serviços profissionais. [Plano Orientador da UnB, Plano Orientador em desenvolvimento, 1962]

O modelo de ensino que vinha sendo construído no Brasil desde o período colonial ficou marcado pelo desinteresse em relação aos problemas do Brasil, atomizado no sentido de desenvolver apenas um caráter essencialmente profissional, especializado, restrito aos cursos de engenharia e edificações, além das áreas jurídicas, limitado a centros urbanos como Rio de Janeiro e Salvador, na Bahia.

A influência cultural francesa não promoveu melhorias quanto à participação da Universidade na sociedade e no desenvolvimento científico desses diferentes países. O modelo de Universidade atomizada, especializada, é reforçado, tendo como objetivo primeiro dar condições aos filhos da elite no exercício de profissões liberais e para assumir cargos político-burocráticos.

Características importantes da Universidade francesa, como a preocupação com a formação e pesquisa científica, no Brasil foram substituídas pela atômica do profissionalismo e pelo culto positivista. Tendo englobado o caráter autárquico da instituição francesa, a idéia de Universidade foi fragmentada e substituída pelo agregamento de faculdades submetidas à burocracia do Estado, ou seja, aqui não foi aplicada a unificação cultural existente na Universidade francesa. Desta forma, segundo M. Lourdes Fávero,

(...) ao final do Império e às vésperas da Reforma de Leôncio de Carvalho (1879), tínhamos no Brasil seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade, ou seja: as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife; as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto. [FÁVERO, 2000:24]

O sistema dual, de elite e massa iletrada, consistia a base estrutural de funcionamento da economia agrícola brasileira, onde um sistema de escolas superiores, predominantemente públicas, assegurava a formação dos quadros de governo e das profissões liberais, acompanhado de escolas primárias e escolas normais e vocacionais.

No texto do Diagnóstico do ensino superior brasileiro, o enunciador reitera os efeitos de sentido que concretizam atores, espaços e tempo, que reforçam cada vez mais a ilusão de realidade e autoridade no discurso, sugerindo que o projeto da UnB “constituiu o único ato firmado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília, num esforço para assinalar a extraordinária significação que desejava atribuir à iniciativa”. O enunciador finaliza sua argumentação reafirmando a importância da nova Universidade para dotar a capital de “autonomia cultural”, que facilitará sua interação com outros centros urbanos do país, exercendo uma função integralizadora.

Após concluir sua argumentação, o enunciador apresenta um gráfico onde está exposta a *Escala Educacional Brasileira* (ANEXO II). O gráfico apresenta as vias de acesso à Universidade de Brasília, desde a escola elementar, primeiro grau de escolaridade, até o doutoramento, etapa final oferecida pela nova estrutura da UnB.

### **1.3.5 - Uma Universidade de Utopia – 1962**

O último tema abordado pelo Plano Orientador da UnB é a argumentação mais importante do texto, onde as oposições do nível fundamental Atomicidade vs Integralidade são colocadas de forma mais clara e vigorosa, posicionando o projeto da UnB em um contexto que vai ser determinante nas articulações discursivas do texto.

A partir de 1920, foram criadas formalmente as universidades no Brasil. Contudo, o modelo seccionado implantado caracterizou-se pela simples agregação de escolas atomizadas, ou seja, escolas preocupadas em apenas difundir conhecimentos especializados já existentes, mantendo sua organização e administração praticamente autônomas, o que agravou o sistema de cátedras instaurado em praticamente todas as escolas, até nas escolas de belas artes e de música.

Seguindo esse modelo, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira instituição a sustentar essa denominação no país, foi o resultado da reunião de três escolas profissionais já existentes, Medicina, Direito e Politécnica. Ainda assim, esse primeiro modelo de universidade sem integração real, ou mesmo parcial, que conservava as características próprias de cada escola, pode certamente ser considerado o primeiro passo na direção de um modelo menos isolado, que só seria efetivado na década de sessenta. Referindo-se à criação da URJ, o educador Fernando Azevedo afirmava:

A verdade, porém, é que sob esta denominação não se lançaram as bases de uma instituição orgânica e viva, de espírito universitário moderno, mas se agruparam apenas, por justaposição, as escolas superiores profissionais já existentes. Problema de tamanha importância e complexidade reduziu-se, por esta forma, com a maior naturalidade, a uma questão de rótulo. [AZEVEDO, 1960: 22]

Apesar de ainda manter uma estrutura isolada, atomizada, promovendo apenas uma relação administrativa entre as diferentes Faculdades, sob a denominação de Universidade, alguns aspectos relevantes podem ser apontados. A criação da Universidade do Rio de Janeiro reacendeu e intensificou as discussões em torno do modelo universitário brasileiro. Nesses debates se destacavam duas importantes entidades de grande atuação na década de vinte, a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

É exatamente contra esse conceito de ensino atomizado que se opunha o conceito de Universidade integral sugerido pelo texto do Plano Orientador da Universidade de Brasília.

Nesta etapa de estruturação do discurso, há um outro importante efeito da enunciação que compõe a estratégia de convencimento do enunciador. Ele projeta na enunciação uma terceira pessoa, estabelecendo uma ilusão de afastamento do que é apresentado, ele comunica os “fatos” e o modo de ver que é um consenso nos países desenvolvidos:

Muitos fatores recomendam a criação em Brasília de uma universidade de tipo novo para o Brasil, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida pelos mesmos como um dos principais motores do seu progresso social, material e cultural. [Plano Orientador – Universidade e desenvolvimento, 1962]

Esse efeito de objetividade é fundamental em qualquer argumentação elaborada no ambiente acadêmico, pois os “fatos” e as “informações” devem ser tratados como dados científicos e consensuais. O enunciador opera um mecanismo de debragem enunciativa que estabelece um aparente distanciamento, evitando, deste modo, assumir a responsabilidade direta sobre o que é dito.

Na última etapa temática do texto do Plano Orientador, a Lei nº 3.998, que cria a Fundação Universidade de Brasília, está em destaque, em uma página exclusiva, onde também está colocado o brasão da República. O efeito de realidade, construído em torno da inclusão da Lei no texto do Plano Orientador, é obtido pela ancoragem de pessoas, espaços e o tempo ao discurso, para que o leitor/receptor reconheça como “real” a lei assinada pelo Presidente João Goulart, por Tancredo Neves, Walther Moreira Salles e pelo Ministro Antônio de Oliveira Britto, no dia 15 de dezembro de 1961. Esse procedimento semântico visa a concretização dos elementos que compõem o discurso, dando-lhe “credibilidade” e “oficialidade”. O Brasão da República, colocado em destaque no alto da página, funciona como outra marca do texto que reforça o efeito de realidade, e deverá ser reconhecida pelo enunciatário como a marca oficial do governo brasileiro.

Antes da apresentação integral da Lei de criação, há duas fotografias que sugerem a cobertura jornalística do evento e reforçam a credibilidade do discurso. Na primeira, o Presidente João Goulart faz seu pronunciamento durante a assinatura da Lei 3.998, ao lado de Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura e do Embaixador Sette Câmara, Prefeito do Distrito Federal. A segunda fotografia é um “flagrante” da primeira reunião do Conselho Diretor da UnB, realizada em 1962, onde estão presentes Frei Mateus Rocha, Hermes Lima, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, Alcides da Rocha Miranda, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A enunciação feita com esses procedimentos jornalísticos distribui o saber de diferentes modos de ilusão: com “imparcialidade” e com “verdade”.

A partir da apresentação da Lei de criação, o enunciador se dedica à construção da idéia de ruptura com um modelo atomizado, partindo da associação do projeto da UnB com o programa desenvolvimentista do governo, implantado no país a partir da década de cinquenta. Sobre essa associação e a construção deste marco de ruptura, o contexto de criação da Universidade de Brasília muito pode nos dizer.

A iniciativa para a execução do projeto surgiu de uma conversa entre o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e três de seus mais importantes colaboradores, o jornalista e escritor Cyro Versiani dos Anjos, o jurista Victor Nunes Leal e o arquiteto Oscar Niemeyer. A preocupação de muitos educadores era que se importasse para Brasília o modelo de Universidade Católica que não buscase promover as mudanças que o ensino superior brasileiro precisava. Todo esse receio viria a se confirmar num futuro próximo, com a proposta de Dom Helder Câmara de construir em Brasília uma universidade católica tradicional, sob a condução dos jesuítas. Essa proposta foi desarticulada pela intervenção de Darcy Ribeiro, que decidiu pela criação do Instituto de Teologia, vinculado à UnB e dirigido pelo dominicano Frei Mateus Rocha [Ribeiro, 1991:127].

O Presidente Juscelino instituiu então um Comitê de alto nível para estudar a questão e elaborar o projeto da Universidade. Cyro dos Anjos e Victor Nunes Leal, convenceram o Presidente a escolher apenas uma pessoa para definir as linhas gerais do anteprojeto, que, posteriormente, seria completado por uma comissão. Eles sabiam que todas as vezes que necessitavam de qualquer informação sobre educação, sobretudo para as mensagens presidenciais, recorria-se a Anísio Teixeira, então diretor do INEP/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do CBPE/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Anísio Teixeira havia sido encarregado por Juscelino Kubitschek de elaborar o Plano Educacional de Brasília, trazendo para a cidade uma série de novidades, como a idéia das escolas-parques, implementadas com sucesso na cidade de Salvador. Segundo palavras do próprio Presidente, sobre o professor Teixeira,

Tratava-se de um idealista, profundo conhecedor das melhores técnicas educacionais, e de um intelectual dotado da visão universalista do papel que competia à juventude desempenhar em face dos desafios do mundo moderno. Só essas qualidades assegurariam de antemão a realização dos dois objetivos prioritários da Universidade a ser criada: renovação de métodos e concepção de um ensino voltado para o futuro<sup>8</sup>.

Anísio Teixeira reuniu sua equipe para trabalhar na elaboração do anteprojeto, na qual se destacava o antropólogo Darcy Ribeiro, que tinha liberdade de ação e permissão para prosseguir com os primeiros contatos. Para Darcy Ribeiro, a criação de uma universidade na Nova Capital era uma oportunidade extraordinária que permitiria rever a estrutura obsoleta das universidades brasileiras, criando uma universidade capaz de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional.

No dia 16 de abril de 1960, o Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, submete ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, por meio da Exposição de Motivos nº 492, o Projeto de Lei de criação da Fundação Universidade de Brasília, onde enfatiza a existência do plano urbanístico de Lúcio Costa de área reservada à Universidade.

Meses mais tarde, por meio do Decreto nº 48.599/1960, o Presidente designou uma Comissão, composta por Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e o Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro dos Anjos, para realizar estudos complementares sobre a criação da FUB.

Apesar do êxito, a trajetória de criação da UnB encontrou resistência tanto por parte de grupos civis como de religiosos. Homens como Israel Pinheiro, primeiro Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), em 1956, e primeiro Prefeito da Nova Capital, que temiam a presença de estudante vistos ao lado dos operários, como elementos de agitação. Prova disso é a doação à Fundação Universidade de Brasília, pelo Conselho de Administração da NOVACAP, de uma gleba situada na Vargem Bonita, distante vinte e oito quilômetros de Brasília, onde, desobedecendo ao planejamento de Lúcio Costa, a Universidade deveria ser construída.

---

<sup>8</sup> Juscelino KUBITSCHKEK, *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1975. p.212.



A transferência da capital para o planalto central intensifica o debate em torno de um novo modelo de universidade para o país. Debate que já vinha se arrastando por muitas décadas. Portanto, a criação de uma Universidade realmente Integralizada, que estabelecesse um diálogo efetivo entre as diversas áreas do conhecimento — como centros de cultura humanística e centros de produção de pesquisa — era uma idéia que vinha lentamente sendo desenvolvida e era preciso despertar na própria sociedade o valor da pesquisa científica.

O programa desenvolvimentista do Estado brasileiro nas décadas de 50 e 60 exigia a modernização do ensino superior, que estava aliada ao projeto de construção da nova capital no Centro Oeste, como nova fronteira industrial. Era evidente que o desenvolvimento das ciências e da tecnologia da época não poderia ser contido pela fragilidade e rigidez do modelo de educação vigente. A industrialização e a diversidade das atividades produtivas solicitavam, cada vez mais, um número crescente de especialistas bem formados e capazes de improvisar e de associar os conhecimentos de várias áreas.

Parte importante da elite intelectual brasileira, reunida no fórum da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1960, reconhecia que as políticas públicas para educação, a partir do Estado Novo, estavam marcadas pela sensibilidade às pressões populares, mas também buscavam a manipulação das mesmas em proveito próprio.

A criação de uma nova utopia universitária promoveria a modernização do ensino universitário brasileiro, agregando-o ao projeto desenvolvimentista do Estado, repleto de contradições. Esse processo previa cursos de formação técnica para jovens da classe média, dedicados à construção de um plano de democratização do ensino.

Esse contexto emoldura o discurso do destinador, resultante da inquietação desencadeada pela necessidade de oferecer um modelo de universidade mais moderno para o país, manifestada por diversos intelectuais da época em conferências, em entidades de classes e, sobretudo, nas páginas dos jornais. Educadores inconformados com a estrutura conservadora e elitista do sistema educacional brasileiro e com seu despreparo para dar suporte ao crescimento exigido pela indústria, sobretudo a partir da década de cinquenta.

Nesta fase de construção do discurso, o Plano Orientador apresenta nova etapa do texto, intitulada *Universidade e desenvolvimento*, onde o destinador procura ressaltar as relações entre o projeto da UnB e o programa de “desenvolvimento” do país.

Em sua argumentação, a equipe de criadores do projeto da UnB deixa claro que a Universidade moderna deveria ser erguida em torno do debate sobre os problemas reais do país, seguindo um movimento que ocorria em muitos países com já consolidado processo de industrialização:

A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil. Somos o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica. [Plano Orientador, Universidade e desenvolvimento, 1962]

Sempre estabelecendo o distanciamento científico por meio do uso da terceira pessoa na elaboração do discurso, o enunciador faz nova ancoragem actancial, temporal e espacial, dando concretude a esses elementos, mencionando países desenvolvidos que já haviam promovido reformas em sua estrutura de ensino superior, para, depois, enfatizar o atraso do Brasil na deflagração dessas mudanças, pois, “ainda hoje”, o processo seria recomendado. A anterioridade entre as reformas nos países desenvolvidos e a proposta de mudanças promovida pela UnB sugere que o enunciatário identifique o atraso do processo no Brasil, lançando-lhe o desafio de “ingressar” e acreditar na reforma do ensino brasileiro, como nos países desenvolvidos, onde elas são identificadas como “um dos principais motores do seu progresso social, material e cultural”.

Mais uma vez, o enunciador associa sensorialmente e simbolicamente o projeto da UnB à idéia de “planejamento”, etapa preliminar que deveria estruturar o crescimento industrial, alavanca do desenvolvimento econômico amplamente disseminado pelo “Plano de Metas” do governo Kubitschek a partir da década de cinqüenta. O planejamento dos recursos humanos, dos quadros que o país iria precisar para enriquecer, passou a ser item fundamental na estratégia de crescimento econômico para o país. Esse discurso será retomado no texto do Plano Orientador da UnB:

Países como o Brasil, que tendo se atrasado neste processo procuram encaminhar-se, agora, para a industrialização e já se compeñtraram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica, de que necessitam, surjam como meros efeitos do progresso material, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de

uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar. Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural. [Plano Orientador - Universidade e desenvolvimento, 1962]

No discurso, os cientistas e educadores brasileiros que se reuniram em torno do projeto da Universidade de Brasília acreditavam que o verdadeiro espírito da educação em um Estado moderno democrático seria criado por um sistema de escolas públicas, onde se oferecessem oportunidades iguais aos indivíduos de diferentes classes sociais, para que eles pudessem exercer sua função social de cidadãos, de trabalhadores, conforme suas aptidões pessoais. O objetivo deste sistema contínuo, integrado e democrático de educação, seria promover a formação cultural geral dos cidadãos, sua formação prática ou vocacional e sua formação para o lazer:

Há poucos anos, este atraso não tinha grande relevância, porque a tarefa dos nossos estabelecimentos de ensino superior era qualificar socialmente, através da diplomação, uns poucos doutores para o exercício de uma medicina só acessível às camadas mais abonadas ou de uma engenharia destinada à construção de casas senhoriais ou de umas tantas obras públicas. [Plano Orientador - Universidade e desenvolvimento, 1962]

O enunciador estrutura sua estratégia de convencimento na idéia de que as escolas superiores do modelo atomizado, comuns em todo o país, serviam a uma elite que mantinha a educação como característica de privilégio, mas que o processo de industrialização exigia novos posicionamentos da política educacional brasileira, e que só um projeto como o da UnB, “inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”. O enunciador projeta na enunciação a primeira pessoa do plural, assumindo o discurso que está sendo apresentado, marca que cria um efeito de subjetividade, uma aproximação do que está sendo dito. Ao utilizar o pronome “nosso” (“nosso” processo de desenvolvimento, e “nosso” atraso), o sujeito assume o discurso do “eu e eles”, apresentado ao enunciatário.

Ao assumir definitivamente o discurso do Plano Orientador, o enunciador reitera a verdade do discurso apresentado por evidenciar a aproximação do cientista

ao discurso do “nós”. Essa aproximação também credencia o enunciador a elaborar uma autocrítica mais densa sobre o que se denomina no texto de “qualificação social” por meio da “diplomação”.

No nível narrativo, o destinador estrutura sua estratégia de manipulação do destinatário, procurando convencê-lo de que a autonomia nacional depende do domínio dos processos produtivos; ele impele o destinatário à ação por meio de uma intimidação, afirmando que o fracasso neste desafio, “justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nos-emos novamente subordinados”.

A mudança de paradigma do ensino superior brasileiro é interpretada pelo enunciador como um mecanismo de “libertação”, onde a autonomia econômica exerce um papel determinante na construção da idéia de modernidade, riqueza e desenvolvimento. Por isso ele afirma em seu discurso que a solução não é somente a qualidade potencial dos profissionais formados pelas escolas brasileiras, e, sim, a multiplicação de quadros, que “acelerasse o ritmo de incremento de nossa produção”, para “podermos” alcançar os países desenvolvidos.

A manipulação do destinador lança um desafio ao destinatário, que é levado a acreditar que,

Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e das nossas condições peculiares de produção e de consumo. [Plano Orientador - Universidade e desenvolvimento, 1962]

Para finalizar sua argumentação, o discurso identifica Brasília como o cenário e a oportunidade perfeita para “iniciar, na prática, esta reforma”. Mais uma vez, o desafio está lançado, “vamos” ser práticos, o uso da primeira pessoa no discurso reforça o efeito de subjetividade, aproximando o sujeito da ação, dando dramaticidade ao discurso nacionalista e populista do enunciador.

Finalmente, o enunciador retoma o discurso científico expresso na terceira pessoa, distanciando-se novamente do discurso, criando o ambiente mais adequado

para apresentar, em três itens, os objetivos estruturais do novo projeto de Universidade para o Brasil:

- a) formar cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo desenvolvimento;
- b) preparar especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência;
- c) reunir e formar cientistas, pesquisadores e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento e à sua aplicação a serviço do homem. [Plano Orientador - Universidade e desenvolvimento, 1962]

Os três itens acima citados, pontuados e destacados em itálico, são identificados pelo enunciador como síntese da capacidade da nova universidade. Aí estão colocadas as três bases que estruturam e constroem o discurso de ruptura com o modelo atomizado de Universidade: a) a reflexão sobre os problemas nacionais; b) a multiplicação dos quadros técnicos para atender o crescimento da indústria; c) a autonomia das instituições universitárias. O texto está acompanhado, nesta etapa, por uma fotografia em preto e branco, que demonstra o grande interesse dos jovens pelos cursos da UnB e em cuja legenda há a seguinte inscrição:

Jovens, que terminaram o curso secundário, se inscrevem aos exames vestibulares da Universidade de Brasília, aos quais se apresentam mais de mil candidatos. [Plano Orientador - Universidade e desenvolvimento, 1962]

A articulação desses três itens, que, insistimos, são a base da idéia de ruptura promovida pelo projeto, está presente em toda a construção discursiva do texto, mas a definição mais direta do conceito de integralidade vai ficando mais clara a partir da apresentação da nova estrutura da Universidade.

Antes de iniciar a apresentação da estrutura da universidade, no texto estão colocadas duas fotografias em preto e branco, que ocupam uma página inteira do Plano Orientador. Na primeira delas, está a imagem da fachada frontal do Palácio do Planalto e, na segunda, está uma imagem noturna da Esplanada dos Ministérios de Brasília. As luzes dos postes de iluminação pública criam uma ilusão de realidade, que aumentam a amplitude das construções. As duas imagens podem ser

interpretadas através dos desdobramentos das linhas de significação, construídas no texto verbal escrito do Plano Orientador. O discurso é construído para identificar Brasília com a construção de uma nova concepção de universidade. Essa possibilidade é reforçada ainda mais pelo texto do arquiteto Oscar Niemeyer, estrategicamente colocado entre as duas imagens:

E espero que Brasília  
seja uma cidade de homens felizes;  
homens que sintam a vida  
em toda a sua plenitude,  
em toda a sua fragilidade;  
homens que compreendam o valor  
das coisas simples e puras  
— um gesto, uma palavra de afeto e solidariedade.  
[Oscar Niemeyer – Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962]

O texto de Oscar Niemeyer, posicionado após a definição clara das capacidades da UnB, sugere a associação implícita entre o perfil dos estudantes e do cidadão de Brasília, idealizado por um de seus fundadores.

Na sintaxe do discurso, mais uma vez, os efeitos de realidade decorrem de uma debreagem interna, quando se cede a palavra a um novo interlocutor que, em discurso direto, constrói nova ilusão de realidade. Esse efeito é ainda reforçado pela ancoragem actancial, espacial e temporal do discurso, que é povoado de elementos que produzem ilusão poética de verdade.

A apresentação da estrutura da universidade inicia-se pelo croqui do seu primeiro plano urbanístico: *Plano Piloto da Universidade de Brasília*, elaborado pelo urbanista Lúcio Costa. Nessa unidade, mais uma vez, o discurso do enunciador é proferido na terceira pessoa, marca que produz efeito de objetividade científica, já mencionada anteriormente. O enunciador opera quase como um narrador distanciado dos fatos:

O campus da Universidade de Brasília foi situado por Lúcio Costa entre a Asa Norte e o Lago, numa área de 257 hectares, correspondente à zona destinada, na Asa Sul, à sede das Embaixadas. É circundada por uma larga estrada que corre ao longo do Lago — a Via da Universidade — no meio da qual se encontra a Praça maior onde se concentram os edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade. . [Plano Orientador – Plano Piloto da Universidade de Brasília, 1962]

O enunciador/narrador localiza fisicamente a Universidade dentro do projeto maior da cidade e, depois, passa a focalizar as diferentes zonas destinadas aos edifícios dos Institutos e Faculdades. O epicentro do plano urbanístico é formado por uma vasta área gramada, que deverá ser desfrutada livremente por todos os alunos da Universidade. Essa descrição espacial apóia a construção da idéia de “integralidade” presente no discurso. A existência de um tronco comum, de onde escoam as diferentes áreas do conhecimento, é idéia sugerida a partir da disposição física das unidades acadêmicas.

O enunciador volta a destacar o efeito de sentido de “integralidade” do projeto pedagógico da UnB, quando apresenta as áreas de intersecção com a cidade, como no bairro destinado às Casas Nacionais da Língua e da Cultura.

O projeto urbanístico da UnB é apresentado detalhadamente, com o intuito de demonstrar que seu planejamento pressupõe áreas de comunicação entre as diferentes áreas da ciência, além da integração com a própria cidade, o que facilitaria o seu estabelecimento como pólo de irradiação científica e cultural. Essa intenção é reforçada pelo pequeno texto de Lúcio Costa que abre a unidade e que já foi citado anteriormente.

Em seguida ao Plano Urbanístico da UnB, está outro texto sem autoria definida, que deve ser atribuída à equipe de elaboração do Plano Orientador. O texto apresenta no título uma indagação: “*Por que criar uma universidade em Brasília?*”. O enunciador produz o discurso na primeira pessoa, no tempo do “então” e no espaço “lá” de Brasília. Essa debreagem enunciativa aproxima o enunciador do discurso e ele pode dizer porque ele vive essa “realidade” e sabe que:

A resposta a esta questão deveria ser óbvia, em fase do número de universidades inviáveis com que contamos, a reclamar recuperação ou mesmo fusão que as torne capazes de funcionar adequadamente. [Plano Orientador – Por quê criar uma universidade em Brasília? 1962]

Essa estrutura repleta de subjetividade pessoal e, até mesmo, certa ironia, sugere ao enunciatário que compare a estratégia comumente utilizada por muitas instituições brasileiras “atomizadas” na procura de um ensino mais adequado.

Em nossa análise, a argumentação discursiva acima citada, elaborada pelo enunciador, produz um efeito de sentido de “realidade” pela ancoragem que o texto faz no contexto histórico brasileiro, por meio das especificações de tempo, espaço e pessoas. “A realidade, porém, nos coloca diante de um problema diferente”. Essa articulação presente no texto reforça o efeito de “verdade” e de “atualidade” do discurso do enunciador e leva o enunciatário a considerar como verdadeira e urgente a avaliação elaborada.

A ancoragem é também manifestada pela vinculação espacial do projeto da UnB e a transferência da capital:

Não se tratava de saber se convinha ou não criar mais uma universidade, nem de examinar a capacidade de recuperação das nossas escolas superiores, mas de reconhecer que construindo-se uma cidade no centro do país e nela instalando o Governo da República, tornara-se inevitável a instituição de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade. [Plano Orientador – Por quê criar uma universidade em Brasília? 1962]

O enunciador descreve Brasília como o cenário perfeito para criação de “uma universidade projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno”, não há lugar mais propício para implantação de um projeto como esse.

A articulação entre a cidade e a universidade, feita dessa forma, cria um efeito de sentido de “realidade” e de “verdade”, onde o enunciatário é levado a encampar a obviedade do projeto, despertado sob um “imperativo inelutável e uma necessidade prática para recomendarem a criação, em Brasília, de uma universidade projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno”.

Em seguida, o enunciador elenca uma lista de funções básicas da nova universidade, revisando todos os pontos já abordados anteriormente, durante a



construção de sua argumentação discursiva. Ele constrói uma síntese da “filosofia” de criação da UnB e destaca, em itálico, suas funções básicas:

*Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.*

*Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.*

*Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe a assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.*

*Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, provavelmente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.*

*Garantir à nova Capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para engajar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.*

*Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.*

*Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo. [Plano Orientador – Por que criar uma universidade em Brasília? 1962]*

Ao concluir a unidade, o destinador estrutura sua manipulação, intimidando o destinatário, sugerindo uma “ruptura” com a universidade “do tipo” tradicional, chamando atenção para os riscos que esse tipo de ensino poderia provocar em uma cidade “artificial”, onde os parâmetros culturais não seriam capazes de dar sustentação aos desdobramentos que um projeto de ensino universitário deve promover:

Nenhuma das funções apresentadas poderia ser exercida por uma universidade do tipo tradicional. Se tais universidades não conseguem funcionar de modo adequado, mesmo nos principais centros culturais tradicionais, numa cidade artificial e nova, sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior. [Plano Orientador – Por quê criar uma universidade em Brasília? 1962]

O enunciador sugere que o enunciatário perceba a artificialidade de Brasília. Esse conceito é utilizado em pelo menos dois momentos no texto, para dar ênfase ao risco que o projeto corre por não dispor do suporte que uma Universidade alinhada com os seus princípios de modernidade demandaria. Para destacar o sentido do assessoramento cultural científico e o sentido de continuidade entre a capital e suas instituições científicas, o enunciador afirma que, no Rio de Janeiro, esse suporte era dado espontaneamente:

Especialistas de todos os campos do saber podiam ser chamados a pronunciar-se sobre cada problema, em todas as fases da formulação de soluções por parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. [Plano Orientador – Por quê criar uma universidade em Brasília? 1962]

Em Brasília, esse assessoramento espontâneo deveria ser oferecido por uma instituição que tivesse sido “projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno” [Plano Orientador – Por quê criar uma universidade em Brasília? 1962], ou seja, os princípios de modernidade desenvolvidos na concepção da própria cidade.

### **1.3.6 - Dependência e Autonomia Universitária**

Antes de dedicar nossa análise à apresentação da estrutura da Universidade de Brasília, gostaríamos de destacar um texto que dá suporte ao desenvolvimento da estrutura da UnB, localizado na página posterior à Lei de criação, mas que, em nossa análise, está associado ao tema: Dependência e autonomia universitária.

O texto é intitulado, *Patrimônio da Fundação Universidade de Brasília*, e está estrategicamente localizado logo pós a Lei 3.998, que cria a UnB, lançando uma inovação, o regime de fundação, que dará suporte jurídico e financeiro à nova instituição:

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural. [Plano Orientador – Lei Nº 3.998, 1962]

O regime de fundação, introduzido pela Lei de criação da UnB, é um destaque importante nas mudanças determinadas pelo projeto. Somente esse novo regime, mais autônomo, e uma nova estrutura administrativa, mais leve, poderiam “assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos” [Plano Orientador – Lei Nº 3.998, 1962] e dotar a instituição de patrimônio e provê-la em suas necessidades de manutenção para que ela pudesse exercer “funções de alta relevância nacional”. [Idem – Lei Nº 3.998, 1962]

O Estado democrático brasileiro reconhece, por meio desse mecanismo, a importância da constituição de uma universidade pública, porém autônoma, que ofereça oportunidades, a partir de uma educação integralizadora, associativa e interdisciplinar, onde, de acordo com seu talento natural, floresceriam as diferenças e as características de cada indivíduo.

Para o destinador do discurso, em função do compromisso com a liberdade e a autonomia, o ensino brasileiro deveria ser laico, afastado da grande influência religiosa que havia sempre caracterizado seus processos educacionais até então, pois a função da educação era promover a formação de cidadãos livres e conscientes, que pudessem incorporar-se de forma mais ativa ao Estado moderno e democrático no qual o país buscava transformar-se. A preocupação da equipe de criação da UnB era evitar que as universidades fossem atreladas ao Estado e desenvolvessem uma percepção do ensino como instrumento capaz de sustentar ideologicamente a elite e preparar seus quadros para ocupar papéis ou funções estratégicas na máquina do Estado.

Pelo princípio da autonomia universitária, a educação não poderia ser vista como instrumento do Estado, regido por um sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas centralizadoras, que deveriam a todo custo ser guardadas, controladas e defendidas, como ocorreu com a Universidade do Brasil no contraditório contexto do Estado Novo.

O enunciador (Equipe de professores organizadores do texto do Plano Orientador) vai exibir, logo após o texto da Lei 3.998, a definição clara de como seria formado o patrimônio da Fundação Universidade de Brasília. Este é um dos

aspectos mais importantes do projeto e figura entre os itens que definem os objetivos estruturais da instituição. Diante do desafio que o contexto político e social sugeria, o discurso é construído primeiramente visando a dotar a

Fundação Universidade de Brasília das condições indispensáveis para o cumprimento de sua alta missão, os poderes públicos lhe asseguram, além de recursos orçamentários anuais, para cobrir as despesas de manutenção, um patrimônio ponderável, destinado a garantir-lhe o máximo de autonomia financeira na fixação de seu programa de implantação e de extensão. [Idem – Lei N° 3.998, 1962]

Para parecer e ser interpretado como “verdadeiro”, o contrato de veridicção, estabelecido entre enunciador e enunciatário, deve determinar as condições em que o enunciatário vai interpretar o discurso. A interpretação do discurso se dá, sobretudo, pela persuasão do enunciador para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção e as compare com seus conhecimentos e convicções, e assumo o que é formulado no discurso. A primeira marca a ser reconhecida é a citação da própria Lei, aprovada em dezembro de 1961, que assegura bens e direitos que vão dar sustentabilidade ao projeto. Os benefícios assegurados pela Lei estão no texto do Plano Orientador, divididos em dois grupos: Recursos Financeiros e Bens Patrimoniais.

No texto, o enunciador apresenta-se utilizando o pronome na terceira pessoa, posicionado-se distante do discurso que é proferido, em uma posição actancial de um sujeito que não pertence à instância da enunciação, utilizando uma linguagem formal que inclui alguns elementos do vocabulário jurídico. É esse distanciamento formal que oferece “objetividade” e “oficialidade” ao discurso.

Tanto a parte do texto que discorre sobre os Recursos Financeiros quanto aquela que descreve seus bens matérias são pontuadas, numeradas e estão acompanhadas de um orçamento bem definido:

<i>Recursos Financeiros</i>	Cr\$
1) Dotação em dinheiro para custear a construção dos edifícios .....	1.000.000.000,00
2) As rendas anuais da Cia. Siderúrgica Nacional pertencentes à União, a partir de 1961, avaliadas em .....	400.000.000,00
3) Fundo rotativo da Editora Universidade de Brasília .....	50.000.000,00
4) Metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, destinada a custear a instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília .....	25.000.000,00

*Bens Patrimoniais*

- 1) Uma área de 257 hectares no Plano Piloto, destinada ao campus da Universidade, no valor nominal de ..... 2.576.532.000,00
- 2) Uma área de 4.000 hectares, situada na Vargem Bonita, a 20 quilômetros da cidade, destinada a instalação da Faculdade de Ciências Agrárias e aos Centros de Pesquisa e Experimentação da Tecnologia do Cerrado, avaliada em ..... 600.000.000,00
- 3) Os terrenos das 12 Super Quadras Urbanas, a saber: ns. 107 -108 – 109 – 110 – 205 – 206 – 207 208 – 307 – 308 – 309 – 310, situadas na Asa Norte da cidade e destinadas à venda ..... 888.000.000,00 [Plano Orientador – Patrimônio da Fundação Universidade de Brasília, 1962]

Em sua manipulação, o enunciador apresenta os altos números relativos à previsão de *Recursos Financeiros* disponíveis para o novo projeto acadêmico. O enunciador não utiliza a palavra “previsão”, para evitar que seu discurso perca credibilidade, citando, além da dotação de recursos diretos do governo, o fundo rotativo da Editora e as rendas anuais oriundas da Companhia Siderúrgica Nacional que de fato nunca custearia a implantação da UnB.

Os *Bens Patrimoniais* da nova universidade são apresentados no texto de forma segura e incontestável. Os números do orçamento, dados em cruzeiros, são marcas da amplitude do projeto e dão “credibilidade” ao discurso, com o objetivo de convencer o enunciatário sobre a qualidade do programa que deverá garantir a manutenção e a autonomia da universidade.

Na conclusão desta fase de seu discurso, o enunciador enfatiza as vantagens que a Lei de criação da UnB estabelece no sentido de permitir,

o direito de importar livremente, com isenção de impostos e taxas alfandegárias, as publicações e os materiais didáticos de qualquer natureza de que necessite (Art. 20). Garantiu-lhe ainda a isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas, bem como franquia postal e telegráfica. [Idem, Patrimônio da Fundação Universidade de Brasília, 1962]

A articulação do enunciador que volta a utilizar elementos jurídicos busca convencer o enunciatário de que ele não precisará esperar muito para usufruir das vantagens propiciadas pela Lei. O rigor da Lei sugere que o enunciatário pode comprovar quase que imediatamente a “verdade” do que é dito no discurso do enunciador.

Retornando à seqüência do texto do Plano Orientador, posicionamos, em nossa análise, o texto: *Governo e administração da Universidade*, ligado à dependência e a autonomia universitária. Essa associação é possível e pertinente, na medida em que o regime de fundação permite a construção de uma estrutura administrativa mais autônoma:

Uma instituição planejada para funcionar em moldes pioneiros, como a Universidade de Brasília, não poderia ser estruturada na forma de autarquia, como ocorre com as universidades brasileiras. O que se recomendava e foi consagrado na lei que a instituiu era a estrutura de Fundação, porque só esta poderia assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos. [Plano Orientador – Governo e Administração da Universidade de Brasília, 1962]

No segundo parágrafo, é possível identificar as ligações simbólicas que ligam o regime de fundação, a universidade e a nova capital:

A iniciativa se impôs, mais uma vez, em vista da necessidade de dotar a nova Capital – produto mais amadurecido da cultura brasileira, especialmente em sua feição urbanística e arquitetônica – de uma Universidade moderna que a tornasse capaz de imprimir às obras que planejará e executará, amanhã, por todo o país, o mesmo sentido renovador que presidiu sua criação. [Idem, Governo e Administração da Universidade de Brasília, 1962]

O enunciador faz a apresentação do Conselho Diretor, destacando sua composição e, sobretudo, a forma adotada na renovação de seus membros. Esse enfoque dá destaque às novas fórmulas que deveriam reforçar a autonomia universitária, aspecto importante da construção do discurso do Plano Orientador:

O órgão supremo da Fundação Universidade de Brasília é o CONSELHO DIRETOR composto de seis membros, nomeados livremente pelo Presidente da República da primeira vez e, daí por diante, renovado, sob seu controle, através da nomeação de novos membros por escolha sobre listas tríplexes elaboradas pelo próprio Conselho. [Idem, Governo e Administração da Universidade de Brasília, 1962]

O discurso tem a função de convencer o enunciatário de que a nova estrutura demonstra clareza e transparência, atributos indispensáveis para assegurar uma maior participação dos professores nas decisões mais polêmicas que, certamente, exigiriam debates entre toda a comunidade universitária:

Uma vez implantados os órgãos coordenadores da Universidade, seu corpo docente terá plena autonomia didática, técnica e científica. Para exercê-la, os professores titulares, adjuntos e assistentes reunir-se-ão em *Conselhos Departamentais*, nas *Congregações de Carreiras* e como *Assembléia Universitária*, órgão deliberativo supremo da Universidade. [Idem, Governo e Administração da Universidade de Brasília, 1962]

Nessa parte do texto, o enunciador condiciona a “plena autonomia didática, técnica e científica” à implantação prática de seus órgãos de representação docente. Ele cria artificialmente uma seqüência hierárquica de conselhos que buscam o sentido “integralidade”, indo do mais simples “Conselhos Departamentais”, ao mais amplo e complexo supremo órgão deliberativo, a “Assembléia Universitária”.

O enunciador realça, também, a aproximação entre os professores e os alunos, discorrendo sobre o regime de tutoria, criado para acompanhar individualmente cada estudante. A articulação orgânica e complementar entre os alunos, os professores e os órgãos coordenadores da Universidade, que envolve desde o órgão supremo da administração da Universidade até o unitário e exclusivo, reforça o efeito de sentido de “universalidade” e “organicidade”, que serão implicitamente associados pelo enunciatário ao conceito de integralidade desenvolvido ao longo do texto. Toda essa cadeia simbólica manifesta a preocupação dos professores, intelectuais e cientistas que elaboraram o projeto da UnB em dar autonomia às instituições educacionais brasileiras que, neste período, nasciam engessadas pelo caráter centralizador da Reforma do Ensino Francisco Campos.

### 1.3.7 – A estrutura da Universidade de Brasília

Observando e descrevendo os procedimentos discursivos que fundamentam o desenvolvimento deste tema, poderemos considerar que o destinatário do texto era formado por professores e alunos que, de alguma forma, já estavam ligados à estrutura inicial que, como visto anteriormente, começava suas atividades com apenas três cursos-troncos de caráter provisório, mas que já permitia visualizar algumas mudanças estruturais, determinadas por um planejamento que há muito se discutia em conferências, congressos e encontros sobre educação.

Naturalmente, os intelectuais mais experientes encarregados da implantação dos novos cursos conheciam o projeto nos seus pormenores, mas havia um grande número de professores e instrutores que só o conheceria mais a partir de seu lançamento oficial.

O texto é o mais extenso dos textos que integram o Plano Orientador. Ele ocupa dez das quase cinquenta páginas do livro, com o título: *Estrutura da Universidade de Brasília*. O texto está intercalado por gráficos bem coloridos, e a diagramação diferenciada em fundo azul imprime um aspecto moderno e unifica visualmente essa parte do texto.

A estrutura da universidade é apresentada, inicialmente, em dois gráficos. No primeiro, é possível visualizar as três etapas progressivas de formação da UnB (ANEXO III). No parágrafo que acompanha o primeiro gráfico, o destinador afirma:

A organização da Universidade de Brasília se baseia na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares. [Plano Orientador, Estrutura da Universidade de Brasília, 1962]

O gráfico (ANEXO III) apresenta, de forma direta e clara, a proposta de ciclo básico comum, que deveria ser concluído em dois anos, aspecto que esclarece, de forma inequívoca, o conceito de integralidade do nível fundamental do discurso, caracterizado como termo eufórico no discurso do enunciador, quando ele nomeia o subtítulo do texto que descreve, na página seguinte, o funcionamento dos Institutos

e Faculdades: “Vantagens do sistema duplo e integrado” [Plano Orientador – Institutos e Faculdades, 1962].

Nos quatro itens que acompanham o gráfico, o enunciador operacionaliza mecanismos que produzem os efeitos de sentido que parecem verdadeiros e que interpretam a realidade para convencer o enunciatário de sua própria “verdade”. Ciente desta preocupação e seguro da confiança estabelecida anteriormente entre os sujeitos da enunciação, o enunciador destaca a proposta de estrutura da UnB, enfatizando a integração entre essas três modalidades de órgãos:

Funcionarão, portanto, em quatro níveis: o básico (4 semestres), que pode estender-se até o bacharelado (6 semestres), o de formação especializada (10 semestres) e o de pós-graduação (14 semestres), ao nível de doutoramento.

As faculdades receberão, pois, alunos já preparados pelos cursos introdutórios e ministrarão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão. [Plano Orientador, Estrutura da Universidade de Brasília, 1962]

O discurso, proferido na terceira pessoa, opera uma debreagem enunciativa, artifício utilizado para manter a enunciação afastada do discurso, como garantia de imparcialidade [BARROS, 2003:55]. Esse efeito de objetividade dá crédito científico ao discurso e facilita a interpretação do enunciatário, de acordo com o contrato de veridicção firmado com ele, desde o início da construção do discurso.

No segundo gráfico (ANEXO IV), estão presentes as três cores nacionais (azul, verde e amarelo). A estrutura da Universidade de Brasília é apresentada em camadas detalhadamente desenhadas. Uma faixa azul para os Institutos Centrais, uma faixa verde para as Faculdades e uma faixa amarela para os órgãos complementares. As cores nacionais estabelecem uma implícita ligação simbólica entre a UnB e o nacionalismo populista que predominava na política brasileira da época.

O segundo gráfico (ANEXO IV) complementa o sentido de “planejamento” e “integralidade” do texto, identificando os oito Institutos centrais (Matemática, Física, Química, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, Letras e Artes), previstos no



plano, as primeiras seis Faculdades (Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Educação, Direito-Economia-Administração-Diplomacia, Ciências Agrárias e Ciências Médicas), responsáveis pelos três anos de curso de formação, além dos oito Órgãos Complementares (Biblioteca Central, Rádio Universidade, Museu da Civilização Brasileira, Museu da Ciência, Editora da Universidade de Brasília, Aula Magna, Habitações e Estádio), previstos no primeiro projeto.

O enunciador expõe o conceito estrutural de funcionamento dos cursos da UnB em quatro níveis: o básico (4 semestres), que pode estender-se até o bacharelado (6 semestres), o de formação especializada (10 semestres) e o de pós-graduação (14 semestres), ao nível de doutoramento.[Idem - Institutos e Faculdades, 1962]. Esses dois gráficos e seus textos servem de introdução para a apresentação da estrutura da UnB, que será descrito na seqüência.

### **1.3.8. Vantagens do sistema duplo e integrado**

As ações do grupo de professores organizadores do Plano Orientador modificam os professores receptores, pela alteração de suas determinações semânticas e modais, a ação do homem pelo homem. “O percurso do destinador-manipulador contém duas etapas hierarquizadas: a de atribuição de competência semântica e a de doação de competência modal” [BARROS, 2003:28]. É preciso que os professores da UnB creiam nos valores da Equipe que elaborou o Plano Orientador, para que se deixem manipular. A principal estratégia de manipulação é apresentar de forma clara as vantagens que o sistema *duplo e integrado* pode oferecer na solução dos problemas mais imediatos das universidades brasileiras.

O texto é intitulado: Institutos e Faculdades. Esse título simples e direto busca desvendar a base da eficácia do sistema da UnB, e o subtítulo: Vantagens do sistema duplo e integrado, explicita esse propósito. Nesta fase do discurso, as oposições semânticas (Atomicidade vs. Integralidade) do nível fundamental vão se tornar novamente visíveis, ou melhor, a Integralidade vai ser semanticamente caracterizada como o termo eufórico. As vantagens do sistema vão sendo

pontuadas em seis itens, onde está sempre ressaltado o sistema duplo (Instituto e Faculdade) e a integralidade (Instituto ou Faculdades).

A formação no sistema duplo e integrado permitiria que os estudantes ingressassem primeiramente nos Institutos para cursos de formação básica, para, em seguida, se encaminhar para estudos profissionalizantes nas Faculdades. O texto *Vantagens do sistema duplo e integrado* está então estruturado da seguinte forma:

- Evita a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, e permite a concentração dos recursos de pessoal. Assim, um único Instituto Central de Química, de Física ou de Biologia pode ser melhor equipado e ter seus recursos melhor utilizados do que com a proliferação de pequenos laboratórios, bibliotecas e equipes dispersas pelas Faculdades, cujos alunos requerem formação básicas nesses campos.
- Dá ao estudante a oportunidade de optar por uma orientação profissional quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia dedicar.
- Proporciona modalidades novas de formação científica e de especialização profissional que o nosso sistema atual pode ministrar. E, graças a esta flexibilidade, atende aos reclamos de qualquer nova modalidade de formação tecnológica por parte do mercado de trabalho, mediante a combinação de certos tipos de formação básica com linhas especiais de treinamento profissional.
- Seleciona melhor os futuros quadros científicos e culturais do país, porque, ao invés de fazer-se esta seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o curso secundário, se decidem por tal orientação, far-se-á dentre todos os estudantes que freqüentem os Institutos Centrais e aí revelem especial aptidão para a pesquisa fundamental.
- Estabelece mais nítida distinção entre as atividades de preparação científica e as de treinamento profissional, libertando as Faculdades da tarefa de formar pesquisadores, que, às vezes, intempestivamente, delas se atribuem, permitindo assim, que cuidem melhor de seu campo específico de ensino e de pesquisa aplicada.
- Enseja uma integração mais completa da Universidade com os setores produtivos que deverão empregar os técnicos que ela formar.

Não é por acaso que o primeiro aspecto apontado pelo enunciador é o baixo custo das instalações e equipamentos, pois a centralização das atividades em laboratórios integrados e comuns de Química, Física ou Biologia evitariam que novos gastos fossem despendidos para atender essas diversas áreas separadamente em pequenos laboratórios. O mesmo raciocínio poderá ser aplicado em um sistema integrado de bibliotecas.

Se a argumentação consiste no conjunto de procedimentos lingüísticos e lógicos usados pelo enunciador para o convencimento do enunciatário, nesse caso, ele decide partir do aspecto mais concreto e visível “multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos” para as questões mais complexas “integração mais completa da Universidade com os setores produtivos”, cuja comprovação prática depende não só da estrutura, mas também da forma com que essa estrutura vai poder se desenvolver na prática diária dos estudantes, que certamente, também oferecerão alguma resistência ao novo princípio de funcionamento da universidade.

Os elementos mais complexos do discurso são apresentados, obedecendo a uma gradação que vai do mais pessoal e individual ao mais geral e coletivo, acompanhados de comentários explicativos. Informações como a opção mais tardia e segura para a definição da área de formação, o surgimento de novas áreas de formação a partir da integração universitária, a seleção de novos quadros científicos e culturais, a distinção entre as atividades de preparação científica e as de treinamento profissional, são articuladas no sentido de construir um conceito sólido, identificado euforicamente nas oposições semânticas de base (Atomicidade vs. Integralidade) do nível fundamental.

A segunda etapa do percurso do destinador-manipulador é a de atribuição de competência modal. Essa fase constitui a manipulação propriamente dita, em que o destinador doa ao destinatário-sujeito os valores modais de querer-fazer, do dever-fazer, do saber-fazer e do poder-fazer. [Idem, 2003:28]

A equipe de professores do Plano Orientador propõe o acordo de implantar o projeto da UnB e seu sistema duplo e integrado, fazendo os novos professores acreditarem no interesse do contrato, enfatizando a integração da Universidade com os setores produtivos, “que deverão empregar os técnicos que ela formar” e criando um cenário perfeito e idealizado de funcionamento do “verdadeiro *campus* universitário”: quando estiver em completa implantação “alunos e professores viverão numa comunidade efetivamente universitária”. Se a “manipulação só será bem sucedida quando o sistema de valores em que ela está assentada for compartilhado pelo manipulador e pelo manipulado, quando houver certa cumplicidade entre eles” [Idem,2003:33], o que se procura produzir é a construção ideal de um convívio coletivo, onde a universidade torna-se a catalisadora de um

saber humanístico que ultrapassa as fronteiras de tempo e espaço, porque vai muito além da formação profissional dos estudantes:

Mestres inteiramente devotados ao ensino e à pesquisa, convivendo com seus alunos no *campus* comum, comporão o ambiente próprio à transmissão da experiência, não apenas através de atividades curriculares como, ainda, através do convívio de da integração pessoal, com o que se poderão plasmar mentalidades mais abertas, mais generosas e mais lúcidas. [Plano Orientador da UnB, 1962]

Por fim, no texto são apresentadas separadamente as propostas de funcionamento estrutural de cada um dos Institutos Centrais previstos no primeiro plano da Universidade. As unidades de ensino seriam responsáveis pela formação dos estudantes durante os dois anos de curso básico. A previsão era que os três cursos-troncos seriam absorvidos por esses Institutos, à medida que eles fossem entrando em funcionamento, até 1964. A unidade dedicada especificamente à apresentação do Instituto Central de Artes será objeto de nossa análise no segundo capítulo desta dissertação.

Para a semiótica, a *performance* surge como uma transformação que produz um novo “estado de coisas”, é a fase em que se dá a transformação central da narrativa. Por isso, neste momento do texto, suspende-se a primeira fase da seqüência narrativa, a manipulação, ou melhor, ela segue implícita. Encaixa-se a aquisição de competência modal, ou seja, os professores entram em conjunção com o objeto modal<sup>9</sup>, simbolizado pelo “sistema duplo e integral da UnB”, e a implantação da nova Universidade passa a ser uma realidade, com seu plano de obra, seu programa financeiro e o plano de cursos para o ano 1962.

Essa performance é sugerida, em nossa análise, em dois textos que, reunidos, posicionam-se na parte final do texto do Plano Orientador. Os dois textos são intitulados: “Programa de cursos para 1962” e “Inauguração oficial do ‘campus’ da Universidade de Brasília”.

---

<sup>9</sup> Objeto Modal – A semântica do nível narrativo ocupa-se dos valores inscritos nos objetos. Numa narrativa, aparecem dois tipos de objetos: objetos modais e objetos de valor. Os objetos de valor são o querer, o dever, o saber e o poder fazer, são aqueles elementos cuja aquisição é necessária para realizar a performance principal.

No primeiro texto (Programa de cursos para 1962), reconsidera a implantação efetiva dos cursos, definindo o prazo mínimo de dois para “construção dos edifícios, a aquisição do equipamento didático e de pesquisa, a organização dos serviços de bibliotecas e outros, bem como para a preparação do corpo docente”. [Idem - Programa de cursos para 1962, 1962].

Há, portanto, um contexto implícito a ser considerado neste texto que foi lançado no segundo semestre de 1962. No dia 2 de março de 1962, foi iniciada a construção de uma área de 13.000 m<sup>2</sup>, distribuída em nove prédios, que abrigariam todos os serviços da Universidade, até que fossem construídos os edifícios definitivos do conjunto universitário. Os professores do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo utilizaram os canteiros de obras das primeiras construções para introduzir os primeiros conhecimentos práticos aos alunos.

O programa de construção de prédios para as instalações físicas foi sendo elaborado de forma a ser executado em etapas progressivas e bem definidas. Na primeira etapa, a idéia era fazer construções simples e versáteis, que poderiam ser adaptadas às novas atividades na medida em que os prédios definitivos das diferentes unidades fossem concluídos. Foi um período muito dinâmico para se levar a efeito a nova universidade: obras diversas e a chegada de grande número de professores, oriundos de diversos locais do país e do exterior que deveriam ser acomodados da melhor maneira possível.

O primeiro vestibular foi realizado nas dependências do Colégio Elefante Branco e do Ginásio da CASEB, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1962. Foram selecionados 413 estudantes, além dos alunos de pós-graduação, vindos de outras instituições de todo o País. As aulas, iniciadas no dia 9 de abril desse mesmo ano, eram ministradas no Ministério da Saúde, 9<sup>o</sup> andar, onde funcionava a administração e as salas de aula. No Ministério da Educação e Cultura, funcionava a Reitoria da Universidade.

Outro aspecto que poderemos destacar deste contexto que vai nos revelar em parte, a performance do destinatário-manipulado é a justificativa, considerando “os inconvenientes de se atrasar, ainda mais, a inauguração dos cursos de nível

superior na Capital-Federal” da instituição de uma série de cursos, “organizados em regime transitório”, que funcionariam a partir do primeiro semestre de 1962.

A escolha dos cursos transitórios foi “precedida do estudo das possibilidades de recrutar o pessoal docente, com a necessária qualificação”. Aqui, emite-se um juízo de valor sobre o destinatário, que parece ter aceitado a manipulação e assumido os valores do destinador. A performance não aparece claramente, pois ainda “verificou-se a possibilidade de oferecer três cursos-tronco, com bom padrão de ensino: 1) Direito, Administração e Economia; 2) Arquitetura e Urbanismo; 3) Letras Brasileiras” [Idem-Programa e cursos para 1962,1962].

O segundo texto, onde essa performance surge, ainda que implicitamente, mas de forma melhor justificada, denomina-se, “Inauguração Oficial do ‘campus’ da Universidade de Brasília”. Esse é o último texto do Plano Orientador, apresenta uma diagramação especial, como ocorre em todos os outros textos, mas, não há nenhum destaque colorido especial, o que sugere uma classificação de menor importância. As três fotografias são em preto e branco e acompanham o texto. Ilustram jornalisticamente o evento de inauguração da Universidade, documentando a mesa que presidiu a cerimônia, a fachada o prédio da Faculdade de Educação — complexo onde ocorreu a inauguração — e o Ministro da Educação e Cultura, Antônio de Oliveira Britto, em pleno discurso.

O discurso é proferido na terceira pessoa, operando uma debragem enunciativa, mecanismo que tem a finalidade de produzir um efeito de “objetividade”, distanciando a anunciação daquilo que é dito. A linguagem formal utilizada dá um tom jornalístico à “cobertura” da inauguração da Universidade. Esse efeito de “objetividade” compõe e reforça o efeito de “verdade” do discurso.

O efeito de realidade é também reforçado em ilusões discursivas que sugerem que os fatos contados são “fatos ocorridos”, que o discurso é cópia fiel do real. Na primeira parte do texto, esse efeito é produzido por meio de procedimentos da semântica discursiva, pela ancoragem de tempo, que produz um efeito de “anterioridade” ao “agora” do enunciado, de espaço e de pessoas, que reforçam o efeito de “realidade” e “verdade” do discurso apresentado:

Na cerimônia inaugural, realizada às 10 horas da manhã de 21 de abril de 1962, no auditório cuja montagem fora terminada 20 minutos antes, o Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, em nome do Governo da República, proferiu um discurso no qual, além de ressaltar o caráter dinâmico e inovador da mais jovem Universidade do Brasil, teve oportunidade de indicar, como missão fundamental da nova instituição, a integração do ensino universitário nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do país. [Plano Orientador - Inauguração oficial do “campus” da Universidade de Brasília, 1962]

Na segunda parte do texto, o efeito de realidade decorre da sintaxe discursiva, em uma debragem interna, quando, no interior do texto cede-se mais uma vez a palavra a um interlocutor. O Ministro da Educação e Cultura, Antônio de Oliveira Britto, constrói uma cena que serve de referência ao texto, criando uma ilusão de diálogo. As palavras do Ministro, em discurso direto, dão veracidade ao que é dito. O interlocutor, demonstrando todo o seu apoio ao que é dito, faz um balanço da trajetória de criação da nova universidade, reafirmando algumas das bases de criação do projeto, como a integração com os setores produtivos do país:

País que se industrializa e necessita, cada vez mais de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de ma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente de ponto de vista quantitativo. O problema mais urgente é o da ampliação de matrícula. Em 1960, 14.000 jovens concorreram às 1800 vagas oferecidas pelas escolas de Medicina. Nas de engenharia, apenas 2800 vagas eram disputadas por 12000 candidatos. [Idem - Inauguração oficial do “campus” da Universidade de Brasília, 1962]

Ele apresenta dados estatísticos, números que impressionam, e estabelece comparações com os números de outros países:

Em 1957, enquanto os Estados Unidos, para cada 100.000 habitantes, mantinham 1.773 estudantes em escolas superiores, e o Japão 690, a França 410, a Argentina 383, o Chile 237, a Índia 212, o Brasil mantinha apenas 130. Essa situação é agravada pela distribuição dos universitários entre os tipos de formação que revelam a sobrevivência de uma estrutura econômica e social já superada. [Idem - Inauguração oficial do “campus” da Universidade de Brasília, 1962]

A apresentação de números comparativos dá “credibilidade” ao que é mostrado, pois, implicitamente, está a idéia de que esses números podem ser comprovados nas estatísticas oficiais do Governo.

Depois de discorrer sobre as deficiências do ensino superior brasileiro, o Ministro destaca os avanços embutidos no projeto da UnB, retomando as oposições de base do nível fundamental (atomicidade vs. integralidade), que marcam a mudança, pois os procedimentos discursivos do texto do Plano Orientador constroem um discurso de ruptura, “A Universidade de Brasília surge” como um divisor de águas, “daquelas que caminham à frente do desenvolvimento de seu país”, e envolvem os aspectos mais profundos e mais amplos relacionados a um projeto de modernização e desenvolvimento para o país:

A Universidade de Brasília surge, porém, com a organização igual à das Universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento de seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação da pesquisa técnico-científica e da formação de profissionais e técnicos de todos os níveis. [Idem - Inauguração oficial do “campus” da Universidade de Brasília, 1962]

Esse discurso de ruptura não contrapõe somente dois modelos de universidade, mas também duas formas de observar, pensar, planejar e atuar sobre os problemas estruturais de uma sociedade. Dentro desta perspectiva, analisaremos, a seguir, os textos dedicados à implantação do Instituto Central de Artes e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, em 1962.

## **CAPÍTULO II**



# Instituto Central de Artes

O ensino de arte no Brasil ainda hoje se ressentia da influência academizadora introduzida pela Missão Francesa de 1816 que, apesar das contribuições que trouxe ao desenvolvimento das artes plásticas nacionais, acabou por esclerosar-se num padrão de ensino extremamente oneroso e de rendimento muito baixo.

Contrapondo-se a êsses moldes de ensino, a Universidade de Brasília procurará orientar o seu Instituto Central de Artes para a função fundamental de dar a tódia a comunidade universitária e à população de Brasília oportunidade de experiência e de apreciação artística. Assim, espera a Universidade tornar-se capaz de despertar vocações e incentivar a criatividade e, sobretudo, formar platéias esclarecidas, que se façam efetivamente herdeiras do patrimônio artístico da humanidade.

Em lugar de montar complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos, a Universidade se empenhará por trazer para o convívio no seu *campus* grandes artistas nacionais e estrangeiros para programas informais de aprimoramento de jovens artistas, selecionados pelo vigor e originalidade revelados em estudos básicos realizados em qualquer centro de formação artística.

O investimento principal da Universidade de Brasília nesse campo será na formação artesanal e no apuramento do gosto dos estudantes de arquitetura, de desenho industrial, da arte do livro, das artes gráficas e plásticas, na formação dos especialistas no uso dos meios audio-visuais de difusão cultural e de educação.

Outros campos integradores das diversas artes, como o Teatro e o Cinema serão objeto de particular atenção, tanto nos seus aspectos literários e técnicos, como nos artísticos.

## Unidade do Plano Orientador da UnB – 1962

### 2.1- Negando o modelo academicista atomizado

Neste capítulo, tentando revelar as diferentes vozes que compuseram o discurso de criação, tanto do curso de Artes quanto do curso de Arquitetura da UnB,

traremos, para nossa análise, três textos que, reunidos, permitem visualizar a proposta de ruptura com um ensino de arte academicista comum no país e a construção de um novo projeto a ser implementado no Instituto Central de Artes da Universidade de Brasília.

No primeiro texto, “Instituto Central de Artes”, do Plano Orientador, o destinador identifica os elementos aos quais nova estrutura do projeto se opõe, e discorre sobre as premissas e preocupações que vão orientar sua estrutura. O segundo texto “Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo”, também pertence ao Plano Orientador e apresenta a primeira proposta de criação do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, cujo funcionamento provisório era previsto para terminar em dois anos, quando ele seria absorvido pelo ICA e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU. O terceiro texto, “Secretaria do Curso Tronco da Arquitetura e Urbanismo”, é, provavelmente, o primeiro programa do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, documento encontrado no arquivo permanente do Centro de Documentação da UnB. Esse documento, não tem data, mas nos dá uma idéia de como o discurso do destinador se desdobrava na prática e na realidade financeira da UnB, em 1962.

### **2.1.1 - Instituto Central de Artes**

O texto sobre o ICA faz parte da apresentação da estrutura da Universidade de Brasília, que é identificada, em nossa análise, como o tema mais importante do Plano Orientador. Os textos que estão posicionados antes da apresentação da estrutura da UnB preparam o leitor para melhor interpretar o que será apresentado na estrutura.

Os subtextos sobre os oito Institutos estão acompanhados por gráficos coloridos, que ilustram tanto as vias de acesso à Universidade quanto o percurso de entrada para seus diferentes cursos. Os gráficos são detalhados e permitem uma visualização clara das mudanças inseridas pelo projeto da Universidade. Pela gradação de cores, é possível identificar os dois anos de ciclo básico, o

bacharelado, as diversas possibilidades de formação nos Institutos, além do encaminhamento para as diferentes Faculdades e o doutoramento.

A moderna diagramação, colorida de fundo azul, delimita a área do texto escrito e a área dos gráficos que ocupam a maior parte da página. Os gráficos utilizam pequenas caixinhas coloridas que indicam o tempo de permanência em cada ciclo de formação. Nessa seqüência temporal, são utilizados, além do cinza e do branco, que introduzem a seqüência, o amarelo, o verde e o azul, postados sequencialmente no sentido de sinalizar as etapas a serem cumpridas pelos alunos até o último ciclo, na cor preta, relativo ao doutoramento.

Os subtópicos sobre os oito Institutos Centrais da UnB são apresentados em blocos e intercalados por esses gráficos. Os Institutos Centrais de Matemática, Física e Biologia aparecem dividindo um só texto. Os outros cinco institutos centrais (Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes) obedecem essa seqüência. O último é exatamente o Instituto Central de Artes, objeto de nossa análise neste capítulo.

Como vimos anteriormente, o projeto estrutural da Universidade foi elaborado coletivamente por um grupo de educadores que se preocupou em descrevê-lo minuciosamente, prevendo sua implantação, de maneira orgânica e gradativa, partindo do funcionamento provisório de três cursos-troncos, Letras Brasileiras, Arquitetura e Urbanismo e Economia-Administração-Direito, já em abril de 1962. Nesse contexto, pela impossibilidade de iniciar as atividades da UnB com toda a estrutura prevista no Plano Orientador, apenas os Institutos Centrais foram contemplados, com textos introdutórios e específicos, na apresentação oficial de sua estrutura.

O texto de apresentação do Instituto Central de Artes (ICA) é o menor dentre os textos dos Institutos e está posicionado ao lado do texto sobre o Instituto Central de Letras, dividindo com ele o gráfico que facilita a visualização dos ciclos de formação na UnB.

O discurso é empregado na terceira pessoa, colocando-se longe da enunciação, estabelecendo um “distanciamento” que produz um efeito de sentido de objetividade — procedimento perfeitamente adequado ao discurso utilizado em ambiente universitário, acadêmico:

Os cânones do discurso científico prescrevem que não deve ele ser exposto em primeira pessoa, porque se pretende um discurso rigorosamente objetivo e, portanto, não vinculado à subjetividade do cientista, mas tão-somente aos fatos estudados [FIORIN, Op. Cit.: 64].

Utilizando essa objetividade, as opiniões e informações sobre o ensino de arte no Brasil são comunicadas quase como um consenso do pensamento científico brasileiro comprometido com o crescimento do país e com a democratização do ensino brasileiro. O resultado dessa articulação é um discurso envolto de autoridade científica, que se lança na construção de um novo paradigma para o ensino de arte no Brasil.

No primeiro parágrafo, são reforçados os efeitos de realidade ou de referentes, pela ancoragem de pessoas, espaços e datas, que são atrelados ao discurso, criando traços sensoriais que formam uma cópia da realidade, pois a “história” da “Missão Francesa”, no “Brasil”, em “1816”, serve de referência ao texto, um simulacro da realidade onde se reconhece que o “O ensino de arte no Brasil ainda hoje se recente da influência academizadora introduzida pela Missão Francesa de 1816” [Idem, Instituto Central de Artes, 1962].

Com essa simulação, o enunciador trabalha com a ilusão de “verdades” e “falsidades”. Construída essa “realidade”, ele afirma em seu discurso que a influência da Missão Francesa, “apesar das contribuições que trouxe ao desenvolvimento das artes plásticas nacionais”, foi a base da estruturação das escolas de arte por todo o país, e “acabou por esclerosar-se num padrão de ensino extremamente oneroso e de rendimento muito baixo” [Idem, Instituto Central de Artes, 1962]. A construção disfórica do modelo acadêmico francês é apresentada nas duas frases acima citadas e revelam a avaliação do enunciador sobre o modelo acadêmico trazido pela Missão Francesa para o Brasil.

É necessário considerar, nessa primeira fase, as ligações implícitas do texto do ICA, conectadas a um contexto específico, no qual reencontraremos as oposições do nível fundamental do discurso (atomização vs. Integralização), determinando uma polarização semântica entre o modelo acadêmico neoclássico francês atomizado e o modelo de ensino integralizado do projeto da Universidade de Brasília. Outro aspecto importante que deve ser levado em conta em relação ao contexto é o fato dele ter sido produzido para um professor, cientista especialista, capaz de avaliar, utilizando sua formação intelectual, as características definidas como “esclerosadas” que o academicismo continua provocando no ensino de arte no Brasil ainda hoje.

O discurso de ruptura está estruturado em cima desta oposição semântica (atomização vs. Integralização), articulado no contexto, onde foi construída, de fato, essa polaridade e cuja construção eufórica gira em torno da criação de um Instituto Central de Artes, como veremos adiante.

Para interpretar melhor as estratégias de construção desse discurso de ruptura, analisaremos as linhas de significação que permitiram associar o modelo de ensino acadêmico da Missão Francesa a um ensino ultrapassado, estanque e atomizado, interpretando os significados que esses elementos assumem no Brasil, na década de 60, para os professores e intelectuais que se deslocaram para Brasília para construir uma nova utopia de Universidade.

Começaremos pela construção do conceito de atomização, incorporado ao modelo de academia importado para o Brasil pela Missão Francesa. O grupo de artistas franceses aportou no Brasil em 26 de março de 1816, trazido por D. João VI, rei de Portugal. O contexto que emoldura esse acontecimento será explorado, tendo em vista sua interpretação semântica, visto que o enunciador, em sua argumentação, contrapõe explicitamente o modelo academicista à sua proposta para o Instituto Central de Artes.

A arte brasileira assumiu, com esse episódio, um estilo oficial. A monarquia portuguesa, fugida de Napoleão, se viu forçada a criar para si uma iconografia oficial que lhe conferiu um passado condigno, exaltando suas virtudes e glórias, à qual o modelo neoclássico das academias francesas se ajustava muito bem. Aqui se estabeleceu, mais uma vez, o forte vínculo entre a arte e o Estado.

Além da implantação de uma nova estrutura de ensino, a Missão Francesa também estava preocupada, como na França de Colbert, com a elevação do *status* do artista na sociedade. Seus integrantes acreditavam que a formação acadêmica poderia, enfim, garantir lugar de destaque aos artistas, aliando habilidades manuais ao conhecimento intelectual.

O enunciador busca, em sua estratégia de persuasão, associar a arte produzida nas academias ao comportamento arbitrário da conservadora elite brasileira: uma arte disponível para poucos, cujo aprendizado somente poderia ser obtido em instituições cujo ensino estivesse direcionado a aprimorar o talento de alguns poucos virtuosos. Para o enunciador, é imprescindível que o enunciatário relacione a estrutura de ensino hierarquizada, baseada na cópia de obras clássicas e numa ampla formação científica e humanística, à fundamentação de um padrão de gosto artístico importado, conservador, que prevalecerá por muitos anos no país, até que o modernismo pudesse determinar novos rumos para o ensino de arte.

Os artistas da Missão Francesa acreditavam que seriam capazes de “elevar” o nível cultural geral do povo e dos artistas locais, não só pela beleza de suas obras, mas, sobretudo, pela implantação de uma “nova” estrutura pedagógica, baseada no modelo de academia francesa, já intensamente questionada em toda a Europa, mas que soava como novidade no Brasil colonial português. De forma geral, a arte neoclássica da academia, extremamente elitista, foi recebida com pouco entusiasmo pela população brasileira. Apenas uma pequena burguesia intermediária vislumbrou a possibilidade de utilizá-la como uma forma de ascensão social.

O enunciador constrói seu discurso disfórico sobre a influência francesa, explorando seu caráter “oneroso e de rendimento baixo”, para, depois, articular euforicamente a proposta da Universidade de Brasília com uma suposta tendência à democratização da arte:

Contraopondo-se a esses moldes de ensino, a Universidade de Brasília procurará orientar o seu Instituto Central de Artes para a função fundamental de dar a toda a comunidade universitária e à população de Brasília oportunidade de experiência e apreciação artística [Idem, Instituto Central de Artes, 1962].

Para caracterizar disforicamente o modelo de ensino acadêmico implantado no Brasil, o enunciador contrapõe “a esses moldes de ensino”, a Universidade de Brasília. Mantendo o efeito de objetividade operado no parágrafo anterior, ele busca enfatizar o efeito de “verdade” de seu discurso, pois as “informações” oferecidas no discurso ao enunciatário estão disponíveis nas obras de outros pensadores ligados ao conhecimento científico.

A construção eufórica da integralidade do ensino de arte na Universidade de Brasília, elaborada pelo enunciador, considera a profunda relação da arte com seu contexto, numa “concepção global das capacidades da expressão da sociedade” formando-se e atuando nas diferentes áreas da produção e criação humana. “A arte é ao mesmo tempo um modo de compreensão e um modo de ação” [FRANCASTEL,1990: 86]. Por meio dela, poderemos compreender o que se passa no tempo e no espaço em que ela é criada, possibilitando a reconstrução de largas zonas dos sistemas de pensamento das sociedades, como seus rituais e suas atividades técnicas.

Portanto, se não considerarmos, em nossa análise, o contexto ligado ao texto, o discurso de ruptura não se estabelece inteiramente, pois a relação de oposição não segue sua correspondência simbólica. O caráter ressaltado no modelo neoclássico francês não produz, em oposição, um modelo de ensino mais democrático e acessível, considerando que essa era também a intenção da Missão Francesa quando se instalou no Brasil. Toda essa construção de oposição semântica do nível fundamental está relacionada no contexto.

O enunciador, consciente de toda essa cadeia simbólica e depois de ancorar o texto na história por meio de especificações de tempo, espaço e pessoas, nos primeiros dois parágrafos, procura atualizar o caráter democrático do modelo criado na UnB e convencer o enunciatário de que a arte deve ser elaborada e usufruída por todos os cidadãos, afirmando que:

Em lugar de montar complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos, a Universidade se empenhará por trazer para o convívio no seu campus grandes artistas nacionais e estrangeiros para programas informais de aprimoramento de jovens artistas, selecionados pelo vigor e originalidade revelados em estudos básicos realizados em qualquer centro de formação artística. [Idem – Instituto Central de Artes, 1962]

Nesta fala, o enunciador afirma a intenção de trazer a arte para um convívio social mais amplo, torná-la visível no cotidiano da cidade e não restringi-la a um pequeno grupo de “iniciados” da elite. Além dessa intenção, há outro aspecto que é sutilmente revelado pelo enunciador nesta fase do seu discurso, uma

“resignificação” da intenção de tornar a arte menos restrita e elitista, a possibilidade de abrir espaço para uma verdadeira popularização das técnicas artísticas, adquiridas em “qualquer centro de formação”, o que se supõe incluir a produção de artistas populares.

O enunciador do Plano Orientador retoma a ilusão discursiva, produzida nos dois primeiros parágrafos, referindo-se à “esclerose” do modelo acadêmico francês, ocultado, intencionalmente, em seus argumentos, os claros vínculos entre o projeto da nova Universidade e o projeto político e econômico do Estado brasileiro na década de sessenta.

Quando, no texto, o enunciador se refere à montagem de “complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos”, retoma-se o conceito de atomização, implícito no discurso que está relacionado ao fortalecimento de uma arte que pretendia ser científica, de regras rígidas<sup>10</sup> e matemáticas, de culto aos cânones da Antiguidade, acessível, sobretudo, a uma pequena elite.

A partir do quarto parágrafo do texto sobre o ICA, o discurso do enunciador vai, gradativamente, articulando outro aspecto importante na proposta do Instituto Central de Artes, cujo investimento gira em torno de uma,

formação artesanal e no apuramento do gosto dos estudantes de arquitetura, de desenho industrial, da arte do livro, das artes gráficas e plásticas, na formação dos especialistas no uso dos meios áudio-visuais de difusão cultural e de educação [Plano Orientador, Instituto Central de Artes, 1962].

Quando o enunciador sugere que o “investimento principal” da Universidade no campo das artes será na “formação artesanal”, ele carrega os elementos contextuais que estão implícitos no discurso. Esse contexto está ligado aos avanços tecnológicos trazidos pela indústria, que provocaram profundas mudanças nas sociedades modernas.

A arquitetura e o *design* se tornariam a mola propulsora na elaboração do novo estilo do século XX, desenvolvendo uma nova concepção de unidade entre belas-artes e artes aplicadas ou arte industrial. Na virada do século XX, percebe-se um esforço geral, reunindo artistas, arquitetos, educadores e donos de indústrias,

---

<sup>10</sup> Essas regras caracterizam o período de imposição do modelo do neoclassicismo, das descobertas das escavações de Herculano, dos escritos de Winckelmann e de outros historiadores da arte da Antiguidade. A base era a rejeição a frivolidade do rococó e o investimento em um modelo de arte conectado às virtudes do Estado e aos modelos greco-romanos.



empenhados na reforma do sistema de educação, buscando instalar um regime adequado de cooperação entre as classes de arte e artesanato.

## II — ARQUITETURA E URBANISMO

Tal curso representa, também, uma experiência de reforma do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Em lugar de tratar êsse campo com as vistas voltadas exclusivamente para a arquitetura de edifícios e de casas, são abertas aos alunos perspectivas de, após os dois anos de estudos introdutórios, se encaminharem além daquele campo, para:

1. *Arquitetura de Construção Civil*, ou seja, para o domínio das técnicas da indústria de construção;
2. *Desenho Industrial*, ou arquitetura de objetos, como utensílios, etc.;
3. *Arquitetura Paisagística*, com o domínio dos conhecimentos de Ecologia e Botânica, para a composição da paisagem;
4. *Urbanismo e Planejamento Regional*, com vistas à formação de arquitetos capazes de trabalhar em equipes devotadas aos problemas da reordenação da vida regional, através de planos de desenvolvimento econômico-social ou da implantação de redes urbanas com melhores condições de vida;
5. *Comunicação Visual*, compreendendo os campos especializados da Fotografia, do Cinema, da Televisão, do uso dos meios audio-visuais na educação e na difusão cultural.

Para alcançar êsses objetivos todo o currículo teve de ser revisto, com o fim de reaproximar os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da arquitetura, bem como de nêles inculzir simultaneamente, maior preocupação com a história das artes e melhor compreensão dos momentos brasileiros de superior criatividade artística.

O curso terá como objeto de estudos a cidade de Brasília, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, como campo de treinamento, o próprio projeto da Universidade de Brasília, cujo desenvolvimento caberá, principalmente, à equipe de professores e alunos pós-graduados.

## **Unidade do Plano Orientador da UnB – 1962**

### **2.1.2 - Curso-tronco de arquitetura e urbanismo**

O segundo texto do Plano Orientador, incluído em nossa análise neste capítulo, é aquele que se refere ao Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, e que faz parte do texto intitulado “Programa de cursos para 1962”, já analisado nesta pesquisa no capítulo anterior.

Na primeira parte do texto “Programa de cursos para 1962”, que já foi analisado no Capítulo 01, o programa de cursos transitórios foi apresentado. Na página seguinte, as unidades acadêmicas que, de fato, iniciaram suas atividades em fevereiro de 1962, portanto são finalmente apresentadas. O texto ocupa apenas uma página, onde constam cinco itens identificados em números romanos: I – Direito, Administração, Economia; II – Arquitetura e Urbanismo; III – Letras Brasileiras; IV – Estudos Pós-Graduados e V – Extensão Cultural.

Na primeira frase, o enunciador oferece ao enunciatório sua interpretação sobre o significado do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Ele representa “uma experiência de reforma do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil”, pois, ao invés de “tratar esse campo com vistas voltadas exclusivamente para a arquitetura de edifícios e casas, são abertas aos alunos perspectivas de, após os dois anos de estudos introdutórios, se encaminharem além daquele campo”.

Ao estabelecer diretamente um significado ao ensino de Arquitetura e Urbanismo na UnB, o enunciador ancora implicitamente pessoas, tempo e espaço no discurso. Essa operação provoca efeitos de “verdade”, que vão produzir uma ilusão de realidade, por se tratar de um fato contemporâneo com o tempo presente, Brasília, em 1962, na já inaugurada UnB, pois é preciso considerar que o Plano Orientador foi lançado no segundo semestre de 1962, quando o curso-tronco já era uma realidade.

Para convencer o enunciatário sobre as possíveis vantagens oferecidas em virtude da abertura do curso a novas áreas de ensino, o enunciador apresenta prováveis campos de estudo, abertos após os dois anos de ciclo básico:

1. Arquitetura e Construção Civil, ou seja, para o domínio das técnicas da Indústria de construção.
2. Desenho Industrial, ou arquitetura de objetos, como utensílios, etc.;
3. Arquitetura Paisagística, com o domínio dos conhecimentos de Ecologia e Botânica, para a composição da paisagem;
4. Urbanismo e Planejamento Regional, com vistas à formação de arquitetos capazes de trabalhar em equipes devotadas aos problemas de reordenação da vida regional, através de planos de desenvolvimento econômico-social ou da implantação de redes urbanas com melhores condições de vida;
5. Comunicação Visual, compreendendo os campos especializados da Fotografia, do Cinema, da Televisão, do uso dos meios áudios-visuais na educação e na difusão cultural [Idem - Programa de cursos para 1962, 1962].

O efeito de “verdade” e de “contemporaneidade” é novamente reforçado pelo enunciador em sua estratégia de convencimento do enunciatário:

O curso terá como objeto de estudos a cidade de Brasília, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, como campo de treinamento, o próprio projeto da Universidade de Brasília, cujo desenvolvimento caberá, principalmente, à equipe de professores e alunos pós-graduados. [Idem - Programa de cursos para 1962, 1962].

A ancoragem espacial está fortemente estabelecida na transformação da capital em “objeto de estudo” e “campo de treinamento” do novo curso que poderá, inclusive, utilizar-se de seu “próprio projeto”, no treinamento da equipe de professores e alunos pós-graduados. Esses efeitos de sentido se desenvolvem na ilusão discursiva, que revela ao enunciatário a possibilidade de comprovação “real” no trabalho cotidiano de professores e alunos do Curso-Tronco.

Depois de revelar alguns dos desdobramentos possíveis do inovador programa de cursos da UnB, o texto retoma um aspecto importante do seu discurso, que também está presente no texto do Instituto Central de Artes, a reaproximação dos alunos com as técnicas artesanais e industriais:

Para alcançar esses objetivos todo o currículo teve de ser revisto, com um fim de reaproximar os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da arquitetura, bem como de neles inculzir simultaneamente, maior preocupação com a história das artes e melhor compreensão dos momentos brasileiros de superior criatividade artística. [Idem - Programa de cursos para 1962, 1962].

O discurso de ruptura com um ensino superado está claro, pois todo o “currículo teve de ser revisto”, e, na revisão desse currículo, fica estabelecido um importante vínculo simbólico com a aproximação com as “técnicas artesanais e industriais”, que se configurará, no futuro, como uma das bases do primeiro programa do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo (ANEXO IV) e que será objeto de análise neste capítulo.

A construção simbólica dessa ruptura com o ensino caracterizado simbolicamente no texto do Instituto Central de Artes como “influência academizadora introduzida pela Missão Francesa” [Plano Orientador – Instituto Central de Artes, 1962] associa, simbolicamente, em torno da reaproximação dos “alunos das técnicas artesanais e industriais” [Idem - Programa de cursos para 1962, 1962], a criação de um novo ensino de Arte e Arquitetura na UnB, onde o investimento principal será na “formação artesanal”.

A essa associação simbólica, gostaríamos de acrescentar outro texto, o texto do Primeiro Programa de Aulas do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, onde, curiosamente, observamos que, em seu primeiro ano de funcionamento, seguiu a tradição das escolas de arquitetura, dividindo o pessoal docente e o ensino em três departamentos.





Regente de Curso: Prof. Zanine Caldas ( maquetes )  
 Prof. Glênio Bianchetti ( Gravura )  
 Prof. Esther Joffily ( Gravura )

- 1.2 - O Departamento de Teoria e História da Arte oferecerá um curso de Introdução à Arte II, abrangendo:
- 1.21 - Uma visão panorâmica da produção artística, nos campos das Artes Plásticas e da Arquitetura, da época do Renascimento até os dias atuais.  
 Prof.: Lygia Martins Costa
- 1.22 - Uma série de cinco trabalhos de aplicação de Teoria da Arquitetura, a serem realizados mediante visitas guiadas a obras e elaboração de relatórios, com levantamentos gráficos e apreciações críticas.  
 Prof.: Edgard Graeff
- 1.23 - O Curso, englobando História da Arte, Teoria da Arquitetura e Arquitetura Analítica, será desenvolvido em 16 semanas, com 4 horas semanais de trabalhos em classe, às quais corresponderão 12 horas de estudo.
- 1.3 Departamento de Tecnologia da Construção  
 Curso - Técnica das Construções I  
 Duração - 16 semanas, com duas horas por semana de aulas e quatro horas por semana de trabalhos individuais.
- 1.31 Descrição - Parte A: Transmissão de Calor. Revisão dos conceitos elementares de calor e temperatura e dos processos de transmissão de calor, ilustrada com exemplos de aplicação ao caso de edifícios.  
 Parte B: Noções gerais de climatologia tendo em vista sua aplicação ao conforto nos edifícios.
- Responsáveis:- Parte A - Prof. Ramiro de Porto Alegre Muniz.  
 Parte B - Prof. Eustáquio Toledo

Parte C: Prática de Execução de Obra

Duração - 16 semanas, com 5 horas de trabalho por semana.

Descrição - O curso constará de trabalhos manuais, em equipe, abrangendo as diversas operações da execução de uma construção.

Responsável: Prof. Eustáquio Toledo

x x x x x x x x x x x x



### 2.1.3 - Primeiro programa de aulas do curso-tronco

O título desse terceiro texto é “SECRETARIA DO CURSO-TRONCO DE ARQUITETURA E URBANISMO”. Ele foi encontrado durante a pesquisa de campo no acervo do Centro de Documentação da UnB, e pertencia a um fundo “morto”, oriundo do Gabinete do Reitor, guardado até 1994 no prédio da reitoria da UnB.

O texto foi datilografado em papel timbrado da Universidade de Brasília e não está datado. Apresenta, ainda, uma série de correções feitas à mão, utilizando provavelmente caneta tinteiro. Essas correções sugerem que o documento foi refeito e que, provavelmente, foi arquivado pela mesma pessoa responsável por sua reprodução, pois há uma anotação manuscrita que o qualifica e classifica: “UNB – Histórico”. Ele apresenta a primeira subdivisão interna do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, identificando seus Departamentos e cada um dos seus ateliês e oficinas, descrevendo genericamente suas atividades e indicando seus professores.

Para demonstrar a extensão do diálogo entre os três textos (Instituto Central de Artes, Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo e Secretaria do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo), é importante lembrar que os alunos do ICA/FAU foram os primeiros a ocupar o *campus* da UnB, acompanhando, no canteiro de obras, a construção dos primeiros prédios da instituição, exatamente como foi sugerido pelo discurso do enunciador no Plano orientador. Ou seja, o ambiente de proximidade com a construção, não só da cidade que prosseguia em ritmo acelerado, mas também com a construção dos primeiros prédios da UnB, favorecia a reflexão dos alunos, incentivados pelos professores a visualizar a composição da obra arquitetônica de forma integralizada, do projeto teórico à prática construtiva no canteiro de obra.

O texto “Secretaria do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo” pode ser tratado como o primeiro programa de aulas do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Este primeiro programa nos revela o funcionamento de duas futuras unidades acadêmicas da nova Universidade, o Instituto Central de Artes e a

Faculdade de Arquitetura, a partir de uma gênese comum, na qual é possível interpretar e associar as linhas de significação presentes nos três documentos.

Em nossa pesquisa, a mais importante linha de significação é aquela que demonstra a preocupação recorrente com uma formação onde o investimento principal será “na formação artesanal” [Plano Orientador – Instituto Central de Artes, 1962]. Aqui é preciso considerar alguns aspectos contextuais importantes sobre o ensino das artes após a revolução industrial. As escolas de arte decorativas e industriais passaram a reconhecer a importância da relação orgânica entre o material, o processo de construção, a função do objeto e sua forma estética. Em um primeiro momento, os críticos dos programas acadêmicos ainda não estavam muito seguros sobre a natureza dessas mudanças, mas percebiam que esse aprendizado só poderia ser compreendido em sua totalidade pela prática artesanal.

O movimento *Arts and Crafts*, liderado pelo inglês William Morris, apesar de ocorrer como uma reação aos avanços da indústria, despertou uma preocupação estética com os novos artefatos e defendeu o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em massa. Ao mesmo tempo em que se preparava a base de uma mudança substancial na arte-educação, as sociedades modernas discutiam a integração entre arte e técnica, numa reação final contra a pedagogia das velhas academias.

Essa ruptura com o ensino acadêmico está presente na construção discursiva do Plano Orientador, quando o enunciador o define como “esclerosado”, “oneroso” e de “rendimento muito baixo” [Plano Orientador – Instituto Central de Artes, 1962]. A articulação dessa ruptura será também reafirmada no texto do “Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo”, quando o enunciador afirma que “Para alcançar esses objetivos todo o currículo teve que ser revisto”. O tempo do verbo “ter” revela a marca da mudança que reaproximará “os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da arquitetura”.

Analisando o terceiro texto “Secretaria do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo”, encontramos um programa de ensino marcado por uma intensa

atividade em ateliês, onde os alunos conheciam e exercitavam as técnicas artesanais.

O texto foi dividido, em nossa análise, em três partes, que definem os três departamentos do curso-tronco em seu primeiro ano de funcionamento: 1) Departamento de Expressão e Representação; 2) Departamento de Teoria e História da Arte e 3) Departamento de Tecnologia da Construção.

No primeiro departamento (Teoria e História), a professora Lygia Martins Costa oferecia o curso de Introdução à Arte I, procurando desenvolver uma visão panorâmica da produção artística nos campos das Artes Plásticas e da Arquitetura desde o Renascimento. Por sua vez, o professor Edgard Graeff desenvolvia com os alunos uma série de cinco trabalhos de aplicação de Teoria da Arquitetura, realizando visitas guiadas a obras e elaborando relatórios com levantamentos gráficos e apreciações críticas.

Sob a orientação do professor Alcides da Rocha Miranda, o Departamento de Expressão e Representação oferecia um curso que reunia ateliê e oficina. No ateliê, os alunos se exercitavam na representação de objetos da tradição popular, de elementos da natureza e da figura humana; nas oficinas, os alunos entravam em contato com os meios materiais e com problemas formais envolvidos no processo criativo. No desenvolvimento da percepção visual, sob a orientação da professora Amélia Toledo, o aluno era orientado no sentido de identificar possibilidades decorrentes do trabalho, para depois aplicá-las. À medida que fossem acumulando as experiências, começariam a construir objetos, empregando, sempre que possível, o método artesanal.

No desenho a mão livre, observando a natureza à beira do Lago Paranoá, os professores Myriam Cunha e Hugo Mund não se preocupavam em formar artistas, e sim em criar uma linguagem acessível a todos. No desenho arquitetônico, ministrado pelos professores Elvin Dubugras e Luiz Humberto, a tônica era a habilidade mecânica no uso dos instrumentos e materiais de desenho, o levantamento e desenho de objetos, detalhes e edifícios, que possibilitassem aliar o exercício da técnica à observação e a análise.

Nas oficinas regidas pelo professor Zanine Caldas, a reprodução de peças de construção simples permitia que os alunos exercitassem suas habilidades no uso de ferramentas e máquinas, com os professores Glênio Bianchetti e Esther Joffily.

No terceiro departamento, o de Tecnologia da Construção, os professores Ramiro de Porto Alegre Muniz e Eustáquio Toledo se dedicavam ao estudo da transmissão de calor, revisando conceitos elementares de calor e temperatura, além de noções gerais de climatologia. Esse estudo, aplicado à construção dos edifícios, permitia que os estudantes adquirissem conhecimento prático na execução de obras, enriquecendo a formação dos futuros arquitetos.

Coordenando os três departamentos, Alcides da Rocha Miranda gostava de transmitir aos outros aquilo que o emocionava, pois, para ele, “o desenho era reflexão, análise, se contraposto à cor, à emoção”. Assim, os alunos se dedicavam à prática do desenho da natureza, da figura humana e do mobiliário, cujas maquetes eram feitas de forma artesanal nas oficinas do ICA.

A idéia de uma reaproximação das técnicas artesanais, presente nos discursos dos três textos analisados, promove um diálogo mútuo, que nos permite interpretar, mais claramente, os significados do discurso de elaboração da proposta pedagógica da UnB.

Os textos do Plano Orientador e a ênfase dada ao trabalho sistematizado nos ateliês, presente no texto do primeiro programa de curso, nos revelam os significados assumidos no percurso de ruptura com o ensino acadêmico. Essa construção simbólica, projetada do texto institucional de apresentação (Plano Orientador), se reflete na estrutura do programa do curso-tronco, onde esses significados sugerem uma composição complementar entre aulas teóricas e o trabalho prático nos ateliês.

A compreensão desta linha de significação será, mais uma vez, desdobrada no texto do professor Edgard Graeff, no próximo capítulo, onde ele faz um balanço da estrutura e das atividades do primeiro ano de funcionamento do curso-tronco de

Arquitetura e Urbanismo, determinando contradições e os ajustes necessários para corrigir alguns desvios que poderiam comprometer a implantação do projeto apresentado no Plano Orientador, em 1962.

## CAPÍTULO III

### Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB Edgard GRAEFF

O documento textual, *Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB*<sup>11</sup> (ANEXO VII), é um texto crítico escrito em 1963, um ano após a inauguração da Universidade de Brasília, pelo arquiteto e professor do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo, Edgard Graeff. O texto foi datilografado e possui algumas correções feitas à caneta. Essas características sugerem que o texto possa até ter sido datilografado por outra pessoa, mas, provavelmente, ele foi posteriormente revisado pelo autor. Procedimento muito comum na década de sessenta, quando não havia computadores.

O texto está dividido em duas partes: na primeira, intitulada *Considerações*, o autor faz um balanço das atividades do primeiro ano de funcionamento do Curso-Tronco, e, na segunda, *Proposições*, oferece caminhos que poderiam corrigir os desvios promovidos, equivocadamente, pelo primeiro estatuto e apresenta um projeto de estrutura para o ano seguinte, o que viabilizará a criação, em 1964, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Instituto Central de Artes.

Precisamos destacar um aspecto importante da análise de um discurso, a inserção e o relacionamento dos elementos do texto com o seu contexto artístico e histórico, pois os posicionamentos discursivos do texto são resultantes do contexto que ele próprio constrói, por isso, para reconstituir ao máximo o seu sentido, é importante nos debruçarmos sobre o estudo dos desdobramentos temáticos que esse contexto pode proporcionar devido, principalmente, à incorporação de outros textos e discursos. Com a finalidade de explicitar o diálogo entre o enunciador e o enunciatário é necessário que analisemos o encadeamento dos seguintes percursos temáticos:

- \* Informações sobre a criação do Curso-Tronco da UnB;
- \* Considerações sobre o divórcio entre a arte e a técnica contida no 1º Estatuto da UnB;
- \* Explicações sobre a tese inovadora de Alcides da Rocha Miranda;
- \* Posicionamento da Arquitetura Moderna Brasileira diante da ruptura que o curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB poderia possibilitar;
- \* Explicitação de conexões com o conceito de ensino de arquitetura a partir do texto “Considerações sobre o Ensino da Arquitetura”, publicado na Revista ENBA, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, em 1945;
- \* Explicitação das conexões com a proposta pedagógica de Walter Gropius no texto *Alcances da Arquitetura Integral*, de 1957.

#### 3.1 - Aspectos do nível narrativo

O destinador Edgard Graeff dirige sua comunicação ao destinatário, caracterizado em nossa análise como a equipe de professores do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo.

---

<sup>11</sup> Todas as citações que aparecem neste capítulo entre aspas e sem referência bibliográfica, são citações oriundas do texto de Edgard Graeff: *Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB* de 1963.

Para entendermos o diálogo entre o destinador e o destinatário, é necessário verificar o encadeamento dos percursos temáticos contidos no texto.

O destinador atribui competência semântica ao sujeito, ou seja, ele o faz crer em seus valores. O destinador investe na construção de valores cognitivos quando transfere um saber sobre a proposta de mudança de paradigmas no ensino da arquitetura moderna.

A segunda etapa do percurso do destinador é a atribuição de competência modal. Ele doa ao sujeito-destinatário os valores modais de “querer-fazer”, do “dever-fazer”, do “saber-fazer” e do “poder-fazer”:

Creio que as experiências que realizamos serão válidas na medida em que formos capazes de refletir sobre elas com mais rigoroso sentido autocrítico. [Sobre o “Curso-Trono” de Arquitetura e Urbanismo da UnB, GRAEFF, 1963:1]

O destinador utiliza uma sedução para persuadir o destinatário. Essa manipulação se estrutura quando ele sugere que a equipe de professores está em um momento de importantes experiências e que ela será capaz de refletir e corrigir os desvios que porventura sua autocrítica lhes impuser, pois:

A equipe de professores trabalhará, na futura Faculdade, em torno da Composição, vale dizer, da elaboração de projetos. A elaboração do Projeto é o próprio momento de integração, em que afloram e atuam todos os aspectos internos da Arquitetura [Idem, 1963:6]

Aqui é importante considerar os valores pressupostos pelo destinador no perfil do destinatário. Ele pressupõe uma competência, por parte do destinatário, intelectual bem informado, que será capaz de dialogar com as questões levantadas pelo destinador na construção do seu discurso.

No texto de Graeff, temos duas narrativas mínimas encaixadas. Na primeira narrativa de base, o sujeito (equipe de professores do ICA/FAU) passa de um estado inicial de “não-saber” a um estado final de “saber”, adquirido a partir de um ponto de vista, definido pelo que diz a Tese de Alcides da Rocha Miranda, o primeiro coordenador do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Nela se desenvolveram as reflexões que criaram a estrutura de funcionamento do curso em 1962:

A tese inovadora de Alcides da Rocha Miranda, no sentido de formar, ao lado de arquitetos, os construtores de edifícios, fica completamente anulada quando se coloca a questão em termo de Tecnologia da Construção. [Idem, 1963:2]

O destinador pressupõe o rompimento de um primeiro contrato, marcado por uma relação de intertextualidade com o texto do Estatuto da UnB de 1962.

Art. 12 – VI – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que compreenderá a Escola de Arquitetura, a Escola de Tecnologia da Construção, a Escola de representação e Expressão Plástica e a escola de Artes Gráficas. [Estatuto da UnB, no seu Artigo 12]

Nesta relação intertextual, o destinador tornou-se capaz de verificar a conformidade ou não do conteúdo do Estatuto com os valores do contrato pressuposto, fazendo sua interpretação do texto, considerando uma ideologia da qual depende a construção de sentido do percurso narrativo e dos temas trabalhados no nível discursivo.

A equipe de professores do ICA/FAU não cumpriu o contrato de não funcionar como uma “pequena universidade absorvendo escolas que pertencem a outros campos”. O destinador aponta, então, a necessidade de corrigir o grave erro cometido pela equipe, propondo uma nova performance ao sujeito-destinatário, que o tiraria de um estado inicial de um “saber” não integral a um estado de “saber” em conjunção com o objeto de valor “conhecimento integral”, figurativizado pela criação de uma Escola de Edificação na Estrutura da Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da UnB.

O destinador acumula tanto as funções de manipulador como de julgador, sancionando o sujeito pelo melhor nível dos alunos de primeiro ano da UnB em relação aos seus equivalentes em outras escolas de arquitetura e de Belas Artes do país. Sua função é julgar o sujeito, pois “a manipulação só será bem-sucedida quando o sistema de valores em que está assentada for compartilhado pelo manipulador e pelo manipulado, quando houver uma certa cumplicidade entre eles” [BARROS. 2002: 39].

No texto, a equipe de professores da UnB escapa à manipulação articulada no discurso pelo enunciador, pois permitiu que o Estatuto da Universidade previsse a criação de uma Escola de Tecnologia da Construção, colocando o sujeito em disjunção com o objeto de valor integralidade, uma vez que a Escola de Tecnologia da Construção deveria estar sendo estruturada no núcleo de criação da Faculdade de Tecnologia, utilizando apenas parte da estrutura integrada da futura Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O destinador chama atenção para os futuros desvios que a faculdade de Arquitetura poderá sofrer, o que colocaria em risco o conteúdo inovador do projeto.

### **3.1.1. Um segundo contrato**

Na seqüência da narrativa principal, o destinador propõe a revisão da tese de Alcides da Rocha Miranda e inicia nova manipulação. Nela se encaixa a aquisição de nova competência semântica do sujeito. O sujeito/destinatário passa de um estado inicial de “saber” *não integral* a um estado final de “saber” *integral* em conjunção com o objeto de valor integralidade. O “saber” integral será determinado na performance do destinatário pela criação de uma Escola de Edificação na Estrutura do Curso de Arquitetura de Urbanismo da UnB.



O destinador propõe um novo contrato e exerce a persuasão para convencer o destinatário a aceitá-lo. Inicia sua manipulação emitindo uma série de provocações ao sujeito/destinatário, mencionando, primeiramente, a divisão do pessoal docente e o ensino em três Departamentos: Teoria e História, Representação e Expressão, e Tecnologia da Construção. Conservando essa divisão tradicional das escolas de arquitetura, o Curso-Tronco perdia um dos seus propósitos mais nobres de construção de novos paradigmas para o ensino de arquitetura.

A atomização do ensino diminuiu as possibilidades de trabalho em equipe, gerando fragmentação estática das áreas de ensino e promoveu distorções, como a que se referia ao papel das técnicas na formação do arquiteto, como afirma GRAEFF:

Quando estruturamos o curso, não o fizemos com uma visão clara do futuro. Seguindo a tradição das escolas de arquitetura, dividimos o pessoal docente e o ensino em três Departamentos: Teoria e História, Representação e Expressão, e Tecnologia da Construção. Esta atomização, a par de não corresponder à estrutura prevista para 64, diminui as possibilidades de trabalho de equipe, gerou a compartimentação estanque e promoveu certas confusões, que ainda perduram, a respeito do papel das técnicas na formação do arquiteto. [Idem, 1963:1]

Ele reafirma a confusão da equipe de professores, que, no primeiro semestre de funcionamento do curso, estabeleceu uma divisão dos alunos em duas turmas, modificando a implementação dos dois anos de ciclo básico comum, sem divisões, previsto no Plano Orientador da UnB. Essa divisão passava por cima do “sábio critério da UnB” de não permitir opções precoces e mal informadas:

A tal ponto ficamos confusos, que já depois do primeiro semestre estabelecemos uma divisão dos alunos em duas turmas: artes plásticas e arquitetura de um lado e, de outro, construção. Irrefletidamente subvertemos, com isso, o próprio sentido do Curso e passamos por cima do sábio critério da UnB de não permitir opções precoces e mal informadas. [Idem, 1963:1]

O encadeamento lógico do programa de competência com o programa de performance constitui o programa narrativo mais importante, o programa do sujeito. O programa de competência, graças ao qual a equipe de professores passa a “querer” e a “saber-criar”, forma, com o programa criar, uma moderna escola de arquitetura (ou a Escola de Edificação), o percurso do sujeito.

O sujeito de estado, o sujeito do fazer e o objeto foram caracterizados como actantes sintáticos, no momento da apresentação do enunciado elementar e do programa narrativo. Os actantes sintáticos redefinem-se, no percurso narrativo, e tornam-se papéis actanciais” [BARROS, 2003: 26].

O terceiro percurso, o do destinador-julgador, responde pela sanção do sujeito. No texto de Edgard Graeff, o percurso da sanção não é muito desenvolvido, pois a elaboração desse tipo de texto, caracteriza-se como um dos instrumentos mais eficazes, disponíveis naquele período para a divulgação da estrutura do curso, baseada na Tese de Rocha Miranda. Portanto o discurso sugere uma sanção, a mobilização dos professores, mas, de fato, essa sanção não pode ser comprovada no texto. Aparece uma sanção cognitiva que reconhece as qualidades do curso de arquitetura, fundamentado, desde o princípio do curso, em cima da prática sistemática da composição que permite aos alunos do Curso-Tronco passarem de “rebeldes” a “verdadeiros alunos de arquitetura”.

### **3.2 - Aspectos do nível discursivo**

Como não podemos descrever o ato da enunciação<sup>12</sup> em si, já que o ato não se reproduz duas vezes da mesma forma, a teoria semiótica observa o sujeito criado pelo enunciado, buscando reconstruir o seu ato gerador. Em seguida, ela se dedica ao exame das relações entre a enunciação e o discurso. Para tal, estuda as projeções de actantes de espaço e tempo no discurso. Essa operação é utilizada pelo sujeito da enunciação, para causar efeitos de sentido, partindo do princípio de

---

<sup>12</sup> Enunciação é o “ato pelo qual o sujeito faz ser o sentido” Eric LANDOWSKI, 1989: 222

que todo discurso procura sempre convencer seu destinatário do que é verdadeiro ou criar uma ilusão de verdade.

No texto de Graeff, o enunciador constrói seu discurso, utilizando a primeira pessoa do plural, o que caracteriza uma *debreagem*<sup>13</sup> enunciativa actancial. Esse artifício, em tom autobiográfico, é utilizado para fabricar o efeito de “subjetividade”, que aproxima o sujeito/enunciatório, que assume responsabilidade sobre o que é dito no discurso.

O enunciador sanciona o sujeito, equipe de professores do curso tronco, pela qualidade de seu trabalho, alcançado nos primeiros semestres de funcionamento, aprovando os bons resultados obtidos pelos alunos e, imediatamente, utiliza uma provocação para, supostamente, despertar sua consciência, visto que, nas condições da UnB, é possível fazer melhor:

Teríamos boas razões para ficar tranqüilos, não fosse a consciência de que, nas condições da UnB, é possível trabalhar melhor. [Idem, 1963:1]

Apesar dos desvios evidentes no texto do Estatuto da UnB, a proposta de curso foi implementada com vigor, e a tranqüilidade dá pistas de que o curso reflete mudanças significativas no ensino de arquitetura no Brasil, mas, diante da oportunidade que o projeto da UnB permite, é importante avançar ainda mais no aprimoramento da formação pedagógica da equipe de professores.

A manipulação articulada pelo enunciador está estruturada em torno da oposição semântica de base de *Atomicidade vs Integralidade*, que conduz todo o discurso de criação e implantação da Universidade de Brasília, desde o seu Plano Orientador. De fato, o diálogo entre os textos, considerados nesta dissertação, está manifestado principalmente no nível fundamental do discurso, onde os elementos são mais complexos. A rede de relações semânticas, construídas no nível fundamental entre os sentidos mais abstratos e gerais dos textos, permite uma interpretação mais ampla de seus sentidos.

A atomização do ensino é vista na primeira divisão do pessoal docente e de ensino em três departamentos: Teoria e História, Representação e Expressão, e Tecnologia da Construção. Essa divisão dificulta o trabalho conjunto dos professores que, em suas áreas, atingiram as metas de ensino. No entanto, não houve comunicação entre os departamentos que pudesse promover um aprendizado integrado, onde o ensino de arquitetura fosse ministrado de forma global, em seus diversos aspectos, por cada professor de acordo com sua área de atuação.

Para reforçar a idéia de rompimento de contrato, quando a equipe de professores, por meio do primeiro Estatuto, permite que, na Escola de Arquitetura, funcionem escolas pertencentes a outros campos:

Essa Faculdade de Arquitetura apresenta-se, assim, como uma pequena Universidade, absorvendo escolas que pertencem a outros campos. É de

---

<sup>13</sup> *Debreagem* é o mecanismo em que se projeta no enunciado quer as pessoas (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (alhores) do enunciado.

fato, surpreendente, que a Escola de Tecnologia da Construção se encontre aqui e não na Faculdade de Tecnologia (art. 12 –V). O mesmo se pode dizer das Escolas de Representação e Expressão Plástica e de Artes Gráficas, cujo lugar, como escolas ou o que quer que seja, é o Instituto de Artes (Art. 10-VIII) [Idem, 1963:2]

A preocupação de GRAEFF, ao citar o texto o Estatuto, é aproximar, ainda mais, o enunciário do debate. No texto do Estatuto, está prevista a criação de uma Escola de Tecnologia da Construção, vinculada à Escola de Arquitetura. Essa possibilidade é interpretada pelo enunciador como um erro de concepção estrutural a ser corrigido. Ao permitir que o primeiro estatuto da UnB fosse redigido desta forma, a equipe de professores reafirma o termo atomicidade em seu fazer, pois a tecnologia deve estar ligada à Faculdade de Tecnologia:

Os problemas tecnológicos devem ser pesquisados e resolvidos nos Centros especializados, ou, quem sabe, nos Departamentos da Faculdade de Tecnologia.

Os problemas da construção são bem mais amplos que aqueles que podem interessar uma Faculdade de Arquitetura. A construção abarca um campo que inclui a construção de edifícios (edificação), de estradas de rodagem e de ferro, pontes, represas, máquinas, navios, etc. [Idem, 1963:2]

Ao propor a revisão da tese do professor e arquiteto Alcides da Rocha Miranda (não-atomicidade), os professores afirmam o termo integralidade. Desse modo, o texto realiza o percurso Atomicidade > Não-atomicidade > Integralidade. Esse é um dos percursos possíveis, já que a orientação contrária, Integralidade > Não-integralidade > Atomicidade, também está prevista no modelo. Assim, além dos termos contrários, há nessa rede de relações os termos contraditórios, não-atomicidade e não-integralidade.

A Escola de Tecnologia da Construção, prevista no Estatuto de 1962, está em contradição com a tese do Professor Rocha Miranda. As relações de implicação entre atomicidade e não-atomicidade surgem, considerando-se que uma Escola de Tecnologia da Construção implicaria em uma experiência de ensino não-integralizada. No texto, o termo atomicidade é disforizado, e o termo integralidade é euforizado:

Esta atomização, a par de não corresponder à estrutura prevista para 64, diminui as possibilidades de trabalho em equipe, gerou a compartimentação estanque e promoveu certas confusões, que ainda perduram, a respeito do papel das técnicas na formação do arquiteto. [Idem, 1963:1]

E mais,

A formação do Arquiteto exige, antes de mais nada, métodos de ensino que conduzem efetivamente a uma integração dos conhecimentos, de tal modo que o aluno possa, desde o primeiro momento, situar cada aspecto particular dos conhecimentos que adquire no contexto geral da problemática arquitetônica. [Idem, 1963:5]

Reunindo sua experiência como docente da Universidade de São Paulo e o trabalho no SPHAN, Alcides da Rocha Miranda passou a exercer papel fundamental na elaboração do projeto de criação da Universidade de Brasília, acompanhando Darcy Ribeiro em sua difícil jornada nos corredores da Câmara e do Senado, até a assinatura e publicação da Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Vim para Brasília estimulado por seu excepcional urbanismo e sua bela arquitetura. Pensava, sobretudo, colaborar naquilo que estivesse a meu alcance para a criação do que seria um protótipo de comunidade brasileira, onde o ser humano e a natureza adquirissem uma filosofia nova, um mais puro caráter, uma nova dimensão... [Alcides da Rocha Miranda em aula inaugural do novo Instituto de Artes – IdA/UnB. Brasília, 1991]

Depois de analisar, no capítulo anterior, o Primeiro Programa de Aulas do Curso-Tronco, percebemos que a experiência de Rocha Miranda deu ênfase ao trabalho manual prático em diversos ateliês desde o início do funcionamento do curso em 1962. O professor-coordenador Edgard Graeff sugere em seu discurso que sua tese era conhecida e discutida no âmbito do Curso-Tronco, surgindo como parâmetro na implantação do curso, sobretudo do ciclo básico, fase onde a verdadeira integração entre as diferentes áreas de formação era mais clara e abrangente.

### **3.2.1 - Divórcio entre Arte e Técnica**

A partir do momento em que o enunciador propõe a revisão da Tese de Alcides da Rocha Miranda, ele passa a construir uma ilusão de “objetividade”, distanciando-se do ato de enunciação.

A tese inovadora de Alcides da Rocha Miranda, no sentido de formar, ao lado de arquitetos, os construtores de edifícios, fica completamente anulada quando se coloca a questão em termos de Tecnologia da Construção. No bojo daquela tese, cujo extraordinário alcance precisa ser verificado – o que faremos adiante – não há qualquer idéia de Tecnologia e nem de construção. [Idem, 1963:5]

O sentido de ilusão distanciada é interpretado a partir de uma debragem enunciativa, procedimento utilizado para produzir um efeito de objetividade, pela projeção de um “ele”, terceira pessoa no discurso, produzindo distanciamento do que é dito e convencendo o enunciatário de que a correção dos problemas será fruto de uma decisão

coletiva e racional, e não de uma decisão individual. O discurso deve ser assumido por todo o grupo.

A próxima construção de valor do texto de Edgard Graeff recai sobre a atribuição de vínculos históricos à discussão:

Desde os primeiros momentos da Revolução Industrial tem sido a arquitetura vítima do denominado divórcio entre arte e técnica. De início, os arquitetos, comprometidos com uma tradição milenar, recusaram as novas conquistas da técnica. Essa resistência conduziu ao formalismo acadêmico e ao ecletismo arquitetônico do Séc. XIX. [Idem, 1963:2]

O enunciador inicia sua manipulação, relacionando a Arquitetura com a Revolução Industrial, identificando-a como vítima do divórcio entre a arte e a técnica. A finalidade desta articulação é demonstrar o quanto o papel “indefinido”, ocupado pela arquitetura entre a arte e a técnica, foi determinado pelo ritmo dos avanços tecnológicos imprimidos a partir da revolução industrial.

A rapidez e o vigor das mudanças trazidas pelos novos materiais e técnicas ficam claros na afirmação de que “mesmo as escolas mais retrógradas acabaram abrindo suas portas à técnica científica da construção, que vinha substituir o empirismo dominante até então”. O enunciador procura demonstrar o constrangimento provocado por essa disputa por supremacia:

No fundo o que se alcançou foi uma espécie de convivência constrangida, em que Belas Artes e a Engenharia disputavam a hegemonia sobre a Arquitetura. Numa como na outra, a idéia dominante era de que a formação do arquiteto nada mais requeria que a soma de certos conhecimentos de construção e certas habilidades artísticas. [Idem, 1963:3]

O enunciador anuncia solenemente o efeito de “polarização” como “competição” que apressa e define a discussão, pois o debate foi atropelado pelos acontecimentos:

A competição levou, afinal, à convicção de que a arquitetura é uma especialização da engenharia. E os Cursos de Arquitetura, quer os das Escolas de Belas Artes, quer os das Escolas de Engenharia, passaram a diplomar engenheiros-arquitetos. [Idem, 1963:3]

O enunciador oferece ao enunciatório uma fonte que comprove e reforce a idéia de retomar a autonomia do ensino da arquitetura, libertando-o da condição de “especialidade” da engenharia. O efeito de “verdade” é interpretado a partir do contexto histórico mencionado e pela citação integral, quase pedagógica, com todas as referências, do texto de Lúcio Costa:

Quando, nos anos de 40, lutava-se pela criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, buscando-se por esse meio afirmar a autonomia da arquitetura, Lúcio Costa expressou seu pensamento a respeito das relações entre arquitetura e engenharia no artigo “Considerações sobre o Ensino da Arquitetura”. (Publicado na Revista ENBA, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, em 1945). [Idem, 1963:3]

### 3.2.2 - Intertextualidade com Lúcio Costa

A construção do valor integralidade merece destaque na análise do texto, assim como a maneira direta e didática como o enunciador a insere no texto. Uma característica importante a ser mencionada é a ancoragem que Graeff faz no tempo provocando um sentido de anterioridade ao tempo da enunciação. Esse efeito de sentido dá credibilidade ao discurso que está devidamente contextualizado na década de quarenta e tem o respaldo de uma publicação de um sujeito de reconhecida notoriedade que não é explicitamente citada no texto.

O fato de Graeff não apresentar o arquiteto Lúcio Costa nos sugere que a interpretação mais provável para essa estratégia seja a identificação implícita do arquiteto com o Plano Urbanístico de Brasília. Essa mesma estratégia é implementada quando da citação da publicação “Revista ENBA, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, em 1945” [Idem, 1963:3].

As citações de Lúcio Costa são colocadas de forma explícita e absolutamente completa, quase como uma fonte bibliográfica ao alcance do enunciatário, que poderá comprová-la consultando o texto original. Mais uma vez o enunciador “aposta” na capacidade do enunciatário, professor interessado, em munir-se da competência que o enunciador está lhe oferecendo. Esse tipo de citação, definida por Ana Cláudia de OLIVEIRA, como “uma relação de co-presença entre dois ou mais textos” é utilizada pelo enunciador para instaurar uma dialética na discussão com a finalidade de inserir o seu texto no debate filosófico da época. As citações instalam no texto mais dois narradores. A primeira citação de Lúcio Costa:

Esse reconhecimento da arquitetura como arte no próprio nascedouro, deve guiar a elaboração do programa de uma escola de arquitetura. E por ele se vê como é inaceitável o critério proposto de tratar essa escola autônoma como uma espécie de escola de engenharia, na qual, apenas depois de um biênio fundamental comum, se passasse a cuidar de Arquitetura. [COSTA, apud GRAEFF, 1963:3].

Sua fala refere-se ao reconhecimento da arquitetura como arte, e, como tal, o programa de uma escola dedicada a este fim deve ser elaborado no sentido de oferecer aos alunos conhecimentos artísticos essenciais a essa atividade e não dedicar-se a esses fundamentos somente após dois anos de estudos comuns com a

engenharia. O ponto de vista de Lúcio Costa é reforçado por Edgard Graeff, que destaca o despreparo das congregações de engenheiros para compreender a extensão teórica da questão. Na segunda citação de Costa:

Critérios tanto menos aceitável quanto o arquiteto é sempre levado a encarar os problemas comuns à sua profissão de construtor de maneira oposta à de engenheiro. Enquanto este, formado no estudo exclusivo das ciências exatas, enfrenta os problemas partindo de preferência do particular para o geral, o arquiteto, por isso mesmo que arquitetura é arte acima de ciência, parte sempre do conjunto para o pormenor, afim de, então, num segundo tempo, subir do particular para o geral, de onde torna a descer, prosseguindo assim nesse vaivém de severa autocrítica até a conclusão do projeto. É, aliás, essa precedência do espírito de síntese sobre o de análise, característica da técnica de trabalho do arquiteto, que o qualifica para os estudos urbanísticos no seu conceito moderno. [COSTA, apud GRAEFF, 1963:4].

Aqui encontramos novamente as oposições de base de Atomicidade *versus* Integralidade, relacionadas semanticamente à maneira de encarar os problemas comuns da profissão de engenheiro e de arquiteto. Enquanto o engenheiro enfrenta os problemas partindo de preferência do “particular para o geral”, o arquiteto com seu olhar artístico acima do científico parte sempre do “conjunto para o pormenor”, para retornar ao particular iniciando um processo de “severa autocrítica até a conclusão do projeto”. Lucio Costa conclui em sua argumentação que a precedência do espírito de síntese do arquiteto sobre o de análise do engenheiro, qualifica o primeiro, “para os estudos urbanísticos no seu conceito moderno”. [COSTA, apud GRAEFF, 1963:4]

Na última frase da citação o enunciador concede ao interlocutor Lúcio Costa o aval de especialista, considerando por suposição que nenhum professor da área de arte e arquitetura que tenha vindo para Brasília apenas dois anos depois de sua inauguração, deixe de reconhecer o destacado trabalho urbanístico de Lúcio Costa na nova capital. Essa articulação produz um efeito de “verdade” e dá “credibilidade” ao discurso do enunciador. Retomando mais adiante o discurso, o sujeito-interlocutor Lúcio Costa fala mais uma vez:

A maioria dos responsáveis pelo ensino da arquitetura não compreendem ainda que a autêntica obra de arquitetura não é feita de uma parte de construção e outra de arte. Ela é construção concebida e realizada com intenção artística, intenção esta que a distingue, precisamente, da simples construção.



O enunciador dá voz a Lúcio Costa, misturando sua fala à dele, que divide a obra de arquitetura em duas partes: construção e arte. Distinguindo a Arquitetura da simples construção, Edgard Graeff alcança o cerne da questão, estabelecendo uma distinção clara entre a arte e a técnica, a atomicidade e a integralidade.

Os estudantes não podem dedicar tanto tempo ao estudo de problemas de simples construções em disciplinas técnicas, com professores especializados que ignoram a problemática geral da arquitetura, para somente depois se lançarem na tarefa de conceber e realizar o edifício como obra de arte. Essa dualidade aniquila a criação e engessa a criatividade, por isso existem qualidades complexas que precisam ser sistematicamente desenvolvidas desde cedo nas escolas, conclui Graeff:

O que a maioria dos responsáveis pelo ensino da arquitetura não compreende é que esse espírito de síntese precisa ser cultivado e desenvolvido no aluno desde a primeira hora. [Idem, 1963:4].

Neste momento do discurso, reconhecendo que há diferentes métodos capazes de conduzir aos resultados almejados, Graeff estrutura sua manipulação em torno de uma sedução que visa a despertar nos professores do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, a motivação necessária para a mudança de paradigma no ensino de arquitetura:

Não será fácil encontrar professores com uma clara visão de conjunto dos problemas da arquitetura, nem entre os arquitetos, nem entre os engenheiros. Eles são raros e, via de regra não estão em disponibilidade. [Idem, 1963:5].

Apesar de todas as dificuldades, é preciso contar com o compromisso de cada professor que possa assegurar a inserção, no conjunto, de aspectos particulares sob sua guarda, por isso, é necessário estimular o trabalho em grupo, único recurso que poderá garantir a formulação de uma didática capaz de oferecer outra formação aos professores.

Edgard Graeff finaliza, assim, a formação do valor de integralidade em mais um processo de intertextualidade, com o texto de Lúcio Costa, onde identifica todo o processo de elaboração da composição de arquitetura:

Compreendida, assim, nos seus fundamentos funcionais, vê-se como a composição de arquitetura abrange, por si só, o planejamento integral do edifício, incluindo-se na sua didática a análise do programa, os estudos preliminares, o anteprojeto, o estudo de estrutura, estudo das instalações e o projeto definitivo de execução com os respectivos pormenores e especificações, porquanto em todas essas fases do planejamento estão sempre em jogo a concepção plástica inicial e a modenatura definitiva do edifício projetado. [COSTA, apud GRAEFF, 1963:6].

A fase de sanção no texto se dará a partir de uma performance coletiva, pois a equipe de professores trabalhará na futura Faculdade em torno da composição e na elaboração de projetos, visto aqui como o próprio momento da integração, em que afloram e atuam todos os aspectos internos da arquitetura.

Para finalizar, é preciso lembrar que o urbanista responsável pelo projeto de Brasília sempre questionou os cursos de arquitetura no Brasil, pois, segundo ele, esses cursos não conseguiam despertar a sensibilidade artística nos futuros profissionais de arquitetura. Por outro lado, os artistas plásticos eram levados a enxergar a arquitetura como suporte cenográfico para a verdadeira obra de arte, como ocorria na arte barroca. A solução vislumbrada por Lúcio Costa faria com que a arquitetura fosse concebida e executada com consciência plástica, isto é, que o próprio arquiteto criasse como artista, pois, “só assim a obra plástica do pintor e do escultor poderá integrar-se no conjunto da composição arquitetural como um de seus elementos constitutivos, embora dotada de valor plástico intrínseco autônomo”. [COSTA, 1959: s/p].

### **3.2.3 - Interdiscursividade com a Bauhaus**

Edgard Graeff estabelece nova relação de intertextualidade. Desta vez ele dá voz a um outro interlocutor, Walter Gropius, arquiteto alemão, diretor fundador da Bauhaus — a renomada Academia de Arte de Weimar —, com a finalidade de introduzir o valor de integralidade em seu texto. Essa delegação de voz pelo enunciador a sujeitos do enunciado (interlocutor e interlocutário) configura um mecanismo discursivo de debreagem de segundo grau, estabelecendo um efeito de sentido de “realidade” pela simulação de diálogo. Walter Gropius fala:

O ensino de um método de enfoque é mais importante do que o ensino de habilidades técnicas. Trata-se de um processo contínuo que deve crescer concêntricamente, como os ciclos anuais de uma árvore. Em todas as etapas, seu alcance deverá se ampliar e tender a se espalhar por todos os lugares, sem ser parcial, crescendo lentamente em intensidade e detalhe em todas as disciplinas simultaneamente. A integração de todo o alcance do conhecimento e da experiência é de suma importância desde o começo; só então a totalidade dos aspectos adquirirá certo sentido na mente dos alunos. Este absorverá com facilidade todos os detalhes anteriores e os colocará no lugar ao qual pertencem, progredindo desde a totalidade até os detalhes, e não o contrário.

Este enfoque educativo colocaria o aluno em direção a um esforço criador que faça uma integração simultânea do desenho, a da construção onde a economia de determinada área, com fins sociais. Por mais evidente que essa exigência pareça desde um ponto de vista intelectual, a experiência educativa tem demonstrado que ela requer anos para criar nos estudantes o hábito de conceber simultaneamente as três fases – desenho, construção e economia, como uma entidade inseparável e interdependente. [W. GROPIUS, apud GRAEFF, 1963:4]

O enunciador apresenta seu interlocutor como a “mais experimentada autoridade mundial em questões de ensino de arquitetura” [Idem, 1963:4]. A debruagem carrega consigo um contexto implícito, caracterizado pela criação da Bauhaus, que emoldura e vincula interlocutor, ao qual vamos nos dedicar a seguir.

A Bauhaus Estadual, criada em 1919, era uma escola de arte e, ao mesmo tempo, uma escola de artes e ofícios. Nesse período, a indústria progredia a passos largos em muitos campos da atividade, se desenvolvia a noção de “unicidade fundamental de todos os fenômenos”, por isso a proposta dessa nova escola era oferecer uma formação aprofundada em ateliês de produção, aliada a uma doutrina precisa dos elementos da forma e de suas leis estruturais.

Essa nova proposta de ensino de arte recebeu grande influência do Construtivismo Russo, cujo desafio era a busca pelo equilíbrio perfeito, sem contaminações externas e internas, resultante da aplicação de leis universais autônomas, que permitissem a criação de um modelo de arte idealista, de relações harmoniosas. Fizeram parte desse movimento artistas como Vladimir Tatlin, que rejeitava o espaço transcendental reservado tradicionalmente à arte e não se importava em exteriorizar a lógica estrutural da escultura, “um deslocamento de

fatos, experimentalmente acessíveis, de seu núcleo ideal e interno para o exterior visível” [KRAUSS, 1998:69].

Também fizeram parte do estruturalismo russo os irmãos Naum Gabo e Antoine Pevsner, Wassily Kandinsky, El Lissitzky e Kasimir Malevich, que desenvolveu uma pintura essencialmente abstrata, o suprematismo<sup>14</sup>, pintando um dos quadros mais instigantes do modernismo, um quadro preto sobre fundo branco.

Esses artistas eram motivados pela aceitação incondicional do mundo contemporâneo, da máquina e dos objetos produzidos em série. Essa conexão com o mundo produtivo das indústrias aproximava esses artistas da política revolucionária bolchevista, mas, quando, no transcorrer do processo revolucionário, cresceu a influência de Lênin, a maioria teve que se exilar em outros países, sobretudo na Alemanha.

Na década de 1920, muitos dos estruturalistas russos participaram ativamente da construção da Bauhaus, uma das experiências mais importantes de ensino de arte até hoje realizadas nesse século. O objetivo da Bauhaus era reunir todas as atividades artísticas criativas em um todo, unir todos os ramos da arte industrial numa nova arquitetura: o grande edifício.

Sua pedagogia estava calcada na instrução prática, no uso da pedra, madeira, metal, vidro, argila, materiais têxteis, pigmentos e nas propriedades dos materiais e ferramentas. Em outra ponta, contava com uma instrução formal dividida em: estudo da natureza dos materiais, estudo da geometria, construção e confecção de maquetes e estudo do desenho segundo o volume, a cor e a composição, além de palestras sobre arte moderna, arte antiga e ciência.

Os alunos eram formados em três ciclos, no decorrer dos quais cada um deveria se especializar em um tipo de artesanato ou ofício, trabalhando sempre em regime de cooperação coletiva e passando a colaborar, na prática, nos trabalhos de

---

<sup>14</sup> O Suprematismo foi um movimento definido por seu mentor Kasimir Malevich como “a supremacia do puro sentimento”, o essencial era a sensibilidade em si mesma, independentemente do meio de onde teve origem. Manifesto (Do Cubismo ao Suprematismo)

construção da Bauhaus para poder compreender “a essência do novo conceito de construção”.

O corpo docente reunia arquitetos, artesão e artistas que representavam tanto as mais avançadas tendências da arte quanto os mais sólidos princípios do design industrial. Walter Gropius acreditava que um designer criativo de objetos para produção em massa devia ser preparado para realizar sozinho um protótipo de cada artigo que criasse.

O desenvolvimento de protótipos em todas as fases de construção já traz em si a idéia de integralidade presente na proposta da Bauhaus, porém essa idéia fica mais clara e abrangente na fala de Gropius, citada no texto de Graeff. O princípio de integralidade da proposta da Bauhaus, de criação simultânea, está implicitamente ligado ao discurso do enunciador.

Analisando a fala de Gropius, podemos retomar aqui os termos de oposição do nível fundamental Atomicidade vs Integralidade. A atomicidade é considerada neste contexto como habilidades técnicas, conhecimentos tecnológicos que devem ser discutidos mais profundamente nas faculdades de engenharia.

Walter Gropius argumenta em sua fala que “A integração de todo o alcance do conhecimento e da experiência é de suma importância desde o começo” [Idem, 1963:4]; por isso, deve-se desenvolver um método de ensino de enfoque criador, a partir da integração simultânea do desenho, da construção e da economia, que fazem parte de um processo contínuo e progressivo de criação. A integração de todos os conhecimentos e experiências é importante desde o início da formação do arquiteto, pois, só com anos de exercícios de criação, “a totalidade dos aspectos adquirirá certo sentido na mente dos alunos” [Idem, 1963:4].

Em nossa análise, o enunciador utiliza a fala Walter Gropius para reafirmar euforicamente a valorização da integralidade do ensino. Os argumentos de Gropius são utilizados para negar a atomicidade implícita na experiência do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, mas presente cotidianamente nas escolas de arquitetura de modo geral:

As escolas de arquitetura, ao insistirem – por falta a base de disciplinas isoladas, que se vão somando, formam profissionais que “pagam aprendizado” lá fora durante quatro anos, até alcançarem a indispensável visão integrada dos aspectos da arquitetura. E a constatação dolorosa é que mais de 90% dos diplomados jamais conseguem abordar os problemas como autênticos arquitetos. [Idem, 1963:4]

E, finalmente, Graeff conclui:

É por isso que se costuma dizer que em cada turma de cinqüenta diplomados nossas escolas deixam escapar cinco arquitetos... São os rebeldes. [Idem, 1963:5]

Nesta passagem, Graeff busca despertar nos professores do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo da UnB o espírito de “rebeldia”, que se supõe tê-los trazido para Brasília, uma cidade semi-acabada, para trabalhar em um projeto ainda em formação, em um imenso canteiro de obras. Edgard Graeff afirma que “apenas os alunos rebeldes conseguem abordar os problemas como autênticos arquitetos”. Essa manipulação articulada no discurso seduz o enunciatário e busca tirá-lo de seu estado de “conformidade”, levando-o para um estado de “rebeldia”.

Cabe aos professores do curso-tronco de arquitetura e urbanismo identificar e julgar o quanto as disciplinas do curso são ministradas de forma isolada, somando conhecimentos técnicos, formando profissionais que não conseguem desenvolver uma visão mais integrada dos diferentes aspectos da composição arquitetural.

### **3.2.4 - Interdiscursividade com a arquitetura de Brasília**

Nesse momento, o enunciador dirige-se diretamente ao enunciatário (equipe de professores do Curso-Tronco), em uma simulação de diálogo: “Mas os alunos do Curso-Tronco não são ainda alunos de arquitetura e não praticam a composição”.

Essa afirmação tão direta conduz o enunciatário a um “estado de atenção” que o faz analisar sua conduta com seus alunos e sua prática pedagógica durante o

ano de 1962, pois o coordenador do curso, Edgard Graeff, além da afirmação citada, adverte também sobre a preparação dos alunos que devem estar aptos a escolher entre os campos da arquitetura e artes plásticas no momento certo:

De um lado, trata-se de ministrar-lhe conhecimentos de Introdução às artes plásticas, compreendendo a apreciação artística e um panorama da produção artística da humanidade através dos tempos; a arquitetura comparece aqui como produto acabado, independentemente das circunstâncias que informam a produção. [Idem, 1963:6]

Apesar do caráter transitório do curso da UnB, é preciso informar sobre os diferentes aspectos desses dois campos de formação. Em disciplinas comuns, como Representação e Expressão, o estudo da composição deve despertar uma clara visão do conjunto, tanto da arquitetura quanto das artes plásticas, respeitando suas especificidades:

De outro lado, trata-se de ministrar conhecimentos de Introdução à Arquitetura, em que se revele ao aluno, nas suas linhas gerais, o processo de produção das obras de arquitetura e, ao mesmo tempo, o significado da arquitetura para a existência individual e social dos homens. [Idem, 1963:4]

Edgard Graeff condensa sua argumentação nesses dois lados da atuação e da reformulação da equipe de professores e finaliza seu discurso afirmando o sentido integralizado, simultâneo, orgânico e coletivo que esse processo precisa apresentar para que as escolhas sejam elaboradas de forma consistente e segura:

É aqui, ao revelar o processo de produção das obras de arquitetura, no primeiro momento portanto, que a equipe começa a atuar como tal em conjunto. Referido processo envolve desde o estudo do programa até a conclusão final da obra e a revelação dos seus valores, permitindo a intervenção docente, simultânea e orgânica, de professores de todos os aspectos especializados. E já nesse trabalho coletivo tem início o processo de reformulação do corpo docente.

O enunciador faz alusão à proximidade com a nova capital no sentido de evitar o ensino excessivamente teórico, que nomeia de discursivo e livresco. A interdiscursividade com a cidade é perceptível no plano de conteúdo, pela convivência diária com o conceito de modernidade que a cidade representa ou pela presença de obras arquitetônicas em todas as fases de construção, e está acessível

em elementos como o desenho urbanístico da cidade, suas quadras e blocos, em seus palácios e monumentos arquitetônicos.

Ainda aqui o perigo do ensino discursivo e livresco ameaçaria o programa, não fossem as possibilidades oferecidas por Brasília. A cidade permite, entretanto, desenvolver os trabalhos sempre em torno de fatos arquitetônicos concretos. A cidade, os seus nexos com o conjunto, e de qualquer aspecto teórico, sem desligá-lo da realidade objetiva. [Idem, 1963:7]

O Graeff menciona a concepção conceitual de Brasília, e o enunciário é levado a acreditar que a arquitetura moderna é o elemento fundamental e deve ser introduzida nessa nova didática, permitindo o desenvolvimento de trabalhos que girem em torno de fatos arquitetônicos concretos, sem se desligar dos aspectos teóricos da realidade.

Edgard Graeff constrói a idéia de uma divisão interna de áreas de atuação, baseada na informação, no debate e na opção progressiva no segundo semestre para os alunos com inclinações para a arquitetura, não para resolver os problemas de tecnologia, mas para aumentar progressivamente a carga de conhecimentos sobre edificação, o que supõe conhecimentos teóricos e exercícios em torno dos materiais de edificação e sua aplicação em obra, sem abandonar os exercícios de composição nas disciplinas de Representação e Expressão, que incluem atividades de carpintaria, marcenaria e maquetaria.

Os futuros técnicos devem ser formados com uma visão ampla dos problemas arquitetônicos, devem ser capazes de distinguir, no projeto e na obra, o urgente do importante, para isso, Graeff conclui:

A equipe de professores, trabalhará, na futura Faculdade, em torno da Composição, vale dizer, da elaboração de projetos. A elaboração de Projeto é o próprio momento da integração, em que afloram e atuam todos os aspectos internos da arquitetura. [Idem, 1963:6]

Ora, se a norma da Universidade estabelece que a opção deve ser feita após quatro semestres, a experiência prática do primeiro ano de funcionamento do Curso-Tronco da UnB sugere que as opções devam ser progressivas, priorizando as



habilidades e as aptidões do indivíduo, em detrimento da norma acadêmica pré-estabelecida:

A norma da Universidade é uma norma geral e nada impede que ela se adapte a circunstâncias particulares concretas, trocando assim a rigidez pela sabedoria. [Idem, 1963:7]

Antes de alcançar a segunda parte do texto, denominada *Proposições*, onde o enunciador elabora as mudanças tanto no Estatuto quanto na estrutura de funcionamento do Curso-Tronco para o ano de 1963, Graeff traça um paralelo entre o curso integral, flexível e inteligente, que pode ser oferecido na UnB, e a realização da obra arquitetônica nas condições modernas de produção, que exige considerável divisão de trabalho e a atuação de diversos especialistas, tanto na fase de elaboração quanto na fase de execução do projeto:

A realização da obra, nas condições modernas de produção, exige considerável divisão de trabalho. Já na elaboração do projeto o arquiteto divide tarefas entre diversos especialistas. E na execução da obra outros tantos técnicos especializados são chamados a intervir. Ora, esses técnicos, “formados no estudo exclusivo das ciências exatas” executam tarefas de grande responsabilidade, das quais dependem, em certa medida, os valores finais, da obra, e fazem sem o instrumental necessário, já que, via de regra, não distinguem a arquitetura da simples construção. Ao verter a obra dos desenhos para o espaço, o construtor procede mecanicamente, desprezando inúmeras minúcias que, mal executadas, acabam por afetar valores essenciais. [Idem, 1963:8]

O que interessa no discurso de Graeff é que a equipe de professores possa vislumbrar de fato as vantagens que o convívio em um curso básico poderá oferecer aos alunos da Escola de Edificação, que terão uma formação artística mais consistente, desenvolverão uma visão clara dos verdadeiros problemas da arquitetura, e de forma absolutamente mais integrada, estarão aptos a executar suas tarefas.

Retomando a Tese de Alcides da Rocha Miranda, a imagem da Escola de Edificação é interpretada pelo enunciador como a superação simbólica do divórcio entre a arte e a técnica na arquitetura.

Com isto a UnB estará contribuindo para consertar uma situação absurda, em que a maior indústria do país, a da edificação, não conta com técnicos especializados e

suficientemente instrumentados para o cumprimento das suas tarefas. O engenheiro civil que hoje responde por essas tarefas, não é um profissional especializado em edificação; suas atribuições abarcam um campo consideravelmente mais amplo. [Idem, 1963:8].

Edgard Graeff finaliza sua argumentação projetando na enunciação o espaço da indústria da edificação, a maior do país, mas que sofre com a má qualidade na formação de seu quadro técnico, cujas atribuições não parecem claras. Esse efeito de sentido revela o quanto é vital a redefinição de novas fronteiras entre as diferentes áreas e a possibilidade de uma integração mais orgânica e conceitual entre elas.

## CONCLUSÃO

Quando o Instituto Central de Artes iniciou suas atividades, não havia no Brasil sequer um modelo de Universidade implantado, quanto mais um curso de nível superior. A arte-educadora Ana Mae Barbosa<sup>15</sup>, que esteve próxima da UnB na década de sessenta em seus primeiros anos de funcionamento, nos lembra que, apesar “de toda a luta travada no país desde o século XIX entre positivistas e liberais para tornar a arte disciplina obrigatória nos currículos escolares”, esse fato só ocorreu na prática em 1971, por meio da Lei 5.692, que passou a exigir Educação Artística no currículo de 1º e 2º graus.

A implantação de um projeto com essa envergadura, em Brasília, exigiu muitos debates entre as diferentes linhas de pensamento da intelectualidade brasileira. Esses debates eram travados nos veículos disponíveis à época: jornais, revistas especializadas, nas reuniões SBPC, entre outros. O processo de construção desse discurso surgiu lentamente, no ritmo ditado pelo conservadorismo da elite e pela estrutura agrária brasileira, que não exigiam grandes saltos na formação educacional da população.

A transferência da nova capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, em nome da abertura de novas fronteiras de desenvolvimento econômico e industrial, criou, artificialmente, um cenário propício para o desenvolvimento de um projeto que pudesse rapidamente alterar e modernizar os programas de política pública na área de educação.

Brasília assumiu, na década de sessenta, diferentes significados, ligados a um contexto político, social e econômico bem específico. Os significados mais visíveis foram construídos por entusiasmados porta-vozes do desenvolvimento tecnológico. Essas vozes caracterizam um posicionamento político mais democrático diante das novas tecnologias disponíveis no mundo industrializado.

De modo geral, a construção de Brasília significou o ponto culminante de um espírito de otimismo, desenvolvimentismo e modernização que fizeram parte de uma espécie de renovação da arte brasileira. Para muitos intelectuais, educadores, artistas e arquitetos, era preciso intensificar no público a inteligência do fenômeno artístico, sem se importar com a classe social, pois a intensa produção industrial obrigava a sociedade moderna a encarar os valores do bem estar e da cultura, pensada agora em termos de grandes massas.

O discurso de criação da Universidade de Brasília aproveita esse ambiente e se, segundo Greimas, “Um discurso narrativo, qualquer que seja sua complexidade, é, do ponto de vista do enunciador, um objeto construído e, do ponto de vista do enunciatário, um objeto susceptível de receber uma análise gerativa” [GREIMAS,1983:169], não há nada mais evidente do que identificar nos textos que exprimem um determinado ponto de vista, o máximo de elementos que nos permitam aumentar nossa capacidade de interpretá-los.

---

<sup>15</sup> Ana Mae BARBOSA, História da Arte-Educação, p.9

Considerando que a “finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado” [FIORIN, 2005:75], buscamos, então, nos debruçar na análise desse complexo jogo de manipulação elaborado pelo enunciador, no convencimento do enunciatário em relação àquilo que se transmite.

Partindo do princípio de que os três textos analisados nos ofereciam elementos suficientes para caracterizar as estratégias desse jogo, investimos, sobretudo, na elaboração de uma análise do nível discursivo onde esses elementos estão mais visíveis.

As ligações simbólicas e semióticas que se estabelecem entre os três textos com a construção ideal da nova capital são evidentes. Sua preocupação em atender às necessidades da nova capital, oferecendo formação e opções culturais para sua população, demonstra a força dessa articulação. A crítica enfática ao ensino superior brasileiro é outro tema que embasa as estratégias do enunciador que utiliza todo o arsenal disponível em sua manipulação, cujo objetivo era criar um curso de Artes e Arquitetura que estivesse preocupado em assimilar novas técnicas e materiais, integrar o conhecimentos, aproximar os indivíduos e abrir espaços para novas áreas de convivência e criação artística.

Os argumentos que sustentavam o discurso de ruptura no nível discursivo foram sendo desenvolvidos a partir de uma relação de oposição semântica do nível fundamental que percorre e une os três textos analisados. A construção disfórica do modelo atomizado de ensino implantado no Brasil desde o período colonial, identificado com um passado elitista e retrógrado, permitiu uma enriquecedora e necessária aventura pela história das academias, dentro e fora do Brasil.

O desvendamento das articulações discursivas do projeto de criação da UnB permitiu a identificação das diversas vozes que se envolveram na construção desse discurso, determinou mais claramente a amplitude de suas estratégias de convencimento, e reafirmou sua atemporalidade, que o transforma em um objeto atual ainda útil nas reflexões sobre o aperfeiçoamento de nossas políticas de educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAL, Mieke. BRYSON, Norman. *Semiotics and art history: The Art Bulletin*, Vol.73, Nº2, 1991.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso: fundamentos semióticos*. 2ª Edição. São Paulo-SP: Humanitas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Teoria Semiótica do Texto*. 4ª Edição. Editora Ática. São Paulo-SP: Série Fundamentos 72, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. O ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e poder. Análise crítica/fundamentos históricos (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. *Universidade do Brasil: Das origens à construção*. Rio de Janeiro:UFRJ/Inep, 2000, v.1.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 13 Edição. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *As Astúcias da Enunciação:As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo:Editora Ática, 2002.

GREIMAS. Algirdas Julien. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1973.

- GREIMAS & COURTÈS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix., 1979.
- GRAEFF, Edgard. Sobre o “Curso-Tronco” de Arquitetura e Urbanismo da UnB, 1963.
- LANDOWISKI, Eric. *Langages: Simulacres em construction*. Paris, 1983.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de (Org.). *Semiótica Plástica*. São Paulo-SP: Hacker Editores, 2004.
- PEVSNER, Nikolaus. *Academias de Arte, Passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALBÚM. de Belém – Pará: Edição F. A . Fidanza., Novembro de 1902
- AUGRAS, Monique. *Os Desafios Contemporâneos da História Oral: História Oral e Intersubjetividade*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1996.
- AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada*. 2ª Edição. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- \_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- BARBOSA, Ana Mae (Org). *História da Arte-Educação: a experiência de Brasília*. Ed. Max Limonad, 1986.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/Edusp, 1986.
- BARTHES, R & HAVAS, R., *Enciclopédia Einaudi: Escuta*. Vol.XI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- BENATTI, Gisela Porto.: *Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociosemióticas: Entre – Textos e Discursos surrealistas*. nº 7. Londrina-PR: Editora UEL.
- CAMPOS, Paulo Almeida. *Ainda Educação — ontem e hoje; (reflexões)*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
- CATÁLOGO da exposição: *Anísio Teixeira: a construção da educação brasileira*. Brasília: SBPC: CPDOC, 2000.
- CIPINIUK, Alberto. *A Pedagogia Artística de Lebreton*. In 180 Anos de escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997
- CHIPP, Herschel Browning. *Teorias da Arte Moderna*. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COSTA, Lúcio. *Considerações sobre o Ensino da Arquitetura*. In *Revista ENBA*, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, 1945.

\_\_\_\_\_. *A Arte e a Educação*. Relatório no Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte. Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, 1959.

CORTELAZZO, Patrícia Rita. *O ensino do desenho na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e o acervo do Museu D. João VI: (1826-1851)*. Campinas, SP:[s.n.], 2004.

Diagnóstico do desenvolvimento da Universidade de Brasília: 1962-1968. Brasília, 1969.

DIAS, Geralda Aparecida. *UnB em 3 Tempos: Contexto Nacional e Internacional. Cadernos de Extensão (s/d)*.

\_\_\_\_\_. *UnB 30 Anos in Revista Humanidades nº 30*, Brasília, 1992.

FONSECA, Edson Nery da; TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Martírio e restauração de uma universidade: Depoimento pessoal publicado no décimo aniversário de instalação da Universidade de Brasília*. São Paulo: Editora Do Autor, 1972. 42 p.

FRANCASTEL, Pierre. *La Figure et le Lieu, L'ordre visuel du Quattrocento*. Éditions Gallimard, 1967

\_\_\_\_\_. *Arte e Técnica*, Nos séculos XIX e XX. Edição "Livros do Brasil" Lisboa. 2000.

\_\_\_\_\_. *Pintura e Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990

\_\_\_\_\_. *A realidade Figurativa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

FRANÇA, Dionísio Alves de. *Catálogo da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Relatório Final - PIBIC CNPq/UnB*, Brasília, 1998, pág. 148.

FROTA, Lélia Coelho. *Alcides Rocha Miranda: caminho de um arquiteto*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. 232 p.

JUPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª Edição Revisada e Ampliada, 1996.

KRAUSS, Rosalind E. *Caminhos da escultura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KUBITSCHER, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1975.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira: estadista da educação*. [S.l.]: Ed. Civilização Brasileira, 1992.

MARTINS, Luciano. *A gênese de uma inteligência – Os intelectuais e a política na Brasil (1920 a 1940)*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho 1987.

MADEIRA, Angélica. *A itinerância dos artistas: a construção do campo das artes visuais em Brasília (1958-1967)* in *Revista de Sociologia da USP- Tempo Social*, V. 14, nº 2 (outubro de 2002), São Paulo, SP:USP

MOREIRA, Regina da Luz. (Org) *Arquivo Gustavo Capanema, inventário analítico*. Rio de Janeiro:CODOC, 2000.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: Poesia da Ação*. Bragança Paulista, São Paulo:EDUSF, 2000.

\_\_\_\_\_. In *Anísio Teixeira: A luta pela escola primária pública no país*, 2000.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. *Arte, História e Ensino – Uma trajetória*. São Paulo:Cortez, 2001.

PAIM, Antônio. A busca de um modelo universitário. In: SHWARTZMAN, S. (org). *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília:CNPq, 1982.

PÔRTO Jr (organizador). *Anísio Teixeira e o Ensino Superior*, Brasília: Bárbara Bela, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Carta'14: falas, reflexões, memórias*. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1995 - 1/nº 14

\_\_\_\_\_. *A Universidade Necessária*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

\_\_\_\_\_. *Universidade de Brasília: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

\_\_\_\_\_. Darcy. *La Universidad Latinoamericana*. 2ª Edição. Caracas/Venezuela: Ediciones La Biblioteca, 1971.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna in *Memórias e reflexões em torno da UnB - 1962/1969*. Entrega do Título de Professor Emérito, 1996.

SALMERON, A. Roberto. *A universidade interrompida : Brasília 1964 -1965*. DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SAVIANI, Demerval. Anísio Teixeira: clássico da educação brasileira in *Anísio Teixeira e o Ensino Superior*, Brasília:Bárbara Bela, 2001.

SHERMAN, John. *O Maneirismo*. São Paulo: Cultex - Editora da Universidade de São Paulo. 1978.

STEGER, Hanns A. *As Universidades no Desenvolvimento Social da América Latina*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro. 1970.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso, As Ficções da Representação Factual*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

VIANA Filho, Luis. *Anísio Teixeira, a polêmica da educação*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves (organizadora). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.



## **ANEXO I**

PLANO ORIENTADOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNB



- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| 1. Praça dos Três Poderes             | 16. Embaixada e Legações                  |
| 2. Esplanada dos Ministérios          | 17. Setor Residencial                     |
| 3. Catedral                           | 18. Casas Individuais                     |
| 4. Setor Cultural                     | 19. Horticultura, Floricultura e Pomares  |
| 5. Centro de Diversões                | 20. Jardim Botânico                       |
| 6. Setor de Bancos e Escritórios      | 21. Jardim Zoológico                      |
| 7. Setor Comercial                    | 22. Clube de Golf                         |
| 8. Hotéis                             | 23. Estação Rodoviária                    |
| 9. Torre Emissora de Rádio e T.V.     | 24. Yatch Clube                           |
| 10. Setor Esportivo                   | 25. Residência                            |
| 11. Praça Municipal                   | 26. Sociedade Hípica                      |
| 12. Quartéis                          | 27. Área destinada a feiras, circos, etc. |
| 13. Estação Ferroviária               | 28. Aeroporto                             |
| 14. Armazenagem e Pequenas Indústrias | 29. Cemitério                             |
| 15. Cidade Universitária              |   |



## Plano Orientador da Universidade de Brasília



A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – criada pela Lei nº 3 998, de 15 de dezembro de 1961 – é uma instituição autônoma, não governamental. Sua administração cabe a um Conselho Diretor composto por 6 membros efetivos e 2 suplentes, nomeados originalmente pelo Presidente da República, cujos mandatos são renovados por escôlha dêste sôbre uma lista tríplice organizada, para cada vaga, pelo próprio Conselho Diretor.

O Presidente da Fundação, eleito pelo Conselho Diretor, é o Reitor da Universidade de Brasília.

Até a constituição dos órgãos deliberativos da Universidade, o Conselho Diretor será assistido por um corpo de coordenadores e consultores de sua livre escôlha, responsáveis pelo planejamento e implantação de cada uma das unidades da Universidade.

## Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília

### *Membros Efetivos*

DARCY RIBEIRO

*Reitor da Universidade. Presidente da Fundação.*

ANÍSIO TEIXEIRA

*Membro do Conselho Federal de Educação. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Pedagógicos. Ex-Secretário da Educação do Distrito Federal e do Estado da Bahia.*

HERMES LIMA

*Membro do Conselho Federal de Educação. Chefe da Casa Civil da Presidência da República.*

ABGAR RENAULT

*Membro do Conselho Federal de Educação. Ex-Ministro da Educação e Cultura. Ex-Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais.*

OSWALDO TRIGUEIRO

*Ministro do Superior Tribunal Eleitoral. Ex-Governador do Estado da Paraíba. Ex-Embaixador do Brasil.*

FREI MATEUS ROCHA, o.p.

*Provincial da Ordem Dominicana no Brasil.*

### *Suplentes*

ALCIDES DA ROCHA MIRANDA

*Presidente da Fundação Cultural de Brasília. Professor de Arquitetura.*

JOÃO MOOJEN DE OLIVEIRA

*Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Naturalista do Museu Nacional. Doutor em Ciências Naturais.*

### *Coordenadores*

LEOPOLDO NACHBIN

*Instituto Central de Matemática*

JOSÉ LEITE LOPES

*Instituto Central de Física*

JACQUES DANON

*Instituto Central de Química*

MAURÍCIO ROCHA E SILVA

*Instituto Central de Biologia*

EDUARDO GALVÃO

*Instituto Central de Ciências Humanas*

CYRO DOS ANJOS

*Instituto Central de Letras*

ALCIDES DA ROCHA MIRANDA

*Instituto Central de Artes*

ARTUR NEVES

*Editôra Universidade de Brasília*

### *Coordenadores dos Cursos de 1962:*

VICTOR NUNES LEAL

*Direito, Administração, Economia*

LUCIO COSTA E OSCAR NIEMEYER

*Arquitetura e Urbanismo*

CYRO DOS ANJOS

*Letras Brasileiras*

Palavras do Presidente da República ao sancionar a Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.

## A missão da Universidade de Brasília

**N**A DELIBERAÇÃO de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital.

*Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para todas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fôsse capaz de assegurar à Capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do País.*

*Esta universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo.*

*Com o objetivo de assegurar à Universidade de Brasília os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída como uma Fundação para ter a autonomia e ser capaz da responsabilidade indispensáveis a uma instituição universitária realmente livre. É dotada, pela União, de um patrimônio que lhe permitirá traçar seus próprios programas de expansão.*

*O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional.*



*Dêste planalto central,  
desta solidão que em breve se transformará  
em cérebro das altas decisões nacionais,  
lanço os olhos mais uma vez  
sobre o amanhã do meu país e antevejo  
esta alvorada com fé inquebrantável  
e uma confiança sem limites  
no seu grande destino.*

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA  
Brasília, 2 de Outubro de 1956



# ISTO É BRASÍLIA



Reproduzimos na íntegra  
o relatório de **Lúcio Costa**,  
que se converteu  
no **Plano Piloto de Brasília**.  
Esse documento,  
como afirmou o urbanista inglês  
Sir William Halford,  
é tão bom e completo,  
que dificilmente poderia ser resumido.  
Nele, o vencedor do concurso  
não só indica as linhas  
de desenvolvimento  
de uma grande capital administrativa,  
como antecipa e resolve,  
dentro de uma unidade  
de concepção artística,  
os problemas urbanísticos e sociais  
da cidade-capital,  
que hoje se ergue,  
viva e atuante,  
no coração do Brasil.

... José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília.

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *maquis* do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intencionalmente *pensada e resolvida*; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa d'ele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de *intenção*, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, *consciente*, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

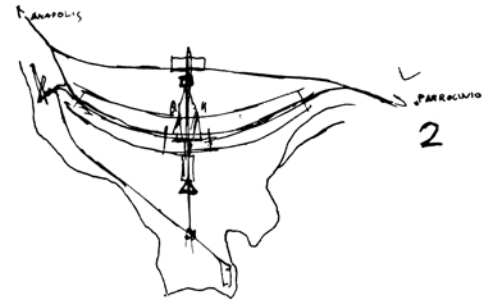
Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:





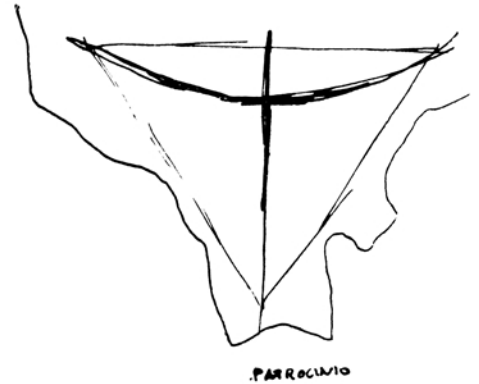
1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz (fig. 1).

2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (fig. 2).



3. E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação dos cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (fig. 3).

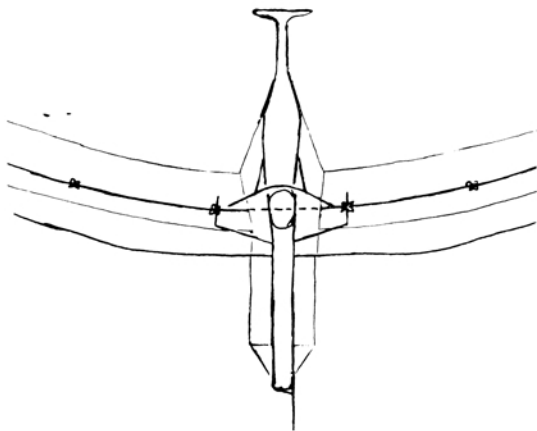
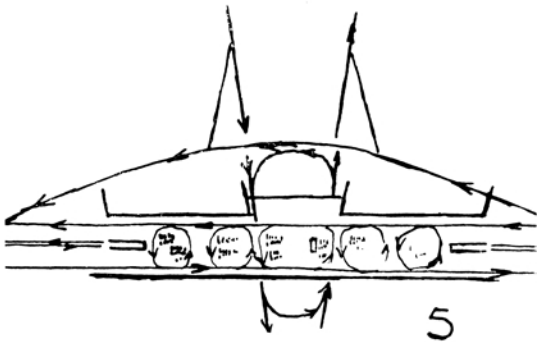
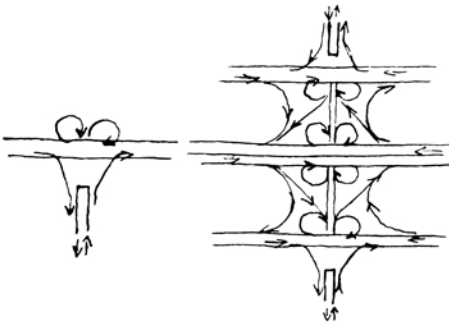
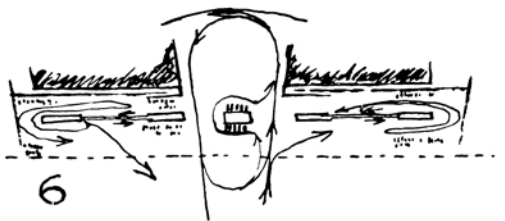
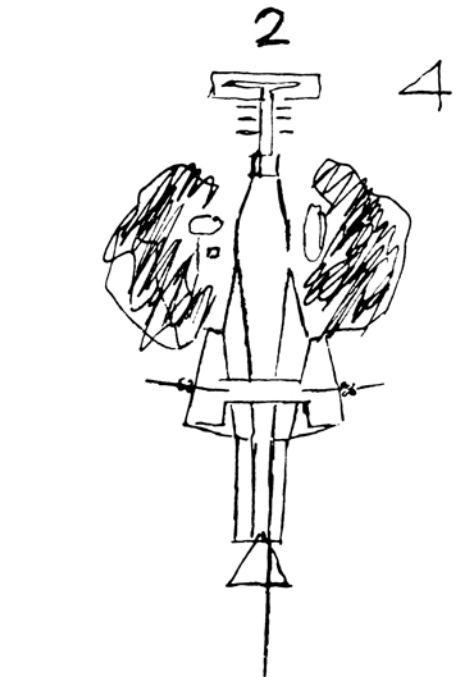
4. Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou assim a ser o eixo monumental do sistema (fig. 4). Lateralmente à intersecção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais, e ainda os amplos setores do varejo comercial.



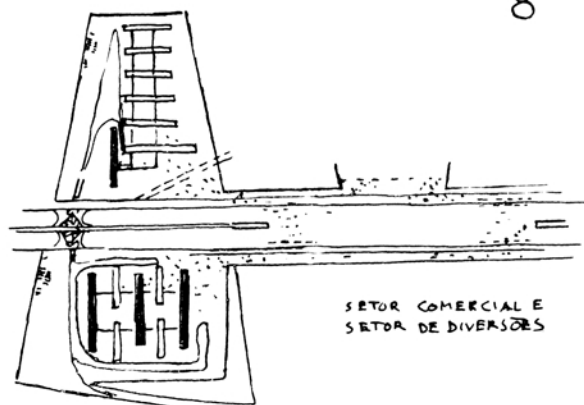
5. O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes, etc. (fig. 5).

6. O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos e onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma (fig. 6). Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espalha em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos ministérios.

7. Dêse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais *sem qualquer cruzamento*. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que accede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno (fig. 7).

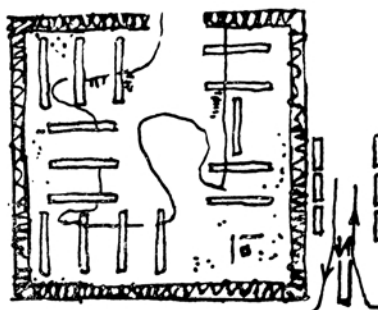


8

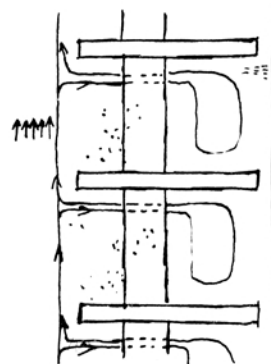


SETOR COMERCIAL E  
SETOR DE DIVERSÕES

### SETOR RESIDENCIAL



### SETOR DOS MINISTERIOS



8. Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão (fig. 8), sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e anti-naturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "des-humaniza", readquirindo vis-à-vis do pedestre feição ameaçadora e hostil quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe.

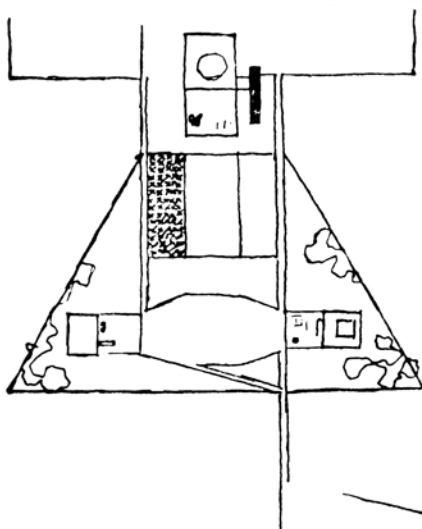
9. Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores.

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais

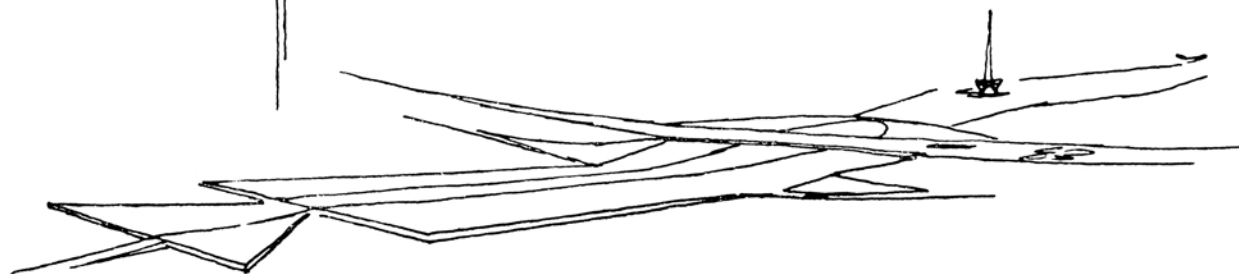
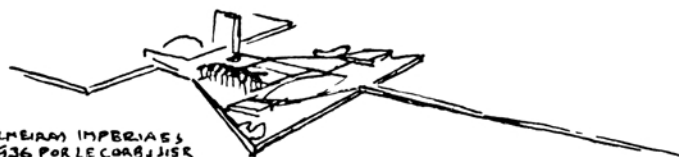
remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com um arrimo de pedra à vista sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto (fig. 9). Em cada ângulo dessa praça — Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista (fig. 9). Ao longo dessa esplanada — o Mall, dos ingleses —, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias (fig. 10). Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos infe-

riores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência — todos com área privativa de estacionamento —, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.

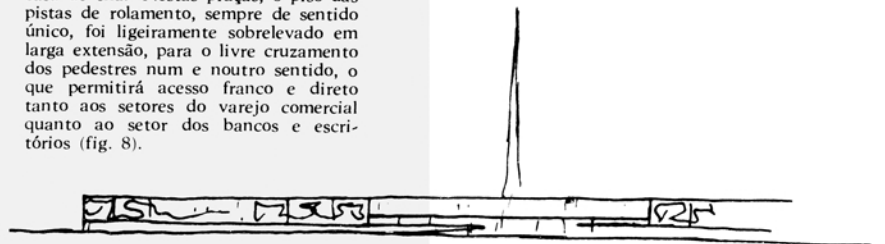
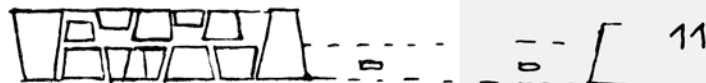
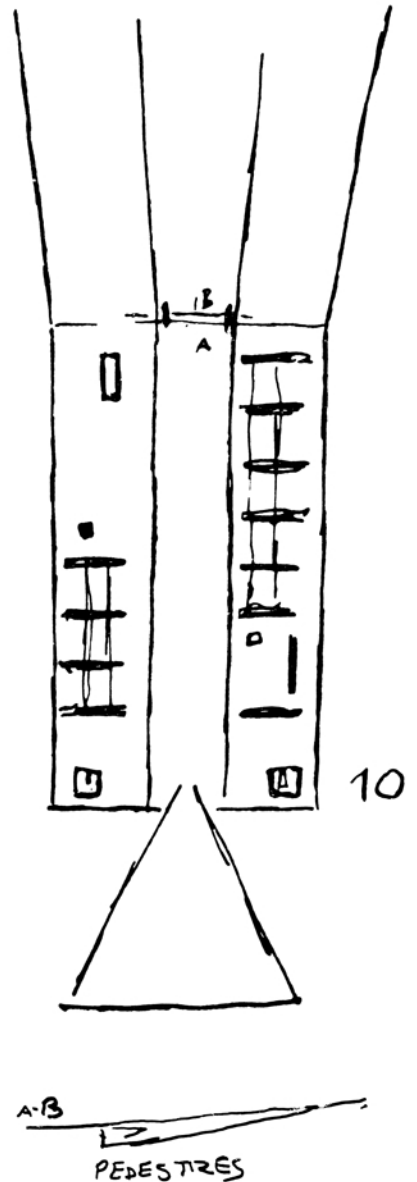
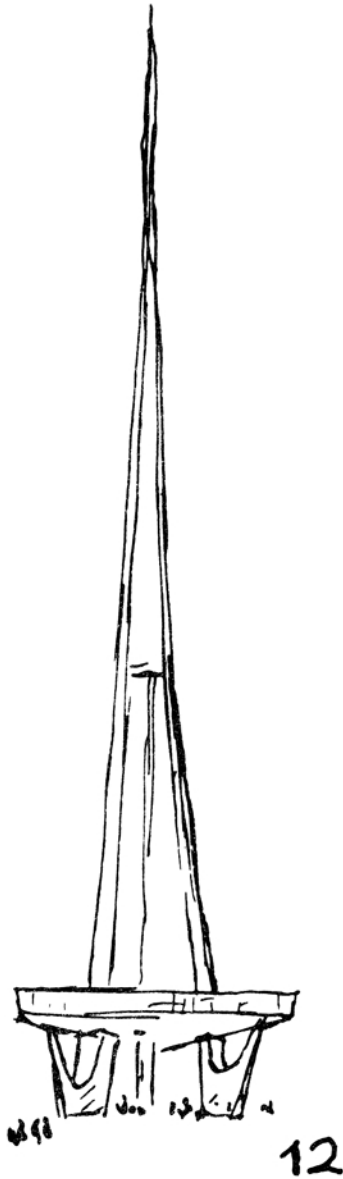
9



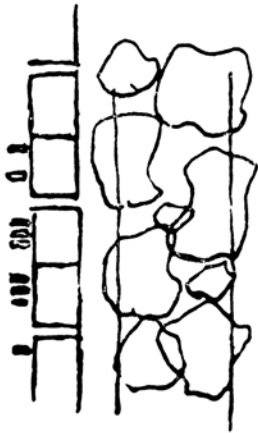
FORUM DE PALMEIRAS IMPERIAES  
PROPOSTO EM 1936 POR LE CORBUSIER



10. Nesta plataforma onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées) A face da plataforma, debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame (fig. 11). As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou das galerias cobertas (arcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (fig. 11). O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vasado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc., tenham vista, de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclive do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral (figs. 9, 11, 12). Na parte central da plataforma, porém disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao hall inferior de embarque separado por envidraçamento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus na saída a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial, — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma fronteira ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios (fig. 8).



11. Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a êle, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e "magazins", e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento (fig. 8), e dispõem de autopostos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.



12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos "studios" e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura (fig. 12). De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões da nova cidade.

13. Na Praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

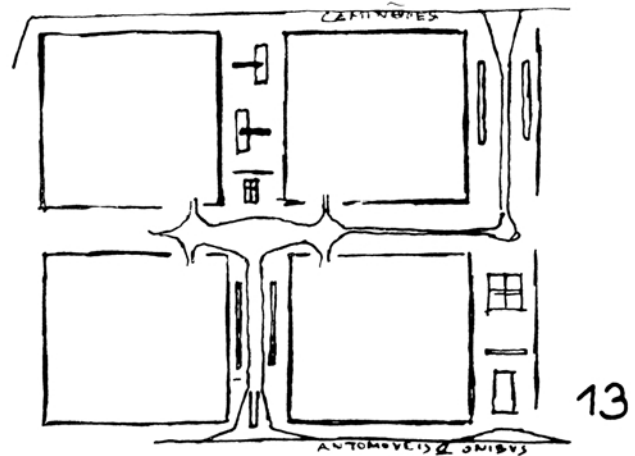
14. Acima do setor municipal foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

15. Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado (fig. 9), desde a praça do Governo até à praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plásticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.

16. Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla

ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (fig. 13). Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas "super-quadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (fig. 8).



Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso, etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (fig. 13).

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só (fig. 14).

Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude com campo de jogos e recreio.

17. A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim

# O PLANO ORIENTADOR EM DESENVOLVIMENTO

## Diagnóstico do ensino superior no Brasil

*Ao apreciar a Mensagem que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira encaminhou ao Congresso Nacional, no dia da inauguração de Brasília, solicitando autorização para instituir a Universidade de Brasília, o senador Jarbas Maranhão procedeu a uma análise acurada da situação do ensino superior no Brasil, da qual reproduzimos alguns tópicos.*

1. Contamos com mais de 400 escolas superiores, porém, apenas 40 delas têm mais de 500 alunos e, no conjunto, oferecem um número tão exíguo de oportunidades de ingresso nos seus cursos (30.000), que a proporção de estudantes universitários sobre a população é, no Brasil, quatro vezes menor que na Argentina e 20 vezes menor que nos Estados Unidos da América do Norte.

2. Nossas Universidades federais e particulares já somam mais de três dezenas, número que, à base dos padrões internacionais, pareceria suficiente para formar os altos escalões profissionais, técnicos, científicos e humanísticos que o desenvolvimento nacional requer, mas apenas uma quarta parte delas conta com o mínimo de equipamento didático e de pessoal docente qualificado, indispensável para o exercício de suas funções.

3. A expansão das matrículas no ensino superior, na última década, fêz-se, principalmente, pelo crescimento do número de estudantes de carreiras acadêmicas quando, no mesmo período, os progressos alcançados no processo de industrialização, impondo uma técnica crescente das atividades produtivas e dos serviços, passaram a exigir contingentes cada vez maiores de técnicos altamente qualificados, estabelecendo-se, deste modo, uma grave defasagem entre os requisitos básicos do desenvolvimento e a organização do ensino superior.

4. Anualmente, mais de 25.000 jovens concorrem, nos exames vestibulares, a cerca de 5.000 vagas abertas pelas escolas de Medicina e Engenharia, vendo frustradas suas esperanças de ingresso, menos pelo despreparo básico para acompanhar os cursos do que pela estreiteza dos *números-clausus* de vagas iniciais postas em concurso pelas escolas. Acresce que quase todo o aumento do número de vagas para essas profissões se fez pela criação de novas escolas que funcionam nas condições mais precárias, em virtude da política de estagnação e até mesmo da redução deliberada do número de vagas, defendida pelos estabelecimentos mais antigos, dotados de melhor equipamento e que contam com magistério mais experimentado.

5. Para uma população de 70 milhões de habitantes, que cresce no ritmo de 3,1% ao ano, estamos formando, anualmente, cerca de 1.500 médicos. Isto equivale a condenar o povo brasileiro a não beneficiar-se da medicina moderna, permanecendo atado às práticas tradicionais e entregue a charlatães e curandeiros, em virtude da disparidade gritante entre o número de médicos disponíveis e a multidão de clientes carecentes de seus serviços profissionais.

6. Provavelmente, ainda mais grave é o caso da Engenharia que, graduando anualmente menos de 2.000 profissionais das várias especializações tecnológicas, está ameaçando de levar a um colapso o processo de industrialização, por falta de técnicos capazes de manter o ritmo de expansão alcançado por nosso parque fabril e de promover a exploração dos recursos naturais do país, de modo a oferecer mais amplas oportunidades de emprego e de renda à população.

Como se vê, a expansão desordenada do nosso sistema de ensino superior conduziu a uma situação de crise caracterizada pelo seu duplo malôgro:

- a) em formar as modalidades de profissionais, das qualificações e nas quantidades necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico do país;
- b) em acompanhar os progressos da ciência e da tecnologia em seus avanços prodigiosos, de modo a colocar todo o saber moderno a serviço do nosso desenvolvimento.

Obviamente, a solução destes problemas não se encontra na multiplicação de escolas precárias, como se tem feito até agora, mas em medidas capazes de incentivar a reforma da nossa organização universitária reconhecidamente obsoleta; de libertar o ensino superior das peias burocráticas que tolhem seu desenvolvimento, com base numa legislação copiosa, contraditória e rígida, que desestimula qualquer criatividade; de propiciar às escolas o necessário equipamento didático e condições de melhor utilizá-lo e de levar a efeito um plano nacional de aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior.

# BRASÍLIA HOJE

Brasília foi construída em meio a um imenso planalto recortado por rios que se encaminham às bacias do Amazonas e do Prata, ao longo dos quais se estendem estreitas galerias de mata. O comum da vegetação é o chamado "cerrado", tipo savana, em que predominam as pastagens naturais e uma flora de pequena estatura, adaptada às condições de baixo grau hidrométrico.

A área do Distrito Federal é de quase 6 000 km.<sup>2</sup> e se situa entre os paralelos 15° 30' e 16° 30', numa altitude média de 1 100 metros sobre o nível do mar.

O clima é temperado, marcadamente seco e ameno, com temperaturas que variam entre 18 e 20° centígrados.

O censo demográfico realizado em setembro de 1960 revelou a presença de 141.742 pessoas no Distrito Federal, mas sua população é hoje avaliada em mais de 200.000 habitantes, um

quinto da qual vivendo no Plano Piloto e o restante em cidades satélites e na zona rural.

Tôda a estrutura básica do Plano Piloto de Lúcio Costa, tanto no Eixo Monumental, como no Rodoviário, está concluída, bem como os palácios, os ministérios e a maior parte das sedes dos órgãos públicos, moldados pela linha bela, audaciosa e inconfundível de Oscar Niemeyer.

Ao longo das duas asas distribuem-se milhares de apartamentos e casas, ordenados não nos arruamentos tradicionais das cidades que até agora se conhecem, mas na composição infinitamente mais rica das Super-Quadras planejadas por Lúcio Costa e que constituem, seguramente, uma das criações mais originais do plano urbanístico de Brasília.

Colocada no centro do país, Brasília se comunica com as capitais de todos os Estados em 2 e no máximo 3 horas de vôo, e com todos os Estados da Federação, por meio de estradas rodoviárias, algumas asfaltadas.





*Após sancionar a Lei n.º 3.998, o Dr. João Goulart, Presidente da República, fala sobre a missão da Universidade de Brasília. Ao lado de Sua Excelência, o Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura e o Embaixador Sette Câmara, Prefeito do Distrito Federal.*



*Flagrante da primeira reunião realizada, em janeiro do corrente ano, pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. Da esquerda para a direita: Frei Mateus Rocha, Hermes Lima, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, Alcides da Rocha Miranda, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.*





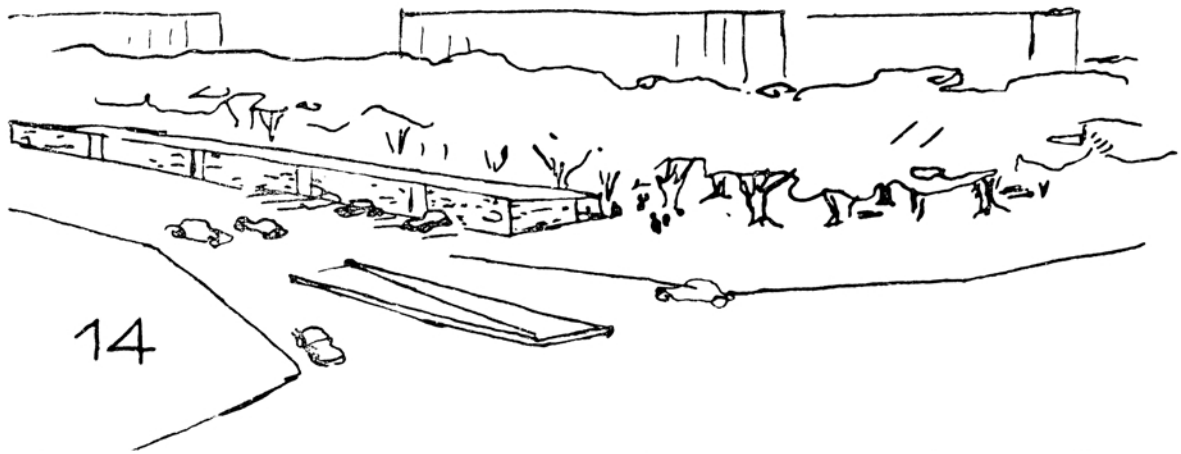
# Patrimônio da Fundação Universidade de Brasília

Com o propósito de dotar a *Fundação Universidade de Brasília* das condições indispensáveis para o cumprimento de sua alta missão, os poderes públicos lhe asseguraram, além de recursos orçamentários anuais, para cobrir as despesas de manutenção, um patrimônio ponderável, destinado a garantir-lhe o máximo de autonomia financeira na fixação de seu programa de implantação e de expansão.

Dentre os bens e direitos assegurados na Lei n.º 3.998, de 15-12-61, e em outros atos do Poder Público, destacam-se os seguintes:

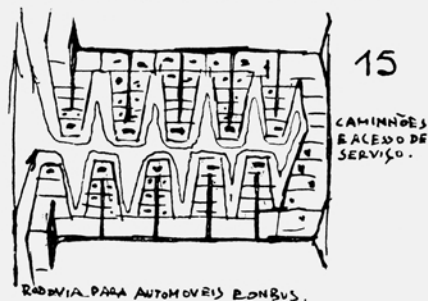
<i>Recursos Financeiros</i>	Cr\$
1) Dotação em dinheiro para custear a construção dos edifícios.....	1.000.000.000,00
2) As rendas anuais da Cia. Siderúrgica Nacional pertencentes à União, a partir de 1961, avaliadas em.....	400.000.000,00
3) Fundo rotativo da Editôra Universidade de Brasília.....	50.000.000,00
4) Metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, destinada a custear a instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília, avaliada em.....	25.000.000,00
 <i>Bens Patrimoniais</i>	
1) Uma área de 257 hectares no Plano Pilôto, destinada ao <i>campus</i> da Universidade, no valor nominal de.....	2.576.532.000,00
2) Uma área de 4.000 hectares, situada na Vargem Bonita, a 20 quilômetros da cidade, destinada à instalação da Faculdade de Ciências Agrárias e aos Centros de Pesquisa e Experimentação da Teconologia do Cerrado, avaliada em.....	600.000.000,00
3) Os terrenos das 12 Super-Quadras Urbanas, a saber: ns. 107 - 108 - 109 - 110 - 205 - 206 - 207 - 208 - 307 - 308 - 309 - 310, situadas na Asa Norte da cidade e destinadas à venda.....	888.000.000,00

A lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília assegurou-lhe também o direito de importar livremente, com isenção de impostos e taxas alfandegárias, as publicações e os materiais didáticos de qualquer natureza de que necessite (Art. 20). Garantiu-lhe ainda a isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas, bem como franquia postal e telegráfica.



dizer privativa do bairro das embaixadas e legações, prevê-se edificadas apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população.

18. Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes (fig. 15). E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões.



19. Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20. Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la íntata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O Clube de Golf situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção, e o Yatch Clube na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro

cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou contorno.

21. Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades *Norte* e *Sul*; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap. 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22. Resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de *lotes*, a venda de *quotas* de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entrar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto, no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas — anteprojeto e projeto definitivo —, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle da qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancário e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em sub-setores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou ainda, conjuntamente.

23. Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, — primeiro as faixas centrais com um trêvo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arquitetural do Patriarca.

Só através de um programa dessa ordem poderemos reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países plenamente desenvolvidos pelo domínio daquele elemento essencial em que basearam seu progresso: a capacidade de formar grandes contingentes de mão-de-obra altamente qualificada.

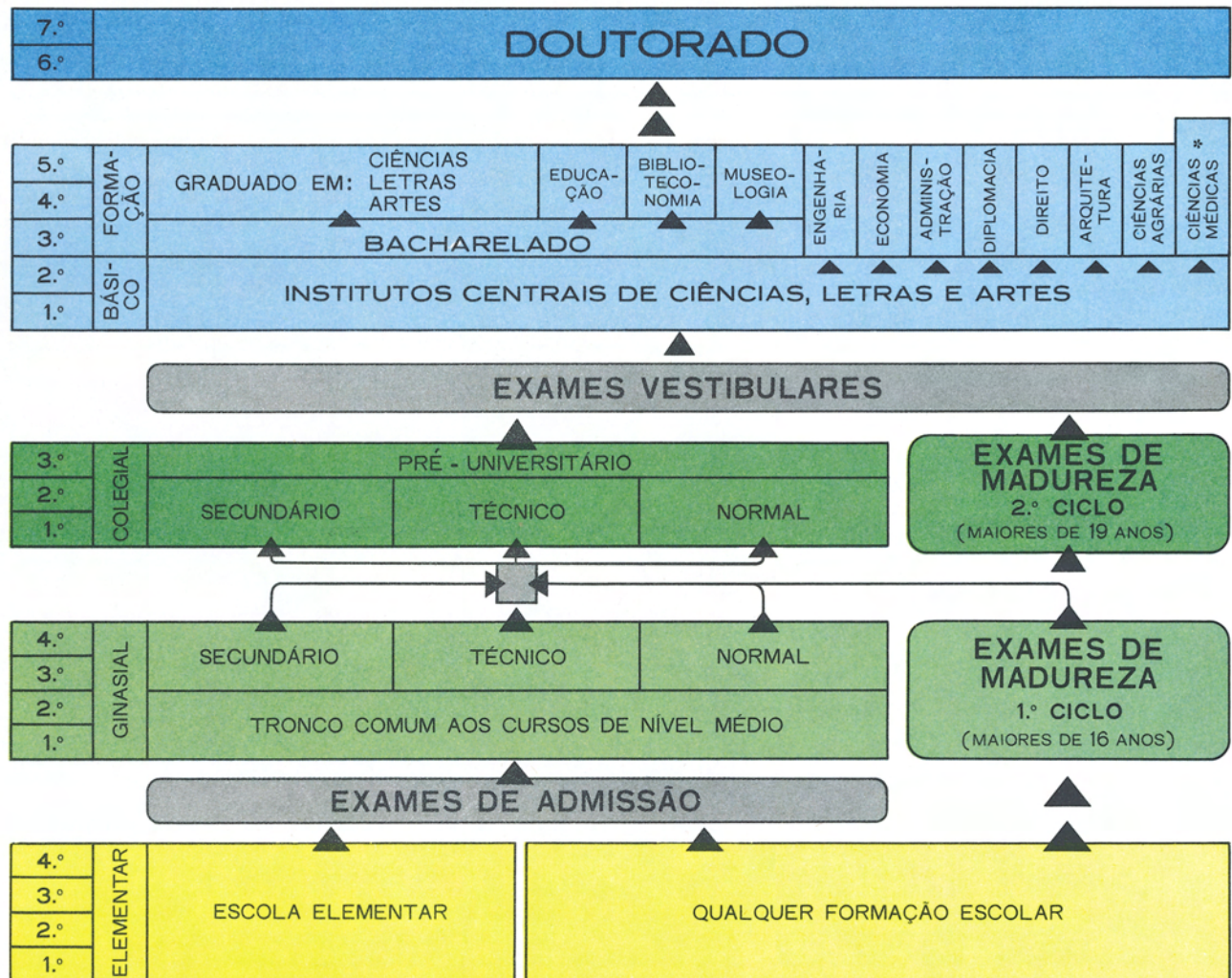
À luz desta análise é que se deve apreciar o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a instituição de uma Fundação, destinada a criar e manter a Universidade de Brasília.

É de assinalar que êsse projeto constituiu o único ato firmado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília, num esforço para assi-

nalar a extraordinária significação que desejava atribuir à iniciativa. Efetivamente, seria inconcebível que se projetasse e executasse uma cidade-capital, destinada a presidir o processo de ocupação dos grandes vãos demográficos interiores e a intensificar a unidade nacional, sem dotá-la de um núcleo cultural capaz de assegurar-lhe a categoria intelectual indispensável para interagir com outros centros urbanos do país e para exercer uma função integradora. A êste núcleo cultural não poderia faltar uma Universidade, porque sômente esta — cobrindo todos os ramos do saber, através das formas mais nobres de domínio que são o estudo, a pesquisa, o ensino e a divulgação — será capaz de dar a Brasília a autonomia cultural que deve ter a capital da República.

## ESCADA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Vias de acesso à Universidade de Brasília



## Universidade e desenvolvimento

Muitos fatores recomendam a criação em Brasília de uma universidade de tipo novo para o Brasil, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida pelos mesmos como um dos principais motores do seu progresso social, material e cultural.

As nações que representaram um papel pioneiro na revolução industrial experimentam, em certa medida, um progresso científico e cultural reflexo de seu enriquecimento material. Elas mesmas, porém, desde cedo procuraram intervir no processo e hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado quanto o permitam seus recursos, pois estão certas de que o poder de uma nação se mede principalmente pelo vulto de suas disponibilidades neste campo.

Países como o Brasil, que tendo-se atrasado neste processo procuram encaminhar-se, agora, para a industrialização e já se compenetraram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica, de que necessitam, surjam como meros efeitos do progresso material, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar. Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural.

É notório que, por força do próprio desenvolvimento econômico que já alcançamos, veremos, paradoxalmente, aumentar a nossa dependência técnica e científica em relação aos núcleos que nos exportam os equipamentos e os procedimentos através dos quais estamos produzindo. Tais elementos constituem, sabidamente, subprodutos de um corpo de saber científico e tecnológico que não pode ser importado com as máquinas, mas deve ser orgânicamente desenvolvido em cada país que almeje plena independência. Não se trata apenas de economizar *royalties* ou as despesas com assistência técnica, mas de incorporar ao nosso processo de desenvolvimento o único elemento capaz de ace-

lerar seu ritmo e de assegurar-nos condições de progresso independente e ajustado às condições nacionais. Este é um imperativo inelutável para uma nação que almeja assegurar à sua população o domínio e a utilização dos avanços da tecnologia moderna e coexistir independente entre as grandes potências do mundo. Para tanto precisaremos alcançar e um dia superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que elas já atingiram, como condição fundamental para vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso atraso.

Nas condições presentes, só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior.

O modelo que se recomenda nada tem de inovador já que constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia, em todos os países desenvolvidos. A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil. Somos, talvez, o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica.

Há poucos anos, este atraso não tinha grande relevância, porque a tarefa dos nossos estabelecimentos de ensino superior era qualificar socialmente, através da diplomação, uns poucos doutores para o exercício de uma medicina só acessível às camadas mais abonadas ou de uma engenharia destinada à construção de casas senhoriais ou de umas tantas obras públicas.

As tarefas da produção recaíam, inteiramente, nos seus executores mais imediatos: sobre o lavrador que cultivava algodão e café, o vaqueiro que cuidava dos rebanhos, o garimpeiro que bateava ouro ou pedras preciosas, o seringueiro que colhia borracha. Filho de fazendeiro, de criador, de seringalista ia à escola para se fazer *doutor*. A pro-

dução não era tarefa de doutôres, não exigia saber técnico nem qualificação profissional. Por isto, em parte, fomos superados em tantos ramos da produção, cada vez que outro país decidia entrar em competição conosco. Quando técnicos eram exigidos para instalar ou movimentar uma usina, uma fábrica, para construir uma rodovia ou explorar uma jazida, tratava-se de importá-los juntamente com a maquinaria e as normas de procedimento.

Ao ingressar na era tecnológica, a ciência e a técnica passaram a constituir para nós, também, ingredientes fundamentais dos processos produtivos e o seu domínio um imperativo da autonomia nacional. Se fracassarmos neste desafio, justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nos-emos novamente subordinados. Já não dependemos da importação de automóveis, geladeiras e televisores, mas estamos cada vez mais atados à técnica que os produziu e os aperfeiçoa incessantemente.

Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e das nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos

países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos.

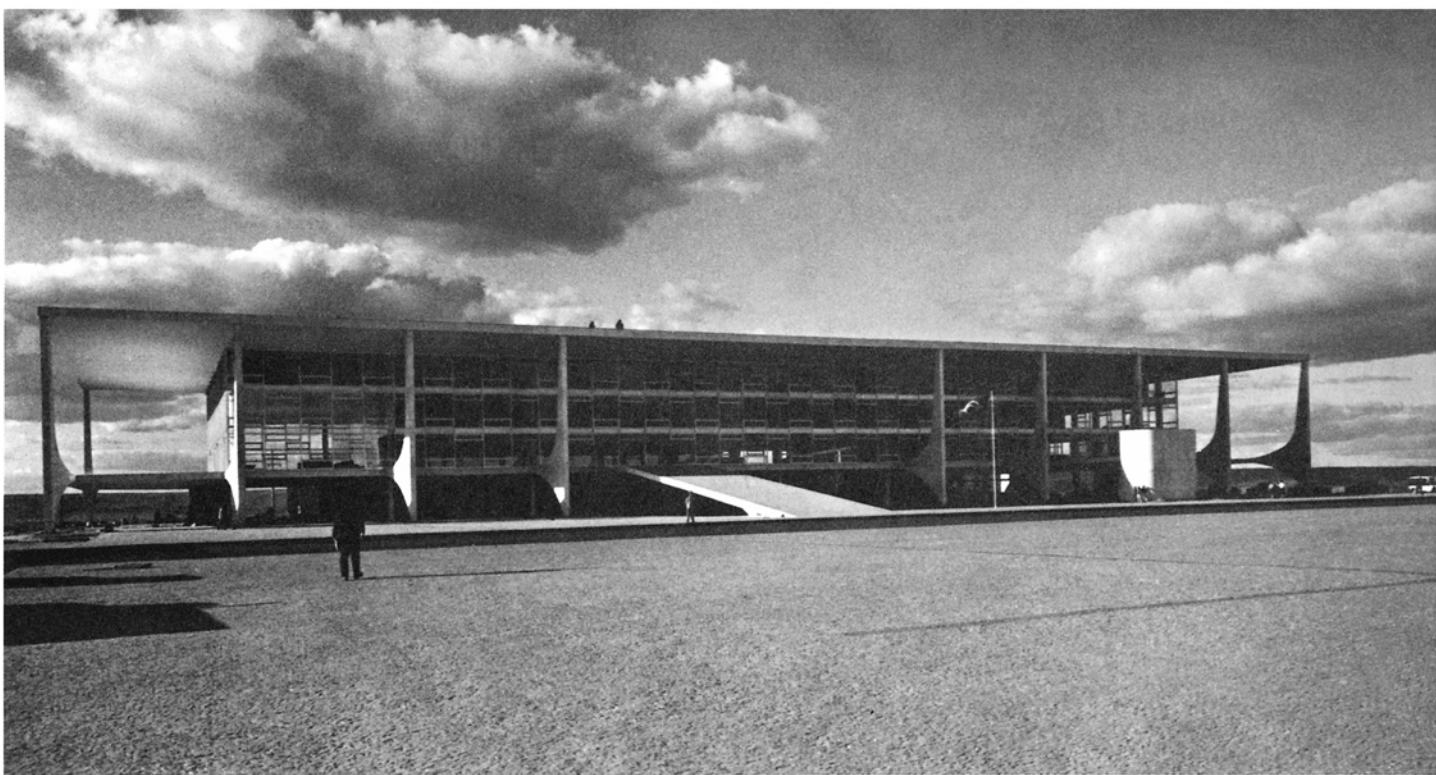
A reforma do ensino superior, para ajustá-lo às exigências da formação de tecnólogos é, pois, um imperativo a que não podemos fugir. A oportunidade para iniciar, na prática, esta reforma, foi criada com a mudança da sede do Governo Federal para uma cidade especialmente edificada para recebê-lo, a que não pode faltar um centro cultural e científico.

Planejada à luz destas preocupações, a Universidade de Brasília será estruturada de modo a tornar-se capaz de:

- a) *formar cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo desenvolvimento;*
- b) *preparar especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência.*
- c) *reunir e formar cientistas, pesquisadores e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento e à sua aplicação a serviço do homem.*



*Jovens, que terminaram o curso secundário, se inscrevem aos exames vestibulares da Universidade de Brasília, aos quais se apresentaram mais de mil candidatos.*



PALÁCIO DO PLANALTO

*“E espero que Brasília  
seja uma cidade de homens felizes;  
homens que sintam a vida  
em tôda a sua plenitude,  
em tôda a sua fragilidade;  
homens que compreendam o valor  
das coisas simples e puras  
— um gesto, uma palavra de afeto e solidariedade”.*

OSCAR NIEMEYER

A ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS À NOITE



# UMA UNIVERSIDADE NOVA, NA NOVA CAPITAL, PARA UM NÔVO BRASIL

"Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país."

LUCIO COSTA

O *campus* da Universidade de Brasília foi situado por Lúcio Costa entre a Asa Norte e o Lago, numa área de 257 hectares, correspondente à zona destinada, na Asa Sul, à sede das Embaixadas. É circundada por uma larga estrada que corre ao longo do Lago — a Via da Universidade — no meio da qual se encontra a Praça Maior onde se concentram os edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade.

Tôda a área é cortada por estradas, predominantemente curvas, que pela suavidade contrastam nitidamente com as linhas hieráticas do

conjunto monumental da cidade. Estas vias conformam, bem ao meio do *campus*, uma vasta área gramada em tórno da qual se situarão os edifícios dos Institutos Centrais. Daí, conjugadamente com cada tipo de Instituto, partem as zonas destinadas às Faculdades com os mesmos relacionadas, formando junto do Instituto de Artes o núcleo de Arquitetura e Urbanismo. Em seguimento aos Institutos de Matemática, Física e Química, as diversas escolas de engenharia da Faculdade de Tecnologia; próximo ao Instituto de Biologia, o setor de Ciências Médicas, e, finalmente, junto aos Institutos de Ciências Humanas e Letras, as diversas Faculdades do campo das humanidades.

Uma área especial foi destinada aos serviços gerais, de restaurante, lavanderias, comércio, etc. Entre êsse conjunto e o Estádio Universitário,

situado num dos extremos do *campus*, se localiza a área de residência de estudantes e professores. Do lado oposto, entre duas avenidas paralelas, se dispõem, em diversas faixas separadas por muros de árvores, tôdas abertas para o Lago, as Casas Nacionais da Língua e da Cultura, formando um bairro à parte.

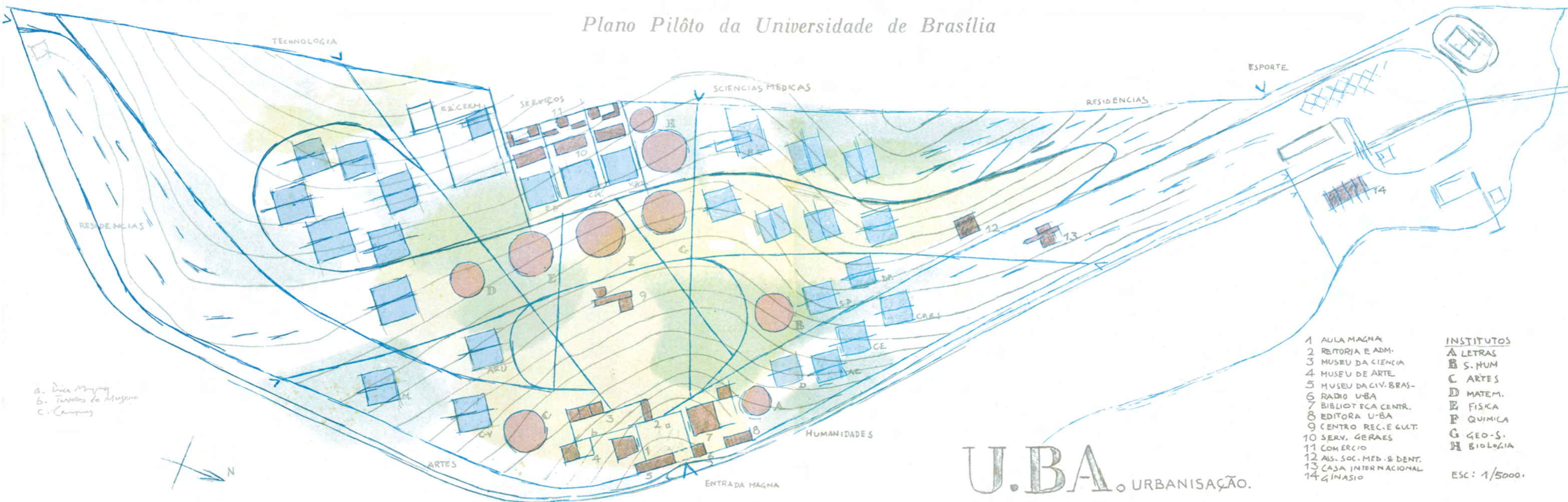
Da Asa Norte, onde no futuro deverão viver cêrca de 300 mil habitantes, partem vias de acesso para a Faculdade de Educação, cujas escolas experimentais de nível primário e médio servirão aos moradores vizinhos. Um acesso especial, partindo do Eixo Rodoviário, vai ter ao Hospital-Escola, de modo a permitir que tôda a população possa atingi-lo rapidamente.

Um dos característicos mais nobres do plano de Lúcio Costa para a Universidade de Brasília é o de deixar livre todo o conjunto dos terrenos

como um vasto parque aberto à população e que será tratado, paisagisticamente, com o cuidado de preservar a beleza da vegetação original, enriquecendo-a através do destaque de cada gênero florístico, mediante sua concentração em uma área especial.

Para obter êsse efeito, cada conjunto de Faculdades, Institutos ou Serviços Complementares será confinado numa quadra bem definida e perfeitamente urbanizada, à qual se tem acesso a partir das vias principais. Dentro das quadras assim conformadas, serão compostos os diversos edifícios alternadamente com jardins, de modo que cada unidade adquira expressão própria e autônoma, dando aos que nela trabalham o sentimento de que vivem numa comunidade ordenada, mas permitindo que ao sair reencontrem no parque geral a paisagem agreste do cerrado.

Plano Pilôto da Universidade de Brasília



## Por quê criar uma universidade em Brasília?

A resposta a esta questão deveria ser óbvia, em face do número de universidades inviáveis com que contamos, a reclamar recuperação ou mesmo fusão que as torne capazes de funcionar adequadamente.

Seria igualmente óbvia se considerássemos as dificuldades com que se defrontam nossas principais universidades para concluir seus programas de obras, equipar seus laboratórios, enriquecer e atualizar o acervo de suas bibliotecas, aperfeiçoar seu pessoal docente e proceder às reformas estruturais reclamadas, há tantos anos, por seus professores e alunos.

A realidade, porém, nos colocava diante de um problema diferente. Não se tratava de saber se convinha ou não criar mais uma universidade, nem de examinar a capacidade de recuperação das nossas escolas superiores, mas de reconhecer que, construindo-se uma cidade no centro do país e nela instalando o Governo da República, tornara-se inevitável a instituição de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade.

Nestas circunstâncias, a área de opção era bem estreita. Tratava-se de escolher entre deixar que surgisse em Brasília, espontaneamente, uma série de escolas superiores precárias, como as que se vêm multiplicando por todo o país e que em breve se aglutinariam em mais uma universidade inviável, ou aproveitar a oportunidade para, com os mesmos recursos, provavelmente até com maior economia, dotar o país de uma universidade moderna, estruturada nos moldes que vêm sendo recomendados, há tantos anos, pelos nossos mais capazes professores e pesquisadores.

Acresce ainda que os diversos órgãos do poder público, transferidos para uma cidade artificial, necessitam da assistência de centros culturais e científicos que só uma universidade pode prover. Quando estes órgãos se encontravam no Rio de Janeiro, cidade dotada de tradição cultural própria e servida por grande variedade de instituições científicas, tal assessoramento se processava quase espontaneamente. Especialistas de todos os campos do saber podiam ser chamados a pronunciar-se sobre cada problema, em todas as fases da formulação de soluções por parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Com a transferência da capital para uma cidade nova, vêem-se os poderes públicos diante do grave risco de perderem este assessoramento intelectual e científico.

É certo que a nova capital manterá necessariamente estreitos vínculos com os principais centros culturais do país. Mas não poderá depender exclusivamente deles e, sobretudo, não será capaz de compreendê-los, de utilizá-los e de estimular-lhes o desenvolvimento se não constituir-se, ela própria, em centro cultural autônomo, à altura dos melhores.

Aliam-se, pois, um imperativo inelutável e uma necessidade prática para recomendarem a criação, em Brasília, de uma universidade projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno.

Nestes termos é que foi pensada a Universidade de Brasília. Suas funções básicas serão:

- ▶ *Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.*
- ▶ *Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.*
- ▶ *Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.*
- ▶ *Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.*
- ▶ *Garantir à nova Capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.*
- ▶ *Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.*
- ▶ *Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.*

Conjugam-se, pois, vários fatores para ensejar a instituição, no Brasil, de uma universidade moderna, defendida dos principais percalços com que lutam as já existentes, porque planejada à base da experiência dos erros e acertos destas.

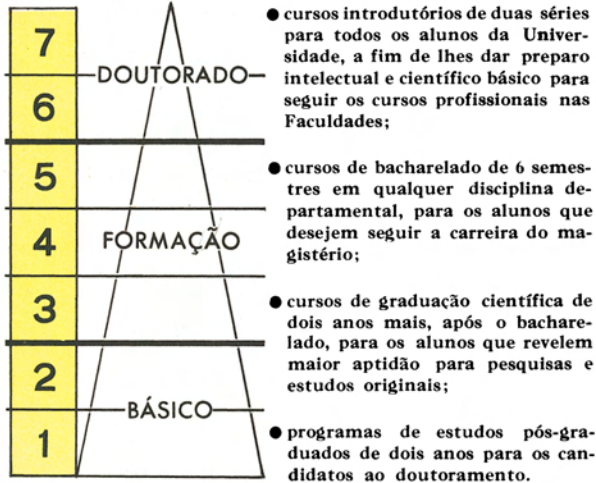
Nenhuma dessas funções poderia ser exercida por uma universidade do tipo tradicional. Se tais universidades não conseguem funcionar de modo adequado, mesmo nos principais centros culturais tradicionais, numa cidade artificial e nova, sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior.



# Estrutura da Universidade de Brasília

A organização da Universidade de Brasília se baseia na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares.

Aos Institutos Centrais compete ministrar:



Funcionário, portanto, em quatro níveis: o *básico* (4 semestres), que pode estender-se até o *bacharelado* (6 semestres), o de *formação especializada* (10 semestres) e o de *pós-graduação* (14 semestres), ao nível de *doutoramento*.

As Faculdades receberão, pois, alunos já preparados pelos cursos introdutórios e ministrar-lhes-ão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão.

A diplomação nas carreiras tradicionais far-se-á após cursos que, somados ao dos Institutos, perfaçam o mínimo de anos de estudo exigido pela legislação do ensino para cada tipo de formação superior.

A Universidade deverá contar, inicialmente, com oito Institutos Centrais, a saber: Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes, que poderão ser desdobrados mais tarde. Cada um deles se dividirá em Departamentos. Êstes constituirão as unidades básicas da Universidade onde se reunirão os professores coletivamente responsáveis pelas atividades de ensino e de pesquisa em cada especialidade.

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### INSTITUTOS CENTRAIS

MATEMÁTICA	FÍSICA	QUÍMICA	GEO-CIÊNCIAS	BIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	LETRAS	ARTES
CENTRO DE PESQUISAS DE MATEMÁTICA APLICADA	CENTRO DE PESQUISAS FÍSICAS	CENTRO DE PESQUISAS QUÍMICAS	CENTRO DE PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS	CENTRO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS	CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS	CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA	MUSEU DE ARTE

### FACULDADES

ARQUITETURA E URBANISMO	ENGENHARIA	EDUCAÇÃO		DIREITO-ECONOMIA-ADMINISTRAÇÃO - DIPLOMACIA			CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS MÉDICAS
CENTRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CENTRO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS	CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E MÉDIO	CENTRO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS	CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS	CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DO "CERRADO"	HOSPITAL-ESCOLA

### ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BIBLIOTECA CENTRAL	RÁDIO UNIVERSIDADE	MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	MUSEU DA CIÊNCIA	EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	AULA MAGNA	HABITAÇÕES Pro-fesso-res   Estu-dan-tes   Fun-cio-nários	ESTÁDIO
↓	↓					↓	↓
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA	CURSO DE RÁDIO-DIFUSÃO	DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES	CLUBE DOS PROFESSORES	CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO UNIVERSITÁRIO	SERVIÇO MILITAR	CASA INTERNACIONAL	CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

# Institutos — Faculdades

## Vantagens do sistema duplo e integrado

- Evita a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, e permite a concentração dos recursos de pessoal. Assim, um único Instituto Central de Química, de Física ou de Biologia pode ser melhor equipado e ter seus recursos melhor utilizados do que com a proliferação de pequenos laboratórios, bibliotecas e equipes dispersas pelas Faculdades cujos alunos requerem formação básica nesses campos.

- Dá ao estudante a oportunidade de optar por uma orientação profissional quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia devotar.

- Proporciona modalidades novas de formação científica e de especialização profissional que o nosso sistema atual não pode ministrar. E, graças a esta flexibilidade, atende aos reclamos de qualquer nova modalidade de formação tecnológica por parte do mercado de trabalho, mediante a combinação de certos tipos de formação básica com linhas especiais de treinamento profissional.

- Seleciona melhor os futuros quadros científicos e culturais do país, porque, ao invés de fazer-se esta seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o curso secundário, se decidem por tal orientação, far-se-á dentre todos os estudantes que frequentem os Institutos Centrais e aí revelem especial aptidão para a pesquisa fundamental.

- Estabelece mais nítida distinção entre as atividades de preparação científica e as de treinamento profissional, libertando as Faculdades da tarefa de formar pesquisa-

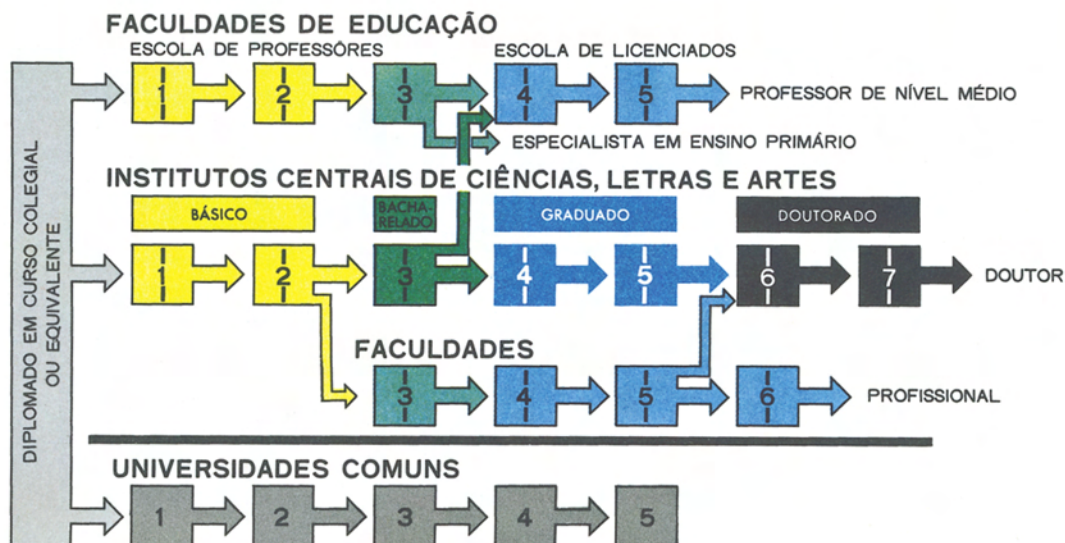
dores, que às vezes intempestivamente se atribuem, permitindo, assim, que cuidem melhor de seu campo específico de ensino e de pesquisa aplicada.

- Enseja uma integração mais completa da Universidade com os setores produtivos que deverão empregar os técnicos que ela formar.

Assinale-se, ainda, que essa estrutura dará oportunidade de constituir-se um verdadeiro *campus* universitário. Quando estiverem em funcionamento os diversos Institutos Centrais, tôdas as Faculdades e Órgãos Auxiliares, alunos e professores viverão numa comunidade efetivamente universitária. O estudante de medicina fará sua formação científica básica junto com o de engenharia, por exemplo, nos mesmos Institutos Centrais; residirá na mesma casa com colegas que seguem os mais diversos cursos; com eles praticará esportes e frequentará os centros recreativos e culturais da Universidade. Os Museus, o Instituto de Arte, a Biblioteca Central, a Rádio Universidade de Brasília funcionarão como centros de integração que, além de suas funções específicas, permitirão constituir um lastro de experiência cultural básica para todos os que passem pela Universidade, qualquer que seja a carreira que abracem.

Mestres inteiramente devotados ao ensino e à pesquisa, convivendo com seus alunos no *campus* comum, comporão o ambiente próprio à transmissão da experiência, não apenas através de atividades curriculares como, ainda, através do convívio e da interação pessoal, com o que se poderão plasmar mentalidades mais abertas, mais generosas e mais lúcidas.

## VIAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



# Instituto Central de Matemática

# Instituto Central de Física

# Instituto Central de Química

O ensino da Matemática, da Física e da Química será ministrado nos três Institutos citados, cujo equipamento básico de laboratórios e bibliotecas será em grande parte comum. A esses Institutos se encaminharão os candidatos a quaisquer dos ramos especializados da Engenharia para ali fazerem seus estudos básicos. Ao fim de dois anos, segundo o interesse que manifestarem e o aproveitamento que revelarem, poderão optar por dois caminhos: prosseguir por um ano mais em um dos Institutos para alcançar o bacharelado ou dirigir-se para a Faculdade de Tecnologia a fim de completar, num curso estritamente profissional de três anos, a sua formação como engenheiro civil ou especializado em engenharia química, mecânica, eletrônica, metalurgia, geologia ou de produção industrial.

Aos bacharéis, por qualquer destes três Institutos, que revelarem especial talento para a pesquisa, se oferecerá a oportunidade de prosseguir nos estudos por dois anos mais, a fim de graduar-se como pesquisadores no respectivo campo, sendo facultado continuar os estudos até o doutoramento àqueles que se interessarem pela carreira universitária ou desejarem o aprimoramento científico.

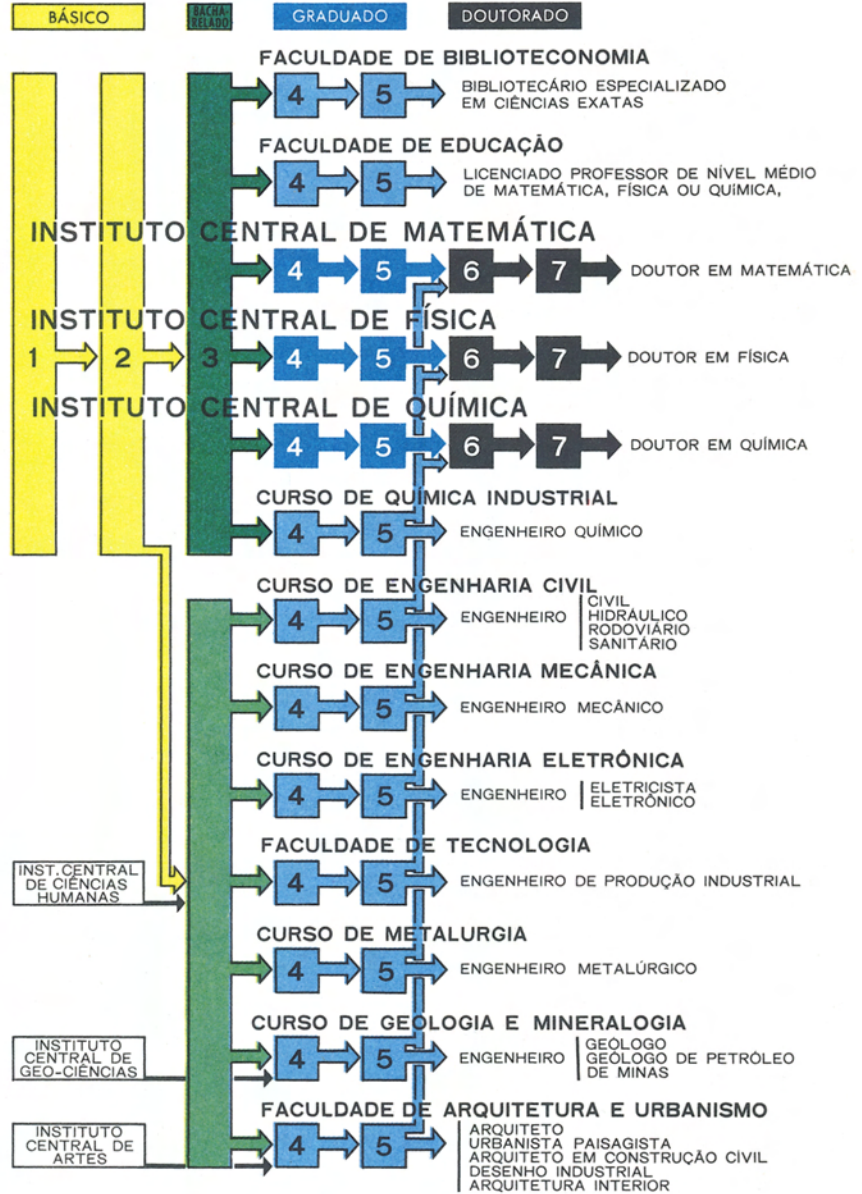
O grau de bacharel dá o ensejo de encaminhar-se a duas outras Faculdades profissionais, a saber: a de Educação, para os que desejarem licenciar-se como professores de nível médio de Matemática, Física ou Química, ou a de Biblioteconomia, para os que quiserem graduar-se como bibliotecários especializados em ciências exatas.

Para a implantação desses três Institutos, que importará num grande investimento, o Conselho Diretor da Universidade de Brasília espera contar com o apoio de organizações internacionais e de fundações, bem como com a colaboração de universidades estrangeiras, que desejem coparticipar nessa tarefa decisiva para o desenvolvimento brasileiro.

Quanto ao Instituto Central de Física, estão adiantados os entendimentos com o Fundo Especial da ONU para o financiamento de um programa de preparo do pessoal docente e aquisição do necessário aparelhamento de laboratório, bibliotecas, etc., em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

No que se refere ao Instituto Central de Química, planeja a Universidade de Brasília estabelecer uma associação por 10 anos com o Departamento de Química da Universidade de Indiana, sob cujo patrocínio os diversos Departamentos seriam projetados e postos em funcionamento de modo a criar na América Latina um centro capaz de ministrar cursos do mais alto padrão e levar a efeito programas de pesquisas nos diversos setores da Química.

O Instituto Central de Matemática, cujo planejamento está entregue à coordenação do Prof. Leopoldo Nachbin, dos Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Conselho Nacional de Pesquisas, deverá contar com um computador eletrônico de alta capacidade, que servirá aos programas de pesquisa dos diversos órgãos da Universidade e proporcionará assistência, em problemas pertinentes, aos órgãos do poder público.



# Instituto Central de Biologia

Ao Instituto Central de Biologia compete dar os cursos de formação básica para as diversas carreiras do campo da Medicina, da Agronomia, da Veterinária, da Tecnologia Florestal e da Tecnologia Alimentar, bem como para a formação do professor de ciências naturais de nível médio e ainda do bibliotecário especializado nesse ramo do saber.

Do conjunto de pelo menos 800 alunos dos cursos introdutórios àquelas várias carreiras é que serão selecionados, pelo talento que revelarem para a pesquisa científica, os futuros biólogos sobre os quais a Universidade investirá, tendo em vista formar cientistas e tecnólogos de alta qualificação. Esses, após o bacharelado, estudarão dois anos mais para graduarem-se em um dos diversos ramos básicos da Biologia, tendo ainda a possibilidade de prosseguir os estudos até o doutoramento.

Graças a essa estrutura, não só a seleção do futuro pesquisador do campo da Biologia se fará em bases muito mais amplas, como também a formação profissional poderá ser ministrada com fundamento num preparo científico mais acurado.

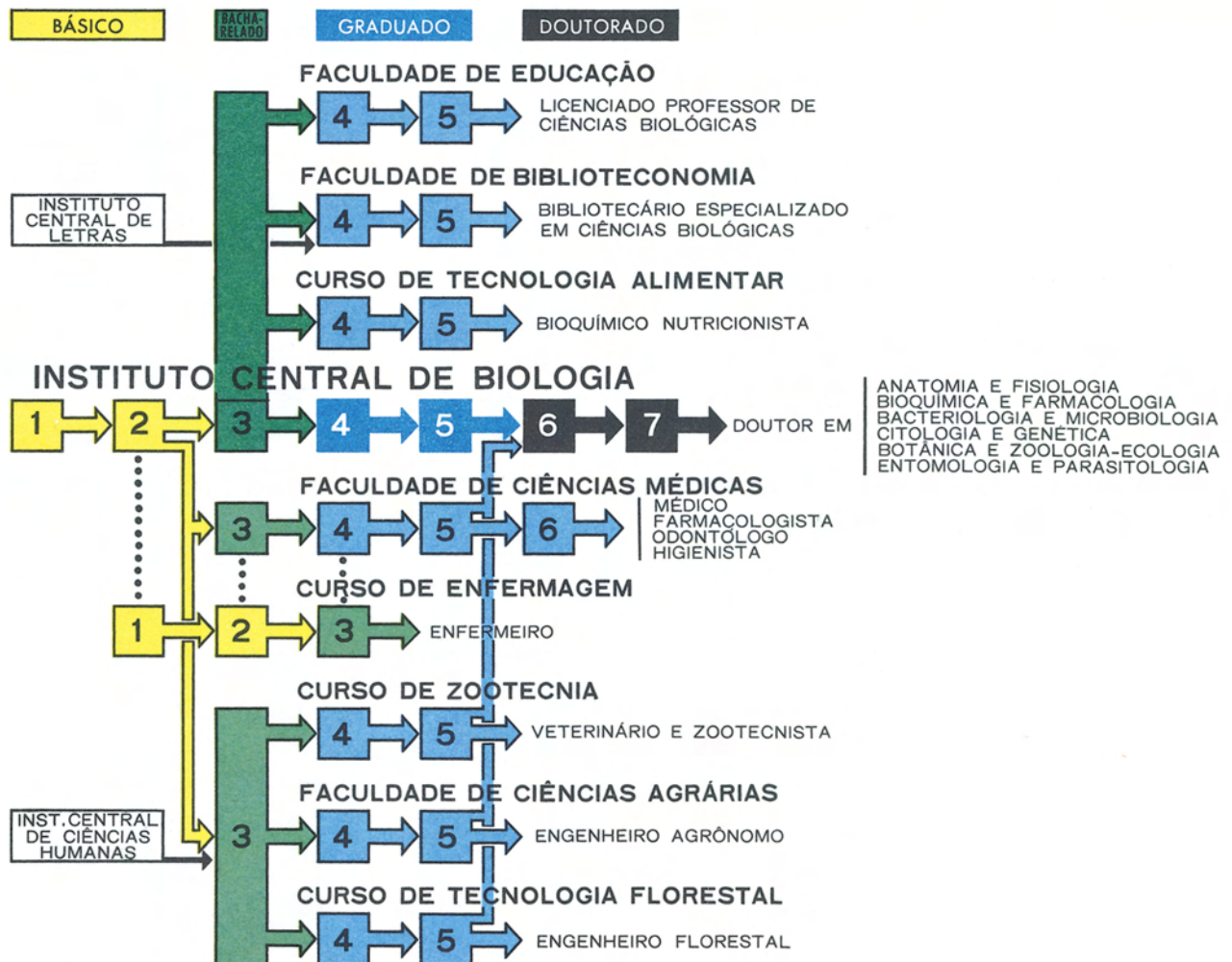
Outra vantagem do sistema instituído pela Universidade de Brasília é distinguir mais nitidamente o ensino e a pesquisa científica fundamental, entregues ao Instituto Central de Biologia, do ensino e da pesquisa aplicada, que ficarão a cargo dos cursos profissionais. Essa distinção proporcionará aos dois campos possibilidades de aprimoramento que jamais poderiam ser alcançadas em estabelecimentos de ensino rigidamente profissionais que, atuando como unidades estanques e auto-suficientes, não conseguem desincumbir-se bem da tarefa de formação do cientista, nem da função de preparo de profissionais eficientes.

O ensino de Citologia e de Genética, bem como o de Ecologia, de Botânica e de Zoologia, sendo ministrado em estreita colaboração com os ramos da Biologia mais ligados com a carreira médica, permitirá uma interação fecunda dos vários ramos dessa ciência e uma extraordinária economia de recursos humanos e técnicos tão escassos em nosso país.

Dentro desse esquema, a formação profissional nas várias carreiras, que têm base nas ciências biológicas, poderá diversificar-se em dezenas de modalidades, ao invés de enquadrar-se nos estreitos limites dos currículos escolares ministrados até agora em nossas Universidades. Assim, a muitos jovens se apresentará a oportunidade de realizar-se profissionalmente como farmacologistas, bio-químicos, geneticistas ou entomologistas, dentre vários outros tipos possíveis de carreira, sem a necessidade de se fazerem médicos ou veterinários e só acidentalmente virem a especializar-se nesses ramos, como vem acontecendo.

A íntima associação do ensino e da pesquisa, desde os primeiros passos da vida universitária, permitirá despertar vocações para a ciência e infundir, também naqueles que se encaminham para as carreiras profissionais, uma mentalidade moldada para a investigação.

Por esse caminho é de se esperar que os problemas da ocupação humana dos grandes vãos do Centro-Oeste, com os desafios que essa região agreste apresenta no campo da tecnologia da produção agrícola e pastoril no cerrado, e no campo da alimentação e da saúde, poderão ser enfrentados pela Universidade de Brasília que, assim, passará a participar ativa e interessadamente na luta nacional contra o sub-desenvolvimento.



# Instituto Central de Geo-Ciências

O Instituto Central de Geo-Ciências da Universidade de Brasília foi planejado com o objetivo de formar os cientistas e os tecnólogos indispensáveis para o levantamento geológico, a avaliação e o planejamento da exploração industrial do imenso patrimônio de recursos naturais de que somos detentores.

Esta é uma das maiores tarefas que se apresentam ao Brasil atual, ameaçado de ver dissolver-se na explosão demográfica em processo toda a sua capacidade produtiva, se não fôr capaz de descobrir e utilizar novas fontes de riqueza, que permitam assegurar trabalho e oportunidades de elevação do padrão de vida a grandes contingentes da população.

A prospecção, o cálculo das reservas e o planejamento da exploração racional de cada tipo de recurso natural, como o carvão, o xisto, o petróleo, os vários tipos de minérios, bem como o levantamento das diversas formações do solo, com vistas à exploração agrária, só poderão ser efetuados mediante a formação de especialistas da mais alta qualificação científica e tecnológica.

Para fazer face a essa demanda de especialistas, dentro do princípio estrutural da Universidade de Brasília, que é a não duplicação de cursos, laboratórios e outros recursos de ensino e de pesquisa, foi programado o Instituto de Geo-Ciências, unificando campos até agora dispersos em várias linhas de formação profissional e instituindo cursos jamais tentados em nossas Universidades.

Os alunos que ingressarem no Instituto de Geo-Ciências, após dois anos de estudos básicos, durante os quais deverão obter "créditos" em matérias ministradas nos Institutos de

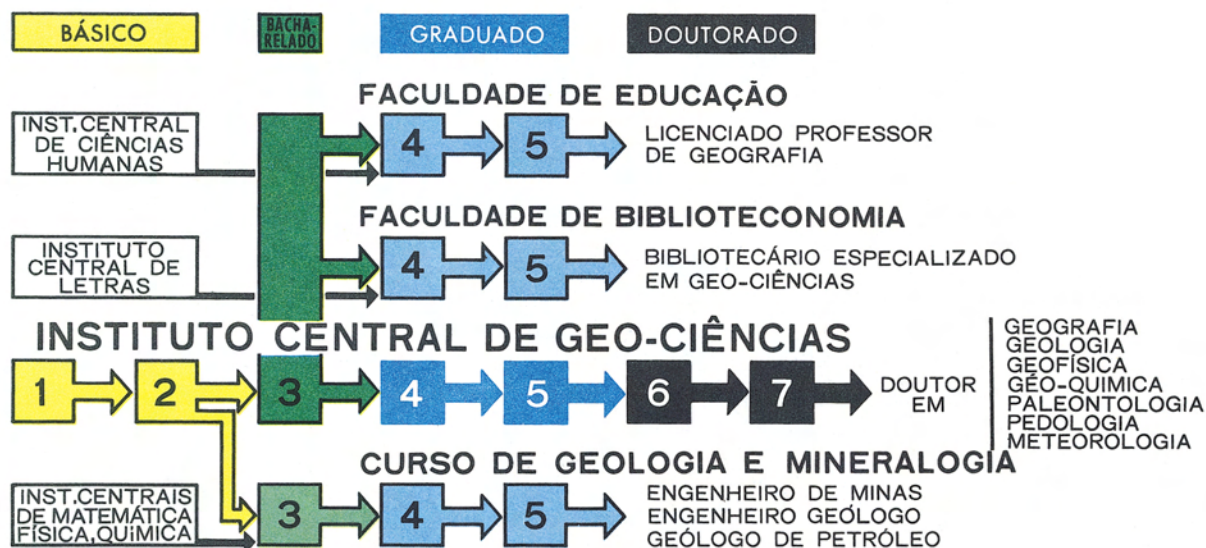
Matemática, Física e Química, poderão matricular-se na Faculdade de Tecnologia para se graduarem como engenheiros geólogos, engenheiros de minas, geólogos de petróleo e modalidades afins de formação técnico-profissional.

Os bachareis pelo Instituto de Geo-Ciências, mediante obtenção de "créditos" no Instituto Central de Ciências Humanas, poderão encaminhar-se à Faculdade de Educação para graduarem-se como professores secundários de Geografia ou para a formação como bibliotecários especializados nesse campo.

Aos mesmos bachareis se ensinará ainda o prosseguimento dos estudos no próprio Instituto com vistas à graduação ou ao doutoramento em Geografia, Geologia, Geofísica, Geoquímica, Paleontologia, Pedologia e Meteorologia.

Para a implantação desse Instituto, necessitará a Universidade de Brasília contar com o apóio decisivo de empresas que exercem atividade nesse campo, dentre as quais se destacam a Petrobrás, a Companhia do Vale do Rio Doce, a ICOMI e outras.

A Universidade apelará também para o Fundo Especial e outras agências da ONU com o objetivo de obter assistência técnica para o planejamento do Instituto Central de Geo-Ciências e para o financiamento do programa de aperfeiçoamento do respectivo pessoal docente em grandes centros de ensino, tais como o Massachuset's Institute of Technology, o Centre de Rechêrche du Petrole, de Paris, o Instituto de Geo-Ciências da Universidade de Israel ou o ENI, de Milão.



## Instituto Central de Ciências Humanas

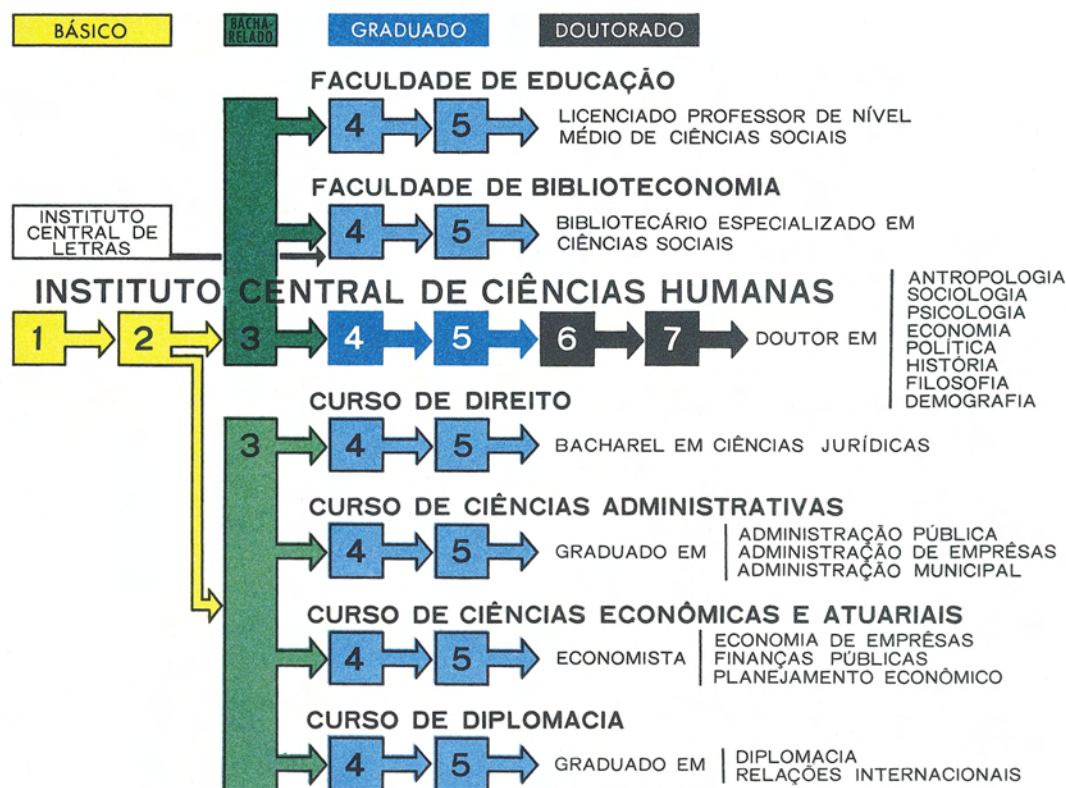
Este Instituto, abrangendo a vasta área das Ciências Sociais, da História e da Filosofia, deverá ministrar os cursos introdutórios para as carreiras de Direito, Administração, Economia e Diplomacia. A ele caberá, também, conceder o bacharelado indispensável ao ingresso na Faculdade de Educação para a licenciatura dos professores de nível médio, especializados em Ciências Sociais e na Faculdade de Biblioteconomia, para formação de bibliotecários devotados ao mesmo campo.

Sobre o grande número de alunos que aspiram seguir essas carreiras e que obrigatoriamente frequentarão seus cursos introdutórios, o Instituto selecionará os talentos mais assinalados para a graduação e o doutoramento nos departamentos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Ciência Política, História, Filosofia e Demografia.

Dada a amplitude de alguns desses campos, é de prever que alguns deles muito cedo experimentarão grande expansão. Este é o caso do Departamento de Antropologia que, em associação com o MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA e com o CENTRO DE ESTUDOS DAS LÍNGUAS e CULTURAS INDÍGENAS — este último mantido através de convênio com o *Summer Institute of Linguistics* — deverá contar com amplos recursos para enfrentar o seu programa de trabalho.

O mesmo deve ocorrer, em escala ainda maior, com os Departamentos de Economia, Sociologia e Demografia, cujo pessoal servirá no CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, uma vez que este, como órgão de assessoramento dos poderes públicos, deverá desempenhar papel decisivo neste momento em que a Nação se esforça por substituir o espontaneísmo errático até agora vigente na ação governamental, por formas mais altas de atuação, fundamentadas em planos formulados e executados com o mais alto rigor científico.

A preocupação da Universidade de Brasília por bem cumprir suas funções de assessoramento deverá levá-la a emprestar o maior zelo na organização do CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS, vinculado ao CURSO DE DIPLOMACIA, bem como no planejamento e implantação do CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS. Este último, dado o próprio caráter de Brasília como cidade-capital — centro da alta administração dos serviços públicos federais — será chamado a desempenhar função relevante no aprimoramento da máquina administrativa da União, que através dele deverá alcançar uma consciência crítica dos problemas com que se defronta e encontrar as soluções mais adequadas para ajustar-se aos imperativos do desenvolvimento.



**Instituto de Teologia Católica**

A Universidade aspira abrigar no seu "campus" uma série de órgãos complementares de estudo e de pesquisas mediante convênio com instituições do mais alto padrão acadêmico. Dentre essas se destacará o INSTITUTO DE TEOLOGIA CATÓLICA, cuja orga-

nização e manutenção ficará a cargo da Ordem Dominicana do Brasil que, em colaboração com os seus ramos europeus, poderá organizar-se para dar cursos de formação e especialização nesse campo, dentro do mais alto nível universitário, até o grau de doutoramento.

## Instituto Central de Letras

O ensino de Letras na Universidade de Brasília ficará a cargo deste Instituto, que funcionará conjuntamente com quatro Órgãos Complementares:

1. O conjunto das CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA dos países a que o Brasil se vê ligado por afinidades profundas ou interesses culturais;

2. O CENTRO DE ESTUDOS DAS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS, que ministrará o ensino da língua e da literatura grega e latina;

3. O CENTRO DE ESTUDOS DAS LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS, destinado a proceder ao levantamento e à documentação das formas de vida das populações ameríndias ameaçadas de descaracterização por força da expansão da sociedade nacional, que pouco a pouco vai cobrindo todo o território brasileiro.

4. O CENTRO DE ESTUDOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL, que procederá ao levantamento, documentação, análise e interpretação das formas assumidas pela língua em toda a extensão do território nacional, não só nas suas variantes sócio-culturais, mas ainda na sua expansão e desenvolvimento no tempo.

O núcleo fundamental do Instituto será constituído pelo setor de estudos e de pesquisas das Letras Brasileiras, a ser integrado por Departamentos de Linguística, Filologia, Teoria Literária e de Literatura Brasileira e Portuguesa.

As Casas da Língua e da Cultura cumprirá ministrar cursos instrumentais de domínio das respectivas línguas para a população Universitária e cursos avançados de língua e literatura para a formação de professores de ensino médio, bem como cursos de aperfeiçoamento do magistério em exercício no Brasil.

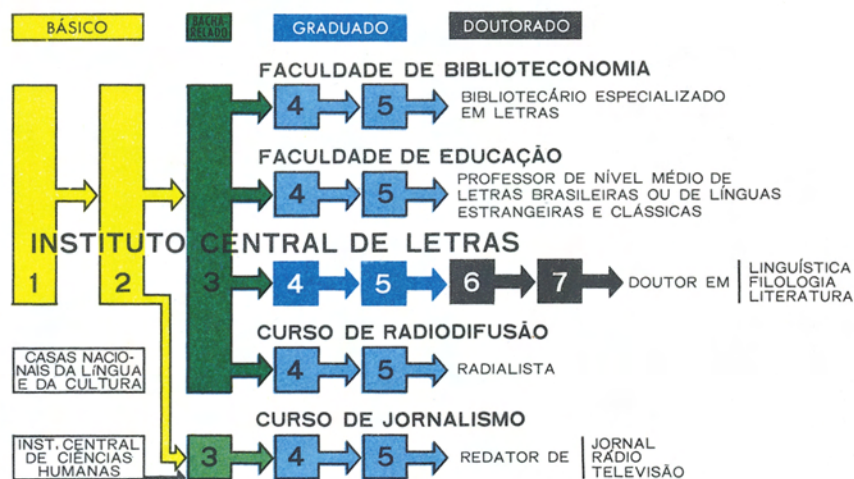
Isso significa que a Universidade de Brasília não manterá, ela própria, cursos de letras neo-latinas, anglo-germânicas ou de quaisquer línguas vivas, mas simplesmente supervisionará e reconhecerá os diplomas de suficiência atribuídos por Universidades estrangeiras representadas pelas Casas Nacionais. Assim, por exemplo, um aluno graduado pela Casa da Língua e da Cultura Francesa, com diploma da Universidade de Nancy, tendo seu título reconhecido, poderá encaminhar-se para a Faculdade de Educação e, ao fim de dois anos de estudo, licenciarse como professor de nível médio de língua e literatura francesa. O mesmo tipo de formação será dado aos professores das demais línguas.

Dêsse modo, poderá o Instituto concentrar seus recursos na formação do professor de língua e literatura vernácula, de modo a assegurar-lhe o completo domínio dos instrumentos de expressão literária, fazendo-o, ao mesmo tempo, conhecedor profundo das obras básicas da nossa literatura. Terá, ainda, condições de orientar esses estudos, bem como a pesquisa e o ensino da linguística e da filologia dentro de um alto padrão, de modo a poder levar seus alunos até o nível de doutoramento.

Os cursos básicos do Instituto de Letras, após o 2.º e o 3.º anos, se desdobrarão em três ramos profissionais específicos, voltados para a formação do bibliotecário especializado em letras brasileiras ou em línguas e literaturas estrangeiras ou clássicas, do radialista e do redator de jornal, rádio e televisão.

Um dos característicos do *campus* da Universidade de Brasília será o bairro formado pelas diversas Casas Nacionais, dispostas no plano urbanístico de Lúcio Costa entre duas avenidas distanciadas de 100 metros e separadas umas das outras por fileiras de árvores e todas voltadas para o lago. Esse conjunto está planejado para representar a melhor arquitetura contemporânea dos diversos países, integrando-se no espírito renovador de Brasília.

Além das funções específicas de ensino de Língua e Literatura, as Casas Nacionais deverão manter dois programas especiais: 1.º) distribuição de certo número de bolsas para o aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior da América Latina que, após meses de estágio em uma das Casas, se encaminhará às Universidades dos países que elas representam; 2.º) trazer algumas das figuras mais expressivas das letras, das ciências e das artes dos seus países para programas de conferências, seminários e cursos intensivos, que se realizarão em Brasília e serão repetidos em outras Universidades brasileiras e latino-americanas.



## Instituto Central de Artes

O ensino de arte no Brasil ainda hoje se ressentido da influência acadêmica introduzida pela Missão Francesa de 1816 que, apesar das contribuições que trouxe ao desenvolvimento das artes plásticas nacionais, acabou por esboçar-se num padrão de ensino extremamente oneroso e de rendimento muito baixo.

Contraopondo-se a esses moldes de ensino, a Universidade de Brasília procurará orientar o seu Instituto Central de Artes para a função fundamental de dar a toda a comunidade universitária e à população de Brasília oportunidade de experiência e de apreciação artística. Assim, espera a Universidade tornar-se capaz de despertar vocações e incentivar a criatividade e, sobretudo, formar platéias esclarecidas, que se façam efetivamente herdeiras do patrimônio artístico da humanidade.

Em lugar de montar complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos, a Universidade se empenhará por trazer para o convívio no seu *campus* grandes artistas nacionais e estrangeiros para programas informais de aprimoramento de jovens artistas, selecionados pelo vigor e originalidade revelados em estudos básicos realizados em qualquer centro de formação artística.

O investimento principal da Universidade de Brasília nesse campo será na formação artesanal e no apuramento do gosto dos estudantes de arquitetura, de desenho industrial, da arte do livro, das artes gráficas e plásticas, na formação dos especialistas no uso dos meios áudio-visuais de difusão cultural e de educação.

Outros campos integradores das diversas artes, como o Teatro e o Cinema serão objeto de particular atenção, tanto nos seus aspectos literários e técnicos, como nos artísticos.

## Órgãos Complementares

A Universidade de Brasília deverá manter, também, um corpo de ÓRGÃOS COMPLEMENTARES destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para a cidade e para o país. Tais serão:



A AULA MAGNA, grande auditório montado para atender às necessidades da Universidade e da Capital Federal, dotado dos recursos audio-visuais que possibilitem a realização de reuniões e congressos internacionais. A construção desta unidade deverá ser encetada prontamente, porque Brasília servirá de sede à Assembléia Geral da Unesco em 1964 e precisará contar, então, com um auditório com capacidade para acolher as representações de mais de 90 países para uma reunião em que serão faladas simultaneamente cinco línguas. Contando com a Aula Magna e com os recursos de hospedagem que a Universidade poderá proporcionar nos períodos de férias, Brasília far-se-á um dos principais centros latino-americanos de conferências internacionais.



A BIBLIOTECA CENTRAL, que coordenará uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico e cultural e dezesseis bibliotecas especializadas, sediadas nos Institutos Centrais e nos conjuntos de Faculdades afins. O acervo básico destas bibliotecas deverá montar a um milhão de obras, representando um dos principais investimentos da Fundação e aquele para cuja constituição mais se necessitará apelar para a ajuda de instituições estrangeiras e internacionais. Na Biblioteca Central funcionará a Faculdade de Biblioteconomia, montada para receber alunos bacharelados pelos Institutos Centrais e especializá-los na biblioteconomia e documentação nos respectivos campos de especialidade.



A RÁDIO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que terá como programa básico a difusão cultural e artística, através de emissoras de ondas médias e curtas. Deverá, contudo, especializar-se em cursos por correspondência e rádio-difusão para aperfeiçoamento do magistério de nível médio. A relevância desta tarefa é evidente, em face do crescimento das matrículas nesse nível de ensino, que ascenderam de 60 mil alunos em 1933, para mais de um milhão, atualmente. Esse extraordinário incremento foi acompanhado da inevitável improvisação do professorado.

A TELEVISÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA que, além dos objetivos locais de difusão cultural, deverá elaborar e coordenar a difusão de programas de nível médio, através das redes nacionais de televisão.



A EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que se destina a traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. Somos, hoje, um dos maiores importadores de livros técnicos da Espanha, do México e da Argentina. Vale dizer que os alunos de nossas universidades estão estudando em espanhol. A exemplo do que fizeram todos os países modernos, impõe-se editar em português a bibliografia básica para a formação profissional comum, em nível universitário.



O MUSEUM, que compreenderá o Museu da Ciência, o Instituto de Artes e o Museu da Civilização Brasileira. Êste último com o objetivo de vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar, aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem, uma visão do nosso esforço secular para criar uma civilização.



As CASAS DA CULTURA para o ensino de línguas e o estudo da literatura e da tradição cultural das nações a que estamos mais vinculados e que se dispõem a manter, junto à Universidade de Brasília, um centro de difusão cultural.



Dentre os Órgãos Complementares contam-se, ainda, o CENTRO EDUCACIONAL — com escolas primária e média de demonstração para os alunos da Faculdade de Educação, — o CENTRO RECREATIVO E CULTURAL e o ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO.

Estão previstos, também, Serviços Auxiliares, como o CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA e DENTÁRIA, a CASA INTERNACIONAL, destinada a abrigar estudantes estrangeiros, principalmente latino-americanos e africanos, aos quais deverá ser reservada certa porcentagem de matrículas, e o setor de habitações de estudantes e professores, além dos diversos serviços públicos indispensáveis a uma cidade universitária.



## O ritmo de trabalho na Universidade de Brasília

*Nunca, em tão curto espaço,  
se fez tanto e tão bom.*

ANTÔNIO DE OLIVEIRA BRITTO

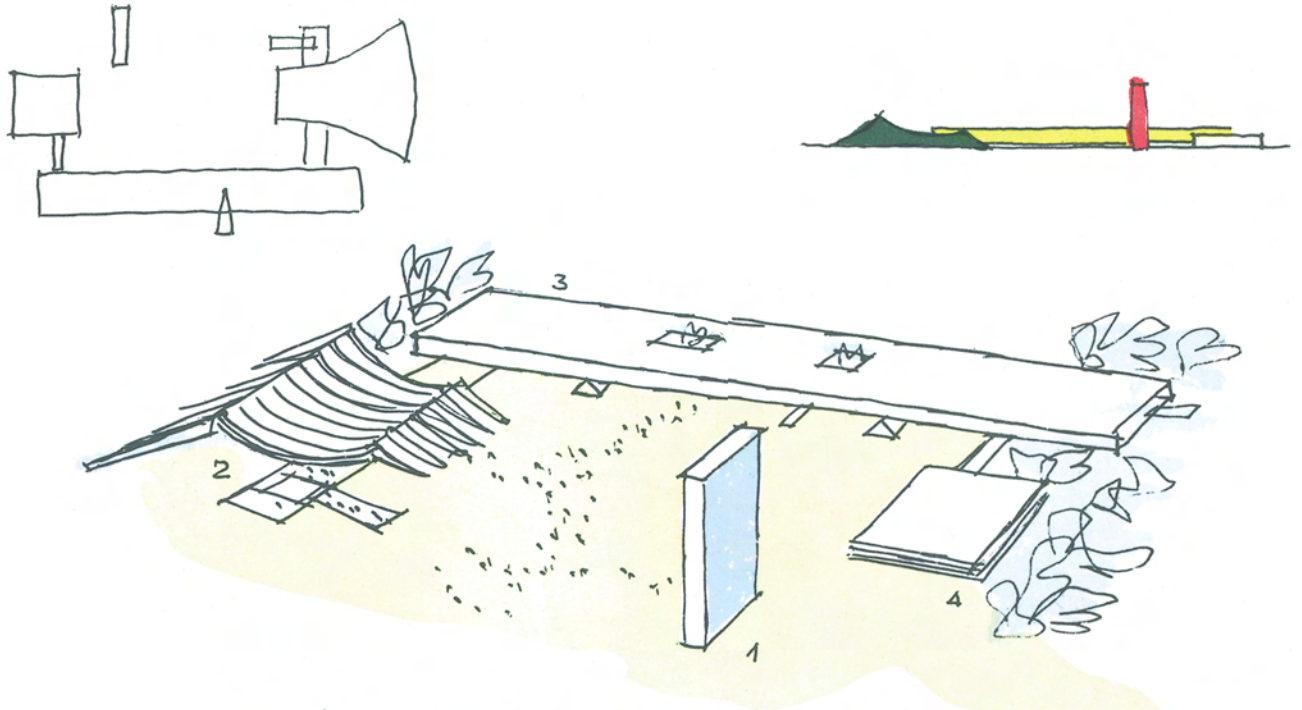
Como foi assinalado pelo ilustre Ministro da Educação e Cultura, em discurso transcrito em outro local, o plano de implantação da Universidade de Brasília se desenvolve em ritmo jamais alcançado em nosso país. Realmente, instituída por Lei de 15 de dezembro de 1961, em apenas 30 dias completou-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizaram-se os cursos e realizaram-se os exames vestibulares, aos quais acorreram mais de 1.000 candidatos; em 49, construiu-se o Bloco 1 e, em 32, o Bloco 2. A mais jovem universidade do Brasil já conta com a frequência regular de 500 alunos, o que vale dizer que, em menos de 90 dias após a sua estruturação jurídica, ela conseguiu criar as condições indispensáveis para o início de suas atividades, ultrapassando, assim, as previsões mais otimistas.

O Conselho Diretor da Universidade e sua equipe de colaboradores estão empenhados em manter e, se possível, acelerar o seu ritmo de trabalho. Com esse objetivo, foi organizado um Plano Orientador que fixa prazos mais curtos para a instalação dos Institutos Centrais e das Faculdades, bem como dos vários Órgãos Complementares e Serviços Auxiliares. O Cronograma de Obras, que faz parte integrante desse Plano Orientador em desenvolvimento, prevê para dentro de poucos meses o início da construção de um conjunto de edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade de Brasília, a serem erguidos na Praça Maior da Universidade e nos quais serão instalados os principais Órgãos Complementares e alguns Serviços Auxiliares.

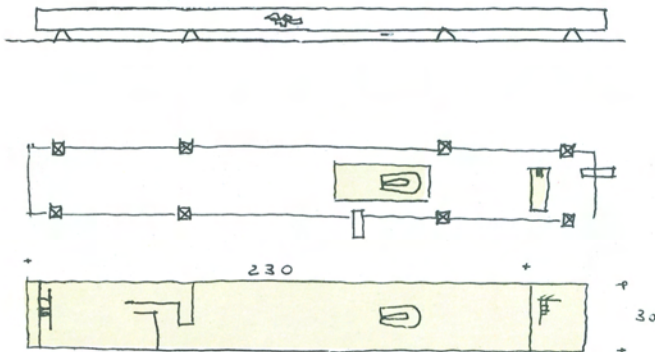
Um grupo de arquitetos, tendo à frente Oscar Niemeyer e Alcides da Rocha Miranda, já iniciou estudos e começou a projetar os edifícios que se concentrarão na Praça Maior da Universidade de Brasília e serão os seguintes: AULA MAGNA (8.000 m<sup>2</sup>), REITORIA E PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (4.000 m<sup>2</sup>), BIBLIOTECA CENTRAL (6.000 m<sup>2</sup>), EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2.500 m<sup>2</sup>), RÁDIO E TELEVISÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2.500 m<sup>2</sup>), MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (8.000 m<sup>2</sup>), MUSEU DA CIÊNCIA (5.000 m<sup>2</sup>) e INSTITUTO DE ARTE (3.000 m<sup>2</sup>).

Nas páginas internas deste anexo, os leitores encontrarão os primeiros riscos de OSCAR NIEMEYER para alguns edifícios da Praça Maior da Universidade.

# Riscos os de Oscar Niemeyer para a Praça Maior da Universidade de



- 1 Reitoria 2 auditório 3 museu de civilização brasileira  
4 biblioteca

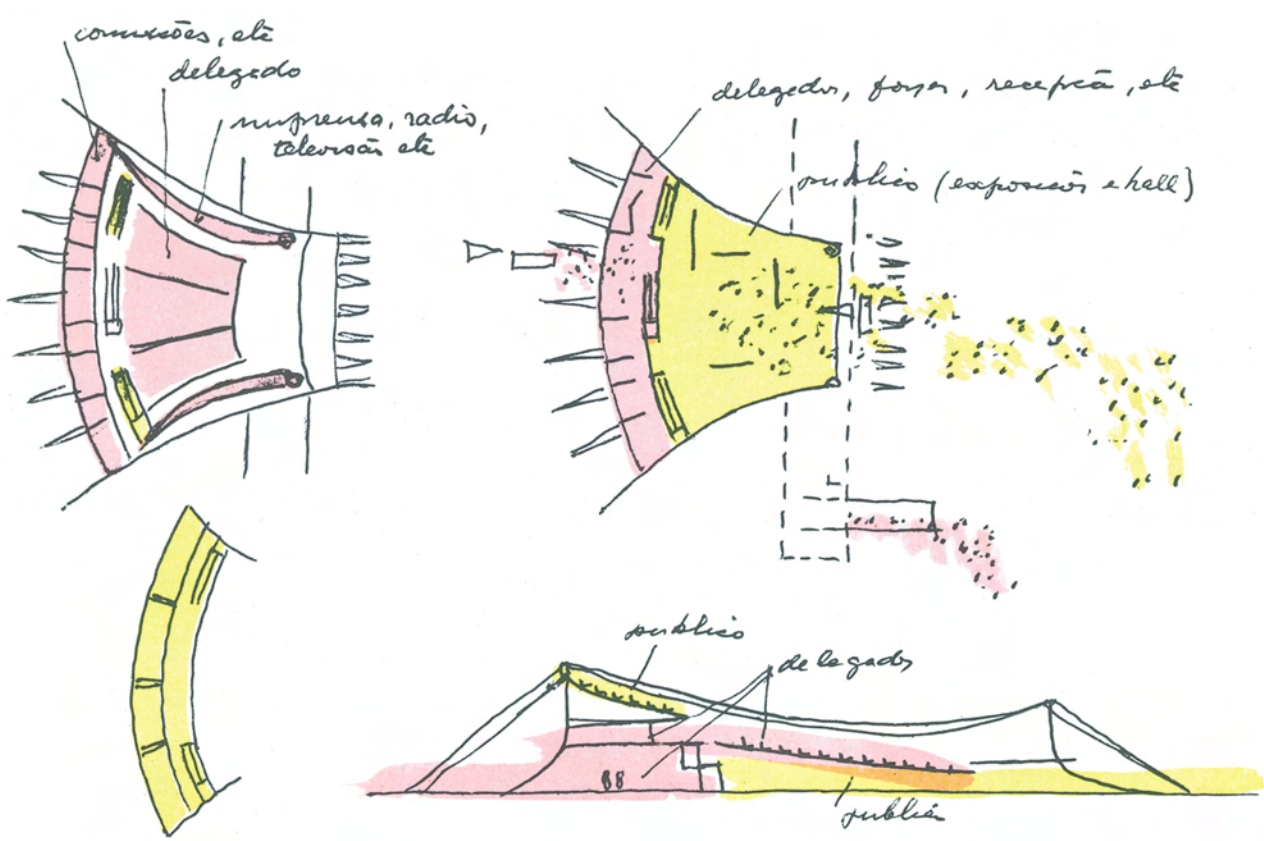
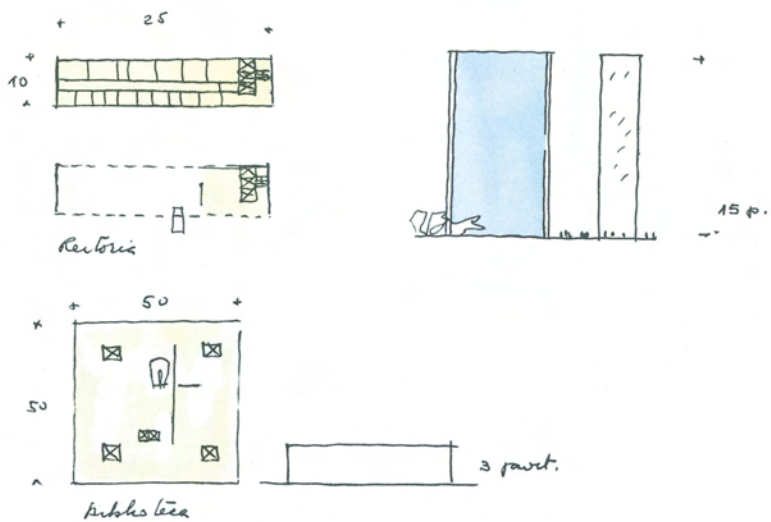


museu de civilização brasileira  
nada da U.B. editores da U.B. etc

Como prevê o Plano Piloto de LUCIO COSTA, reproduzido em páginas anteriores, os edifícios destinados a abrigar os principais Órgãos Complementares e alguns Serviços Auxiliares da Universidade de Brasília serão concentrados numa praça de grande amplitude — a Praça Maior, — localizada em ponto central da Via da Universidade — estrada que corre ao longo do Lago e contorna uma das faces do “campus”. Não obstante a singeleza de suas linhas, a simples concentração desses edifícios em torno de uma área urbanisticamente tratada emprestará à Praça Maior um aspecto majestoso, ampliando-lhe a perspectiva e convertendo-a na entrada magna do “campus” da Universidade.

# Brasília

OSCAR NIEMEYER, o grande arquiteto que fez de Brasília um monumento de arte e um motivo de orgulho nacional, cedeu gentilmente à Editora Universidade de Brasília os riscos de alguns edifícios a serem erguidos na Praça Maior da Universidade. Esses rápidos esboços de Niemeyer, que reproduzimos sem qualquer alteração nas linhas e nas cores, nos fazem antever a grandiosidade e beleza da obra arquitetônica a ser brevemente empreendida.



# Governo e administração da Universidade

Uma instituição planejada para funcionar em moldes pioneiros, como a Universidade de Brasília, não poderia ser estruturada na forma de autarquia, como ocorre com as universidades brasileiras. O que se recomendava e foi consagrado na lei que a instituiu era a estrutura de Fundação, porque só esta poderia assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos. Fundação de caráter especial, como outras já criadas pelo Poder Público, por ele dotadas de patrimônio e providas nas necessidades de manutenção, para exercerem funções de alta relevância nacional.

A iniciativa se impôs, mais uma vez, em vista da necessidade de dotar a nova Capital — produto mais amadurecido da cultura brasileira, especialmente em sua feição urbanística e arquitetônica — de uma Universidade moderna que a tornasse capaz de imprimir às obras que planejará e executará, amanhã, por todo o país, o mesmo sentido renovador que presidiu sua criação.

O órgão supremo da Fundação Universidade de Brasília é o CONSELHO DIRETOR composto de seis membros, nomeados livremente pelo Presidente da República da primeira vez e, daí por diante, renovado, sob seu controle, através da nomeação de novos membros por escolha sobre listas triplícies elaboradas pelo próprio Conselho.

O Conselho Diretor elege o Presidente da Fundação, que é o Reitor, bem como o Vice-Reitor, com funções executivas no que respeita à vida escolar e às atividades de ensino e de pesquisa.

Uma vez implantados os órgãos coordenadores da Universidade, seu corpo docente terá plena autonomia didática, técnica e científica. Para exercê-la, os professores titulares, adjuntos e assistentes reunir-se-ão em *Conselhos Departamentais*, nas *Congregações de Carreiras* e como *Assembléias Universitárias*, órgão deliberativo supremo da Universidade.

Às *Congregações de Carreiras* compete estabelecer os currículos e suas variantes para cada modalidade de formação e acompanhar individualmente, através de tutores, cada um dos alunos, desde seu ingresso na Universidade até a graduação. Para isto serão integradas por todos os professores dos Institutos Centrais e das Faculdades que

tenham participação em cada modalidade de formação. Assim, a Congregação da Carreira de Engenheiro-Mecânico, por exemplo, será integrada por professores dos Institutos Centrais de Matemática, de Física, de Química e de Ciências Humanas (Economia) e mais, pelos professores dos Institutos Tecnológicos de Mecânica e outros da Faculdade de Tecnologia, cujos cursos os alunos respectivos devam seguir.

As Congregações elegerão para cada tipo de formação dois Decanos, um para os cursos de graduação, outro para os cursos de pós-graduação. Todos os membros das congregações terão obrigações de tutoria de alunos, sob a supervisão dos respectivos Decanos.

A Direção de cada unidade universitária caberá ao *Conselho Diretor*, integrado pelos respectivos chefes de Departamento e dirigido por um coordenador, eleito pelos professores que a integram.

O órgão supremo de coordenação da Universidade é a *Corporação Universitária* formada por três *Conselhos Coordenadores*, um deles integrado pelos coordenadores dos Institutos Centrais; outro, pelos coordenadores das Faculdades; o terceiro, pelos coordenadores dos Órgãos Complementares. Estes Conselhos elegerão os três respectivos *Coordenadores-Gerais*, que serão as autoridades superiores da Universidade e a representarão diante do Reitor e do Vice-Reitor.

Os diversos órgãos de deliberação e coordenação entrarão em funcionamento depois de inaugurados os cursos, à medida que cada unidade universitária se estruture. Até então, a direção caberá ao Conselho Diretor da Fundação, ao Reitor e ao Vice-Reitor, que serão assistidos por coordenadores de sua livre escolha, um para cada unidade universitária a ser criada.

A esses coordenadores caberá: selecionar e preparar as equipes com que se instalarão em Brasília, em data prevista; dar assistência aos arquitetos no planejamento das respectivas unidades; planejar e promover a aquisição dos respectivos equipamentos e bibliotecas; preparar a elaboração dos livros de texto e outros materiais que devam ser adotados pela Universidade para os cursos iniciais.

## ÓRGÃOS AUXILIARES

A Fundação e a Universidade deverão contar, também, com a colaboração de diversos órgãos auxiliares, incumbidos de serviços específicos. Tais serão, entre outros:

- Um setor encarregado de coordenar com as Forças Armadas a prestação do serviço militar pelos universitários, através de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, do tipo tradicional, ou de modalidades novas de formação de especialistas em tecnologia militar.
- Um comitê de coordenação das relações entre a Universidade e as empresas, encarregado de desenvolver os serviços de assistência técnica, planejamento econômico e pesquisa aplicada;
- Uma comissão incumbida do levantamento de fundos para obras e serviços e de relações públicas com os patrocinadores de unidades específicas da Universidade;
- Um serviço de admissões, encarregado dos exames vestibulares e do controle permanente da validade dos critérios de seleção;
- Uma curadoria, responsável pelos problemas de disciplina e um serviço de assistência social ao universitário.

# Estimativa de matrículas

A lotação da Universidade foi calculada tendo em vista estabelecer o número de matrículas que assegurasse o mais baixo custo aluno-ano, permitindo, porém, proporcionar uma formação de alto nível. Supondo-se que a maioria dos professores regulares e dos alunos residirão na Universidade e que todos trabalharão em regime de dedicação exclusiva, aqueles dois propósitos poderão ser alcançados com uma matrícula total da ordem de 15.000 alunos.

Essa lotação nada tem nem de modesta, nem de exagerada, nas condições brasileiras, pois nossa maior Universidade, a de São Paulo, contava em 1961 com 10.014 alunos, a do Brasil com 7.589, a de Minas Gerais com 4.251 e todas elas têm demonstrado pequena capacidade de expansão para os tipos de formação mais urgentemente requeridos para o desenvolvimento econômico e social do país, como a Engenharia e a Medicina.

Ainda que só se efetive completamente em 1970, o acréscimo de 15.000 matrículas será uma contribuição ponderável para fazer face à exigüidade de oportunidades de educação superior que oferecemos à nossa juventude. Para avaliar essa carência basta compulsar estatísticas recentemente divulgadas pela UNESCO, demonstrando que, em 1957, para cada 100.000 habitantes, os Estados Unidos mantinham 1.773 estudantes em suas escolas superiores, o Japão, 690, a França, 410, a Argentina, 783, o Chile, 237, a Índia, 212 e o Brasil, tão-somente, 130. Assim se vê o grau de atraso em que permanecemos também no ensino superior, fator decisivo para o desenvolvimento em setor educacional em que os investimentos são mais prontamente pródutivos.

Torna-se ainda mais evidente essa exigüidade de oportunidades de estudo em nível superior, quando se analisa sua distribuição por ramos. Uma quarta parte dos nossos estudantes cursaram, em 1961, Faculdades de Direito (23.519); a metade se encontrava nos cursos de Filosofia, Ciências Econômicas e ramos menores (53.485), mas apenas 11.423 (11,6%) estudavam Engenharia e 10.365 (10,5%) freqüentavam os cursos de Medicina.

Na primeira série dos cursos de medicina de todo o país, ingressaram, em 1959, 1.789 alunos, número tão desproporcional para uma população de 60 milhões que equivale a condenar o nosso povo a ser tratado por curandeiros. Para preencher estas vagas concorreram aos exames vestibulares 12.403 candidatos, só alcançando matrícula 15,9%, não porque apenas estes fossem capazes de acompanhar o curso com proveito, mas pela exigüidade do número de vagas postas em concurso.

O mesmo se dá com o ensino de engenharia, já que dos 10.055 candidatos que fizeram exames vestibulares em 1959 só 2.510 (23,5%) alcançaram inscrição. Em conseqüência, este será o número de engenheiros que estaremos formando em 1963, cerca de 70% dos quais especializados em construção civil. A carência salta aos olhos, sobretudo quando se considera que somavam 50.000 as matrículas iniciais em cursos de engenharia nos Estados Unidos em 1950 e que aquele país, já no século passado, quando sua produção industrial era inferior à nossa atual, formava um número muito maior de engenheiros. Como manter em funcionamento nossas fábricas e usinas, como expandi-las e aperfeiçoá-las nestas condições de carência técnico-científica, quando aumenta cada vez mais a proporção da mão-de-obra altamente especializada que se exige para a produção industrial?

A taxa de incremento das matrículas nas nossas Faculdades é também muito baixa. Na década de 1952 a 1961, as matrículas de Medicina passaram de 100 a 110, em Engenharia, de 100 a 159, enquanto em Filosofia e em Ciências Econômicas foram de cerca de 270%.

Assinale-se que a quase totalidade do incremento nesse período se fez pela criação de novas Faculdades. Em alguns casos, como os das Faculdades de Medicina mantidas pela União, que são das melhores equipadas do país, muitas das quais contam com pessoal docente altamente qualificado, as matrículas iniciais foram reduzidas, — em certos casos de forma drástica — passando cada Escola a formar metade e até mesmo uma quarta parte dos médicos que graduavam no passado.

UNIVERSIDADES	CORPO DOCENTE	MATRÍCULAS	RELAÇÃO PROF /ALUNO	CONCLUSÕES DE CURSO
SÃO PAULO	2372	10014	4,2	1445
BRASIL	2381	7589	3,1	1286
RIO GRANDE DO SUL	1968	4624	2,3	709
MINAS GERAIS	1019	4251	4	730
RECIFE	917	3706	4	667
PARANÁ	624	3542	5,6	489
RIO DE JANEIRO	448	3263	7,2	733
CEARA	476	2386	5	331
BAHIA	569	2276	4	454
TÓDAS AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	17435	71160	4,08	12677
ESTABELECIMENTOS ISOLADOS	6443	30421	4,7	4950
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>23878</b>	<b>101581</b>	<b>4,2</b>	<b>17627</b>

**MATRÍCULAS E CORPO DOCENTE DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS 1961**

Nestas circunstâncias, a oferta de quinze mil novas oportunidades de matrícula pela Universidade de Brasília será altamente desejável, sobretudo na medida em que estas se concentrarem nos setores em que são maiores as nossas carências, empenhando-se na formação de cientistas, tecnólogos e de profissionais habilitados ao exercício de atividades mais urgentemente requeridas pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A lotação total da Universidade de Brasília, se fixada em 15.000 matrículas, poderá distribuir-se de modo que os Institutos Centrais acolham, em média, 1.000 alunos cada, 800 para os cursos introdutórios e 200 para os cursos de formação de especialistas e de pós-graduação. Como os cursos introdutórios para cada tipo de formação serão feitos simultaneamente em diversos Institutos Centrais — conforme os créditos que o aluno deva perfazer — as 1.000 vagas previstas não equivalem a igual número de alunos, mas a um montante substancialmente menor.

A lotação das Faculdades em 1970 deverá ser prevista para os tipos correntes de graduação e com vagas suplementares, em número pelo menos igual, para modalidades novas de formação especializada.

*O grupo de cursos, que formarão quadros para a Administração Pública, o Direito, as Ciências Econômicas, e a Diplomacia poderá oferecer 1.000 matrículas ou 200 vagas iniciais.*

*A Faculdade de Educação, destinada a formar professores e especialistas em administração escolar, em currículos e programas, testes e medidas, etc., para o ensino elementar e médio, terá uma lotação de 1.000 alunos para cursos de duas a três séries anuais.*

*O ensino de Arquitetura, Artes e Comunicação Visual preencherá as funções hoje exercidas pelas Escolas de Belas Artes e de Arquitetura, mantendo, além dos cursos tradicionais, currículos especializados de desenho industrial, arte do livro, artes gráficas, cinema, teatro, televisão e propaganda. Poderá ser montado para 500 alunos.*

*O grupo de Ciências Agrárias, compreendendo cursos de Agronomia, Veterinária e Zootecnia, Engenharia Florestal e Tecnologia Rural deverá ser estruturado em bases inteiramente novas, em vista do malôgro do padrão tradicional que se tem revelado pouco capaz de atrair estudantes, apesar de sua extraordinária importância econômica. O que se recomenda, nesse*

*campo, à Universidade de Brasília, é criar núcleos de pesquisa e experimentação capazes de desenvolver bases tecnológicas para a ocupação econômica do Centro-Oeste e da Amazônia. Para isto deveria desenvolver, de preferência, a formação de especialistas altamente qualificados para a pesquisa e a assistência técnica naquelas áreas, além de tecnólogos para o estudo dos nossos principais ramos de produção agrônoma, florestal e pastoril.*

*O setor de Ciências Médicas, compreendendo a Medicina, a Farmácia, a Odontologia, a Higiene e a Enfermagem, é daqueles em que contamos com mais alto nível técnico e maior grau de profissionalização. Apesar disso, raras vezes se ofereceu a oportunidade de reestruturá-los em bases melhor ajustadas às condições e às necessidades brasileiras como a que se apresenta, agora, na Universidade de Brasília. A experiência das nossas melhores escolas recomenda a estruturação desta unidade em Institutos especializados, cada um dos quais capaz de dar formação básica para o médico comum, e de abrir perspectivas de especialização para os que desejem dedicar-se a um dado ramo das ciências médicas. A lotação deste conjunto poderá ser da ordem de 1.500 matrículas, sendo 500 iniciais para os diversos ramos.*

*A Faculdade de Tecnologia, que ministrará cursos de Construção Civil, Hidráulica, Mineração, Metalurgia, Mecânica, Eletricidade, Eletrônica e Química Industrial deverá constituir-se como a principal unidade universitária. Receberá, como as demais escolas, alunos bacharelados pelos Institutos Centrais ou alunos já formados em alguns destes campos, para ministrarem formação profissional, tendo em vista prepará-los para as atividades produtivas e para a pesquisa aplicada. Formará as modalidades correntes de engenheiros e outras, segundo recomendações dos setores produtivos interessados em mão-de-obra com qualificação específica. Para alcançar este objetivo os cursos dividir-se-ão em períodos de estudos nos cursos tecnológicos e períodos de treinamento na indústria. Além dos engenheiros com currículo completo da Universidade, poderão ser formados técnicos de nível mais baixo, que ingressarão diretamente nos cursos tecnológicos para completar formação prática ou teórica obtida alhures. Para todas estas modalidades de formação, a Faculdade de Tecnologia deverá manter matrícula total de 2.500 alunos, 100 em média para cada unidade.*

RAMOS DE ENSINO	EXAMES VESTIBULARES		MATRÍCULA NA 1.ª SÉRIE			CONCLUSÕES 1958		INCREMENTO		
	CANDIDATOS	% APROVADOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	Números Absolutos	%	Matrícula Global em 1950	1959 (1950 100)	
DIREITO	11430	42,5	4664		795	5459	3240	21,5	11393	193
ENGENHARIA	10055	23,6	2471		39	2510	1239	8,0	7103	151
MEDICINA	12403	15,9	1586		203	1789	1578	10,2	8854	116
FILOSOFIA	8444	60,4	3078		4832	7910	4206	27,1	6397	288
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	3651	58,5	2504		144	2648	997	6,4	2924	241
OUTROS	7282	96,0	4142		2850	6992	4142	26,8	12388	194
TODOS OS RAMOS	53265	37,3	8445		8863	27308	15402	100	48999	178

**OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

# Professores e alunos

A relação professor-aluno em nosso ensino superior é, em média, de um docente para 4,2 estudantes, variando relativamente pouco de uma universidade a outra, mas, de maneira acentuada, por ramo de ensino. Esta proporção seria ótima se se tratasse de professores com dedicação exclusiva, o que lamentavelmente não ocorre, pois o nosso magistério superior é geralmente exercido como atividade parcial, que só ocupa o docente poucas horas por semana.

A Universidade de Brasília, adotando o regime de dedicação exclusiva para professores regulares, poderá tomar, como termo médio, a proporção de um docente para seis alunos, que permite distribuir as tarefas de modo que cada professor tenha um encargo máximo de 10 horas de aula em 40 horas semanais de trabalho. Neste caso, calculando-se sempre em termo médio, teríamos para 2.500 alunos, em 1964, a necessidade de um mínimo de 400 docentes e, para 1970, quando a matrícula ascender a 15.000 alunos regulares, cerca de 2.000 professores. Este dado aproximativo permite avaliar o vulto da tarefa de selecionar e aperfeiçoar tão grande número de professores em um país carente de pessoal qualificado, como o nosso.

Diante destes números se verifica que a mais grave responsabilidade da Universidade de Brasília será a formação de seu corpo docente e que os prazos de três anos para a etapa inicial de instalação e de dez para o conjunto representam o tempo mínimo necessário para selecioná-lo e prepará-lo em centros de aperfeiçoamento do país e do estrangeiro.

Esta tarefa há de constituir o programa principal da Universidade e para levá-la a cabo será indispensável socorrer-se da ajuda das nossas universidades já amadurecidas, bem como dos organismos internacionais, de fundações estrangeiras que atuam no campo e dos governos que queiram e possam auxiliar neste empreendimento.

Avaliamos que o número de bolsas de aperfeiçoamento no estrangeiro necessário para formar as diversas equipes que entrarão em atividade a partir de 1964 será de cerca de 1.000 em dez anos. Como estas necessidades se concentrarão no período inicial e muitas das bolsas deverão ser de dois anos, o cumprimento desse programa exigirá, de 1962 a 1966, cerca de 350 disponibilidades anuais de estudos na América do Norte, ou na França, ou na Inglaterra ou em outros países.

Os alunos da Universidade de Brasília serão selecionados em todo o país, através de concurso como o que realiza, hoje, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, mas assegurando-se a cada unidade da Federação uma quota

preferencial de matrículas, proporcional ao número de jovens que terminam o curso médio.

Assim, um Estado que conte com uma quota anual de 100 matrículas a preencherá inteiramente se apresentar igual número de jovens com capacidade de seguir os cursos que se proponham realizar. Neste caso, os candidatos só competirão com seus coestaduanos, naturalmente a partir de um nível mínimo de suficiência exigido pela Universidade. Esse nível será avaliado através de provas que levem em conta o quociente intelectual do candidato, a sua capacidade de aprender, o domínio dos instrumentos elementares de estudo, como capacidade de redação em português e de leitura em línguas estrangeiras e, finalmente, o grau de aproveitamento revelado nas diversas matérias ministradas no curso médio. Assim, de cada candidato se traçará um perfil intelectual que indicará se ele tem nível para ser admitido na Universidade e, neste caso, para que campos gerais do saber e da técnica revela aptidão.

Como os alunos vindos dos Estados residirão necessariamente na Universidade, deverão contar com bolsas que cubram todos os seus gastos com estudo e manutenção. Para isto a União deverá custear certo número de bolsas de valor igual à despesa aluno-ano da Universidade. Outras bolsas poderão ser custeadas por Estados, Municípios e por empresas privadas, estas últimas podendo ser para tipos particulares de formação em que estejam interessadas. Admite-se, também, que certo número de vagas possa ser reservado para alunos em condições de pagar os próprios estudos.

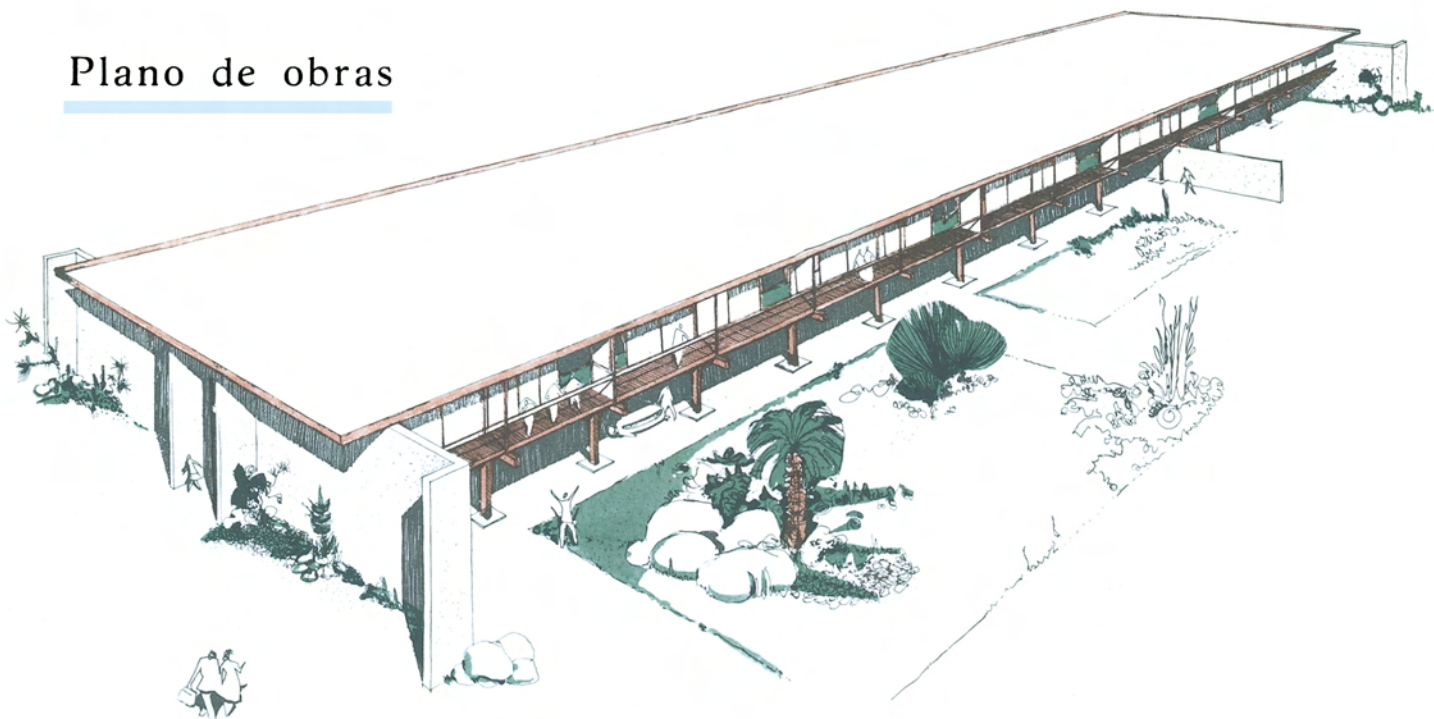
O custeio dos alunos dos povos irmãos da América Latina, aos quais será assegurada a quota de 15% de vagas dos diversos cursos da Universidade de Brasília, far-se-á com bolsas parciais do governo brasileiro e dos países de origem, mas deverá apelar-se para a OEA e para entidades intercontinentais semelhantes, com o objetivo de ampliar este serviço. Aspira a Universidade de Brasília, também, acolher estudantes africanos na proporção de 5% de suas matrículas.

Dada a dificuldade de pessoal para serviços gerais de conservação, já que a cada pessoa contratada para servir em Brasília se precisa prover de residência, estes serviços recairão principalmente sobre os estudantes, como ocorre, de resto, nas universidades norte-americanas. Para isto a bolsa-de-estudos deverá ser estipulada de modo a estimular os alunos a complementá-la com obrigações de trabalho remunerado durante algumas horas, diariamente, em serviços de conservação de equipamento, catalogação, controle, etc.

## LOTAÇÃO PROGRESSIVA DE ALUNOS E DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



## Plano de obras



Um programa desta envergadura só poderá ser pôsto em execução através de etapas progressivas e bem marcadas. A estrutura da Universidade de Brasília adapta-se, aliás, a êsse procedimento, uma vez que os Institutos Centrais, ministrando os cursos introdutórios, devem ser instalados antes das Faculdades; estas só poderão iniciar suas atividades dois anos após a inauguração dos cursos básicos. Acresce ainda que a singularidade da estrutura da Universidade de Brasília, não admitindo a transferência de alunos, no período de instalação, permitirá inaugurar, série por série, os diversos cursos, à medida que os serviços respectivos entrem em atividade.

Ao Conselho Diretor apresentou-se a oportunidade de adotar um programa decenal que prevê — numa primeira etapa — a edificação dos Institutos Centrais, o equipamento dos respectivos laboratórios e o preparo do pessoal docente que neles deverá trabalhar. Dado o seu vulto, o empreendimento iniciado em 1962 poderá concluir-se em 1964, quando serão inaugurados os Institutos Centrais. Numa etapa posterior serão empreendidas as obras das Faculdades, que deverão ficar concluídas em 1966, de modo que, já em 1968, estarão graduando as primeiras turmas.

Contando-se com os alunos já inscritos nos cursos transitórios, a Universidade recebendo, em 1964, 1.500 alunos nos Institutos Centrais e, daí em diante, dois mil novos alunos, a cada ano, completará sua lotação em 1970, quando terá 15.000 alunos. Êste programa permitirá distribuir as despesas por vários exercícios e evitar, tanto quanto possível, a acumulação dos gastos de edificação com gastos de manutenção.

Admitindo-se que a matrícula por Instituto seja de 1.000 alunos, 400 na primeira série introdutória e igual

número na segunda, 50 em cada uma das três séries de formação e 50 nos cursos de pós-graduação, procuramos estabelecer um módulo arquitetônico. Para atender simultaneamente a tantos alunos, deverá cada Instituto Central contar com um anfiteatro de 500 m<sup>2</sup>, duas salas de conferências para 100 alunos com um total de 250 m<sup>2</sup>; 10 salas de aula com o total de 1.000 m<sup>2</sup>; 15 salas de estudos e seminários com um total de 750 m<sup>2</sup>, o que, somado, dá o total de 2.500 m<sup>2</sup> para cada unidade didática.

Os Institutos Centrais como as Faculdades se dividem em Departamentos que são as unidades básicas da Universidade. A cada um dêles será necessário assegurar instalações apropriadas para o pessoal docente e os estudantes de nível pós-graduado. Para isto, o departamento-tipo deverá contar com uma sala de chefia que servirá para reunião de professores (50 m<sup>2</sup>); duas salas para professores titulares (60 m<sup>2</sup>); quatro salas para professores adjuntos (100 m<sup>2</sup>); dez salas para professor assistente, instrutores e estagiários (250 m<sup>2</sup>); espaço para os serviços administrativos (140 m<sup>2</sup>), o que soma 600 m<sup>2</sup> por unidade.

Os laboratórios dos Institutos Centrais ou instalações equivalentes das Faculdades poderão ter como módulo uma unidade didática, com área de 500 m<sup>2</sup>, 5 unidades de pesquisa com o total de 250 m<sup>2</sup> e igual área para oficinas e serviços, perfazendo um total de 1.000 m<sup>2</sup> por laboratório.

Os diversos institutos deverão contar, ainda, com áreas de 500 m<sup>2</sup> para biblioteca e com espaços para serviços, avaliados em 20% da área total.

À base dêstes módulos, foi montado o seguinte quadro que permite avaliar, aproximadamente, o vulto das obras do conjunto de Institutos Centrais.



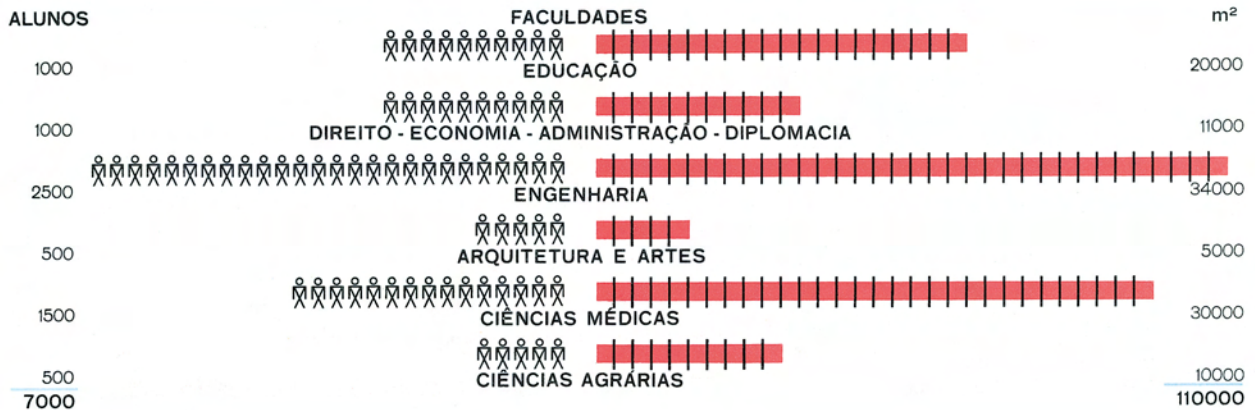
**VULTO DAS OBRAS DO CONJUNTO DOS INSTITUTOS CENTRAIS**

INSTITUTOS CENTRAIS	MATRÍCULAS	SALAS AULA m <sup>2</sup>	DEPARTAMENTOS		LABORÁTORIOS		BIBLIO-TECAS m <sup>2</sup>	ADMINISTRAÇÃO - m <sup>2</sup>	TOTAL m <sup>2</sup>
			UNIDADES	m <sup>2</sup>	UNIDADES	m <sup>2</sup>			
MATEMÁTICA	1000	2500	3	2400	1	1000	500	1280	7680
FÍSICA	1000	2500	10	6000	5	5000	500	2800	16800
QUÍMICA	1000	2500	10	6000	5	5000	500	2800	16800
BIOLOGIA	1000	2500	12	7200	7	7000	500	3440	20640
GEOLOGIA	500	2000	8	4800	3	3000	500	2060	12360
CIÊNCIAS HUMANAS	1000	2500	8	4800	2	2000	500	1960	11760
LETRAS	2000	2500	3	3000	1	1000	1000	1500	9000
ARTES	500	2000	8	4800	2	2000	500	1860	11160
<b>TOTAIS</b>	<b>8000</b>	<b>19000</b>	<b>65</b>	<b>3900</b>	<b>26</b>	<b>26000</b>	<b>4500</b>	<b>17700</b>	<b>106200</b>

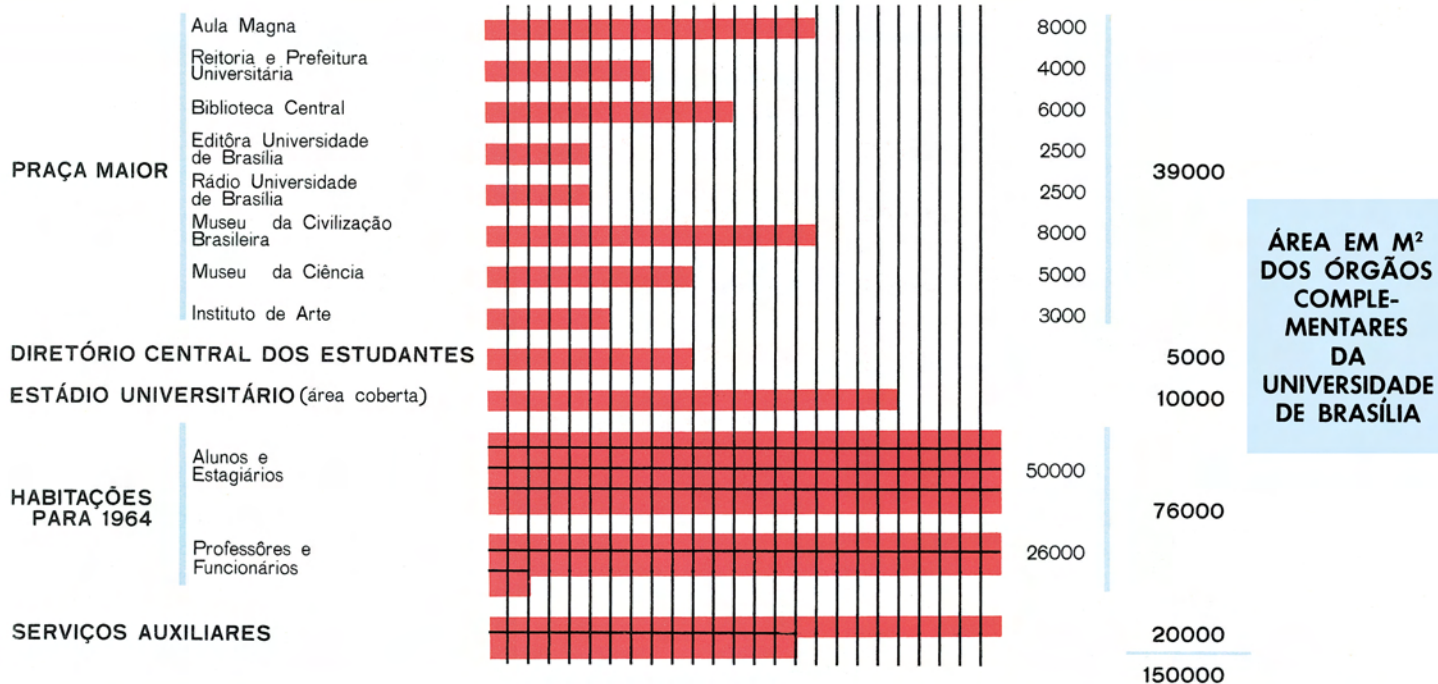
Para as Faculdades o cálculo é mais difícil em vista do número de serviços complementares de demonstração e treinamento que deverão manter. Estes podem ter expressão maior ou menor, conforme as conveniências locais e as possibilidades de utilizar órgãos estranhos como centros de treinamento. No caso de Brasília, porém, a Universidade terá de edificar todos estes serviços, devendo contar, para tanto, com especial ajuda governamental em vista do valor extra-universitário dos mesmos. Assim, em lugar de construir-se em Brasília um grande hospital de especialidades para atender à população regional como prevêem

os planos da NOVACAP, os mesmos recursos poderão ser destinados a um Hospital de Clínicas que cumprirá estes objetivos e poderá servir como Hospital-Escola à Faculdade de Ciências Médicas. O mesmo ocorre com respeito a um grande número de instituições e serviços que não podem faltar a uma cidade-capital e que, com vantagens recíprocas, se estruturariam no corpo da Universidade.

O quadro seguinte procura dar uma idéia da área a ser construída, por grandes conjuntos, para as Faculdades, no período 1963-1970:



**LOTAÇÃO E ÁREA EM M<sup>2</sup> DAS FACULDADES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**



**ÁREA EM M<sup>2</sup> DOS ÓRGÃOS COMPLEMENTARES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

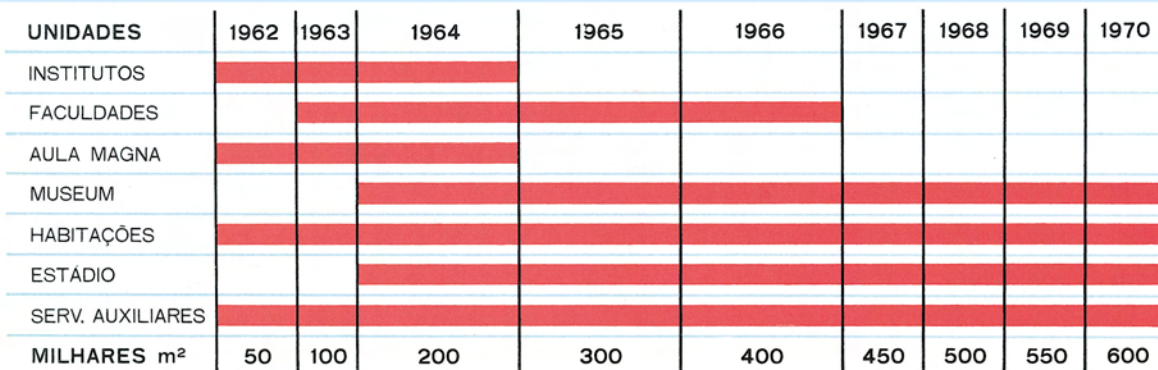
Além dos Institutos Centrais e Faculdades, o programa de obras deverá prever a instalação dos diversos Órgãos Complementares e Serviços Auxiliares da Universidade. Alguns deles, como a Biblioteca Central e a Reitoria, serão obrigatoriamente incluídos na primeira etapa de instalação; outros deverão ser escalonados de acordo com o preenchimento das matrículas e um plano de prioridade estabelecido pelo Conselho Diretor.

Dentre os Serviços Auxiliares destacam-se, pelo seu vulto, dois itens, a saber: o programa de habitações e os serviços públicos e de urbanização. O primeiro equivalerá à metade da área edificada da Universidade. Sua realização poderá distribuir-se através de 10 anos, acompanhando a progressão das matrículas até completar-se com o preenchimento da lotação da Universidade. Para 1964 serão

necessários, só neste item, quase 80.000 m<sup>2</sup> de obras. O segundo compreenderá obras de grande envergadura que ficarão a cargo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, por disposição da lei que institui a Fundação Universidade de Brasília.

O programa de habitações para 1970 exigirá a construção de mais de 200.000 m<sup>2</sup> de residências para atender a toda a população universitária, residente no *campus*, que deverá alcançar, naquele ano, 15.000 pessoas.

O conjunto de obras da Universidade de Brasília deverá orçar, portanto, em cerca de 600.000 m<sup>2</sup>, a serem edificadas em 10 anos. O cronograma seguinte procura exprimir como as obras se distribuirão através do período 1962-1970, indicando os momentos de início e término de cada conjunto e a área a ser construída por ano.



**CRONOGRAMA DAS OBRAS 1962 - 1970**

# Programa financeiro

Para calcular o orçamento total do empreendimento se devem prever, como principais parcelas, o custo das edificações, do equipamento didático, dos laboratórios e bibliotecas e o financiamento do programa de aperfeiçoamento do pessoal docente, no país e no estrangeiro. As despesas com a urbanização da área e com serviços públicos de água, luz, esgotos, transporte e comunicações ficarão, como foi dito, a cargo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

O custeio das despesas com edificações que ascendem a 9 bilhões de cruzeiros poderá ser feito com os recursos do patrimônio da Fundação, que será de dois bilhões de cruzeiros (dotação inicial e 12 superquadras de Brasília, para venda) e de sua renda, no período, que deverá orçar em cinco bilhões de cruzeiros, complementados com dotações orçamentárias globais da União. Estas não serão muito vultosas, levando-se em conta o que despendemos anualmente com a rede de universidades federais e que muitas despesas serão meramente substitutivas porque se aplicarão em obras que, se não forem feitas através da Universidade, teriam de ser efetuadas de qualquer maneira para dotar a cidade de hospitais, escolas de demonstração, museus, e outros serviços indispensáveis.

A instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília será custeada, por determinação legal, com metade dos rendimentos da Rádio Nacional. A Editora Universidade de Brasília deverá operar com um fundo rotativo de 50 milhões de cruzeiros, criado pela lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.

Para o custeio da aquisição do equipamento dos laboratórios e do acervo básico das bibliotecas, avaliado em 4.750 milhões de cruzeiros, poderia ser solicitada a colaboração do FUNDO ESPECIAL das NAÇÕES UNIDAS mediante acordo que fizesse da Universidade de Brasília um centro-piloto de formação técnica e científica para a América Latina. Aquela instituição tem dado contribuições desse gênero, é certo que de menor vulto, mas conta com recursos financeiros suficientes para o empreendimento e teria, no presente projeto, a oportunidade de associar-se a um programa universitário completo para servir a um grande número de países, num campo em que se defrontam todos com enormes deficiências.

O aperfeiçoamento do pessoal docente da Universidade demandará, também, despesa ponderável, avaliada em 2.250 milhões de cruzeiros, a maior parte a ser realizada em moeda estrangeira. Nesse campo também se deverá apelar para a ajuda de instituições como a OEA e a UNESCO,

que mantêm serviços de bolsas-de-estudo, e para Fundações como a Ford, Rockefeller e outras, devotadas à assistência técnica e à formação de pessoal científico. Dado o vulto do programa e a influência que a nova universidade deverá exercer no país, poder-se-á solicitar, também, a colaboração governamental de países como os Estados Unidos da América do Norte, a França, a Inglaterra, a Alemanha, o Japão e outros que, preocupados em manter vínculos culturais com nosso povo, provavelmente conviriam em participar do empreendimento.

Podem contribuir ponderavelmente para atender a toda esta classe de despesas diversas instituições particulares, sindicatos, grupos econômicos e empresas privadas e de economia mista que operam serviços ou se dedicam a formas de produção que exigem pessoal de alta qualificação técnico-científica. Esta colaboração poderá efetuar-se através de convênios que interessem determinadas instituições na instalação de unidades específicas da Universidade. Este é o caso, por exemplo, da Petrobrás, com respeito ao Instituto de Geo-Ciências da Universidade, que poderá ser projetado, mediante convênio e financiamento daquela empresa, para formar os especialistas de que ela mais necessita. Acórdos da mesma natureza poderão ser propostos à indústria automobilística, em relação ao Instituto Tecnológico de Mecânica; à indústria eletrônica, com relação ao Instituto Tecnológico de Eletrônica; à indústria farmacêutica, com respeito ao Instituto de Farmacologia e, ainda, às empresas metalúrgicas, de mineração, de produção de energia elétrica e outras, para o patrocínio de órgãos universitários de pesquisa, de assistência técnica e de formação de pessoal especializado nos respectivos campos.

Naturalmente muitas dificuldades se apresentarão para a execução deste programa, dado o isolamento em que têm vivido nossas instituições de ensino superior, habitualmente desvinculadas dos problemas da produção e dada a falta de uma tradição de convívio e ajuda entre a Universidade e a Indústria. Mas, nos últimos anos, os dois setores vêm tomando consciência de sua recíproca complementariedade e um programa desta ordem já encontraria algumas condições de realização que permitiriam acelerar o plano de instalação da Universidade de Brasília, de modo que alguns dos seus setores entrassem em funcionamento antes dos prazos previstos.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, e órgãos de desenvolvimento regional como a SUDENE, poderão contribuir para a instituição, na Universidade, de um Centro de Pesquisas Econômicas e de formação de economistas, bem como de pessoal para a administração de empresas.



## Programa de cursos para 1962

O programa de implantação da Universidade de Brasília prevê a inauguração, em 1964, do conjunto de Institutos Centrais (Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes) e dos Serviços Auxiliares indispensáveis ao início dos cursos no novo regime a ser instituído em nosso ensino superior. O prazo de dois anos é o mínimo exigido pela construção dos edifícios, a aquisição do equipamento didático e de pesquisa, a organização dos serviços de biblioteca e outros, bem como para a preparação do corpo docente.

Considerando, porém, os inconvenientes de se atrasar, ainda mais, a inauguração de cursos de nível superior na Capital Federal, o Conselho Diretor da *Fundação Universidade de Brasília*, deliberou instituir, já em 1962, uma série de cursos, organizados em regime transitório e que serão, mais tarde, absorvidos pelos Institutos Centrais e pelas Faculdades, à medida que estas e aquelas entrem em funcionamento.

Os cursos transitórios têm em vista os seguintes objetivos:

- a) iniciar, de pronto, as atividades da Universidade oferecendo oportunidade de educação superior em Brasília;
- b) criar, prontamente, um núcleo de atividades culturais, científicas e artísticas, de nível universitário, a serviço da população local;
- c) permitir a organização progressiva dos centros de assessoramento aos poderes públicos em problemas de planejamento, que impliquem pesquisa e documentação, cientificamente conduzidas;
- d) estabelecer, experimentalmente, novos modelos e padrões de ensino e de pesquisa, de divulgação científica e de extensão cultural, que a Universidade deverá ampliar e generalizar;

- e) fixar, em Brasília, uma equipe de professores e pesquisadores que, além das funções docentes, possa colaborar na programação das diversas unidades da Universidade.

A escolha dos cursos, a serem ministrados em 1962, foi precedida do estudo das possibilidades de recrutar o pessoal docente, com a necessária qualificação, e de atender às exigências de equipamento de ensino e de pesquisa para cada tipo de informação. À luz desses critérios, verificou-se a possibilidade de oferecer três cursos-tronco, com bom padrão de ensino: 1) *Direito, Administração e Economia*; 2) *Arquitetura e Urbanismo*; 3) *Letras Brasileiras*.

Todos eles serão ministrados através de programas comuns de dois anos de estudos, ao fim dos quais o aluno fará opção definitiva pela carreira que deseja abraçar, dentro do campo anteriormente escolhido.

Além das disciplinas obrigatórias do currículo mínimo estabelecido em lei para os cursos que os compõem — os troncos comuns também compreenderão matérias que se recomendam como introdução ao preparo profissional e atividades destinadas a elevar a cultura geral do aluno a nível universitário e melhorar seu domínio dos instrumentos básicos de estudo.

Em lugar do sistema de anos-séries, os cursos serão dados semestralmente e a inscrição dos alunos se fará por disciplinas parceladas. Assim, sua aprovação ou reprovação se avaliará por disciplina, e não por termo semestral ou série-ano.

Por esse sistema, e aconselhado pelo respectivo professor-orientador, o aluno escolherá, cada semestre, as disciplinas que deseja cursar, dentro do máximo de 4, classificadas como de formação, e do mínimo de uma, compreendida como de cultura geral. Sua liberdade de escolha será, porém, limitada, porque, ao fim de dois anos, para ingressar na segunda parte do curso propriamente profissional, ele deverá apresentar certificados de aprovação de pelo menos 10 disciplinas definidas como de formação básica para cada carreira.

## I — DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA

O ensino desses três ramos que, na organização universitária até agora vigente, se faz em separado, em Faculdades distintas, se fará integralmente, na Universidade de Brasília. Para isso serão reunidas as duas primeiras séries de todos eles em um tronco comum. Tal associação recomenda-se, porque é idêntica ou equivalente a grande parte do currículo mínimo dos primeiros anos dos três cursos, e ainda porque trará as seguintes vantagens:

1. permitirá a elevação do padrão de ensino, assegurando ao estudante de Direito melhores cursos básicos de Economia e Administração e aos destas últimas, melhor aprendizagem das matérias do campo do Direito;
2. Evitará a duplicação de pessoal docente, instalações e equipamento para o ensino das mesmas matérias, o que importará em economia ponderável e em melhor utilização dos recursos técnicos e humanos disponíveis;
3. dará ao estudante a oportunidade de adiar, para dois anos após o seu ingresso na Universidade, a escolha definitiva da carreira, permitindo-lhe fazê-lo quando mais experimentado e amadurecido;
4. distinguindo as matérias básicas de formação geral, ministradas nos dois primeiros anos, das disciplinas de preparo profissional, ensinadas nas três últimas séries, permitirá que umas e outras recebam melhor tratamento.

Ao fim dos dois primeiros anos básicos, os alunos optarão por uma dentre as seguintes carreiras: 1) Direito; 2) Administração Pública; 3) Administração de Empresas; 4) Planejamento Econômico; 5) Economia Empresarial; 6) Finanças Públicas. Daí em diante prosseguirão os estudos por mais três anos, já agora em caráter estritamente profissional.

## II — ARQUITETURA E URBANISMO

Tal curso representa, também, uma experiência de reforma do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Em lugar de tratar esse campo com as vistas voltadas exclusivamente para a arquitetura de edifícios e de casas, são abertas aos alunos perspectivas de, após os dois anos de estudos introdutórios, se encaminharem além daquele campo, para:

1. *Arquitetura de Construção Civil*, ou seja, para o domínio das técnicas da indústria de construção;
2. *Desenho Industrial*, ou arquitetura de objetos, como utensílios, etc.;
3. *Arquitetura Paisagística*, com o domínio dos conhecimentos de Ecologia e Botânica, para a composição da paisagem;
4. *Urbanismo e Planejamento Regional*, com vistas à formação de arquitetos capazes de trabalhar em equipes devotadas aos problemas da reordenação da vida regional, através de planos de desenvolvimento econômico-social ou da implantação de redes urbanas com melhores condições de vida;
5. *Comunicação Visual*, compreendendo os campos especializados da Fotografia, do Cinema, da Televisão, do uso dos meios áudio-visuais na educação e na difusão cultural.

Para alcançar esses objetivos todo o currículo teve de ser revisto, com o fim de reaproximar os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da arquitetura, bem como de neles incutir simultaneamente, maior preocupação com a história das artes e melhor compreensão dos momentos brasileiros de superior criatividade artística.

O curso terá como objeto de estudos a cidade de Brasília, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, como campo de treinamento, o próprio projeto da Universidade de Brasília, cujo desenvolvimento caberá, principalmente, à equipe de professores e alunos pós-graduados.

## III — LETRAS BRASILEIRAS

Esse curso tem como objetivo central formar o professor de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira para as escolas de nível médio. Presentemente, esse professor é licenciado nos cursos de Letras Clássicas e de Línguas Neo-Latinas das Faculdades de Filosofia, os quais dão ênfase, principalmente, ao estudo do Grego e do Latim, no primeiro caso, ou ao domínio da língua e literatura francesa, espanhola e italiana, no segundo. Vale dizer que o professor, a quem caberá as maiores responsabilidades na formação vocacional e cultural da juventude, é preparado quase subsidiariamente para tal função, o que representa grave sintoma de alienação cultural.

O curso de Letras Brasileiras da UNB foi projetado, principalmente, para dar ao aluno completo domínio dos instrumentos de expressão em língua vernácula, habilitando-o a que se faça herdeiro ativo do nosso patrimônio literário e conhecedor dos esforços nacionais de auto-expressão e de auto-conhecimento. Com o objetivo de alcançar este escopo no mais alto padrão científico, particular zelo aplicar-se-á aos estudos introdutórios de Linguística e Filologia.

Ao aluno que completar os dois anos básicos do curso de Letras Brasileiras, abrir-se-ão oportunidades de prosseguir nos estudos para licenciar-se como professor secundário de Língua e Literatura Vernácula, ou para graduar-se como redator geral ou especializado em jornal, rádio ou televisão. O aluno que revelar especial talento para pesquisas ou assinalado poder criador terá condições de prosseguir nos estudos, com vistas à carreira universitária, como pesquisador em Linguística ou especialista em Literatura, senão de aprimorar-se para a sua auto-realização como escritor ou ensaísta.

## IV — ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

Além dos cursos regulares, de formação, para os alunos aprovados nos exames vestibulares, a Universidade de Brasília ministrará, em 1962, alguns cursos em nível pós-graduado.

Esses cursos, abertos a diplomados nos respectivos campos, destinam-se ao aperfeiçoamento e atualização cultural, científica e técnico-profissional ou à especialização sistemática em determinado ramo do saber.

Os alunos dessa última categoria serão selecionados entre os diplomados da nossa Universidade que revelarem maior talento e disposição para devotar-se à vida universitária. Ao lado dos estudos em seminário e dos programas de treinamento, esses alunos poderão exercer funções de instrutores para os cursos de formação, fazendo jús, neste caso, a uma ajuda financeira, além de residência na Universidade.

Prevê-se que nessa categoria serão inscritos na Universidade, em 1962, cerca de 20 jovens arquitetos e engenheiros, bem como, especialistas em comunicação visual e em artes gráficas e plásticas; cinco graduados em cursos de Direito; cinco, em Administração; cinco em Economia; cinco, em Ciências Sociais; e cinco, em Letras.

## V — EXTENSÃO CULTURAL

Com o objetivo de ampliar, em benefício da população de Brasília, os serviços das diversas unidades da Universidade, será realizada, em 1962, uma série de programas de extensão cultural, através de conferências e seminários abertos ao público e de programas de rádio e televisão.

A contribuição maior, que a Universidade de Brasília dará à população da Capital, consistirá, porém, no acesso aos seus cursos regulares para os que desejem frequentá-los com objetivos de alargamento dos horizontes culturais ou de aperfeiçoamento e atualização científica e técnica.

Para alcançar este propósito, cada curso dos três troncos comuns reservará certo número de vagas a candidatos não inscritos como alunos regulares e que tenham o preparo básico necessário a acompanhá-los com proveito. Os alunos inscritos nessa categoria farão provas juntamente com os demais e terão direito a certificados de aprovação.

# Inauguração oficial do “campus” da Universidade de Brasília

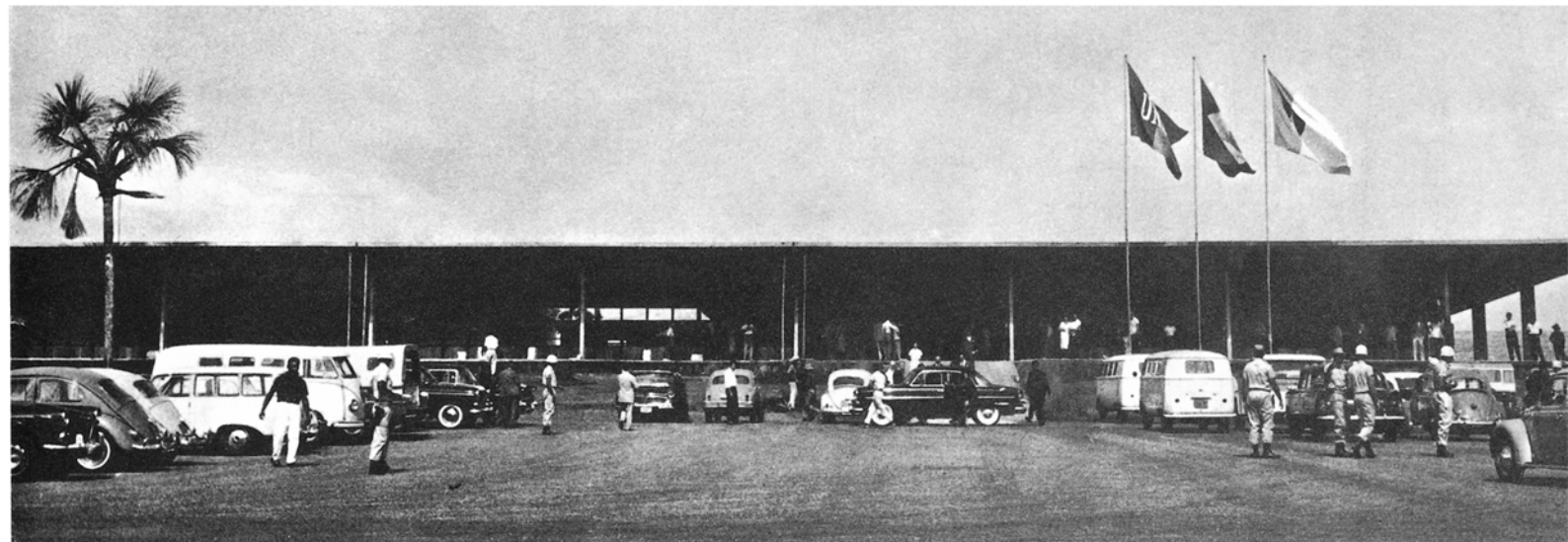
*A mesa que presidiu a cerimônia inaugural do “campus” da U. N. B., vendo-se, entre outras personalidades o Ministro Oliveira Britto, o Embaixador Sette Câmara e os Professores Hermes Lima e Darcy Ribeiro.*



Entre as comemorações que assinalaram o 2.º aniversário de Brasília, a mais importante foi, sem dúvida, a inauguração oficial do *campus* da Universidade. Numa área que, 59 dias antes, ainda se encontrava totalmente coberta pela vegetação típica do “cerrado”, técnicos e candangos, num ritmo de trabalho inédito mesmo nos anais de Brasília, conseguiram erguer dois pavilhões para a hospedagem de professores visitantes e residência de assistentes; um prédio de largas proporções no qual, durante dois anos, funcionarão alguns cursos da Universidade e que, futuramente, será a sede da Faculdade de Educação; um restaurante com capacidade para duas mil refeições diárias; o pavilhão onde se encontra instalado um dos auditórios da Universidade — a tudo isso se somando as obras já iniciadas do edifício destinado a abrigar provisoriamente a Reitoria e diversos serviços auxiliares.

Na cerimônia inaugural, realizada às 10 horas da manhã de 21 de abril de 1962, no auditório cuja montagem fôra terminada 20 minutos antes, o Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, em nome do Governo da República, proferiu um discurso no qual, além de ressaltar o caráter dinâmico e inovador da mais jovem Universidade do Brasil, teve oportunidade de indicar, como missão fundamental da nova instituição, a integração do ensino universitário nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do país.

A oração de Sua Excelência, pela profundidade das suas considerações sobre o estado atual do ensino superior no Brasil e pelo significado histórico de que se reveste, não podia deixar de ser transcrita na íntegra nesta publicação destinada a divulgar o plano orientador da Universidade de Brasília.





*O Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, diante de um auditório repleto, pronuncia o importante discurso com o qual, em nome do Governo da República, deu como inaugurada a mais jovem universidade do Brasil. →*

## Discurso do Exmo. Sr. Dr. Antônio de Oliveira Britto:

“Acontecimentos existem que dizem muito mais que as palavras. O que ora estamos vivendo é um deles, e dos mais expressivos. Sonho, ideal, objetivo, organização, luta de Darcy Ribeiro, ajudada, dentre muito poucos, por Juscelino Kubitschek, Victor Nunes Leal e Cyro dos Anjos, a Universidade de Brasília nasce sob o compromisso de realizar a reintegração da educação nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do País. Poderia assim dizer, sem o risco de cometer exagero, a que não estou, aliás, habituado, que, aqui, neste local e neste momento, clamada pelos imperativos dos dias que vivemos, instala-se a Universidade que, sendo a mais jovem, possui já estrutura e alma para servir de exemplo às demais, na caminhada que deverá sem demora iniciar, em busca do ajustamento da formação educacional de nossa juventude às necessidades nacionais.

No primeiro programa de governo, apresentado à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros a que pertencço, tive oportunidade de escrever as seguintes palavras:

“País que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto de vista quantitativo.

O problema mais urgente é o da ampliação de matrícula. Em 1960, 14.000 jovens concorreram às 1.800 vagas oferecidas pelas escolas de Medicina. Nas de Engenharia, apenas 2.800 vagas eram disputadas por 12.000 candidatos. Em 1957, enquanto os Estados Unidos, para cada 100.000 habitantes, mantinham 1.773 estudantes em escolas superiores, e o Japão 690, a França 410, a Argentina 383, o Chile 237, a Índia 212, o Brasil mantinha apenas 130. Essa situação é agravada pela distribuição dos universitários entre tipos de formação que revelam a sobrevivência de uma estrutura econômica e social já superada. Segundo dados de 1959, no total de apenas 16.000 formaturas universitárias, 21 % correspondiam aos cursos de Direito e 29 % aos cursos das Faculdades de Filosofia. As escolas de Medicina graduaram no mesmo ano cerca de 1.500 médicos, número que, em relação a uma população de quase 70 milhões de habitantes, exprime a sua condenação às doenças e às endemias. Mais grave ainda é o quadro no setor da Engenharia, pois os novos engenheiros atingiram apenas a 1.400, com nítida predominância da engenharia civil sobre os setores especializados.

O que melhor caracteriza o ensino superior brasileiro é, de um lado, a enorme expansão do número de estabelecimentos sem condições de ministrar formação de nível universitário e, de outro, a timidez das escolas mais antigas, ser-

vidas por professores mais experimentados e dotadas de melhor equipamento didático, para expandir seus cursos e suas matrículas. Contamos, hoje, com mais de 400 escolas superiores, porém, apenas 40 delas recebem mais de 500 alunos. Esta situação paradoxal pode ser exemplificada com a expansão das matrículas no ensino médico, que se vem fazendo quase exclusivamente pela criação de novos estabelecimentos, já que os antigos congelaram, quando não restringiram progressivamente, o número de vagas postas em concurso, até reduzi-las a uma quarta parte do que eram há vinte anos atrás.

Outra deficiência do ensino superior brasileiro é a uniformidade e a rigidez dos padrões curriculares, que limitam a duas dezenas as modalidades de formação, reduzindo-as às carreiras tradicionais, quando o desenvolvimento da ciência e da técnica estão a exigir formas mais flexíveis e diversificadas de procedimento, que permitam descobrir e encaminhar talentos para todos os ramos do saber e para todas as atividades requeridas pela vida moderna”.

Consciente da expansão do ensino nos ramos do saber onde a demanda de profissionais e técnicos é mais reclamada pelas necessidades brasileiras, empenhei-me, junto aos reitores e diretores de estabelecimentos, pelo aumento de matrículas nas primeiras séries de Medicina e Engenharia. Pesa-me revelar que o resultado

obtido longe está de corresponder às expectativas do governo, que nada pedia para si, mas apenas reclamava, em nome do povo que mantém o ensino com o suor do próprio rosto, maior compreensão dos responsáveis pela formação educacional da juventude, pedindo sua atenção para a necessidade de abrirem, mais e mais, as portas das Universidades, de tal modo que delas possa o País retirar maior rendimento econômico e social. Em Medicina, o aumento não chegou a 300 novas matrículas e em Engenharia foi da ordem de 700. Esse resultado demonstra, à saciedade, que pouco ou nada teremos a aguardar da estrutura arcaica de nossas Universidades. Acasteladas numa autonomia nem sempre invocada para a defesa de princípios ligados ao interesse do ensino e ao bem-estar da coletividade; organizadas na base de cátedras vitalícias, a que muitas vezes se empresta o conceito de propriedade, não se apercebem que é imperativo, não apenas de patriotismo, mas, sobretudo, de sua própria sobrevivência, se enquadrarem, já e já, no processo de desenvolvimento do Brasil, dando ao seu progresso aquela contribuição que a Nação toda delas espera.

A Universidade de Brasília surge, porém, com organização igual à das Universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação

da pesquisa técnico-científica e da formação de profissionais e técnicos de todos os níveis. Nasce, sobretudo, com alma, com o espírito de Darcy Ribeiro, de quem se pode discordar, mas em cuja fé nos princípios que defende só encontramos devoção à Pátria, em cuja inteligência só alcançamos motivos de justa admiração e de cuja capacidade de realização esta obra é atestado irrecusável.

Em 30 dias, completa-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizam-se os cursos e realizam-se os exames vestibulares; em 49, constrói-se o bloco 1 e, em 32, o bloco 2, nos quais são empregados 7.000 sacos de cimento, 50 toneladas de ferro, 18.000 tábuas, 25.000 metros cúbicos de areia, 20.000 de pedras, 1.500 metros quadrados de mármore, 120.000 tijolos, 15 mil caibros, 5.000 quilos de pregos, 1.500 metros quadrados de impermeabilização, 420 de esquadrias e 200 de lambris.

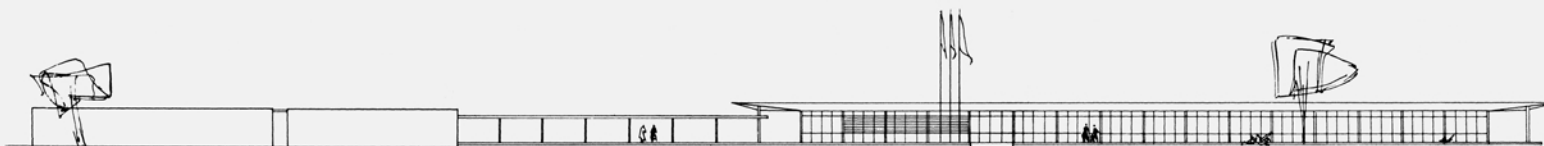
Nunca, em tão curto espaço, se fez tanto e tão bom.

É a nova brisa que balança a Universidade brasileira, impelindo-a para os rumos traçados pelos imperativos do progresso material e espiritual do nosso povo. É a nova ordem ditada pela consciência nacional, convencida de que já não há um minuto a perder na luta pelo desenvolvimento econômico e social do País, cuja base se encontra na educação do povo. É a

tomada de posição do educador brasileiro de espírito jovem, certo de que a construção escolar deve ser a mais simples, a mais singela e a mais aprazível; convicto de que é reclamo nacional a pronta ampliação do número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico e científico, a fim de reduzir o custo anual do aluno, mobilizar os recursos didáticos sub-utilizados e satisfazer à necessidade de médicos e enfermeiras que possam atender o interior do País, e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o progresso da Nação.

É o espírito, em suma, de Darcy Ribeiro, a serviço de um ideal e ao qual se associam a devoção e capacidade de seus colaboradores imediatos, dentre os quais não posso deixar de citar Victor Nunes Leal, em que sobram inteligência, saber e organização.

Com estas palavras, minhas senhoras e meus senhores, declaro, em nome do governo do qual me honra fazer parte, inaugurada a Universidade de Brasília — e agradeço a presença de quantos vieram distinguir-nos comparecendo a esta solenidade, ao tempo em que aponto ao reconhecimento da Nação os presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves pelo inestimável concurso que deram à realização do monumento vivo que esta Universidade será para o enriquecimento material e cultural do povo brasileiro”.







A EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que ora inicia suas atividades, é um órgão complementar da Universidade de Brasília e tem como objetivo fundamental fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível universitário, além de editar a produção literária e científica da própria Universidade.

A Lei n.º 3.998, de 15 de janeiro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília, criou, na forma de seus artigos 4.º e 19.º, um fundo rotativo exclusivamente destinado à publicação de obras científicas, técnicas e culturais. pela Editora Universidade de Brasília,

Esta nova editora nasce, assim, estreitamente vinculada ao programa de implantação e desenvolvimento da mais moderna instituição universitária do país. Seu programa editorial procurará acompanhar, passo a passo, as atividades dos Institutos Centrais e Faculdades que compõem a U. N. B. e os seus escritórios, estúdios e oficinas servirão como centro de atividade prática e treinamento para os alunos dos cursos de artes gráficas e da arte do livro, a serem ministrados no Instituto Central de Artes.

A criação de uma editora, junto à Universidade, corresponde a uma exigência do ensino superior e do próprio desenvolvimento da cultura nacional. Nosso país, não obstante as suas necessidades crescentes no campo da cultura e da técnica, infelizmente ainda não possui uma bibliografia básica para a formação profissional, em nível universitário. Para reunir a sua biblioteca mínima de estudo e consulta, o universitário brasileiro, além de ser obrigado a transpor a barreira dos idiomas estrangeiros, tem de enfrentar o alto custo de obras importadas num câmbio desfavorecido. A Editora Universidade de Brasília pretende contribuir decisivamente para a solução desse grave problema cultural, publicando, até 1964, um mínimo de 120 obras correspondentes aos cursos a serem dados no 1.º e 2.º semestres de todos os Institutos Centrais da U. N. B. Até o fim de 1965, serão publicados aproximadamente 240 títulos novos e, de 1966 a 1970, cerca de 750, destinados a todos os Institutos Centrais e Faculdades, que nessa época deverão contar com 10 mil alunos e 1.650 docentes.

Sabemos da dificuldade da tarefa a ser empreendida, mas não pouparemos esforços no sentido de fazer com que essa bibliografia básica em língua portuguesa se complete dentro de alguns anos e venha a refletir, no conteúdo e na forma, os altos padrões de ensino e pesquisa a serem seguidos na Universidade de Brasília e destinados a exercer profunda influência na cultura nacional e no desenvolvimento do país.

## Colaboraram nesta edição:

*Texto e dados estatísticos* — Reitoria da U. N. B.

*Fotografias* — Gentileza de Alfredo Colombo, Marcel Gautherot, "O Estado de São Paulo" e "Diários Associados".

*Desenhos* — Gentileza de Lucio Costa (esboços que acompanham o Plano Piloto de Brasília e plano do *campus* da U. N. B.); Oscar Niemeyer (riscos para a Praça Maior da U. N. B.) e Clovis Graciano (retrato de Lucio Costa).

*Diagramas, gráficos e arte final* — Rosanis Propaganda Ltda.

*Fotolitos para off-set* — Estúdio Gráfico Repro Ltda.

*Papel* — Companhia Industrial de Papel Pirahy.

*Composição, impressão e cartonagem* — São Paulo Editora S. A.

*Encadernações* — Gentileza da Encadernadora Brás Cubas.

*Edição e coordenação geral*

de

Esta edição é publicada simultaneamente em português e inglês.

Composição em monotipo (faces "Old Style" e "Title") iniciada em 21 de abril de 1962, dia de Tiradentes, 2.º aniversário de Brasília e data da inauguração oficial do *campus* da U. N. B. Impressão terminada em 31 de maio de 1962.





DISTÂNCIAS APROXIMADAS  
EM LINHA RETA,  
ENTRE BRASILIA  
E AS CAPITAIS DOS  
ESTADOS E TERRITÓRIOS

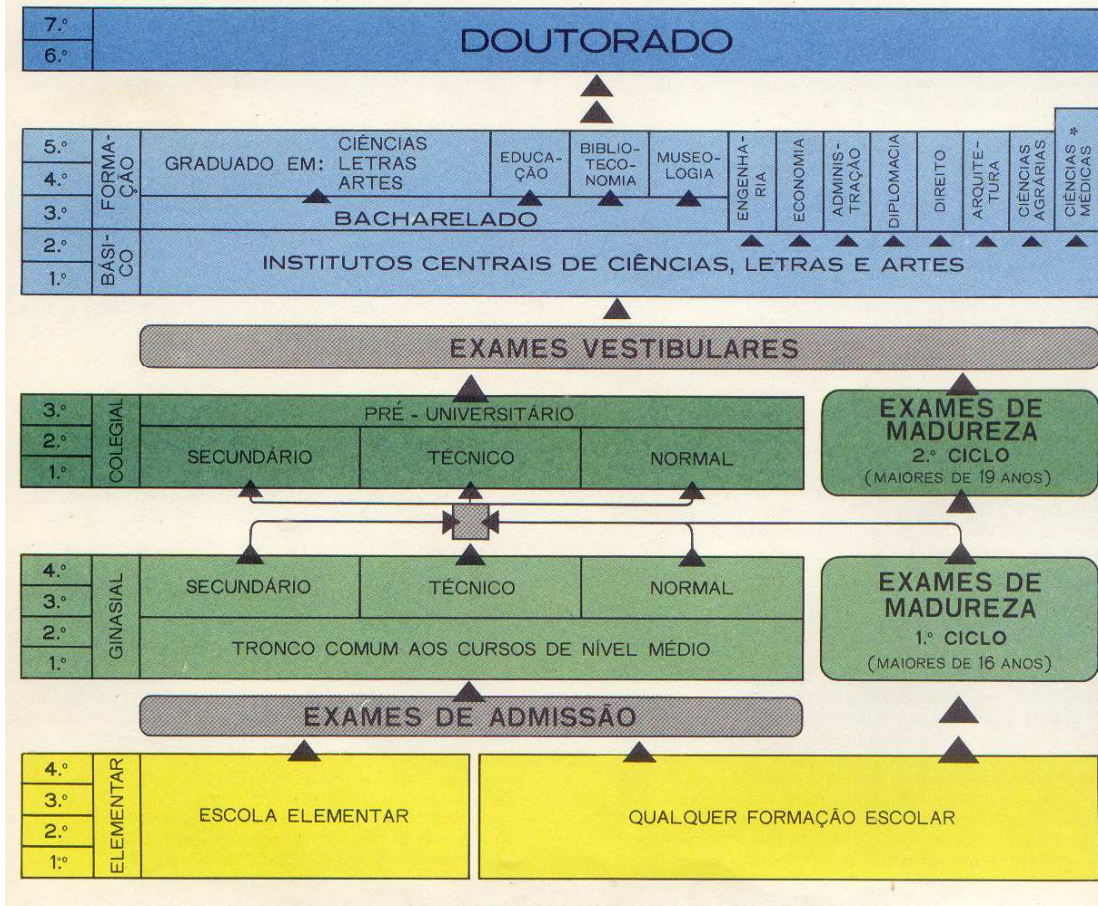


EDITORA  
UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA

## **ANEXO II**

# ESCADA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Vias de acesso à Universidade de Brasília

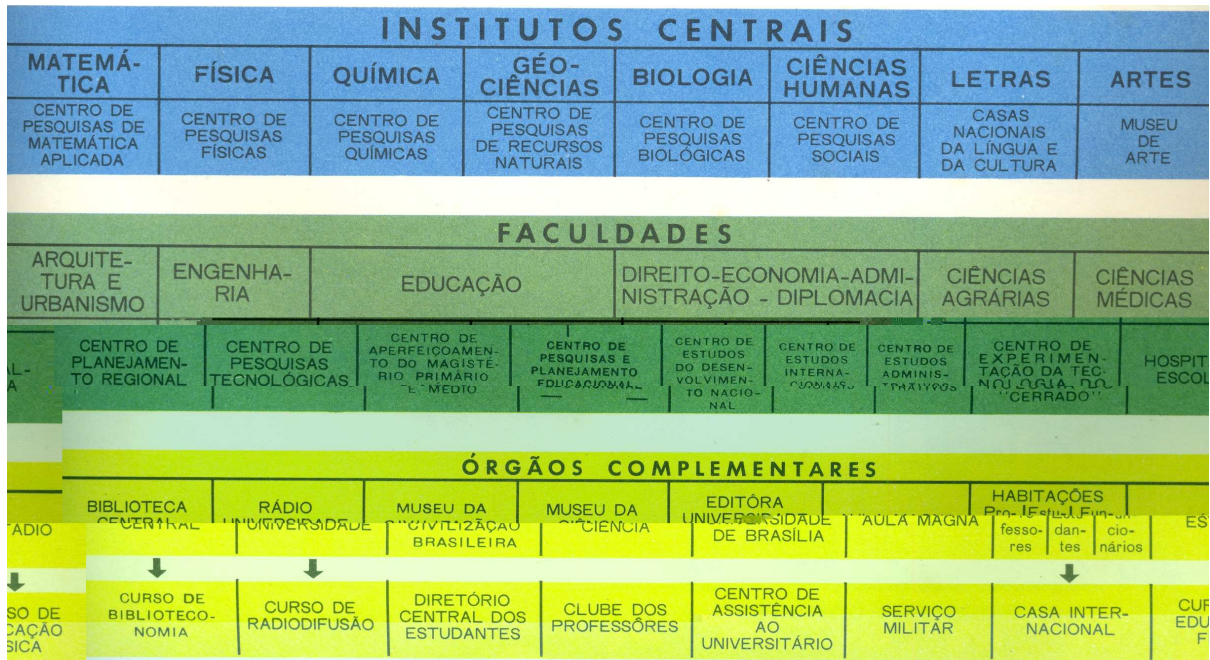


## **ANEXO III**





## **ANEXO IV**



## **ANEXO V**

*histórico*

SÔBRE O "CURSO-TRONCO" DE  
ARQUITETURA E URBANISMO  
DA UNB

Prof. E.A. Graeff

1 - CONSIDERAÇÕES:

Chega ao seu final nosso primeiro ano de trabalho na UNB. Vencemos dificuldades enormes e fizemos algo que parecia impossível, assegurando um rendimento satisfatório aos trabalhos escolares. Parece fora de dúvida que o nível atingido pelos nossos alunos é um pouco superior ao dos alunos de primeira série das demais escolas de arquitetura e de belas artes do país.

Teríamos boas razões pra ficar tranquilos, não fôsse a consciência de que, nas condições da UNB, é possível trabalhar melhor.

*Credo que as experiências que realizamos serão válidas na medida em que fomos capazes de refletir sobre elas com mais rigoroso sentido autocrítico.*

O "Curso-Tronco" foi montado em caráter transitório e seu funcionamento deve ter em vista a implantação, em 1964, do Instituto Central de Artes e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Quando estruturamos o Curso, não o fizemos com uma visão clara do futuro. Seguindo a tradição das escolas de arquitetura, dividimos o pessoal docente e o ensino em três Departamentos: Teoria e História, Representação e Expressão, e Tecnologia da Construção. Esta atomização, a par de não corresponder à estrutura prevista para 64, diminuiu as possibilidades de trabalho de equipe, gerou a compartimentação estanque e promoveu certas confusões, que ainda perduram, a respeito do papel das técnicas na formação do arquiteto.

Não nos apercebemos com suficiente clareza, que os alunos que ingressam no "Curso-Tronco" devem ser preparados para optar, oportunamente, por uma carreira no campo da arquitetura ou uma no campo das artes plásticas.

A tal ponto ficamos confusos, que já depois do primeiro semestre estabelecemos uma divisão dos alunos em duas turmas: artes plásticas e arquitetura de um lado e, do outro, construção. Irrefletidamente subvertemos, com isso, o próprio sentido do Curso e passamos por cima do sábio critério da UNB de não permitir opções pouco ou mal informadas.

Esse ato nosso reflete o chamado "divórcio entre arte e técnica" e encontra ócio na própria letra do Estatuto da

UNB.

O Estatuto da UNB, no seu Art. 12, elimina qualquer confusão:

Art. 12 - VI - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que compreenderá a Escola de Arquitetura, a Escola de Tecnologia da Construção, a Escola de Representação e Expressão Plástica e a Escola de Artes Gráficas.

Essa Faculdade de Arquitetura apresenta-se, assim, como uma pequena Universidade, absorvendo escolas que pertencem a outros campos. É, de fato, surpreendente, que a Escola de Tecnologia da Construção se encontre aqui e não na Faculdade de Tecnologia (art. 12 - V). O mesmo se pode dizer das Escolas de Representação e Expressão Plástica e de Artes Gráficas, cujo lugar, como escolas ou o que quer que seja, é o Instituto Central de Artes (Art. 10-VIII).

Ao permitirmos que o Estatuto fosse assim redigido cometemos grave erro, que devemos procurar corrigir sem demora.

A tese inovadora de Alcides da Rocha Miranda, no sentido de formar, ao lado dos arquitetos, os construtores de edifícios, fica completamente anulada quando se coloca a questão em termos de Tecnologia da Construção. No bojo daquela tese, algo extraordinário alcançou precisa ser verificado - o que faremos - adiante - não há qualquer idéia de Tecnologia e nem de Construção.

Os problemas tecnológicos devem ser pesquisados e resolvidos nos Centros especializados, ou, quem sabe, nos Departamentos da Faculdade de Tecnologia.

Os problemas da construção são bem mais amplos que aqueles que podem interessar uma Faculdade de Arquitetura. A construção abarca um campo que inclui a construção de edifícios (edificação), de estradas de rodagem e de ferro, pontes, represas, máquinas, navios, etc.

A tese Rocha Miranda prevê a criação de uma Escola de Edificação na Faculdade de Arquitetura e não de uma Escola de Tecnologia da Construção.

O verdadeiro conteúdo da tese inovadora revela-se no exame da questão do divórcio entre arte e técnica na arquitetura.

Desde os primeiros momentos da Revolução Industrial tem sido a arquitetura vítima do denominado divórcio entre arte e técnica. De início, os arquitetos, comprometidos com uma tradição milenar, recusaram as novas conquistas da técnica. -

Essa resistência conduziu ao formalismo acadêmico e ao eclipse arquitetônico do Séc. XIX.

A marcha da Revolução, entretanto, não podia ser detida. Mesmo as escolas mais retrógradas acabaram abrindo suas portas à técnica científica da construção, que vinha substituir o empirismo dominante até então. Isso, contudo, não significou a superação das contradições entre a arte e a técnica na arquitetura. No fundo, o que se alcançou foi uma espécie de convívio forçada, em que Belas Artes e Engenharia disputavam a hegemonia sobre a Arquitetura. Numa como na outra, a idéia dominante era de que a formação do arquiteto nada mais requeria que a soma de certos conhecimentos de construção e certas habilidades artísticas. A competição levou, a final, à convicção de que arquitetura é uma especialização de engenharia. E os Cursos de Arquitetura, quer os das Escolas de Belas Artes, quer os das Escolas de Engenharia, passaram a diplomar engenheiros - arquitetos.

Quando, nos anos de 40, lutava-se pela criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, buscando-se por esse meio afirmar a autonomia da arquitetura, Lúcio Costa expressou seu pensamento a respeito das relações entre arquitetura e engenharia no artigo "Considerações sobre o Ensino da Arquitetura". (Publicado na Revista ENBA, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes, em 1945).

Nêsse trabalho, Lúcio Costa demonstra a natureza essencialmente artística da arquitetura e o erro dos que pretendem identificar o seu ensino com o da engenharia:

"Esse reconhecimento da arquitetura como arte no próprio nascedouro, deve guiar a elaboração do programa de uma escola de arquitetura. E por isso se vê como é inaceitável o critério proposto de tratar essa escola autônoma como uma espécie de escola de Engenharia, na qual, apenas depois de um bônus fundamental comum, se passasse a cuidar de Arquitetura."

Depois de quase vinte anos de luta, conduzida por professores, arquitetos e estudantes, no sentido de um ensino autêntico, a situação nas Faculdades de Arquitetura do país modificou-se bem pouco. A estruturação do ensino, assim como os currículos e programas, reflete ainda a influência dominante da Engenharia. É que nas congregações os engenheiros constituem maioria e ôlos não estão preparados para compreender os aspectos essenciais da questão do ensino da arquitetura. O divórcio entre arte e técnica, que se manifesta na arquitetura, tem, em certa medida, sua matriz na própria consciência das pessoas. Lúcio Costa, nas "Considerações", esclarece êsse aspecto do problema:

"Critério tanto menos aceitável quanto o arquiteto é sempre lavado a encerrar os problemas comuns à sua profissão de construtor de maneira oposta à do engenheiro. Enquanto este, formado no estudo exclusivo das ciências exatas, enfrenta os problemas partindo de preferência do particular para o geral, o arquiteto, por isso mesmo que arquitetará arte acima de ciência, parte sempre do conjunto para o particular, afim de, então, num segundo tempo, subir do particular para o geral, de onde torna a descer, prosseguindo assim nesse vaivém de severa autocritica até a conclusão do projeto. É, aliás, essa precedência do espírito de síntese sobre o de análise, característica tônica do trabalho do arquiteto, que o qualifica para os estudos urbanísticos no seu conceito moderno."

O que a maioria dos responsáveis pelo ensino da arquitetura não compreende é que esse espírito de síntese precisa ser cultivado e desenvolvido no aluno desde a primeira hora.

Walter Gropius, sem dúvida a mais experimentada autoridade mundial em questões de ensino de arquitetura, trata da questão dos maiores detalhes:

"La enseñanza de un método de enfoque es más importante que la enseñanza de habilidades técnicas. Se trata de un proceso continuado que debe crecer concéntricamente, como los anillos anuales de un árbol. En todas las etapas, su alcance debiera ser amplio y tender a abarcarlo todo en lugar de ser parcial, creciendo lentamente en intensidad y detalle en todas las disciplinas simultáneamente. La integración de toda la gama del conocimiento y de la experiencia es de suma importancia desde el comienzo mismo; sólo entonces la totalidad de los aspectos \*adquirirá cierto sentido en la mente del alumno. Éste absorberá con facilidad todos los detalles ulteriores y los colocará en el lugar al cual pertenecen, si progresa desde la totalidad hacia los detalles, y no a la inversa.

Este enfoque educativo colocaria al alumno en la senda de un esfuerzo creador hacia una integración simultánea del diseño, la construcción u la economía de determinada tarea, con fines sociales. Por evidente que esta exigencia parezca desde un punto de vista intelectual, la experiencia educativa ha demostrado que requiere efios crear en el estudiante el hábito de concebir simultáneamente las tres fases - diseño, construcción y economía como una entidad inseparable e interdependiente". (W. GROPIUS, "lecciones de la Arquitectura Integral - Ed. La Isla - B.Airos - 1957 - p. 67).

As escolas de arquitetura, ao insistirem - por falta

a base de disciplinas isoladas, que se vão somando, formam profissionais que "pagam a aprendizagem" lá fora, durante quatro e cinco meses, até alcançarem a indispensável visão integrada dos aspectos da arquitetura. É a constatação dolorosa é que mais de 90% dos diplomados jamais conseguem abordar os problemas como autênticos arquitetos. É por isso que se costuma dizer que em cada turma de cinquenta diplomados nessas escolas deixam escapar inco arquitetos... São os rebeldes.

A maioria dos responsáveis pelo ensino da arquitetura não compreende ainda que a autêntica obra de arquitetura não é feita de uma parte de construção e outra de arte. Ela é construção concebida e realizada com intenção artística "Intenção esta" diz Lúcio Costa que a distingue, precisamente, da simples construção".

Aqui, na distinção precisa que se pode estabelecer entre a simples construção e a arquitetura, encontra-se a chave da questão do ensino da arquitetura, bem como a do divórcio entre arte e técnica na arquitetura. Durante cinco meses fica o aluno a estudar problemas de simples construção, em disciplinas estanques - com professores que muitas vezes dominam à perfeição - aquilo que ensinam, mas quase sempre ignoram a problemática geral da arquitetura - para depois, vê-lo colocado ante a tarefa de conceber e realizar o edifício como obra de arte. O Resultado é o que aí temos. Somente uns poucos diplomados conseguem salvar-se da máquina trituradora. Os demais afogam numa dualidade que não chegam sequer a perceber.

A formação do arquiteto exige, antes de mais nada, métodos de ensino que conduzam efetivamente a uma integração dos conhecimentos, de tal modo que o aluno possa, desde o primeiro momento, situar cada aspecto particular dos conhecimentos que adquire no contexto geral da problemática arquitetônica.

Existirão, de certo, diferentes métodos capazes de conduzir aos resultados perseguidos, mas há uma condição "sine qua non" que está na base de todos êles. Cada professor, seja qual fôr o aspecto que possa inserir no conjunto, à "vista" do aluno, a particularidade de que trata.

Não será fácil encontrar professores com uma clara visão do conjunto dos problemas da arquitetura, nem entre os arquitetos e nem entre os engenheiros. Êles são raros e, via de regra não estão em disponibilidade. É preciso que se estabeleça um processo de trabalho em que a própria didática desenvolvida no sentido da formação do aluno promova a reformação dos professores. Somente o trabalho em equipe mostra-se capaz de conduzir a êsses resultados.



A equipe de professores, trabalhará, na futura Faculdade, em torno da Composição, vale dizer, da elaboração de projetos. A elaboração do Projeto é o próprio momento da integração, em que afloram e atuam todos os aspectos internos da arquitetura:

"Compreendida, assim, diz Lúcio Costa, nos seus fundamentos funcionais, vê-se como a composição de arquitetura abrange, por si só, o planejamento integral do edifício, incluindo-se na sua didática a análise do programa, os estudos preliminares, o ant projeto, o estudo da estrutura, estudo das instalações e o projeto definitivo de execução com os respectivos parâmetros e especificações, porquanto em todas essas fases de planejamento estão sempre em jogo a concepção plástica inicial e a nomenclatura definitiva do edifício projetado." (L. Costa "Considerações"...)

Nos os alunos do "Curso-Tronco" não são ainda alunos de arquitetura e não praticam a composição. Eles devem ser preparados para uma opção, na oportunidade devida, entre arquitetura e artes plásticas. É indispensável, então, informar o aluno, na maior medida possível a respeito dos diferentes aspectos dos campos da arquitetura e das artes plásticas, oferecendo-lhe, de início, junto com o exercitamento nas disciplinas de Representação e Expressão (desenho, modelagem, gravura etc.), uma clara visão de conjunto da arquitetura e das artes plásticas. De um lado, trata-se de ministrar-lhe conhecimentos de Introdução às Artes Plásticas, compreendendo a apreciação artística e um panorama da produção artística da humanidade através dos tempos; a arquitetura comparece aqui como produto acabado, independentemente das circunstâncias que informam a produção. De outro lado, trata-se de ministrar conhecimentos de Introdução à Arquitetura, em que se revela ao aluno, nas suas linhas gerais, o processo de produção das obras de arquitetura e, ao mesmo tempo, o significado da arquitetura para a existência individual e social dos homens.

É aqui, ao revelar o processo da produção das obras de arquitetura, no primeiro momento portante, que a equipe começa a atuar como tal, em conjunto. Referido processo evolue desde o estudo do programa até a conclusão final da obra e a revelação dos seus valores, permitindo a intervenção docente, simultânea e orgânica, de professores de todos os aspectos especializados. E já nesse trabalho coletivo tem início o processo de reorganização do corpo docente.

O único perigo que ameaçaria o desenvolvimento de um programa assim, de Introdução à Arquitetura, seria o de assumir uma feição discursiva e livresca. Esse perigo é ajustado pela presença de Brasília, cidade que já se revela como um todo satisfatoriamente definido e que ainda apresenta obras em todas as

fasas do processo de realização.

A norma da Universidade estabelece que a opção se faz após o quarto semestre. A experiência do "Curso-Tronco" em 62 indica a conveniência de permitir opções progressivas. Após o segundo semestre já se pode distinguir com satisfatória clareza, os alunos que têm inclinações para as artes plásticas dos que têm para a arquitetura. Por outro lado, é indispensável aumentar progressivamente a carga de conhecimentos sobre edificação para os alunos que se destinam à arquitetura - e esta é uma carga pesada e pouco útil para os outros.

A norma da Universidade é uma norma geral e nada impede que ela se adapte a circunstâncias particulares concretas, trocando assim a rigidez pela sabedoria.

Os alunos, que após o segundo semestre tenham o canchão da Faculdade de Arquitetura, devem ser preparados para a segunda opção: entre a Escola de Arquitetura e a de Edificação.

O programa para o terceiro e quarto semestres deve, sem perder seu sentido de globalização, destacar de modo mais nítido os aspectos construtivos da arquitetura, permitindo que o aluno possa, afinal, optar entre a Escola de Arquitetura e de Edificação. Além do prosseguimento dos exercícios de Representação e Expressão, incluindo atividades de oficina (carpintaria, marcenaria, maquetaria), convém desenvolver uma série de trabalhos relativos à Teoria da Arquitetura - implicando conhecimentos teóricos e exercícios de aplicação em torno dos diferentes aspectos do campo da arquitetura -, e uma série de trabalhos sobre Elementos de Técnica de Edificação - implicando conhecimentos técnicos e exercícios em torno dos materiais de Edificação e sua aplicação em obra.

Ainda aqui o perigo do ensino discursivo e livrosco ameaça o programa, não fossem as possibilidades oferecidas por Brasília. A cidade permite, entretanto, desenvolver os trabalhos sempre em torno de fatos arquitetônicos concretos. A cidade, os seus edifícios e as obras em construção oferecem as melhores condições para o estudo de qualquer particularidade, sem perder de vista, seus nexos com o conjunto, e de qualquer aspecto teórico, sem desligá-lo da realidade objetiva.

A tese Rocha Miranda, de criação da Escola de Edificação na Faculdade de Arquitetura, é a consequência natural e necessária do esforço no sentido da superação do divórcio entre arte e técnica na arquitetura.

A realização da obra, nas condições modernas de produção, exige considerável divisão do trabalho. Já na elaboração do projeto o arquiteto divide tarefas entre diversos especialistas.

É na execução da obra outros tantos técnicos especializados - são chamados a intervir. Ora, êsses técnicos, "formados no estudo exclusivo das ciências exatas" executam tarefas de grande responsabilidade, das quais dependem, em certa medida, os valores finais, da obra, e o fazem sem o instrumental necessário, já que, via de regra, não distinguem a arquitetura da simples construção, ao voltar a obra dos desenhos para o espaço, o construtor progredindo mecânicamente, desprezando inúmeras nuances que, mal executadas, acabam por afetar valores essenciais.

A Escola de Edificação na Faculdade de Arquitetura permitirá a formação de técnicos perfeitamente instrumentados, com uma visão clara dos problemas arquitetônicos, capazes de distinguir, no projeto e na obra, o urgente do importante.

Com um curso básico de quatro semestres em comum - os futuros alunos de arquitetura, exercitando-se nas disciplinas de Representação e Expressão, e recebendo ensinamentos de História da Arte e Teoria da Arquitetura, fazendo trabalhos em comum com os alunos de arquitetura ao longo do próprio curso de formação; o futuro técnico de edificação estará, na conclusão de seu curso, perfeitamente integrado no espírito das tarefas que deve realizar.

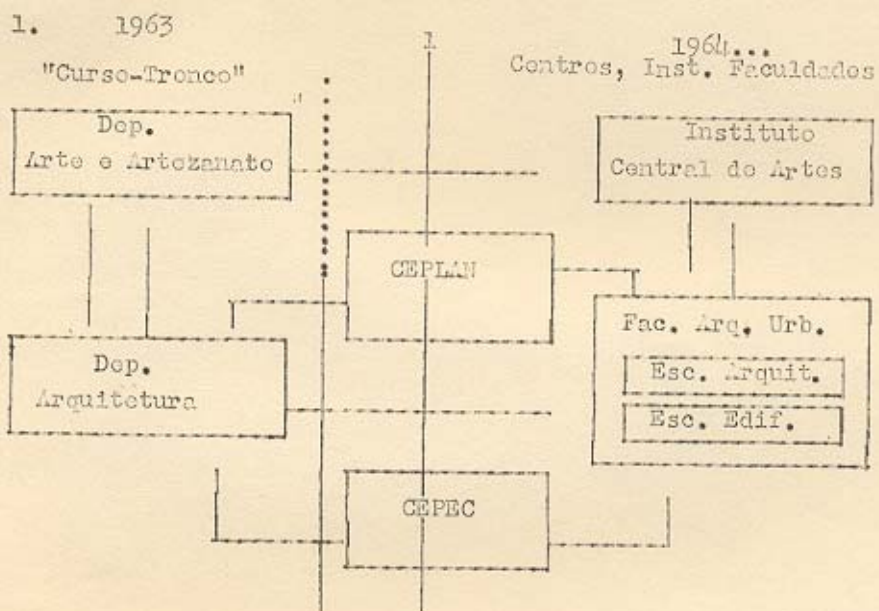
Com isto a UNB estará contribuindo para consertar uma situação absurda, em que a maior indústria do país, a da edificação, não conta com técnicos especializados e suficientemente instrumentados para o cumprimento das suas tarefas. O engenheiro civil que hoje responde por essas tarefas, não é um profissional especializado em edificação; suas atribuições abrangem um campo consideravelmente mais amplo.

## 2 . PROPOSIÇÕES:

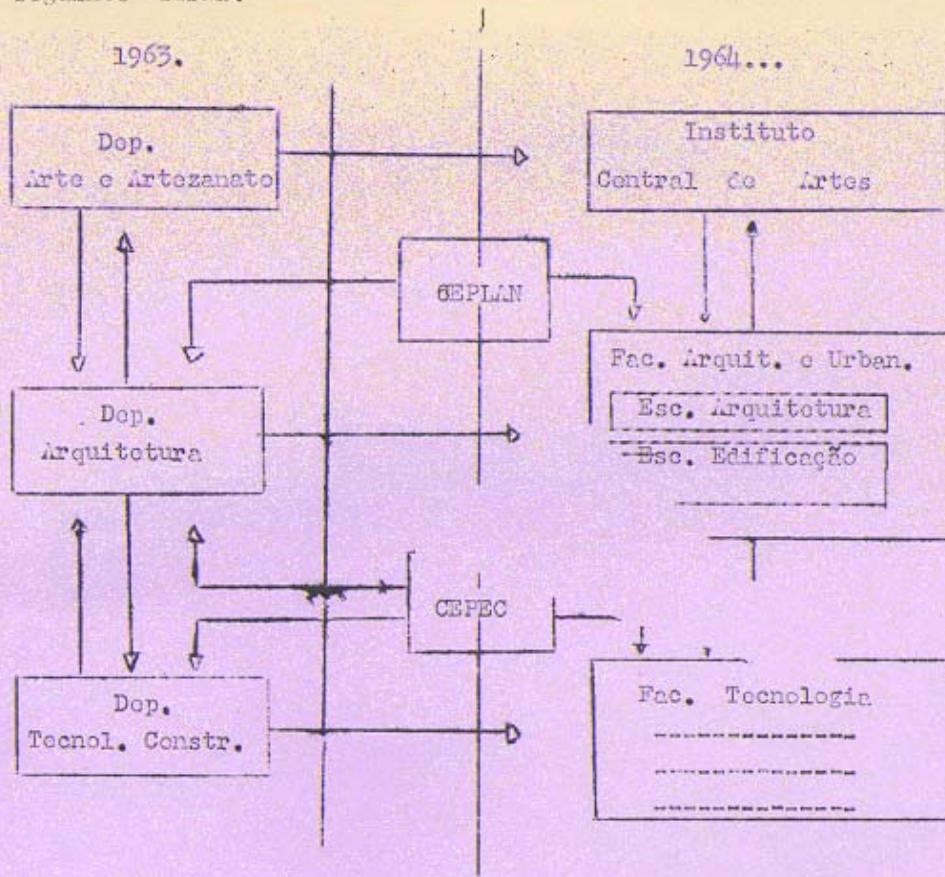
2.1. - O que o Estatuto da UNB seja alterado no seu Art. 12 - IV, passando aos seguintes termos:  
Art. 12...

IV - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, - que compreenderá a Escola de Arquitetura e a Escola de Edificação.

2.2. - Que seja reorganizado o "Curso-Tronco" de Arquitetura e Urbanismo, buscando aproximar-se da estrutura a ser implantada a partir de 1964; que os três Departamentos atuais sejam reduzidos a dois; que o "Curso-Tronco" articule-se com órgãos especializados já em funcionamento na UNB (CEPLIN e CEEC). É a seguinte nova estruturação proposta:



Admitindo-se a conveniência de prover, desde já, a implantação de elementos da futura Faculdade de Tecnologia, será interessante manter o atual Departamento de Tecnologia da Construção. Nessas condições a estrutura anterior completar-se-ia da seguinte forma:



No DEPARTAMENTO DE ARTE E ARTEZANATO, congregam-se os professores que ministram História da Arte e das disciplinas agrupadas em Representação e Expressão, com a responsabilidade de prepararem a implantação do futuro INSTITUTO CENTRAL DE ARTES.

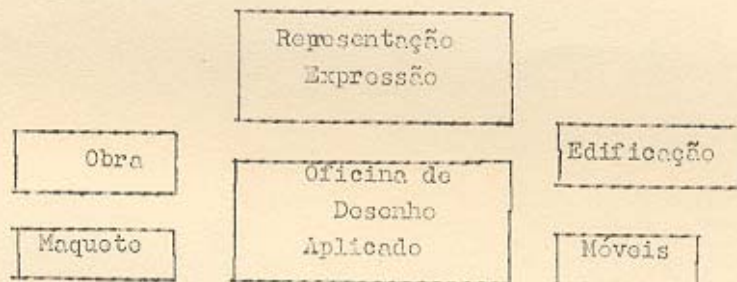
No DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA congregam-se, os professores dos diversos aspectos que interessam especificamente à arquitetura: Teoria e História da Arquitetura, Materiais e Técnicas de Edificação, Desenho Arquitetônico, Projetos, Instalações, etc. bem como os professores enquadrados no GEPLAN e no CEP.C.

O GEPLAN e o CEPEC, embora órgãos autônomos, ministrarão Cursos de Pós-graduação para alunos de Mestrado e cooperação no estabelecimento dos currículos e programas dos Cursos bñ

sicos e de formação.

Os professores, do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA poderão dividir tarefas executivas, de acordo com suas especialidades, tendências e preferências, mas, no sentido de preservar a integração indispensável do ensino, a programação dos trabalhos será estabelecida coletivamente, por equipe completa.

2.3 Que o D.A. adote métodos de trabalho capazes não só de assegurar a integração do ensino, mas, também, de atuar sobre o próprio corpo docente, no sentido de desenvolver o espírito de equipe e a visão de conjunto dos problemas da arquitetura; um método favorável a esses objetivos é o que vai esquematizado e sucintamente explicado a seguir:



Ao longo dos dois primeiros semestros, comuns aos estudantes que se destinam a arquitetura e artes plásticas, o programa a ser desenvolvido será eminentemente informativo e de exercitamento prático.

A OBRA DE ARTE motivará o ensino de APERECIAÇÃO ARTÍSTICA, que será complementada por uma visão panorâmica da produção artística da humanidade através dos tempos (D.A.).

No D.A. os alunos serão simultaneamente exercitados em atividades artísticas e artesanais.

A OBRA DE ARQUITETURA e a EDIFICAÇÃO permitirão oferecer ao aluno uma visão panorâmica do processo de edificação e conhecimentos gerais a respeito da significação humana e social do trabalho do arquiteto. A iniciação do aluno não se fará, como é de uso nas outras Universidades, através do livro, da revista e das aulas discursivas, mas por meio de contáto efetivo com as obras de arquitetura e com os canteiros de edificação. (D.A.).

O conjunto de exercícios e conhecimentos programado para os dois primeiros semestros permitirá ao aluno optar por arquitetura ou ~~artes plásticas~~ <sup>outro ramo das artes visuais</sup>. De acordo com sua vontade bem informada e com as tendências reveladas.

Ao longo dos ~~terceiro e quarto~~ <sup>terceiro</sup> semestros, os ~~alunos que se destinam a artes plásticas~~ <sup>não</sup> desenvolverão um programa a ser estabelecido pelo D.A. <sup>Arquitetura</sup>

Os alunos destinados à arquitetura desenvolverão um programa a ser estabelecido pela DA. Esse programa deve dar um pouco mais de ênfase aos problemas de edificação, no sentido de permitir ao aluno ver com clareza as diferenças entre as atividades dos arquitetos e as dos técnicos em edificação. Isto, entretanto, sem permitir a atomização do ensino, de tão graves conseqüências. Cabe, neste programa, oferecer ao aluno uma visão global do campo da arquitetura, a que se pode fazer através de visitas dirigidas à obras, de relatórios elaborados pelos alunos e de esclarecimentos prestados pelos professores por meio de aulas ou material de leitura. Em trabalhos deste tipo o aluno entrará em contato com todos os aspectos da arquitetura: O Programa, com suas implicações humanas e sociais; o Lugar da Edificação, incluindo problemas das relações da obra com a cidade (meio urbano), da implantação do edifício no terreno, da orientação, de ventilação e iluminação, da adaptação do edifício ao clima, etc; os Materiais e a Técnica de Edificação; os Móveis e Equipamentos incluindo utensílios e obras de pintura, escultura, tapeçaria etc); e, finalmente, o reconhecimento dos Valores Arquitetônicos e as relações entre a Função e a Forma. Nada poderá ser melhor para integrar, na mente do aluno, todos os aspectos da arquitetura que a própria obra de arquitetura. Mas é preciso que, ao mesmo tempo, o aluno seja conduzido a conhecer em maiores detalhes aspectos básicos da edificação. Motivado por trabalhos no canteiro e por visitas a obras em processo de edificação, o aluno será levado a estudar os Materiais de Edificação e as Técnicas mais elementares da sua aplicação. Finalmente, a sua educação nesta fase será completada através da execução de trabalhos práticos nas oficinas de marcenaria e maquetaria.

Crômática

elementos complementares para o equilíbrio plástico

Em todos os tipos de trabalhos programados o desenho comparece como instrumento preciso de representação e estudo. Isto permite fazer da OFICINA DE DESENHO APLICADO o momento de convergência de toda a atividade discente e docente. Na oficina, os professores envolverão sobre trabalhos concretos e encontrarão o melhor veículo para o desenvolvimento do espírito de equipe, vale dizer, para sua própria reformação.

Creio que isto é um caminho que conduz ao ensino autêntico da arquitetura e à superação do divórcio entre arte e técnica.

ooooo000000000000ooooo

XXXXXXXXXX  
 XXXXXXXXX  
 XXXXXXX  
 XXXXX  
 XXX